

28º

Relatório Gerencial de Resultados

01 de outubro a 31 de dezembro de 2025

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:
18/01/2026



Rua Guajajaras, 1570, 3º Andar, 1570, Terceiro Andar, Barro Preto
Belo Horizonte - MG, 30180-099 | (31) 3348-1500

DIRETOR PRESIDENTE

Gleiber Gomes de Oliveira

DIRETORIA INSTITUCIONAL

Alexandre Compart

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Fabiano Neves

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Thiago Moraes

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Juliana Mourão Mendes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS

Rafaela Carvalho Naves Graziotti

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

Gerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Robert Tavares

Subgerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Delor Celestino da Costa Junior

Subgerente de Prevenção a Criminalidade

Camila Matos e Maria Luiza Mendes de Araújo

Analistas de Monitoramento e Gestão de Projetos

Lucas Matias de Almeida, Mariana Viegas e Mateus Ferreira de Almeida

Supervisores da Prevenção - Programa Mediação de Conflitos

Fabiana Amaral, Marília Saraiva e Aline Anne Silva

Supervisores da Prevenção - Programa Fica Vivo!

Fernanda Menezes, Jakeline Lara e Maíra Rinco

Supervisores da Prevenção - Programa Ceapa

Lidiane de Oliveira e Arthur Rodrigues da Silva

Supervisores da Prevenção - PrEsp

Francisco Uarles Targino da Costa

Supervisor da Prevenção - Programa Selo Prevenção Minas

Luziene Rodrigues Santana

Supervisora da Prevenção - Programa Proteja Minas

Sumário

INTRODUÇÃO	5
TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS	6
TABELA 2 – PRODUTOS PREVISTOS	8
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	9
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	9
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	16
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	18
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	20
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!	26
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	28
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	34
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	39
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	46
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS	50
Indicador nº 3.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	51
Indicador nº 3.2: Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	55
Indicador nº 3.3: Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	59
Indicador nº 3.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	63
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL	69
Indicador nº 4.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	72
Indicador nº 4.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	78
Indicador nº 4.3: Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	81
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS	85
Indicador nº 5.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	86
Indicador nº 5.2: Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	93
Indicador nº 5.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	98
ÁREA TEMÁTICA: SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA (APEC)	99

Indicador nº 6.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	108
Indicador nº 6.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio..111	
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOÊNCIA CONTRA A MULHER (PROTEJA MINAS)	114
Indicador nº 7.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	116
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE	130
Indicador nº 8.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	132
Indicador nº 8.2. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão.....	134
Indicador nº 8.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover).....	136
ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE.....	138
Indicador nº 9.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial por período avaliatório.....	138
ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA	139
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	139
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão.....	140
ÁREA TEMÁTICA: MONITORAMENTO DE HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DE UPCs TERRITORIAIS.....	141
Indicador nº 11.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos.....	141
ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS	149
Produto - - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional 4ª RISP.....	149
Produto 3.1: Desenvolvimento de três módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	161

INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, no 28º Período Avaliatório (01 de outubro a 31 de dezembro de 2025). Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Em 2025, houve um aumento significativo na quantidade e algumas alterações no formato dos indicadores pactuados no Plano de Trabalho do IX Termo Aditivo ao CG em relação ao ano anterior. Por consequência, tais alterações reverberaram diretamente na apresentação do Relatório Gerencial de Resultados. Destacam-se a inclusão de novos indicadores, quais sejam, 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório; 8.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec; 8.2 - Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio; 10.4 - Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover) e 13.1 - Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Ao todo, Plano de Trabalho conta com 35 indicadores e 17 produtos, dentre os quais destacam-se 4 novas implantações de Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) e o desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Em outubro, entrou em vigor o X Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 002/2019, que abrange o período de outubro de 2025 a dezembro de 2026. Contudo, os indicadores e as metas previstos para o 28º Período Avaliatório não sofreram alterações significativas. Destaca-se, apenas, a ausência do “Produto Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional – 4ª RISP” no X Termo Aditivo, em razão de erro material, embora o referido produto tenha sido devidamente entregue no prazo, conforme previsto no IX Termo Aditivo e apresentado no presente documento.

O 28º Período Avaliatório de 2025 apresenta desempenho positivo, com o cumprimento integral ou parcial de quase a totalidade dos indicadores pactuados. No que se refere aos produtos e às ações, o período foi marcado por entregas relevantes, que demandaram elevado esforço conjunto de centenas de trabalhadores da parceria entre o Instituto Elo (IElo) e a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC). Destacam-se, nesse contexto: I) a entrega de mais três módulos do Sistema Integrado de Dados da Prevenção Social, contemplando os Programas PrEsp, Selo Prevenção e Proteja Minas; II) o início do desenvolvimento do sistema integrado para os Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos; III) a entrega dos indicadores de resultado dos Programas PrEsp, Fica Vivo!, PMC, Proteja Minas, Selo Prevenção e APEC, a serem incorporados ao próximo Termo Aditivo ainda no início de 2026; IV) a execução do Projeto “É na Base”, no âmbito dos Programas Fica Vivo!, PrEsp e CEAPA, com ações educativas voltadas a estudantes de escolas estaduais e municipais, abordando temas sobre o público atendido pelos Programas, violências, estigmas e outras temáticas correlatas; V) a formatura de 57 atendidos do Programa PrEsp, oriundos de diferentes municípios, no curso de formação de eletricista predial ofertado pelo Projeto Alvorada; VI) a realização do Projeto Beleza em Cena – 1º Desfile de Cabelo e Maquiagem das oficinas dos Programas Fica Vivo!, e PMC; VII) a entrega da Revista *Entremeios*, edição comemorativa aos 20 anos do Programa Mediação de Conflitos; VIII) a entrega de kits esportivos (coletes e bolas) para a realização de Festivais Esportivos, contemplando os projetos de futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol e futevôlei do Programa Fica Vivo!, em todas as UPCs de base territorial; IX) a assinatura simbólica do Termo de Cooperação Técnica entre o Órgão Estadual Parceiro (OEP) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais; X) a realização da 4ª edição da Feira de Cultura Afro-Brasileira, iniciativa que contribuiu para o fortalecimento dos vínculos entre as juventudes, as oficinas e o Programa Fica Vivo!, na UPC Palmital; XI) a entrega do Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional – 4ª RISP, em atendimento à implantação do Programa Selo Prevenção, no município de Ubá. Por fim, importante destacar que o processo de descentralização da CEAPA Belo Horizonte avançou significativamente, com a definição de dois imóveis - nas regionais Pampulha e Venda Nova - que passaram por ajustes estruturais para receber as equipes e iniciar as operações com sistema informatizado, no início de 2026.

A seguir, descrevem-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					28º Período Avaliatório out/25 a dez/25	
1		1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 73.962 •	• 81.523 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 2.534 •	• 2.930 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 15.030 •	• 15.835 •
2		2.1	Média mensal de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.133 •	• 3.447 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 9.792 •	• 9.667 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 121.730 •	• 137.279 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 676 •	• 685 •
3		3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 92.886 •	• 98.725 •
		3.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 75% •	• 77% •
		3.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 6.636 •	• 6159 •
		3.4	Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	3	• 12% •	• 18% •
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 25.284 •	• 25.157 •
		4.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 80% •	• 87% •
		4.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 2.800 •	• 3.011 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					28º Período Avaliatório out/25 a dez/25	
5		5.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	5	• 1.015 •	• 932 •
		5.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	5	• 2.270 •	• 2.482 •
		5.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	4	• 970 •	• 1.457 •
6	Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	6.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	5	• 13.455 •	• 15.391 •
		6.2	Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	3	• 3.216 •	• 4.109 •
7		7.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	4	• 971 •	• 1551 •
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da Prevenção realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	2	• 98 •	• 157 •
		8.2	Número acumulado de capacitações realizadas pela Supervisão da Prevenção	2	• 15 •	• 48 •
		8.3	Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)	2	• 2,50% •	• 1,87% •
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	1	• 35 •	• 33 •
12	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• - •
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	• - •
13	Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	11.1	Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	2	• 22 •	• 23,67 •

Tabela 2 – Produtos previstos

Área Temática		Produto		Status
	Produtos	2	Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional (Ubá)	• 100% • • Aprovado •
		3.1	Desenvolvimento de três módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	• 100% • • Aprovado •

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

No âmbito do Indicador 1.1 – número acumulado de atendimentos, foram realizados, ao longo do último trimestre de 2025, 81.523 atendimentos, em números absolutos, alcançando 110% da meta pactuada para o período, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

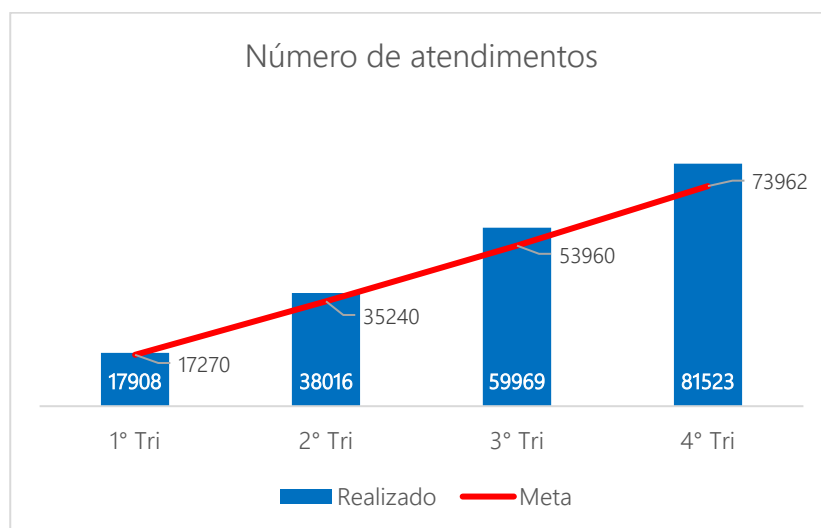


Gráfico 1: Indicador 1.1

É importante ressaltar que, neste último trimestre, as metas passaram por uma recalibragem, justificada pela assinatura do novo Termo Aditivo 2025/2026, no qual o Indicador 1.1 apresenta um aumento nos números absolutos. Soma-se a esse fator um desafio recorrente vivenciado pelas equipes nos territórios, onde os moradores adotam uma dinâmica atípica de organização, voltada especialmente para atividades comunitárias. Esse período, caracterizado pelas férias e pelas festividades do mês de dezembro, também é marcado por um recorrente aquecimento das dinâmicas criminais, com o retorno de algumas lideranças do tráfico aos territórios, em razão dos benefícios de saídas temporárias concedidas pelo Poder Judiciário.

Esse cenário impacta diretamente a demanda pelos atendimentos ofertados pelas equipes do Programa. Contudo, mesmo diante do aumento do indicador e dos desafios territoriais, o número total de atendimentos realizados neste trimestre foi superior ao do trimestre anterior, evidenciando o empenho das equipes em garantir, de forma contínua, uma execução qualificada das ações na ponta.

Entretanto, apesar de as equipes virem demonstrando compromisso contínuo e dedicação ao fortalecimento das frentes de atendimentos coletivos, por meio de orientações estratégicas direcionadas pelos Supervisores de Prevenção aos Gestores Sociais, trabalhadas nos espaços de supervisões metodológicas e capacitações, essa frente de atendimento ainda apresenta fragilidade em seu crescimento. Tal cenário reforça a dificuldade das equipes em alcançar quantitativos que subsidiem um maior equilíbrio em relação às demais frentes de atendimento.

Essa situação vem se arrastando desde o 27º P.A., que tivemos alguns avanços como relatado neste período, mas não o suficiente, que justificou o foco ampliado da atuação dos Supervisores de Prevenção, em conjunto com a Diretoria, no trabalho das demandas coletivas junto aos Gestores Sociais e à equipe de Analistas. Essas ações tiveram como objetivo qualificar as leituras realizadas por todos os atores envolvidos, possibilitando uma análise mais detalhada e assertiva das dinâmicas sociais e criminais, bem como facilitando a identificação e o enfrentamento das demandas coletivas com maior profundidade, de modo a promover o equilíbrio entre as diferentes frentes de atendimento. Nesse sentido, destaca-se que o espaço da Comissão Metodológica deste ano, conforme apresentado nos relatórios anteriores, teve como temática central as frentes de atendimentos coletivos.

Apesar do cenário apresentado, a frente de atendimento de Projetos registrou crescimento ao longo do ano, passando a representar 12% do total de atendimentos, impulsionada por ações de destaque, como as desenvolvidas pelo PMC Jardim Felicidade, em BH, que executaram no mês de novembro uma exposição em comemoração dos seus 20 anos do Programa. O evento contou com a exposição de trabalhos das oficinas, apresentação musical e fotos que contam a história da atuação do PMC no território.

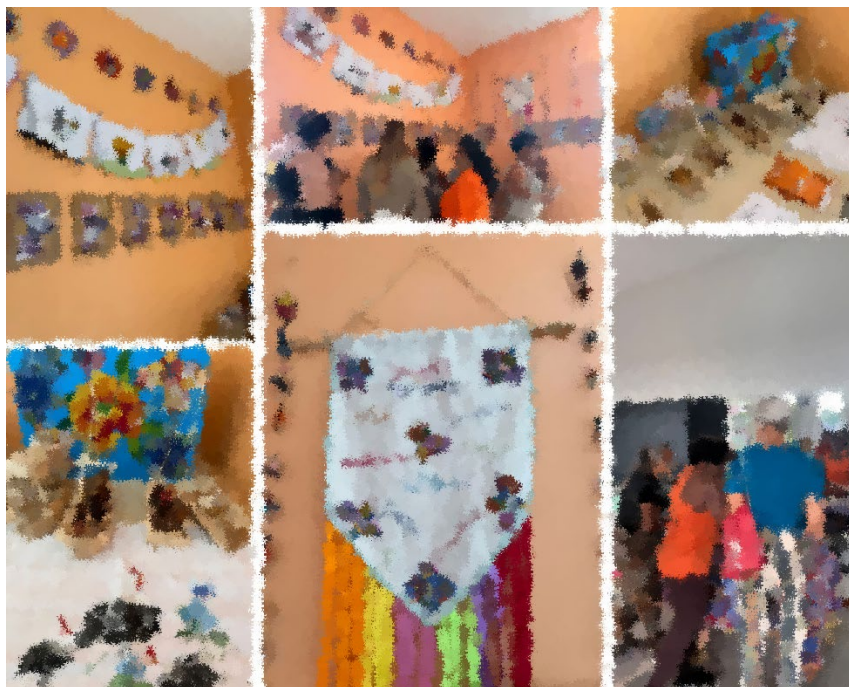


Figura 1: Foto da ação em comemoração 20 anos PMC Jardim Felicidade

Também em novembro foi realizada a 4ª Feira de Cultura Afro da UPC Palmital, construída pela e para a comunidade local. A feira trouxe diversas atrações e manifestações culturais, valorizando as identidades negras e reforçando a importância da consciência negra no mês que lhe é simbólico. Mesmo diante do desafio da ausência de recursos formais, a comunidade mostrou, mais uma vez, sua capacidade de mobilização: foi possível a articulação com diversos atores da rede, referências locais e artistas do território, conseguindo erguer um evento que expressa resistência, criatividade e pertencimento. Mais do que uma celebração, a feira reafirma o compromisso coletivo com a memória, a cultura e as futuras gerações.



Figura 2: Feira de Cultura Afro-brasileira realizada na UPC Palmital

Essas ações são construídas de forma conjunta com a comunidade, a partir da análise das dinâmicas sociais e criminais dos territórios, o que possibilita que, progressivamente, as equipes sejam reconhecidas e referenciadas pela própria comunidade.

As análises que subsidiam a construção de ações e projetos de prevenção são fundamentais para a compreensão aprofundada dos territórios e para o direcionamento estratégico das iniciativas voltadas à prevenção das violências e dos homicídios, respeitando as especificidades e subjetividades locais.

Considerando a relevância desse processo analítico, neste trimestre teve início a aplicação de um novo instrumental do Programa, denominado Instrumental de Análise das Dinâmicas Territoriais - IMAT. Esse instrumento permite que as equipes, em conjunto com a gestão social, realizem uma análise sistematizada das dinâmicas criminais dos territórios, com foco nos homicídios, subsidiando a elaboração de ações direcionadas aos possíveis desdobramentos desses fenômenos de violência, bem como à sua prevenção. Dessa forma, tanto a gestão quanto as equipes passam a ser corresponsáveis pela proposição das ações e pelo monitoramento de seus efeitos e impactos.

A sistematização das informações proporcionadas por esse novo instrumental também viabiliza o acompanhamento mais qualificado das atividades desenvolvidas pelas equipes por parte da gestão social. A periodicidade de entrega do IMAT será trimestral, ao final de cada período avaliativo.

Embora esse instrumental supra a necessidade de organização e análise dessas informações, foi também construído um novo indicador de resultados para o Programa, que permitirá um trabalho mais focalizado nas violências nos territórios, por meio dos atendimentos individuais, bem como a mensuração da evolução desses atendimentos ao longo do tempo. Esse avanço possibilita uma atuação das equipes de forma mais assertiva, orientada por evidências e resultados.

Inclusive, foi a partir das análises territoriais que a equipe do PMC Bom Jardim/Esperança, no município de Ipatinga, iniciou a realização de atendimentos itinerantes na região do Nova Esperança, área caracterizada pelo baixo acesso dos moradores a serviços públicos e pela recorrência de diversas situações de violência.

Essa iniciativa coloca a equipe como destaque neste trimestre, com o percentual de atendimentos em 146%. Corroborando com esses dados, a equipe contou com a parceria do Centro de Saúde da região, o que possibilitou a participação das analistas nos grupos de convivência já existentes na unidade e, posteriormente, a responsabilidade pela condução e execução desses grupos. Ressalta-se que o grupo é composto majoritariamente por homens, o que permite à equipe aproximar-se de um público que, de modo geral, apresenta baixa frequência nos equipamentos públicos, mas que, em sua maioria, encontra-se diretamente envolvido nos fenômenos de violência presentes no território, em função de aspectos de uma sociabilidade violenta.

O grupo tem como proposta a realização de encontros mensais, com início previsto para dezembro de 2025, configurando-se como uma estratégia relevante de aproximação, diálogo e prevenção das violências no território.

No que se refere às demandas mais recorrentes nos atendimentos realizados neste último trimestre, observa-se um aumento nas solicitações relacionadas a casos de violência, que passaram a representar 10,8% do total de atendimentos. Ao se comparar as principais demandas atendidas nos anos de 2024 e 2025, evidencia-se que as situações envolvendo violências e questões relacionadas à pensão alimentícia ocupam a primeira posição, com 11,45%, seguidas pelos conflitos intrafamiliares, que correspondem a 8,99% das solicitações registradas.

Esses dados reforçam a percepção crescente de que o PMC vem se consolidando como uma política pública essencial, com capacidade de atendimento a diferentes tipologias de violência presentes nos territórios. De forma cada vez mais consistente, os usuários reconhecem o Programa como uma referência no enfrentamento das violências e na prevenção à criminalidade, em razão de sua atuação abrangente, qualificada e eficaz.

Tal reconhecimento evidencia a relevância do PMC na construção de ambientes mais seguros e na promoção da cultura de paz nos territórios, consolidando-o como uma estratégia fundamental para a prevenção das diversas formas de violência que impactam as comunidades.

Em relação ao indicador 1.2 a meta foi novamente superada como nos últimos três períodos, dessa vez com leve retração em relação ao 27º PA, mas ainda performando em torno de 15% acima da meta. O gráfico abaixo demonstra a performance no ano e esse panorama período/ano guia o nosso olhar a nível de avaliação crítica do trabalho e na construção de planejamentos assertivos sob a luz das considerações da DCM, em especial àquelas listadas no 27 PA.

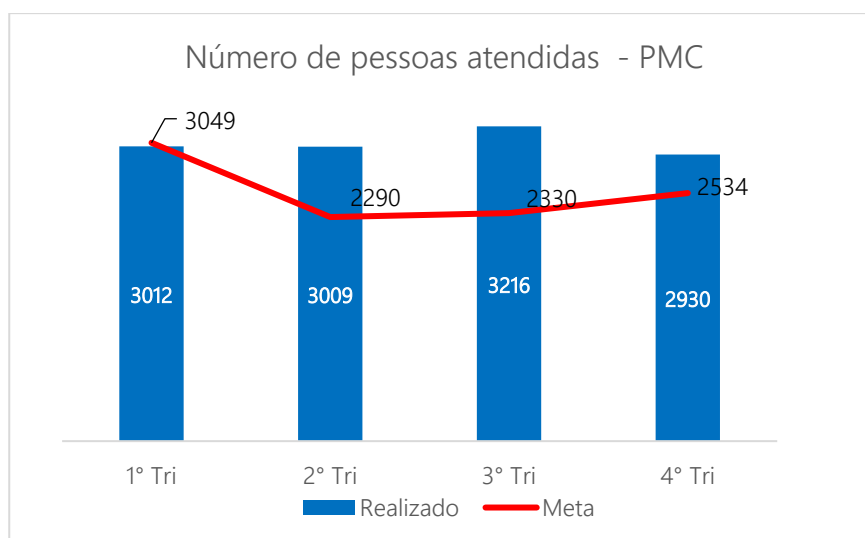


Gráfico 2: Indicador 1.2

Considerando os elementos até aqui discutidos, observa-se que a capacidade de manutenção de resultados ao longo do tempo está diretamente associada à consolidação de metodologias de trabalho que combinam atendimento direto, mobilização comunitária e inserção contínua nos territórios. As equipes que apresentam maior regularidade no alcance das metas demonstram maior estabilidade nos vínculos comunitários, maior reconhecimento institucional do Programa e maior capacidade de leitura das dinâmicas locais, o que favorece tanto a adesão do território junto às ações, quanto a sustentação das estratégias coletivas. Esse aspecto evidencia que o desempenho do indicador não se explica exclusivamente pelo esforço pontual das equipes, mas por processos cumulativos de presença, confiança e legitimidade.

Em análise longitudinal observa-se que a ampliação do alcance do Programa não ocorre de forma linear ou homogênea, estando sujeita a variações decorrentes de fatores contextuais, como episódios de violência letal - fenômeno massivamente acompanhado pelo PMC ao longo de 2025, marcando nossa presença no debate público local sobre as atuações nesse contexto, como enfatizamos ao longo de toda essa escrita -; a ocupação e domínio territorial praticados por organizações criminosas (que têm expandido sua atuação com a interiorização do crime, com principal ênfase nas Ocrims CV, PCC e TCP); a fragilização de redes comunitárias, mudanças no perfil das demandas e ciclos institucionais dos próprios territórios.

Nesses cenários, a capacidade de adaptação metodológica das equipes se mostra determinante para a manutenção do indicador, seja por meio da reorganização das frentes de atuação, seja pela priorização de ações coletivas capazes de responder a demandas emergentes. Tal leitura reforça a compreensão de que o indicador expressa não apenas volume de atendimento, mas também a resiliência operacional do Programa frente a contextos adversos.

Conduzindo a análise para um viés crítico/quantitativo, observamos a manutenção do cenário dos atendimentos coletivos apresentado no 27º PA. Estatisticamente temos a mesma distribuição na prática, com um ligeiro aumento no número de atendimentos em oficinas. Aqui enfatizamos que todos os atores envolvidos nos processos de trabalho do PMC se debruçaram sobre a qualidade das intervenções neste eixo, com um enfoque não somente quantitativo no que diz respeito ao alcance da meta, mas também qualitativo, quanto à intencionalidade das ações e o seu caráter transversal junto às nossas práticas. Como será destacado em tópicos adiante neste documento, o papel das comissões, em especial a metodológica é de justamente garantir a qualificação contínua das nossas equipes, garantindo que cada modalidade atue de forma consistente no alcance dos objetivos de prevenção das violências e no fortalecimento das estratégias territoriais do Programa Mediação de Conflitos.

Ainda sobre as oficinas, destacamos aqui uma forte performance nos meses de outubro (onde ocorreram o maior número de atendimentos na modalidade no ano) e novembro, apesar do recuo no mês de dezembro, que foi um fenômeno observado em todas as frentes de atendimento, em consonância com algo percebido também no 24º PA, pensando nas discussões do ano de 2024, tendo ênfase em 2025 em função do calendário que encurtou os dias úteis para a realização de quaisquer frentes de atendimento.

Modalidades de atendimento

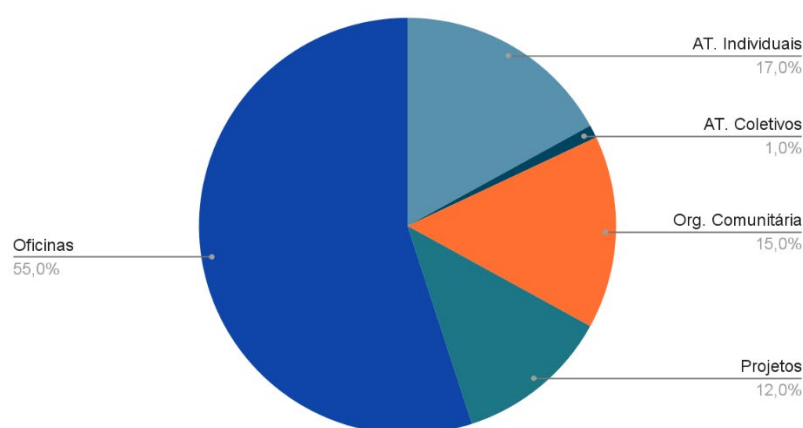


Gráfico 3: Modalidades de atendimento do PMC

A efetivação de toda essa discussão se dá através das ações das equipes, que reforçamos possuírem um caráter analítico e crítico, conversando tanto com recortes de calendários temáticos por vezes, mas também com as necessidades territoriais. Considerando as provocações da DCM no último período, listamos ações que dizem da dimensão e capilaridade do programa nos territórios, com destaque aos 21 dias de ativismo e a forma como este recorte temático dialoga com o nosso trabalho, bem como uma ação em alusão aos 20 anos do programa.

Iniciando pelo viés temático à priori, os 21 dias de ativismo trouxeram luz e serviram de norte para as equipes afirmarem seu lugar no combate a violências nos territórios - movimento este já bastante consolidado ao longo do ano - e que pôde ser ilustrado pela ação da equipe do Via Colégio, como discutimos abaixo:

A realização da 2ª roda de conversa "Vozes da Comunidade", no território Via Colégio, constituiu-se como uma estratégia de fortalecimento da participação social e da atuação em rede, articulando a celebração dos 20 anos do Programa Mediação de Conflitos a debates estruturantes sobre Segurança Pública Cidadã. A atividade reuniu moradores, referências comunitárias e atores da rede local, consolidando-se como espaço de escuta qualificada, diálogo e construção coletiva de sentidos sobre o território.

A inserção da temática dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres ampliou o alcance político-pedagógico da ação, ao promover uma reflexão crítica sobre as violências contra mulheres e meninas, com protagonismo de referências comunitárias e de agentes da rede de proteção. A oferta de atividades voltadas ao cuidado e ao bem-estar, desenvolvidas em parceria com a rede, reforçou a dimensão de cuidado integral e a intersetorialidade como elementos centrais da estratégia de prevenção, contribuindo para o fortalecimento de vínculos e para a ampliação do reconhecimento institucional do Programa no território.

Já no que diz respeito à sequência de comemorações vinculadas ao PMC e duas décadas de atuação, ressaltamos o território da UPC Rosaneves, que simboliza não somente a potência das ações envolvendo atores diversos e ampliando a capilaridade do programa, como também o sentido que ações territoriais carregam, como relatamos a seguir:

A ação desenvolvida pela equipe da UPC Rosaneves, em alusão aos 20 anos do Programa Mediação de Conflitos, configurou-se como uma estratégia de mobilização comunitária e atuação intersetorial voltada ao fortalecimento de fatores de proteção no território. Construída em articulação com referências comunitárias, associação de moradores e poder público municipal, a iniciativa reafirmou a centralidade das parcerias locais na consolidação de práticas preventivas sustentadas na corresponsabilização e no protagonismo comunitário.

A concentração de serviços públicos, atividades culturais e ações de convivência em espaços coletivos do bairro operou como mecanismo de ampliação do acesso a direitos, de resignificação do uso dos espaços públicos e de fortalecimento do sentimento de pertencimento e segurança comunitária. Ao integrar diferentes públicos e faixas etárias, a ação contribuiu para ampliar a capilaridade do Programa e para reforçar seu reconhecimento institucional no território, especialmente por meio da visibilização dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas, alinhando-se aos princípios da Segurança Cidadã que orientam o PMC.

No que diz respeito ao Indicador 1.3, a análise ampliada aponta que a estabilidade no número de ações junto às redes de proteção social reflete a consolidação do Programa como ator reconhecido nos arranjos intersetoriais dos territórios. A recorrência das equipes em espaços de articulação, aliada à condução de discussões de caso e à construção de fluxos, contribui para a institucionalização da Mediação de Conflitos como referência na gestão compartilhada de situações complexas, convocando gestões e equipes a estarem também, de forma cada vez mais assertiva, mais inseridas neste espaço a partir das provocações da DCM.

Reforça essa exposição a superação da meta em todos os períodos avaliatórios do ano, tendo neste a superação marcada em 5% aproximadamente. Ainda que existam desafios de ordens diversas - como os sinalizados no indicador 1.2 - o alcance da meta simboliza uma maior presença do PMC em espaços territoriais e nos mais diversos formatos de rede, como o gráfico abaixo simboliza:

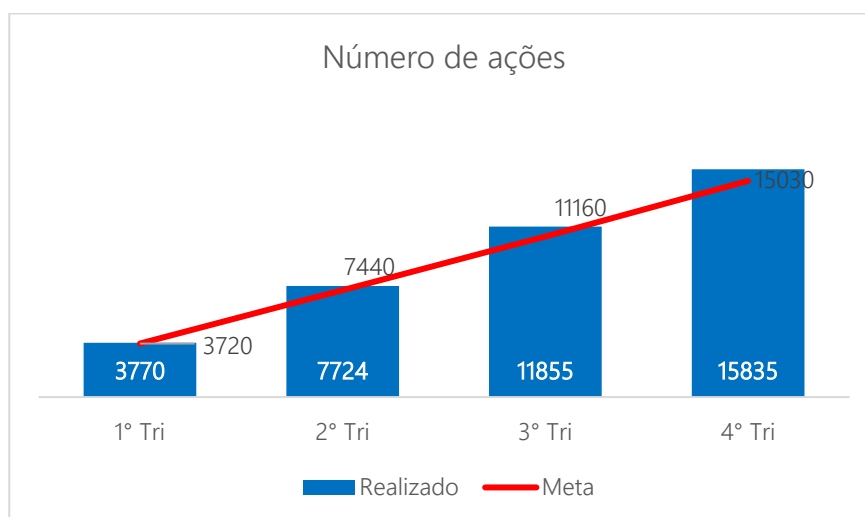


Gráfico 4: Indicador 1.3

Esse reconhecimento se expressa tanto no aumento da demanda por participação das equipes em espaços de rede quanto na ampliação da corresponsabilização entre os diferentes serviços envolvidos.

O aprofundamento do Indicador evidencia que a atuação em rede assume funções distintas conforme a maturidade institucional e comunitária dos territórios. Em contextos onde as redes se encontram mais estruturadas, as ações tendem a se concentrar no aprimoramento de fluxos e na qualificação das respostas aos casos, enquanto em territórios mais fragilizados a atuação do Programa frequentemente assume caráter indutor, contribuindo para a reativação de espaços coletivos e para a recomposição de vínculos interinstitucionais. Essa heterogeneidade reforça a leitura de que o indicador expressa não apenas quantidade de ações realizadas, mas também diferentes estágios de consolidação das redes de proteção social, aspecto central para a compreensão da efetividade territorial da política.

Considerando as construções do 27º PA e as considerações da DCM, buscamos formas e metodologias de diálogos entre territórios para pulverizar experiências e boas práticas, pensando especialmente já no planejamento para o próximo ano. Uma estratégia adotada, considerando o modelo de trabalho da supervisão de prevenção, foi de discutir, para além dos espaços ampliados já instituídos (como as capacitações para gestores e equipes), supervisões ampliadas e temáticas com o intuito de fomentar vínculos e trocas entre territórios iniciando pela gestão social, que cuida na ponta desde a gestão de pessoas do PMC à supervisão metodológica de analistas sociais.

Abaixo anexamos o registro de um desses espaços, que colocou em diálogo gestões de alguns territórios de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, fomentando um processo reflexivo dessas em relação ao ano de 2025, pensando os limites e possibilidades identificados, além de abrir uma janela de trocas entre territórios que vivem desafios comuns e/ou tem desenvolvido boas práticas que dialogam entre si.



Figura 3: Encontro de gestores sociais com a supervisão - dezembro 2025

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 73.962 •	• 81.523 •
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos e da realização de oficinas. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das UPCs, que registram elevada incidência de criminalidade violenta. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades: 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram realizados cumulativamente • 81.523 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta para o trimestre era de • 73.962 •, atingiu-se 110% do objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade.

Tabela 3: Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	1223	160	106	117	1606
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	1255	186	164	105	1710
JARDIM FELICIDADE	1577	226	242	161	2206
JARDIM LEBLON	2332	395	160	202	3089
MINAS CAIXA	1787	339	210	209	2545
MORRO DAS PEDRAS	1731	197	190	143	2261
PEDREIRA PRADO LOPES	1259	318	110	131	1818

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
PRIMEIRO DE MAIO	1014	148	132	149	1443
RIBEIRO DE ABREU	2263	271	240	223	2997
SANTA LÚCIA	1157	140	184	114	1595
SERRA	2193	189	235	204	2821
TAQUARIL	3500	377	532	228	4637
VILA PINHO	1434	236	273	299	2242
CITROLÂNDIA	2129	255	228	204	2816
JARDIM DAS ALTEROSAS	1526	157	162	208	2053
JARDIM TERESÓPOLIS	2630	354	321	207	3512
PTB	2671	396	318	293	3678
ESTRELA DALVA	813	254	134	94	1295
NOVA CONTAGEM	1630	186	175	157	2148
RESSACA	1232	167	94	72	1565
CARAPINA	1568	176	187	179	2110
TURMALINA	3145	528	294	319	4286
BOM JARDIM	2036	340	275	201	2852
OLAVO COSTA	2060	271	216	176	2723
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	3203	350	333	289	4175
JUSTINÓPOLIS	1155	288	215	244	1902
ROSANEVES	1561	217	275	170	2223
VENEZA	2362	185	206	195	2948
PALMITAL	2709	355	400	215	3679
VIA COLÉGIO	1338	116	182	161	1797
JARDIM CANAÃ	1251	123	132	138	1644
MORUMBI	1370	191	168	84	1813
MORRO ALTO	855	145	230	104	1334
TOTAL	59969	8236	7323	5995	81523

No que diz respeito ao indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, destacamos a equipe do PMC Bom Jardim/Esperança, no município de Ipatinga, iniciou a realização de atendimentos itinerantes na região do Nova Esperança, área caracterizada pelo baixo acesso dos moradores a serviços públicos e pela recorrência de diversas situações de violência.

Essa iniciativa coloca a equipe como destaque neste trimestre, alcançando a meta em 146%. Corroborando com esses dados, a equipe contou com a parceria do Centro de Saúde da região, o que possibilitou a participação das analistas nos grupos de convivência já existentes na unidade e, posteriormente, a responsabilidade pela condução e execução desses grupos. Ressalta-se que o grupo é composto majoritariamente por homens, o que permite à equipe aproximar-se de um público que, de modo geral, apresenta baixa frequência nos equipamentos públicos, mas que, em sua maioria, encontra-se diretamente envolvido nos fenômenos de violência presentes no território.

Em contrapartida, o ponto de atenção fica com a equipe do Morumbi, no município de Uberlândia, chegando apenas com 68% do indicador neste trimestre. É notório que a equipe não vem alcançando os indicadores durante o ano de 2025, fazendo com que as intervenções junto à Gestão Social se intensifiquem para que nos espaços de supervisão metodológica, a equipe conte com mais elementos para rever suas estratégias de atuação.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.534 •	• 2.930 •
Descrição do Indicador	
Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária: 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram atendidas em média • 2.930 • pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.534 •, alcançou-se 115% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 4: Distribuição da média mensal por UPC

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	100	68	88	85
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	100	109	56	88
JARDIM FELICIDADE	86	82	57	75
JARDIM LEBLON	87	37	45	56
MINAS CAIXA	160	44	54	86
MORRO DAS PEDRAS	72	80	73	75
PEDREIRA PRADO LOPES	183	39	47	90
PRIMEIRO DE MAIO	38	27	34	33
RIBEIRO DE ABREU	111	141	52	101
SANTA LÚCIA	70	84	43	66
SERRA	77	100	59	79
TAQUARIL	90	137	72	100
VILA PINHO	96	125	120	114
CITROLÂNDIA	152	140	119	137
JARDIM DAS ALTEROSAS	84	62	144	97
JARDIM TERESÓPOLIS	178	157	82	139

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
PTB	71	67	62	67
ESTRELA DALVA	92	50	57	66
NOVA CONTAGEM	82	60	79	74
RESSACA	105	69	36	70
CARAPINA	52	63	62	59
TURMALINA	200	133	128	154
BOM JARDIM	107	95	64	89
OLAVO COSTA	105	107	58	90
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	160	143	105	136
JUSTINÓPOLIS	153	112	136	134
ROSANEVES	53	143	46	81
VENEZA	74	79	66	73
PALMITAL	125	167	86	126
VIA COLÉGIO	56	101	53	70
JARDIM CANAÃ	79	95	117	97
MORUMBI	103	53	22	59
MORRO ALTO	48	117	32	66
TOTAL	3349	3086	2354	2930

No que tange ao indicador 1.2 - Média Mensal de Pessoas atendidas, iremos ressaltar duas equipes que se destacaram, seja pelo aumento muito superior à meta ou por uma dificuldade significativa para o alcance do indicador.

Aqui ressalta-se o trabalho contínuo de todos os atores que atuam com o programa, pensando no cuidado especial com as modalidades diversas de atendimento impulsionando a performance do PMC nos territórios ao longo do ano, como na UPC Justinópolis, que esteve 243% acima do indicador no trimestre, concluindo o ano com a contínua contemplação da meta e impulsionando a performance ao longo dos períodos. Isso não isola os desafios localizados quantitativa ou qualitativamente, mas permite um diálogo frente a essas duas formas de olhar os fenômenos de trabalho, com destaque especial ao alcance do teto de oficinas no segundo semestre e uma performance exponencial no indicador a partir da implantação, além dos espaços de supervisão voltados a potencializar outras práticas coletivas, como a de projetos.

Já o território da UPC Veneza apareceu com o primeiro período avaliatório de grande oscilação no ano, estando abaixo do indicador em 66%, onde pesa a análise modificações pontuais sobre o trabalho, com destaque à mudança da gestão e o acompanhamento dos processos de trabalho da equipe, que tem se organizado para potencializar a atuação territorial em aspectos coletivos com especial atenção a ações de organização comunitária e projetos.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 15.030 •	• 15.835 •
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente, entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido. Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social: 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa;	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram realizadas cumulativamente • 15.835 • ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 15.030 •, foi alcançado 105% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	27º PA	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CABANA	368	44	42	39	493
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	258	31	29	19	337
JARDIM FELICIDADE	204	39	35	12	290
JARDIM LEBLON	350	43	31	14	438
MINAS CAIXA	352	33	51	41	477
MORRO DAS PEDRAS	576	62	53	49	740
PEDREIRA PRADO LOPES	296	34	18	27	375
PRIMEIRO DE MAIO	484	45	32	51	612
RIBEIRO DE ABREU	319	54	52	31	456
SANTA LÚCIA	221	51	41	31	344
SERRA	447	113	49	24	633
TAQUARIL	452	62	65	67	646
VILA PINHO	339	39	42	26	446
CITROLÂNDIA	611	46	50	64	771
JARDIM DAS ALTEROSAS	259	25	34	19	337
JARDIM TERESÓPOLIS	437	57	68	33	595
PTB	302	38	31	29	400
ESTRELA DALVA	130	12	9	10	161
NOVA CONTAGEM	446	52	31	26	555
RESSACA	286	41	18	20	365
CARAPINA	437	40	42	41	560

UPC	27º PA	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TURMALINA	507	118	65	51	741
BOM JARDIM	201	27	27	20	275
OLAVO COSTA	531	64	52	61	708
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	337	42	45	34	458
JUSTINÓPOLIS	291	61	30	28	410
ROSANEVES	227	32	34	18	311
VENEZA	498	32	92	49	671
PALMITAL	528	62	80	31	701
VIA COLÉGIO	234	28	25	19	306
JARDIM CANAÃ	348	36	36	38	458
MORUMBI	364	53	45	26	488
MORRO ALTO	215	17	30	15	277
TOTAL	11855	1533	1384	1063	15835

No que tange ao indicador 1.3 - Média Mensal de Pessoas atendidas, iremos ressaltar duas equipes que se destacaram, seja pelo aumento muito superior à meta ou por uma dificuldade significativa para o alcance do indicador.

Retomamos a discussão do indicador para ilustrar como este período foi marcado pela consolidação do programa junto a redes locais e estratégicas, impulsionando resultados nos nossos territórios.

Esse fator se exemplifica com a atuação da equipe PMC Turmalina, no município de Governador Valadares, que tem se destacado com um número elevado nas articulações com a rede parceira, chegando no percentual de 152%. Percebemos que a equipe atinge de forma estratégica a comunidade, favorecendo todas as articulações institucionais no território.

Já sob outra perspectiva, temos a equipe do PMC Estrela Dalva, no município de Contagem, que atingiu apenas 62% do indicador neste trimestre. A unidade foi implantada no ano de 2025 e inicialmente conseguiu bons resultados para o indicador de rede, porém neste trimestre a reformulação da equipe acabou impactando em suas articulações, fazendo com a prioridade fosse a vinculação comunitária, deixando a rede em um segundo plano. Essa estratégia foi importante para que os moradores sentissem mais confiança com o programa no período de transição da equipe de analistas.

Intervenções da supervisão de prevenção social à criminalidade a partir da análise dos indicadores e metas

Neste último trimestre de 2025, os Supervisores de Prevenção Social à Criminalidade de referência do Programa Mediação de Conflitos (PMC) desenvolveram um conjunto de ações junto às equipes técnicas e gestores sociais. Essas ações incluíram atividades de supervisão com os gestores sociais, formações, reuniões estratégicas e participações em espaços institucionais articulados com a SUPEC, a Subgerência de Prevenção Social à Criminalidade e com as Gerências de RH e Monitoramento do Instituto Elo.

É importante ressaltar que, para além das atividades contabilizadas nos indicadores, os supervisores mantiveram interlocuções frequentes com os gestores sociais por meio de ligações telefônicas e mensagens via aplicativo WhatsApp. Esses contatos oportunizaram a construção conjunta de orientações metodológicas, análises de casos e reflexões sobre as dinâmicas sociais e criminais dos territórios atendidos pelo PMC.

Foram realizadas 40 (quarenta) supervisões com os gestores sociais de referência e contrarreferência, além de 9 (nove) espaços de capacitações, sendo 2 (duas) capacitações introdutórias para equipes e 2 (duas) para os gestores sociais recém-chegados ao Programa, 3 (três) encontros de capacitação metodológica para os gestores, e 2 (dois) encontros de formação com temáticas relevantes para a qualificação do trabalho prático das equipes e da gestão social.

Como mencionamos acima, foram realizadas duas capacitações iniciais para analistas recém-chegados ao programa, uma delas se deu com as equipes das UPC's São Raimundo (Governador Valadares) e Manoel Pimenta (Teófilo Otoni), visando iniciar as discussões acerca da metodologia dos programas uma vez que eram equipes que estavam iniciando o processo de diagnóstico territorial, sem um conhecimento substancial sobre a política de prevenção e a metodologia do programa. Também realizamos a capacitação inicial com os gestores recém-chegados ao cargo, que no caso da base territorial foram três, alocados nas UPC's Jardim Leblon e Minas Caixa (Belo Horizonte), Palmital e Via Colégio (Santa Luzia) e Veneza (Ribeirão das Neves). Neste espaço foi possível trabalhar tanto os aspectos metodológicos quanto institucionais gerais e que perpassam a atuação da gestão social.

Nos encontros de capacitação metodológica para os gestores de outubro, trabalhamos sobre as dúvidas e reflexões do novo instrumental de Monitoramento e Análise da Dinâmica Criminal do PMC, visando refletir sobre os desafios encontrados no preenchimento, bem como buscamos qualificar a compreensão dos gestores quanto à perspectiva de construção do plano de ação a partir da leitura das dinâmicas territoriais realizadas no período, com o objetivo de atuar, de forma mais diretiva nos fenômenos de violência que surgem no território. Em consonância com essa temática, o Encontro de Formação de outubro com a temática “Estratégias de intervenções e de comunicação para o enfrentamento de violências”, em que trabalhamos uma discussão de caso com as equipes e gestores a partir do preenchimento do instrumental mencionado, visando potencializar a leitura dos fenômenos de violência do território e qualificar as ações direcionando-as, cada vez mais, para a prevenção destes fenômenos de violências.

Salientamos que este instrumental tem como objetivo responder ao cenário do ranking de homicídios e a crescente dos fenômenos de violência que impactam os territórios. Nessa conjuntura, trabalhamos para que a análise sistemática da leitura da dinâmica territorial esteja em consonância com as propostas de intervenções nos territórios, buscando construir intervenções efetivas de prevenção social às violências e criminalidades.

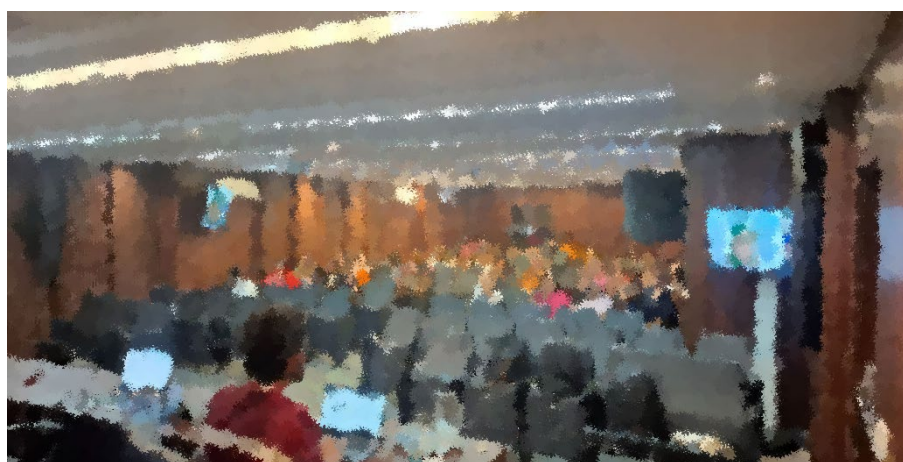


Figura 4: Encontro de Formação de Outubro

Em dezembro foi realizada uma capacitação com os gestores para apresentação do novo indicador de resultado e da ficha de atendimento individual reconfigurada, tendo em vista que o uso desse instrumental se daria no início de 2026. Em consonância, o Encontro de Formação de dezembro com equipes e gestores foi um espaço muito potente, sendo dividido em dois momentos. No primeiro foi apresentado o trabalho das comissões metodológica e de comunicação, a primeira apresentando as discussões e alterações metodológicas realizadas ao longo do ano, e a segunda com a apresentação da revista de 20 anos do Programa. No segundo momento foi realizada a apresentação do novo indicador de resultado e da ficha de atendimento individual reconfigurada para atender a este indicador.



Figura 5: Foto da Comissão de Comunicação no Encontro de formação de Dezembro



Figura 6: Foto da Comissão Metodológica no Encontro de Formação de Dezembro

Em dezembro também foi realizado um espaço integrado de formação para os gestores, espaço este que foi construído pelos gerentes Rafaela e Diogo e o subgerente Delor com a participação da supervisão de prevenção. Neste espaço foi trabalhado a importância dos relatórios gerenciais e de monitoramento para nortear o trabalho das equipes na ponta, assim como foi um momento em que Rafaela dialogou sobre algumas pautas referentes ao Departamento de Recursos Humanos. A supervisão de prevenção, por sua vez, trabalhou os aspectos relacionados às mudanças institucionais que ocorreram em 2025 e impactaram tanto a gestão social quanto a supervisão; as entregas realizadas até o 3º trimestre do ano, bem como as perspectivas para 2026 no que tange ao acompanhamento metodológico, incluindo mais capacitações integradas ao longo do ano.

Destacamos que foram realizadas duas supervisões conjuntas no trimestre, possibilitando o diálogo transversal de territórios. Uma dessas supervisões contou com a participação de gestores sociais do Morro Alto, Palmital/Via colégio, Minas Caixa/Jardim Leblon e Ribeiro de Abreu. Sendo este um espaço em que foi possível dialogar sobre o desenvolvimento de liderança e os desafios que perpassam o cargo da gestão social, bem como foi possível dialogar sobre os aspectos da dinâmica social e das violências que dialogam com diferentes territórios, assim como foi possível refletir sobre mobilização social e as diferenças geracionais que afetam o modo de engajamento comunitário e as pautas de reivindicações das referências comunitárias. Esses espaços integrados potencializam o compartilhamento de informações e de percepções, promovendo maior articulação entre diferentes territórios, possibilitando o aprimoramento das práticas visando uma maior efetividade nas intervenções realizadas.

Demos continuidade no acompanhamento das UPC's Manoel Pimenta e São Raimundo, recém-implantadas, principalmente no que tange ao diagnóstico realizado pelas equipes, em que participamos das reuniões conduzidas pelo setor de monitoramento de projetos que tinha como pauta o alinhamento do diagnóstico, cronograma das entregas, compartilhamento do histórico territorial e municipal que surgiu a partir da pesquisa construída pelas equipes, e orientação quanto à aplicação dos questionários. Esses espaços contribuíram para o esclarecimento de algumas dúvidas e reflexões por parte da equipe.

Ainda nesse aspecto das capacitações fomos convidados a ministrar uma capacitação para a equipe do Programa Proteja Minas com a temática *"Construção de Vínculos: caminhos para o acolhimento de mulheres e meninas"*. Para este momento foi realizada uma reunião com a supervisora de prevenção do Programa Proteja Minas, Luziene Rodrigues, em que nos foi apresentada uma proposta sobre as expectativas e o que se fazia necessário para trabalhar naquele espaço. E no dia 22/12/26 realizamos a capacitação com a equipe do Programa Proteja Minas em que trabalhamos aspectos sobre escuta, acolhimentos, construção de vínculo e as dificuldades de mulheres em situação de violência doméstica se vincularem aos serviços socioassistenciais. Este foi um encontro potente, em que possibilitou que a equipe participasse ativamente, trazendo exemplos práticos de casos que são atendidos e das estratégias utilizadas por elas nessa temática, tendo sido possível a construção conjunta e reflexão sobre a qualificação e aprimoramento para o fortalecimento de vínculos com o público atendido.

Neste trimestre, foi finalizado o trabalho construído com as comissões do PMC:

- A Comissão Metodológica, composta por supervisores, diretoria, analistas e gestores sociais, finalizou as discussões sobre as modalidades coletivas de atendimentos (organização comunitária, atendimentos coletivos e projetos). Nessa conjuntura foi possível construir uma atualização conceitual dessas modalidades de atendimento, assim como foi construído mais um campo de avaliação de projetos que será realizado juntamente com as pessoas que contribuíram na elaboração do projeto.
- A Comissão de Comunicação finalizou a produção da revista *Entremeios de 20 anos do PMC*. Salientamos que foram reunidos textos, poemas, fotografias e relatos das equipes de todos os territórios do Estado, visando apresentar diferentes territórios e intervenções realizadas pelas equipes, de modo a visibilizar as mais diversas e criativas possibilidades de intervenções e análises focadas na prevenção aos diferentes fenômenos de violências que se apresentam, em consonância com a perspectiva da segurança cidadã.

Neste trimestre, a supervisão de prevenção realizou duas viagens aos municípios de Juiz de Fora e Ipatinga, a fim de realizar supervisões presenciais com as gestoras sociais de base territorial. Oportunizando que os supervisores realizassem circulação pela área de abrangência, visitassem oficinas, e dessem continuidade às construções de intervenções juntamente com as gestões sociais.

Neste último trimestre demos continuidade à participação no Comitê de Oficinas do PMC, que é composto por atores da Diretoria do programa, supervisores e a gerência de monitoramento do Instituto Elo, a fim de promover um espaço dialógico entre esses atores e as oficinas, fortalecendo a execução das oficinas e fomentando a participação social desse grupo. Ao longo do ano, os encontros se tornaram cada vez mais potentes com os questionamentos e proposições deste grupo.

No dia 31 de outubro foi realizado o *Projeto Beleza em cena - 1º Desfile de cabelo e maquiagem das oficinas dos Programas FV e PMC*, em que a supervisão participou ativamente das reuniões de preparação/organização, e do espaço em si. Este foi um momento potente para as oficinas de ambos os programas, trabalhando a arte, cultura, autocuidado e valorização pessoal para os participantes das oficinas, e promovendo o diálogo sobre identidade, beleza, empoderamento coletivo e protagonismo comunitário.

Destacamos que neste trimestre intensificamos as reuniões de integração entre os supervisores de prevenção dos Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo, visando construir estratégias de integração entre os programas, possibilitando a proposição de agendas conjuntas, como por exemplo capacitações de temas transversais e supervisões conjuntas. Além disso, tivemos a primeira reunião integrada de Diretorias, em que foi possível alinhar algumas propostas para o lançamento do curso *Formação em Prevenção Social à Criminalidade – Fica Vivo! e Mediação de Conflitos*, bem como discutir alguns casos cuja complexidade exigia a intervenção de diferentes atores.

Ainda pensando no aspecto de integração entre os programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos, tendo em vista que a supervisão de prevenção assumiu as reuniões preparatórias do GIE Vida, realizamos várias reuniões de RPGIE com os gestores sociais, assim como participamos de uma reunião de avaliação da transição do RPGIE com a gerente de Intervenção Estratégica, Marcelina. Tendo sido possível dialogar sobre os desafios e pontos positivos encontrados pelos supervisores ao protagonizarem este espaço, realizar o alinhamento sobre os aspectos que devem constar na apresentação dos gestores sociais e o cronograma de ocorrência das reuniões. Este foi um momento dialógico em que foi possível apresentar os aspectos observados pela supervisão, assim como construir o alinhamento sobre as perspectivas para 2026. Também cabe ressaltar que a supervisão de prevenção do FV e do PMC participou do encerramento do GIE Vida no dia 05 de dezembro, em que houve um momento de apresentação de resultados e balanço do GIE Vida 2025, e a palestra com a temática *"Atuação das Facções criminosas no Sistema Prisional"*.

A supervisão também participou como ouvinte do seminário "Crime Organizado e sua Similaridade com as Ações e Grupos Terroristas", promovido pela SEJUSP, que ocorreu nos dias 25 e 26 de novembro, este evento teve como objetivo promover um debate aprofundado sobre dinâmicas do crime organizado e suas aproximações com táticas típicas de grupos terroristas.

Destacamos que a supervisão iniciou o diálogo com a Sydle visando construir o sistema do PMC, em que nesse primeiro encontro, dialogamos sobre o programa, as modalidades de atendimento do programa, a abertura e encerramento das fichas, os indicadores e as modificações futuras em função do indicador de resultado que seria implantado em 2026. No segundo encontro dialogamos sobre a construção de uma agenda fixa para a construção do sistema e a perspectiva de cronograma.

As reuniões com o Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos do Instituto Elo, ocorreram com a frequência mensal com a participação do gerente do setor, o subgerente de prevenção à criminalidade e das supervisões de prevenção de todos os programas. Além desse espaço, ocorreram reuniões conjuntas com o Departamento de Recursos Humanos, a fim de se transmitir diretrizes para o trabalho e as modificações institucionais. Destacamos que também foram realizadas reuniões com o subgerente de prevenção à criminalidade com os supervisores de prevenção de todos os programas visando qualificar o alinhamento entre estes atores e construir uma agenda integrada para 2026, buscando construir espaços transversais de capacitação.

A supervisão de prevenção manteve sua participação em diversas reuniões e espaços estratégicos com atores da SUPEC, tais como reuniões com a Superintendência, em que trabalhamos aspectos referentes ao novo cargo da supervisão de prevenção, dos novos indicadores dos programas, das áreas de abrangência das UPC's e a dinâmica social das violências e criminalidades dos territórios.

Por fim, ressalta-se que as reuniões com a Diretoria do Programa seguem ocorrendo semanalmente, às quintas-feiras, garantindo um espaço contínuo de alinhamento e planejamento estratégico para a melhor execução do programa na ponta. Além dessas reuniões, também tivemos a oportunidade de nos reunir juntamente com a Diretoria do Programa e a Superintendente Flávia Mendes a fim de apresentar as alterações metodológicas propostas para 2026. Nessa conjuntura, realizamos uma reunião com o setor da Gestão da Informação (AGI) para tratarmos sobre o novo indicador de resultados proposto e as alterações no instrumental de atendimento individual e construirmos as possibilidades de adaptação na planilha de relatório quantitativo. Finalizamos dezembro contribuindo com a atualização do Guia Metodológico e de Gestão da Informação das equipes para 2026 e alinhando o planejamento e diretrizes para o trabalho em 2026.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

Durante o quarto trimestre de 2025, correspondente aos meses de outubro, novembro e dezembro, observou-se um conjunto significativo de alterações na dinâmica territorial das áreas de abrangência e atuação do Programa Fica Vivo!. Esse período foi marcado pelo aumento quantitativo dos homicídios consumados, bem como pela intensificação de diversas expressões de violência, as quais se desdobraram em processos mais rígidos de regulação territorial e na ampliação das áreas sob domínio de organizações criminosas (ORCRIMs) e facções de atuação nacional. Tais mudanças impactaram diretamente as condições de circulação, convivência e acesso a serviços e políticas públicas nos territórios acompanhados pelo Programa.

Ao longo do ano de 2025, os programas de atuação em base territorial enfrentaram desafios complexos e recorrentes, especialmente em territórios caracterizados por elevados níveis de conflagração social. Em muitos desses contextos, verificou-se a intensificação da entrada, consolidação e atuação de facções criminosas nacionais, como o Comando Vermelho (CV), o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Terceiro Comando Puro (TCP), entre outras. A presença e expansão dessas organizações produziram impactos significativos sobre a organização comunitária e a dinâmica territorial, seja pela imposição de normas e regras informais que restringem a circulação de moradores e profissionais, seja pela limitação do acesso a equipamentos, serviços públicos e ações institucionais.

Além disso, a atuação das facções tem se materializado por meio de práticas violentas diversas, que incluem ameaças, intimidações, confrontos armados e disputas territoriais, muitas das quais resultaram em homicídios. Ainda que nem todas as formas de atuação observadas tenham culminado diretamente em mortes violentas, compreende-se que tais práticas são, em sua totalidade, orientadas por lógicas de violência e coerção, produzindo instabilidade permanente nos territórios e aprofundando o sentimento de insegurança vivenciado pela comunidade, em especial por adolescentes e jovens.

No último trimestre do ano, diante desse cenário complexo, destacou-se o investimento das equipes do Programa Fica Vivo! na qualificação da leitura da dinâmica social das violências e criminalidades presentes nos territórios. Esse esforço teve como objetivo subsidiar a construção de intervenções mais consistentes, contextualizadas e assertivas, capazes de responder às especificidades territoriais e de contribuir para o alcance das metas pactuadas nos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3. Tal qualificação envolveu a análise contínua dos conflitos em curso, das transformações territoriais recentes e das condições de segurança para a execução das ações programadas.

Considerando os apontamentos e recomendações registrados no relatório de monitoramento, tornou-se necessário explicitar as estratégias adotadas como mecanismos de condução e alcance das metas estabelecidas para o indicador 2.2, referente à média mensal de jovens participantes em oficinas. Nesse sentido, foram implementadas diferentes estratégias operacionais e metodológicas, visando mitigar os impactos das instabilidades territoriais sobre a execução das atividades. Dentre as principais estratégias adotadas, destacam-se:

- A dilação dos prazos para reposição de oficinas não executadas, em decorrência de impedimentos diretamente relacionados à dinâmica social das violências e criminalidades, como conflitos armados, restrições de circulação e situações de risco iminente;
- A readequação dos espaços de realização das oficinas, a partir de uma leitura territorial qualificada, com o objetivo de garantir maior segurança, ampliar a adesão dos participantes e dialogar de forma mais efetiva com as demandas, interesses e necessidades expressas pelas juventudes atendidas;
- O investimento no monitoramento sistemático dos espaços de oficinas, visando fortalecer a aproximação com o público participante, qualificar o vínculo com adolescentes e jovens e ampliar as possibilidades de identificação e realização de atendimentos individuais, quando necessário;

- O investimento na elaboração, organização e execução de festivais esportivos e atividades coletivas ampliadas, com destaque para ações realizadas ainda no mês de dezembro em algumas unidades, como estratégia de mobilização territorial, fortalecimento de vínculos comunitários e ampliação do alcance das ações do Programa.

Para além das estratégias específicas voltadas ao indicador 2.2, ressalta-se a continuidade e o fortalecimento da articulação entre os eixos de Proteção Social e Intervenção Estratégica. Essa articulação tem se orientado pela perspectiva de ampliação e captação de recursos destinados à execução de ações estratégicas de proteção social, visando responder de forma integrada às demandas emergentes dos territórios e contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais que atravessam as trajetórias juvenis.

Os indicadores 2.1 e 2.3 apresentaram desempenho acima do esperado no período avaliado, evidenciando o elevado grau de comprometimento das equipes técnicas com o acompanhamento sistemático da gestão social, bem como o investimento contínuo na articulação e no fortalecimento das parcerias estabelecidas com o grupo de oficineiros. Tal desempenho reflete a qualificação dos processos de planejamento, monitoramento e execução das ações, além do alinhamento entre as equipes, os oficineiros e os objetivos pactuados no âmbito do Programa.

A seguir, apresenta-se o descritivo das metas pactuadas no Contrato de Gestão nº 02/2019 e os quantitativos efetivamente alcançados no trimestre:

Tabela 6: Indicadores e metas do Fica Vivo!

Indicador	Meta	Alcançado	%
2.1	3133	3447	110%
2.2	9792	9667	98%
2.3	121730	137279	113%

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3.133 •	• 3.447 •
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPCs (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, • 3.447 • encontros de oficiais por mês. A meta estabelecida foi de • 3.133 •. Portanto, o Programa superou em 10% o estabelecido. Na tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.”

Tabela 7 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	166	150	175	164
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	97	87	92	92
JARDIM FELICIDADE	113	108	120	114
JARDIM LEBLON	105	98	103	102
MINAS CAIXA	81	71	81	78
MORRO DAS PEDRAS	120	116	132	123
PPL	82	77	85	81
PRIMEIRO DE MAIO	95	78	97	90
RIBEIRO DE ABREU	129	110	124	121
SANTA LÚCIA	99	91	101	97
SERRA	142	116	137	132
TAQUARIL	136	104	118	119
VILA PINHO	100	71	69	80
CITROLÂNDIA	118	102	126	115
JARDIM DAS ALTEROSAS	66	62	64	64
JARDIM TERESÓPOLIS	101	116	106	108
PTB	96	91	103	97
ESTRELA D'ALVA	57	49	55	54
NOVA CONTAGEM	149	128	153	143

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
RESSACA	98	86	98	94
CARAPINA	71	67	69	69
TURMALINA	65	62	81	69
BOM JARDIM	85	73	83	80
OLAVO COSTA	115	105	118	113
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	147	159	141	149
JUSTINÓPOLIS	125	109	123	119
ROSANEVES	92	87	85	88
VENEZA	145	123	142	137
PALMITAL	133	123	121	126
VIA COLÉGIO	112	97	109	106
JARDIM CANAÃ	102	89	97	96
MORUMBI	111	109	104	108
MORRO ALTO	119	110	133	121
TOTAL	3572	3224	3545	3447

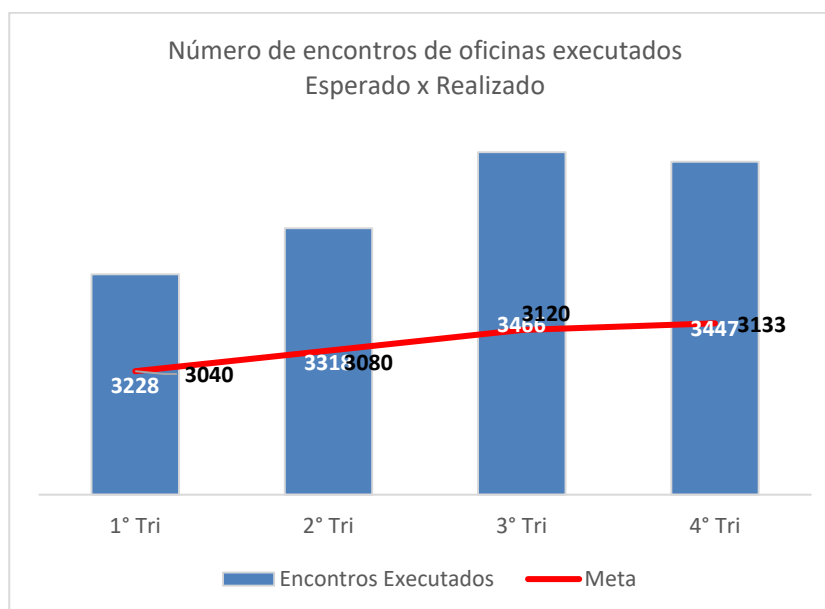


Gráfico 5: Performance do Indicador 2.1

A seguir destacamos os territórios e equipe que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

Tabela 8: Número de encontro de oficinas destaques

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
CABANA	166	150	175	491	163
NOVA CONTAGEM	149	128	153	430	143
SERRA	142	116	137	395	131

Cabana

No período avaliatório, a UPC Cabana apresentou desempenho consistente na execução das oficinas do Programa Fica Vivo!, configurando-se como uma das unidades de referência no alcance e na superação das metas do Indicador 2.1. Esse resultado está diretamente associado à consolidação metodológica das ações preventivas no território, à estabilidade do

quadro de oficinairos e ao acompanhamento sistemático realizado pela equipe técnica, que tem garantido regularidade, qualidade pedagógica e continuidade das atividades.

A manutenção de oficinas ativas, com encontros regulares e baixa descontinuidade, evidencia um alinhamento eficaz entre gestão, equipe técnica e oficinairos, possibilitando respostas ágeis a ajustes de cronograma, reposições de encontros e reorganizações pontuais, sem prejuízo à qualidade da execução. Tal estabilidade diferencia a UPC Cabana de outras unidades que enfrentam fragilidades estruturais, como alta rotatividade de oficinairos e interrupções prolongadas de oficinas, reafirmando seu papel como experiência bem-sucedida no âmbito do Programa.

As oficinas desenvolvidas na UPC Cabana têm se consolidado como espaços estratégicos de convivência, escuta qualificada e fortalecimento de vínculos juvenis, permitindo a abordagem contínua de temas sensíveis ao contexto territorial, como violência, gênero, masculinidades, envolvimento com a criminalidade e circulação segura no território. Destaca-se a capacidade da unidade de articular conteúdos preventivos de forma transversal às práticas esportivas e culturais, ampliando o alcance pedagógico das ações e favorecendo a permanência dos jovens nas atividades.

Como exemplo de boas práticas, as intervenções temáticas realizadas nas oficinas esportivas demonstram a possibilidade de integração entre prevenção da violência, educação para a convivência comunitária e promoção de resoluções não violentas de conflitos. As ações de intercâmbio entre oficinas, com destaque para o futsal feminino, fortaleceram o protagonismo juvenil, ampliaram a circulação segura das jovens por outros territórios e contribuíram para o acesso a direitos por meio do esporte e da construção coletiva de saberes.

De forma transversal, a UPC Cabana tem mantido diálogo permanente com adolescentes e jovens sobre os riscos associados ao envolvimento com facções criminosas e à rotulação identitária vinculada à criminalidade, reafirmando o papel estruturante do Programa Fica Vivo! na prevenção de homicídios. A experiência da unidade evidencia que a estabilidade de equipes, o suporte institucional contínuo e a consolidação metodológica são fatores centrais para a efetividade das ações preventivas, podendo subsidiar estratégias de reengenharia e redistribuição de oficinas em UPCs com maior fragilidade, conforme recomendado no âmbito do Indicador 2.1.

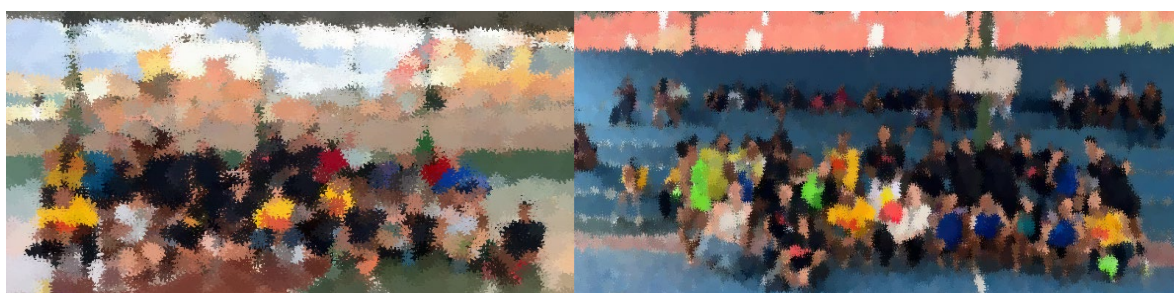


Figura 7: Intercâmbio oficina de Futsal Feminino - UPC's Cabana e Jardim Felicidade - Outubro de 2025

Nova Contagem

No período avaliatório, a UPC Nova Contagem manteve um conjunto de oficinas do Programa Fica Vivo! em funcionamento regular, com participação ativa de oficinairos e jovens. A estabilidade do número de encontros realizados e a superação das metas pactuadas estão diretamente associadas à coesão do grupo de oficinairos, à baixa rotatividade de profissionais e à consolidação dos vínculos com o Programa, fatores que asseguram continuidade e qualidade na execução das ações preventivas no território.

A atuação articulada entre equipe técnica e gestão social tem garantido acompanhamento sistemático das oficinas, suporte pedagógico permanente e construção coletiva de estratégias metodológicas voltadas ao fortalecimento do engajamento juvenil. Essa dinâmica organizacional tem possibilitado ajustes oportunos nos cronogramas, reposição de encontros e adequação das atividades às demandas do território, diferenciando a UPC Nova Contagem de unidades que enfrentam fragilidades decorrentes de descontinuidade de oficinas, escassez de oficinairos ou instabilidade contratual.

As oficinas desenvolvidas têm se consolidado como espaços estratégicos de convivência juvenil, escuta qualificada e fortalecimento de vínculos, articulando práticas culturais, esportivas e de circulação territorial como dispositivos centrais de prevenção às violências. Destacam-se as ações culturais, as atividades de circulação e os eventos interterritoriais, que

ampliam o acesso das juventudes ao lazer, à cultura e à ocupação segura de outros espaços da cidade, contribuindo para a ampliação de repertórios sociais e para a construção de trajetórias juvenis mais seguras.

O desempenho positivo da UPC Nova Contagem evidencia a apropriação metodológica dos profissionais envolvidos e a coerência entre planejamento, execução e resultados alcançados. Essa experiência reforça que a estabilidade das equipes, o acompanhamento técnico contínuo e a consolidação da metodologia preventiva são elementos estruturantes para o alcance das metas do Indicador 2.1, podendo subsidiar estratégias de redistribuição de oficinas, fortalecimento de unidades com maior fragilidade e reengenharia da captação e vinculação juvenil, conforme recomendado pela DPJU, assegurando maior equidade, capilaridade e continuidade do Programa Fica Vivo! no conjunto dos territórios atendidos.



Figura 8: Projeto de Circulação no Parque Fernão Dias - Outubro de 2025

Serra

A UPC Serra apresentou, no período avaliatório, desempenho expressivo quanto ao número de encontros de oficinas realizados, contribuindo positivamente para o resultado global do Indicador 2.1 e evidenciando a consolidação das ações metodológicas preconizadas pelo Programa Fica Vivo!. A regularidade das atividades e a diversidade de projetos desenvolvidos têm favorecido o fortalecimento de vínculos com adolescentes e jovens, mesmo em um território marcado por dinâmicas complexas de violência e vulnerabilidade social.

O alcance das metas pactuadas na unidade decorre da articulação de fatores estruturantes, entre os quais se destacam a estabilidade e o comprometimento do grupo deicineiros, o acompanhamento técnico contínuo realizado pela equipe do Programa e o alinhamento entre gestão, equipe técnica e oficineiros na definição de estratégias voltadas à manutenção da qualidade, da frequência e da continuidade das oficinas. Esse acompanhamento tem possibilitado ajustes metodológicos e operacionais oportunos, mitigando riscos de descontinuidade e assegurando a regularidade das ações, em consonância com as diretrizes do Indicador 2.1.

As ações desenvolvidas, como projetos de intercâmbio entre oficinas, circulações territoriais e interterritoriais, mostras de oficinas em espaços escolares e participação em iniciativas locais e interinstitucionais, demonstram a capacidade da UPC Serra de qualificar a execução das oficinas e ampliar o alcance das atividades junto às juventudes do território. Essas estratégias contribuem para a diversificação das experiências ofertadas, para a valorização das produções juvenis e para o fortalecimento do protagonismo dos jovens, consolidando as oficinas como espaços de convivência, expressão e construção de trajetórias alternativas à violência.

Embora o desempenho da UPC Serra se apresente positivo no âmbito do Indicador 2.1, a análise reforça a importância de manter atenção contínua à sustentabilidade das ações, considerando o cenário de heterogeneidade entre as unidades do

Programa. A experiência da Serra evidencia que a estabilidade de equipes, o suporte técnico permanente e a diversificação metodológica são fatores centrais para o alcance das metas individualizadas por unidade, podendo subsidiar estratégias de fortalecimento de UPCs com maior fragilidade, conforme recomendado pela DPJU, assegurando maior equidade, capilaridade e continuidade na execução do Programa Fica Vivo!.

Tabela 9: Número de Encontros de Oficinas destaques

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
JARDIM DAS ALTEROSAS	66	62	64	192	64
ESTRELA D'ALVA	57	49	55	161	54
CARAPINA	71	67	69	207	69

Jardim das Alterosas

A UPC Jardim das Alterosas apresenta, no período de referência, um cenário que impacta negativamente o alcance das metas pactuadas, em razão da redução significativa do número de oficinas em execução, especialmente em função do encerramento de algumas atividades. Registra-se que os desligamentos dosicineiros ocorreram por iniciativa dos próprios profissionais, motivados por diferentes fatores, entre eles a compreensão de conclusão do ciclo junto ao Programa e questões relacionadas à organização pessoal.

Em atendimento às recomendações apresentadas no 27º período avaliativo, a equipe técnica, em articulação com a gestão social e sob acompanhamento da Supervisão de Prevenção, tem efetivado estratégias voltadas à qualificação das demandas, buscando maior aderência às especificidades e interesses das juventudes do território. Paralelamente, evidenciou-se a necessidade de aprofundar a análise da dinâmica territorial, com vistas à identificação dos espaços ocupados pelas juventudes e às possibilidades de implantação de oficinas mais assertivas, alinhadas às dinâmicas locais e às potencialidades comunitárias.

Diante do cenário identificado, torna-se necessário realizar um mapeamento atualizado dos espaços de circulação e convivência das juventudes no território de abrangência da UPC Jardim das Alterosas, considerando seus aspectos socioculturais, institucionais e comunitários. A partir dos resultados desse mapeamento, pretende-se construir estratégias que viabilize a execução de atividades de forma contínua, priorizando metodologias e temáticas que dialoguem de forma mais direta com os interesses e demandas identificadas junto às juventudes.

Paralelamente, faz-se fundamental o fortalecimento da articulação intersetorial e comunitária, com vistas à ampliação de parcerias locais que contribuam para a implementação e a sustentabilidade das oficinas no território. Nesse processo, indica-se a necessidade de reavaliar, em conjunto com a gestão social, as estratégias de captação e permanência deicineiros, considerando mecanismos de acompanhamento, apoio técnico e alinhamento prévio quanto aos ciclos de atuação no âmbito do Programa.

Estrela D'Alva

No que se refere ao desempenho da UPC Estrela D'Alva no Indicador 2.2, os resultados observados devem ser analisados à luz do estágio recente de implantação do Programa Fica Vivo! no território e do desempenho global do indicador, que alcançou 98% da meta. Nesse contexto, a experiência da unidade evidencia uma condução estratégica compatível com as orientações da DPJU, ao privilegiar a consolidação gradual das ações e a mitigação dos impactos decorrentes das dinâmicas sociais e criminais locais.

O processo de implantação do quadro de oficinas, atualmente composto por seis oficinas ativas, tem ocorrido de forma planejada e progressiva, refletindo a preocupação da equipe técnica em qualificar a leitura territorial, identificar demandas reais das juventudes e assegurar a definição de espaços adequados e minimamente seguros para a execução das atividades. Ainda que o quantitativo de oficinas seja inferior ao de unidades mais consolidadas, essa estratégia tem evitado implantações precárias ou descoladas da realidade local, contribuindo para a construção de bases sólidas de engajamento juvenil e para o crescimento gradual dos atendimentos vinculados ao Indicador 2.2.

A atuação da equipe técnica e o acompanhamento próximo das oficinas configuram-se como elementos centrais para os resultados iniciais observados. A condução cuidadosa, propositiva e territorialmente situada tem favorecido a construção de vínculos consistentes com adolescentes, jovens e referências comunitárias, permitindo que os atendimentos extrapolem os espaços formais das oficinas e se desdobrem em ações de circulação, acompanhamentos individuais e articulações com a rede local. Essa dinâmica reforça o papel das oficinas como principal porta de entrada para o Programa Fica Vivo!, mesmo em um território marcado por reconfigurações da dinâmica criminal e fragilização de laços familiares protetivos.

Destaca-se, ainda, que a natureza das oficinas ofertadas, associada às ações complementares de circulação e articulação interterritorial, tem contribuído para ampliar o engajamento juvenil, fortalecer vínculos e criar oportunidades de socialização, lazer protegido e acesso a direitos. Embora essas experiências ainda estejam em fase de consolidação, elas se mostram alinhadas aos pressupostos metodológicos do Programa e apresentam potencial significativo para a ampliação do número de jovens atendidos nos próximos ciclos avaliativos, respondendo de forma progressiva ao déficit global identificado no Indicador 2.2.

Por fim, o acompanhamento técnico contínuo, aliado ao diálogo permanente comicineiros, rede intersectorial e lideranças comunitárias, tem possibilitado o monitoramento sistemático da participação juvenil e o ajuste oportuno das estratégias de captação e vinculação. Considerando esses elementos, avalia-se que o desempenho da UPC Estrela D'Alva no Indicador 2.2 é compatível com seu estágio de implantação e indica um cenário promissor de ampliação da capilaridade e da participação juvenil, podendo, inclusive, contribuir com aprendizados metodológicos para outras unidades em processo de implantação, conforme orientado pela DPJU.

Carapina

A UPC Carapina apresentou resultados aquém do esperado no indicador 2.1. As dificuldades no alcance do indicador podem ser atribuídas à atual conjuntura do território à reconfiguração do quadro de oficinas, bem como desligamentos deicineiros

Atualmente, a UPC Carapina apresenta um quadro reconfigurado de oficinas, o que impacta diretamente o quantitativo de encontros realizados. Considerando as recomendações apresentadas no 27º período avaliativo, a equipe técnica, em articulação e acompanhamento da gestão social, realizou avaliação de projetos de oficinas, a fim de implementar atividades em substituição aos espaços encerrados.

Diante desse cenário, os encaminhamentos concentram-se na reestruturação da oferta de oficinas a partir das especificidades das juventudes, visando a adesão nos espaços de oficinas. Paralelamente, indica-se a reavaliação das estratégias de captação, acompanhamento e permanência deicineiros, em conjunto com a gestão social, buscando maior estabilidade na execução das oficinas e mitigação de impactos decorrentes de desligamentos e afastamentos.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 9.792 •	• 9.667 •
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fórmula de Cálculo: (somatório do número absoluto de jovens que frequentaram as oficinas do Programa em cada mês do período avaliatório / número de meses do período avaliatório).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram atendidos em média • 9.667 • jovens nas oficinas em execução até setembro de 2025, sendo a meta de • 9.792 • alcançando 98,7% da meta estipulada para o Programa.

Tabela 10 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	457	462	520	480
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	258	260	259	259
JARDIM FELICIDADE	247	238	243	243
JARDIM LEBLON	309	346	336	330
MINAS CAIXA	270	243	272	262
MORRO DAS PEDRAS	268	284	284	279
PPL	231	241	235	236
PRIMEIRO DE MAIO	269	261	258	263
RIBEIRO DE ABREU	243	279	229	250
SANTA LÚCIA	217	204	179	200
SERRA	363	373	326	354
TAQUARIL	286	244	254	261
VILA PINHO	219	201	173	198
CITROLÂNDIA	280	322	340	314
JARDIM DAS ALTEROSAS	115	110	108	111
JARDIM TERESÓPOLIS	304	294	282	293
PTB	263	274	262	266
ESTRELA D'ALVA	139	125	136	133
NOVA CONTAGEM	390	341	329	353
RESSACA	239	245	244	243
CARAPINA	237	228	214	226
TURMALINA	222	200	215	212
BOM JARDIM	419	405	392	405
OLAVO COSTA	301	320	320	314
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	367	372	337	359
JUSTINÓPOLIS	299	289	275	288
ROSANEVES	287	298	291	292

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
VENEZA	391	396	357	381
PALMITAL	329	324	348	334
VIA COLÉGIO	353	346	337	345
JARDIM CANAÃ	302	374	319	332
MORUMBI	321	303	362	329
MORRO ALTO	517	518	534	523
TOTAL	9712	9720	9570	9667

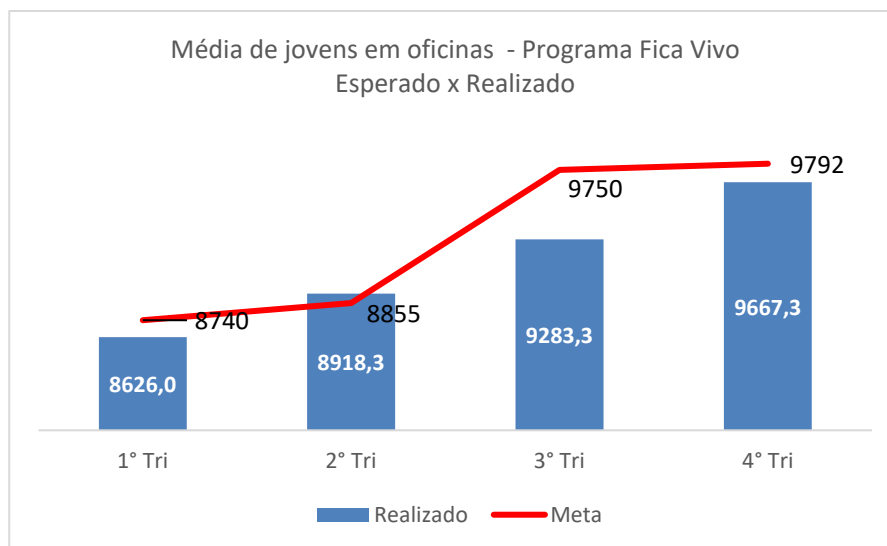


Gráfico 6: Indicador 2.2

A seguir destacamos os territórios e equipe que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

Tabela 11: Média mensal de jovens participantes em oficinas destaques

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
CABANA	457	462	520	1.439	480
PALMITAL	329	324	348	1.001	334
SERRA	363	373	326	1.062	354

Cabana

No que se refere ao desempenho da UPC Cabana no Indicador 2.2, observa-se a articulação consistente entre fatores metodológicos, operacionais e relacionais que sustentam resultados positivos no âmbito do Programa Fica Vivo! durante o período avaliatório. Em um contexto global no qual o Indicador 2.2 alcançou 98% da meta, a experiência da UPC Cabana se destaca como referência de resiliência e capacidade de mitigação dos impactos territoriais adversos.

A atuação do grupo de oficinairos, caracterizada por relativa estabilidade, experiência acumulada e forte inserção comunitária, configura-se como elemento central para a manutenção de elevados níveis de participação e engajamento juvenil. Os vínculos consolidados entre profissionais e jovens têm favorecido a permanência, a assiduidade e a adesão às atividades, mesmo diante de oscilações decorrentes de alterações na dinâmica criminal e da presença de facções no território. As oficinas se afirmam, nesse sentido, como espaços legítimos de convivência, escuta qualificada e expressão juvenil, em consonância com os princípios metodológicos do Programa Fica Vivo!.

Destaca-se, ainda, a diversidade e a intencionalidade das oficinas ofertadas, que extrapolam a dimensão recreativa e se consolidam como dispositivos estratégicos de socialização, lazer protegido e ampliação de fatores de proteção social. As

atividades têm possibilitado a abordagem mediada e contextualizada de temas sensíveis à realidade local — como violência, masculinidades, circulação segura no território e envolvimento com a criminalidade — contribuindo para o fortalecimento de vínculos comunitários e para a ampliação do repertório crítico das juventudes atendidas.

O acompanhamento técnico contínuo realizado pela equipe do Programa Fica Vivo! constitui outro fator estruturante dos resultados observados na UPC Cabana. O monitoramento sistemático da frequência, da participação e da dinâmica dos grupos tem possibilitado intervenções oportunas diante de oscilações no número de jovens atendidos, bem como ajustes metodológicos e de cronograma, assegurando a regularidade das atividades e a manutenção de níveis consistentes de engajamento juvenil.

Diante do desempenho global do Indicador 2.2 e da orientação da DPJU, a experiência da UPC Cabana reforça a importância de sistematizar os fatores de sucesso identificados — como estabilidade de equipes, solidez metodológica, forte inserção comunitária e acompanhamento técnico contínuo — de modo a subsidiar a replicação de boas práticas em UPCs com desempenho crítico e em unidades em processo de implantação. Nesse sentido, a UPC Cabana se apresenta como referência estratégica para o fortalecimento da capacidade adaptativa do Programa Fica Vivo!, contribuindo para a superação do déficit identificado e para o alcance equitativo das metas no próximo trimestre.

Palmital

O Programa Fica Vivo! no território do Palmital dispõe atualmente de um quadro composto por 15 oficinas ativas, das quais 12 correspondem a modalidades esportivas e 3 a atividades de caráter cultural. O expressivo número de oficinas esportivas ofertadas está diretamente relacionado à demanda apresentada pelas juventudes do território, considerando o histórico consolidado de realização de campeonatos esportivos e a forte adesão a práticas esportivas como estratégia de convivência, socialização e ocupação do tempo livre.

No que se refere ao alcance da meta estabelecida pelo indicador 2.2, destaca-se como elemento central o compromisso e a dedicação do grupo deicineiros junto às juventudes atendidas. A atuação contínua e o vínculo estabelecido entre icineiros e participantes têm favorecido o acesso regular às oficinas, bem como a permanência das juventudes nos espaços ofertados, contribuindo para a estabilidade da execução das atividades e para a consolidação das ações no território.

Cabe destacar, ainda, que a equipe técnica passou por um processo de reconfiguração recente, resultando em avanços qualitativos na condução das ações no território. A reorganização do quadro profissional, aliada à qualificação das práticas de acompanhamento técnico e à adoção de estratégias mais alinhadas às diretrizes do Programa, tem contribuído para o aprimoramento do trabalho desenvolvido e para o fortalecimento da articulação com os icineiros e demais atores locais.

Apesar dos avanços observados, a equipe técnica ainda enfrenta desafios na construção e no fortalecimento de vínculos diretos com as juventudes, especialmente em razão das dinâmicas territoriais e das especificidades sociais do contexto local. Nesse sentido, a implementação de estratégias como projetos locais e ações de circulação no território tem se mostrado fundamental para ampliar o alcance das ações, fortalecer a aproximação com as juventudes e viabilizar progressos consistentes no acompanhamento e na efetividade das intervenções.

Serra

A UPC Serra apresentou desempenho consistente em relação ao número de encontros de oficinas realizados no último trimestre, evidenciando a regularidade das ações e a consolidação das metodologias preconizadas pelo Programa Fica Vivo!. A manutenção de uma agenda contínua de oficinas, mesmo em um território marcado por dinâmicas complexas de violência e vulnerabilidade social, demonstra a capacidade da unidade em assegurar a execução das atividades conforme o planejamento pactuado.

O alcance das metas previstas para o período está diretamente relacionado à estabilidade do grupo de icineiros, ao comprometimento com a execução dos encontros e ao acompanhamento sistemático realizado pela equipe técnica. Esse monitoramento contínuo tem possibilitado ajustes operacionais e metodológicos que contribuem para a manutenção da frequência dos jovens e para a redução de interrupções nas oficinas.

Destaca-se, ainda, que a articulação entre gestão, equipe técnica e icineiros tem sido fundamental para garantir condições adequadas de funcionamento das oficinas, fortalecendo a adesão dos adolescentes e jovens e assegurando a continuidade dos encontros ao longo do trimestre. As ações complementares desenvolvidas — como intercâmbios entre oficinas, circulações territoriais e participação em atividades interinstitucionais — contribuem indiretamente para o indicador ao ampliar o interesse e o engajamento dos participantes, refletindo positivamente na presença e na permanência nas atividades regulares.

Dessa forma, os resultados observados no período indicam coerência entre planejamento e execução, com impacto direto no cumprimento do indicador 2.2, reafirmando a efetividade da organização das oficinas e a capacidade da UPC Serra de sustentar a oferta regular de atividades como eixo central da estratégia de prevenção à violência no território.



Figura 9: Projetos local e espaço de oficina de Skate na UPC Santa Lúcia - Outubro de 2025

Tabela 12: Média mensal de jovens participantes em oficinas destaques

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
ESTRELA D'ALVA	139	125	136	400	133
JARDIM DAS ALTEROSAS	115	110	108	333	111
VILA PINHO	219	201	173	593	198

Estrela D'Alva

No que se refere ao desempenho da UPC Estrela D'Alva no Indicador 2.2, os resultados observados devem ser analisados à luz do estágio recente de implantação do Programa Fica Vivo! no território. Nesse contexto, a experiência da unidade evidencia uma condução estratégica compatível com as orientações da DPJU, ao privilegiar a consolidação gradual das ações e a mitigação dos impactos decorrentes das dinâmicas sociais e criminais locais.

O processo de implantação do quadro de oficinas, atualmente composto por 6 oficinas ativas, tem ocorrido de forma planejada e progressiva, refletindo a preocupação da equipe técnica em qualificar a leitura territorial, identificar demandas reais das juventudes e assegurar a definição de espaços adequados e minimamente seguros para a execução das atividades. Ainda que o quantitativo de oficinas seja inferior ao de unidades mais consolidadas, essa estratégia tem evitado implantações precárias ou descoladas da realidade local, contribuindo para a construção de bases sólidas de engajamento juvenil e para o crescimento gradual dos atendimentos vinculados ao Indicador 2.2.

A atuação da equipe técnica e o acompanhamento próximo das oficinas configuram-se como elementos centrais para os resultados iniciais observados. A condução cuidadosa, propositiva e territorialmente situada tem favorecido a construção de vínculos consistentes com adolescentes, jovens e referências comunitárias, permitindo que os atendimentos extrapolem os espaços formais das oficinas e se desdobrem em ações de circulação, acompanhamentos individuais e articulações com a rede local. Essa dinâmica reforça o papel das oficinas como principal porta de entrada para o Programa Fica Vivo!, mesmo em um território marcado por reconfigurações da dinâmica criminal e fragilização de laços familiares protetivos.

Destaca-se, ainda, que a natureza das oficinas ofertadas, associada às ações complementares de circulação e articulação interterritorial, tem contribuído para ampliar o engajamento juvenil, fortalecer vínculos e criar oportunidades de socialização, lazer protegido e acesso a direitos. Embora essas experiências ainda estejam em fase de consolidação, elas se mostram alinhadas aos pressupostos metodológicos do Programa e apresentam potencial significativo para a ampliação do número de jovens atendidos nos próximos ciclos avaliativos, respondendo de forma progressiva ao déficit global identificado no Indicador 2.2.

Por fim, o acompanhamento contínuo, aliado ao diálogo permanente comicineiros, rede intersetorial e lideranças comunitárias, tem possibilitado o monitoramento sistemático da participação juvenil e o ajuste oportuno das estratégias de captação e vinculação. Considerando esses elementos, avalia-se que o desempenho da UPC Estrela D'Alva no Indicador 2.2 é compatível com seu estágio de implantação e indica um cenário promissor de ampliação da capilaridade e da participação

juvenil, podendo, inclusive, contribuir com aprendizados metodológicos para outras unidades em processo de implantação, conforme orientado pela DPJU.



Figura 10: Projetos locais e de circulação realizados no território durante o mês de outubro UPC Estrela Dalva - 2025

Jardim das Alterosas

Assim como observado no 27º período avaliativo, a UPC Jardim das Alterosas apresentou, no período de referência, desempenho aquém do esperado no Indicador 2.2, resultado que se relaciona diretamente às dificuldades registradas no Indicador 2.1. Tal cenário decorre, principalmente, da ausência de oficinas em execução, associada aos desligamentos de oficinheiros e à não reposição das atividades ao longo do período analisado, o que limitou de forma significativa a capacidade de ampliação dos atendimentos.

Embora o contexto atual do território não se apresente favorável à expansão imediata dos atendimentos em espaços de oficinas ou à implementação de novas atividades, e em resposta as indicações apresentadas no relatório de monitoramento, a equipe técnica, em acompanhamento da gestão social e sob monitoramento da Supervisão de Prevenção, tem direcionado esforços para o fortalecimento dos vínculos com as juventudes do território. Nesse sentido, vêm sendo priorizadas ações de aproximação, escuta qualificada e circulação no território, bem como a construção de estratégias que ampliem a capilaridade do Programa Fica Vivo! na área de atuação, com vistas à criação de condições mais favoráveis para a retomada e expansão das ações no médio prazo.

Vila Pinho

Atualmente, a UPC Vila Pinho apresenta um quadro reduzido de oficinas, fator que contribui diretamente para o desempenho aquém do esperado no alcance da meta pactuada para o Indicador 2.2. Essa redução está relacionada ao não atingimento do teto de atividades previsto para a área de abrangência e atuação do Programa Fica Vivo!, o que impacta a capacidade de ampliação dos atendimentos no território.

Como possibilidade de avanço, tem sido pontuada junto à gestão social a necessidade de construção de estratégias que viabilizem a ampliação dos atendimentos, a qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes e a reavaliação das atividades atualmente em desenvolvimento, considerando o esvaziamento identificado em alguns espaços de oficinas. Tal reavaliação mostra-se fundamental para garantir maior aderência das ações às dinâmicas territoriais e aos interesses do público atendido.

Ressalta-se, ainda, a importância da implementação de oficinas que dialoguem de forma efetiva com as demandas das juventudes e com as especificidades do território, bem como a relevância da diversificação das formas de atendimento que compõem a metodologia do Programa Fica Vivo!. A adoção de estratégias complementares de atuação territorial é compreendida como elemento central para o fortalecimento da capilaridade do Programa e para a melhoria do desempenho no Indicador 2.2.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório

• 121.730 •

Resultado do período avaliatório

• 137.279 •

Descrição do Indicador

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público.

Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:

1. Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPCs. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos.

2. Atendimentos Coletivos:

1. Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da UPC de Base Territorial.

2. Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens.

3. Projetos de Circulação: configuram-se como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade.

4. Projetos (Inter) Institucionais: configuram-se como uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/10/2025 a 31/12/2025 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de • 137.279 •, sendo a meta de • 121.730 • superada em 12,7%.

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	4682	662	550	607	6501
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	2799	413	446	319	3977
JARDIM FELICIDADE	3467	414	405	374	4660
JARDIM LEBLON	2898	324	380	356	3958
MINAS CAIXA	3038	287	275	325	3925
MORRO DAS PEDRAS	2432	299	330	308	3369
PEDREIRA PRADO LOPES	3202	259	284	256	4001
PRIMEIRO DE MAIO	2469	298	294	269	3330
RIBEIRO DE ABREU	2320	281	328	259	3188

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
SANTA LÚCIA	2343	228	238	213	3022
SERRA	3279	426	428	332	4465
TAQUARIL	3131	348	406	293	4178
VILA PINHO	2595	334	274	180	3383
CITROLÂNDIA	3151	433	441	439	4464
JARDIM DAS ALTEROSAS	1981	447	189	301	2918
JARDIM TERESÓPOLIS	2994	330	417	318	4059
PTB	2462	289	318	348	3417
ESTRELA D'ALVA	405	176	131	169	881
NOVA CONTAGEM	3461	467	390	378	4696
RESSACA	2744	342	420	326	3832
CARAPINA	2232	250	258	353	3093
TURMALINA	2761	266	321	345	3693
BOM JARDIM	3008	604	487	573	4672
OLAVO COSTA	3541	428	419	428	4816
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	4309	522	565	456	5852
JUSTINÓPOLIS	3351	325	325	394	4395
ROSANEVES	3438	430	409	363	4640
VENEZA	4934	436	452	428	6250
PALMITAL	3801	381	356	370	4908
VIA COLÉGIO	3461	369	358	408	4596
JARDIM CANAÃ	3065	326	472	343	4206
MORUMBI	3211	397	397	394	4399
MORRO ALTO	3777	556	651	551	5535
TOTAL	100742	12347	12414	11776	137279

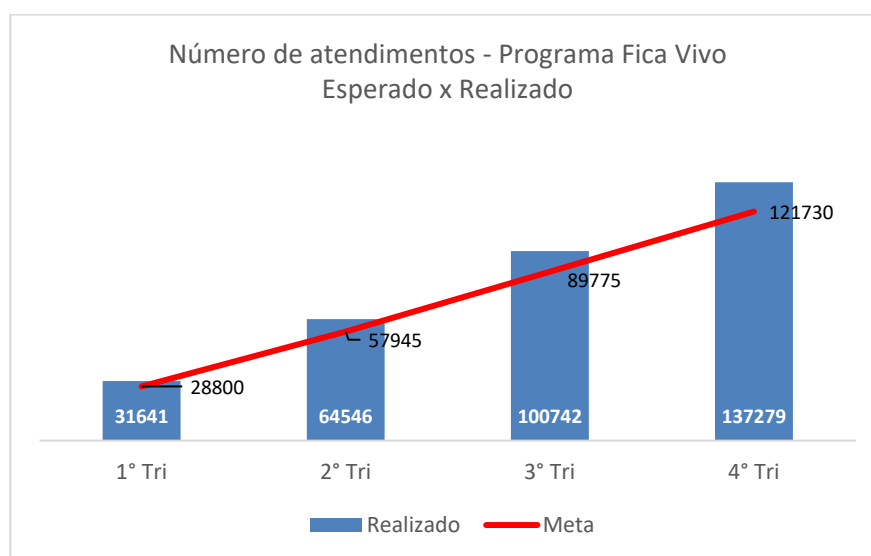


Gráfico 7: Performance do Indicador 2.3

O alcance das metas pactuadas para o Indicador 2.3 decorre do empenho, da dedicação e da qualificação do trabalho desenvolvido em base territorial. Ainda que alguns territórios apresentem dinâmicas intensificadas e situações recorrentes de violência, o Programa Fica Vivo! tem avançado na implementação de intervenções, apresentando resultados consistentes nas áreas de abrangência e atuação.

A seguir destacamos os territórios e equipe que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

Tabela 14: Número acumulado de atendimentos realizados pelo programa destaques

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
CABANA	662	550	607	1.819	606
PALMITAL	381	356	370	1.107	369
OLAVO COSTA	428	419	428	1.275	425

Cabana

No que se refere ao Indicador 2.3, a UPC Cabana se consolida como unidade de referência no eixo de Proteção Social do Programa Fica Vivo!, em consonância com o desempenho global do indicador, que apresentou superação de 13% da meta. Os resultados observados refletem a robustez da metodologia adotada na unidade, caracterizada pela integração qualificada entre oficinas, projetos e atendimentos individuais e coletivos, assegurando a construção, a manutenção e o aprofundamento de vínculos com adolescentes e jovens em situação de maior vulnerabilidade.

As oficinas em funcionamento na UPC Cabana operam de forma articulada com o acompanhamento social, configurando-se como espaços privilegiados de identificação de demandas, acolhimento e encaminhamento de jovens para atendimentos individuais e coletivos. Essa integração tem permitido respostas oportunas e territorialmente situadas às situações de risco, garantindo que o acesso à proteção social não esteja condicionado exclusivamente à participação regular nas oficinas, mas se sustente na centralidade do vínculo e do cuidado continuado.

Destaca-se a capacidade da equipe técnica de qualificar os vínculos estabelecidos com o público atendido, por meio de escuta sensível, presença territorial constante e articulação ativa com a rede intersetorial. Os atendimentos individuais e coletivos têm sido utilizados de forma estratégica para acompanhar trajetórias juvenis, fortalecer fatores de proteção e mitigar riscos associados à violência, ao envolvimento com a criminalidade e à fragilização de vínculos familiares e comunitários.

A atuação integrada entre equipe técnica, oficinheiros e parceiros locais tem favorecido a construção de projetos e ações complementares que ampliam o acesso dos jovens a direitos, oportunidades de circulação segura e experiências de convivência protegida. Essa dinâmica evidencia a capacidade da UPC Cabana de atrair, reter e qualificar vínculos com o público-alvo, reafirmando seu papel como referência metodológica no âmbito do Indicador 2.3.

Dessa forma, a experiência da UPC Cabana reforça que a centralidade do vínculo, do acolhimento e do acompanhamento social contínuo constitui elemento inegociável para a efetividade do eixo de Proteção Social. As práticas consolidadas na unidade apresentam potencial de sistematização e replicação em outras UPCs, especialmente naquelas que enfrentam fragilidades na garantia de atendimento contínuo aos jovens mais vulneráveis, conforme orientado pela DPJU.



Figura 11: Projeto de Circulação pelo Museu de Ciências Naturais PUC Minas - Novembro de 2025

Palmital

Assim como observado no desempenho do Indicador 2.2, a UPC Palmital apresentou destaque significativo no Indicador 2.3, resultado associado a um conjunto de fatores articulados no território. Entre esses fatores, evidenciam-se o elevado nível de comprometimento dos atores envolvidos, o alinhamento estratégico entre equipe técnica, oficinairos e rede territorial, bem como a adoção de práticas inovadoras na construção de ações e projetos que dialogam de forma direta e qualificada com as demandas e interesses das juventudes atendidas.

Outro aspecto relevante para o alcance da meta estabelecida no Indicador 2.3 refere-se ao histórico esportivo consolidado no território do Palmital, que se apresenta como um elemento estruturante da atuação local. Essa característica dialoga de forma consistente com a proposta metodológica do Programa Fica Vivo! e com a expertise da equipe técnica na utilização das oficinas esportivas como estratégia de prevenção, em resposta às demandas apresentadas pelas juventudes, favorecendo a ampliação e a qualificação dos atendimentos.

Embora já mencionado na análise do Indicador 2.2, faz-se necessário destacar o impacto positivo da reconfiguração recente da equipe técnica, que resultou em avanços significativos na articulação com a rede territorial e no fortalecimento dos processos de referenciamento das juventudes. A reorganização da equipe contribuiu para a ampliação do diálogo intersetorial, a construção de ações integradas e o aprimoramento do acompanhamento das juventudes, potencializando os resultados alcançados no Indicador 2.3.

Olavo Costa

No que se refere ao Indicador 2.3, o desempenho da UPC Olavo Costa deve ser analisado a partir de um contexto territorial de elevada complexidade, marcado por ações de organizações criminosas, pela intensificação de práticas de coerção violenta e pela fragilização das redes comunitárias e institucionais de proteção.

Ainda que o Indicador 2.3 tenha apresentado superação global da meta, evidenciando a robustez da metodologia do Programa, a realidade da UPC Olavo Costa impõe desafios adicionais à integração entre oficinas, projetos e atendimentos individuais e coletivos. A dinâmica territorial vigente tem limitado a circulação segura dos jovens e a regularidade da participação em atividades coletivas, fazendo com que os atendimentos individuais e as ações de escuta qualificada se tornem dispositivos centrais para a garantia da proteção social, independentemente da vinculação formal às oficinas. A equipe técnica tem atuado de forma contínua na identificação de situações de risco, no acolhimento de jovens impactados direta ou indiretamente pela violência e na construção de estratégias de acompanhamento social que extrapolam os espaços tradicionais do Programa.

As oficinas, seguem operando como portas de entrada importantes, possibilitando a identificação de demandas e o acionamento de atendimentos individuais e coletivos. As ações de Proteção Social na UPC Olavo Costa vêm sendo

desenvolvidas pela articulação entre equipe técnica, oficinairos, rede intersetorial e referências comunitárias, garantindo acesso ao Programa mesmo quando a participação regular em atividades coletivas se mostra inviável.

Destacam-se as ações desenvolvidas em articulação com a saúde e com outros serviços do território, que têm contribuído para o fortalecimento de redes de apoio e para a criação de espaços de cuidado coletivo, especialmente em contextos de sofrimento psíquico, luto, medo e ruptura de vínculos. Essas iniciativas reforçam a compreensão da Proteção Social como um eixo transversal, que não se limita à oferta de oficinas, mas se materializa na presença institucional contínua e na capacidade de resposta às múltiplas violências que atravessam a vida das juventudes.

Dessa forma, avalia-se que o desempenho da UPC Olavo Costa no Indicador 2.3 expressa a centralidade do vínculo e do acolhimento como fundamentos da Proteção Social em contextos de violência. A experiência da unidade reforça que, em territórios sob forte controle do crime organizado, a efetividade do Programa Fica Vivo! reside menos na quantidade de atividades ofertadas e mais na capacidade de garantir acompanhamento contínuo, escuta qualificada e proteção aos jovens mais vulneráveis, em consonância com as diretrizes metodológicas do Programa e com as orientações da DPJU.

Tabela 15: Número acumulado de atendimentos realizados pelo programa destaques

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
ESTRELA D'ALVA	176	131	169	476	159
JARDIM DAS ALTEROSAS	447	189	301	937	312
SANTA LÚCIA	228	238	213	679	226

Estrela D'Alva

No que se refere ao Indicador 2.3, o desempenho da UPC Estrela D'Alva deve ser analisado considerando o estágio de implantação da unidade e o resultado global do indicador, que apresentou superação de 13% da meta, evidenciando a robustez da metodologia do Programa Fica Vivo! no eixo de Proteção Social. Nesse contexto, ainda que a UPC não figure entre as unidades de referência consolidadas, como Cabana e Palmital, observa-se uma condução estratégica alinhada aos pressupostos do Programa, especialmente no que tange à articulação entre oficinas, projetos e atendimentos individuais e coletivos.

Na UPC Estrela D'Alva, as oficinas em funcionamento têm se constituído como importantes portas de entrada para o acompanhamento social, possibilitando a identificação de jovens em situação de maior vulnerabilidade e o acionamento de estratégias de proteção para além da participação regular nas atividades coletivas. A atuação da equipe técnica, pautada na escuta qualificada e no acompanhamento próximo das trajetórias juvenis, tem permitido que o eixo de Proteção Social se efetive mesmo em um cenário de consolidação gradual das oficinas, reforçando o vínculo e o acolhimento como dimensões centrais e inegociáveis da intervenção.

Destaca-se a integração progressiva entre oficinas, projetos e atendimentos individuais e coletivos, ainda que em escala inicial, o que tem contribuído para a construção de vínculos consistentes com adolescentes e jovens do território. Essa integração demonstra a capacidade da equipe de utilizar a metodologia do Programa de forma flexível e territorialmente situada, ampliando os fatores de proteção social mesmo diante de limitações estruturais próprias de uma unidade em implantação.

A experiência da UPC Estrela D'Alva também evidencia a importância de estratégias ativas de captação e vinculação juvenil, como ações de circulação, articulação com a rede local e diálogo com referências comunitárias, que têm favorecido o acesso de jovens ao Programa independentemente da disponibilidade plena de oficinas. Essas práticas se mostram convergentes com as recomendações da DPJU, especialmente no que se refere à centralidade do vínculo e do acolhimento como eixos estruturantes da Proteção Social.

Dessa forma, avalia-se que o desempenho da UPC Estrela D'Alva no Indicador 2.3 é compatível com seu estágio de implantação e aponta para um cenário promissor de fortalecimento da proteção social, desde que mantido o investimento no acompanhamento técnico contínuo, na ampliação progressiva das oficinas e na diversificação de estratégias de acesso e acolhimento. A consolidação dessas práticas tende a ampliar a capacidade da unidade de atrair, reter e qualificar vínculos com o público-alvo, aproximando-a, de forma gradual, das experiências de referência observadas no Programa Fica Vivo!.

Jardim das Alterosas

Em relação ao desempenho aquém do esperado no Indicador 2.3, reiteram-se os elementos já apontados nas análises anteriores, os quais refletem o atual cenário do território da UPC Jardim das Alterosas e as dificuldades estruturais identificadas para o alcance dos Indicadores 2.1 e 2.2. A ausência de oficinas ativas no território compromete de forma significativa a realização de atendimentos, inclusive aqueles desenvolvidos para além dos espaços formais das oficinas.

Embora a meta estabelecida para o período não tenha sido alcançada, a equipe técnica, em articulação com a gestão social, tem direcionado esforços para o fortalecimento da capilaridade do Programa Fica Vivo! no território. Essa estratégia tem como foco a qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes, a construção de ações e projetos locais e a ampliação da presença institucional nos espaços de circulação juvenil, de modo a criar condições para a expansão dos atendimentos em suas diferentes frentes de atuação.

Adicionalmente, as articulações político-institucionais no âmbito do município de Betim configuram-se como uma possibilidade estratégica para a captação de recursos e o estabelecimento de parcerias intersetoriais, visando o desenvolvimento de intervenções qualificadas. Tais articulações são compreendidas como fundamentais para viabilizar, de forma progressiva, a ampliação dos atendimentos e o fortalecimento das ações do Programa no território de atuação da UPC Jardim das Alterosas.

Santa Lúcia

No que se refere ao Indicador 2.3, o desempenho da UPC Santa Lúcia deve ser analisado a partir de um contexto territorial marcado por instabilidades recentes, reconfigurações na dinâmica criminal e ampliação de situações de vulnerabilidade social, especialmente relacionadas ao aumento de pessoas em situação de rua e à intensificação de episódios de violência e tensionamento comunitário. Nesse cenário, as ações do Programa Fica Vivo! no eixo de Proteção Social assumem papel estratégico na mitigação de riscos, no fortalecimento de vínculos e na construção de redes de cuidado e pertencimento.

As ações desenvolvidas ao longo do período avaliatório evidenciam a integração progressiva entre oficinas, projetos de circulação, intercâmbios e articulações institucionais, reafirmando a robustez da metodologia do Programa no campo da proteção social. As oficinas têm operado como importantes portas de entrada para o acompanhamento dos adolescentes e jovens, possibilitando a identificação de demandas, o acolhimento de situações de risco e o fortalecimento de vínculos positivos, mesmo em um contexto territorial atravessado por medo, insegurança e tentativas de controle informal.

Destacam-se as atividades de integração comunitária, os projetos de circulação e os intercâmbios interterritoriais, que ampliaram as possibilidades de convivência segura, reduziram barreiras simbólicas entre microterritórios e fortaleceram redes juvenis de apoio. Essas ações contribuíram para a ampliação do repertório social, cultural e afetivo dos jovens, promovendo experiências de pertencimento e reconhecimento que se configuram como fatores centrais de proteção social.

A participação das jovens em projetos institucionais e eventos interterritoriais reforçou o protagonismo juvenil e a valorização das produções e saberes construídos nas oficinas, qualificando os vínculos estabelecidos com o Programa. Tais experiências possibilitam que os adolescentes e jovens ocupem espaços coletivos de forma segura e legitimada, fortalecendo a autoestima e a percepção de acesso a direitos.

A atuação da equipe técnica, em articulação com a rede formal e informal do território, tem sido fundamental para sustentar o eixo de Proteção Social diante das instabilidades observadas. O diálogo com serviços da saúde, assistência social, educação, medidas socioeducativas, organizações comunitárias e o GEPAR tem favorecido respostas mais integradas e territorialmente situadas, ampliando a capacidade de acolhimento e acompanhamento dos jovens em situação de maior vulnerabilidade, independentemente da participação regular nas oficinas.

Dessa forma, avalia-se que o desempenho da UPC Santa Lúcia no Indicador 2.3 expressa a centralidade do vínculo, do acolhimento e da circulação segura como fundamentos da proteção social em contextos de instabilidade. As ações desenvolvidas contribuem para a criação de “micro interrupções” no ciclo do medo e da violência, reafirmando a presença do Estado no território por meio de práticas de cuidado, convivência e fortalecimento comunitário, em consonância com as diretrizes metodológicas do Programa Fica Vivo! e com o desempenho positivo global do Indicador 2.3.

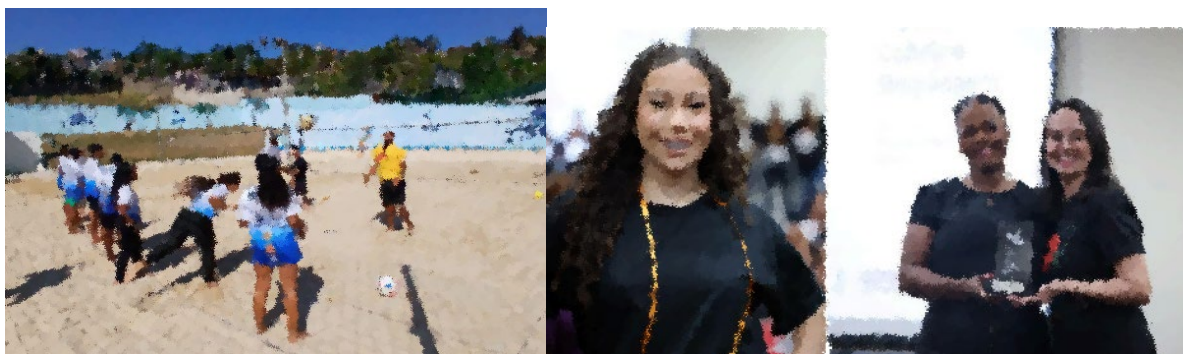


Figura 12: Projetos locais e interinstitucionais ocorridos durante o mês de Outubro de 2025 – UPC Santa Lúcia

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 676 •	• 685 •
Descrição do Indicador	
Em complemento ao Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e Gestão Social como representantes da OS. Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica: 1. reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com a Gestão Social de Base Territorial e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra. 2. reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a Gestão Social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE. 3. reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação da Gestão Social de Base Territorial, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPC, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram realizadas cumulativamente • 685 • ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era • 676 • foi realizado 101,3% do esperado, ou seja, 1,3% além da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Como de conhecimento, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da Gestão Social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021.

Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 16: Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

UPC	27ª PA	OUTUBRO			NOVEMBRO			DEZEMBRO			TOTAL
		GEP AR	GIE	RP-GIE	GEP AR	GIE	RP-GIE	GEP AR	GIE	RP-GIE	
CABANA	17	1	0	0	0	1	1	1	0	0	21
CONJUNTO ESPERANÇA/ VILA CEMIG	17	1	0	0	1	1	0	1	0	0	21
JARDIM FELICIDADE	14	1	1	0	1	0	0	1	0	0	18
JARDIM LEBLON	13	0	1	0	1	0	0	1	0	0	16
MINAS CAIXA	13	0	1	0	1	0	0	1	0	0	16
MORRO DAS PEDRAS	30	2	1	0	2	1	0	1	0	0	37
PEDREIRA PRADO LOPES	19	1	1	1	1	0	0	1	0	0	24
PRIMEIRO DE MAIO	14	1	1	0	1	0	0	1	0	0	18
RIBEIRO DE ABREU	27	1	1	1	0	0	0	1	0	0	31
SANTA LÚCIA	16	1	1	1	1	0	0	1	0	0	21
SERRA	15	1	1	1	1	0	0	1	0	0	20
TAQUARIL	18	1	1	1	1	0	0	1	0	0	23
VILA PINHO	17	1	0	0	1	1	0	1	0	0	21
CITROLÂNDIA	14	1	1	1	1	0	0	1	0	0	19
JARDIM DAS ALTEROSAS	16	1	1	1	1	0	0	1	0	0	21
JARDIM TERESÓPOLIS	15	1	1	1	1	0	0	0	0	0	19
PTB	16	1	1	1	1	0	0	1	0	0	21
ESTRELA D'ALVA	16	1	0	0	1	1	0	1	0	0	20
NOVA CONTAGEM	17	1	0	0	1	1	1	1	0	0	22
RESSACA	16	1	0	0	1	1	0	1	0	0	20
CARAPINA	16	1	1	1	1	0	0	1	0	0	21
SÃO RAIMUNDO	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	3
TURMALINA	15	1	1	1	1	0	0	1	0	0	20
BOM JARDIM	16	1	1	1	1	0	0	1	0	0	21
OLAVO COSTA	16	1	0	0	1	1	1	1	0	0	21
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	13	1	0	0	1	1	0	1	0	0	17
JUSTINÓPOLIS	17	1	1	1	1	0	0	1	0	0	22
ROSANEVES	17	1	1	1	1	0	0	1	0	0	22
VENEZA	16	0	0	0	1	0	0	1	0	0	18
PALMITAL	9	0	0	0	1	1	0	1	0	0	12
VIA COLÉGIO	13	0	0	0	2	1	0	2	0	0	18
MANOEL PIMENTA	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
JARDIM CANAÃ	15	1	1	1	1	0	0	1	0	0	20
MORUMBI	15	1	1	1	1	0	0	1	0	0	20
MORRO ALTO	15	1	1	1	1	0	0	1	0	0	20
TOTAL	533	29	23	17	34	12	3	34	0	0	685

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta no decreto 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco (GEPAR).

Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade, com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança.

Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção e a execução de ações assertivas no território, pautadas no conceito de segurança cidadã. Esses encontros devem, também, favorecer a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

No 28º período avaliatório do Contrato de Gestão, que compreende os meses de Outubro, Novembro e Dezembro, foram realizadas **97 (noventa e sete)** reuniões entre a Gestão Social e o GEPAR, em detrimento de **8 (oito)** justificativas apresentadas para a não realização do encontro.

Atualmente somam-se um total de 35 unidades de base territorial implantadas. Destacamos que o número de reuniões entre UPC e GEPAR são maiores que o número de unidades devido alguns territórios serem atendidos por mais de uma CIA da PMMG ou até mais de um BPMMG, por essas singularidades expostas, podemos considerar que este número total pode flutuar entre 35 e 37 encontros mensais realizados.

Temos que considerar, também, os casos de reuniões extraordinárias, para além da estabelecida mensalmente, que podem ocorrer pontualmente, por conta de aquecimento da dinâmica criminal ou alinhamentos necessários para a manutenção desta parceria.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atas produzidas a partir das reuniões realizadas pela Gestão Social de cada Unidade de Prevenção de base territorial com o Gepar.

Desta forma, no mês de Outubro foram **produzidas 29 (vinte e nove) atas** em detrimento de **5 (cinco) justificativas** para não realização da reunião. Seguem as justificativas: Jardim Leblon e Minas Caixa – não houveram reuniões em consequência da saída da Gestão Social; Veneza – não houve reunião em decorrência da licença maternidade da Gestão Social; Palmital e Via Colégio - não houve reunião junto ao GEPAR, em virtude da ausência de tenente e impossibilidade de realização de agenda.

No mês de Novembro também foram produzidas **34 (trinta e quatro) atas** e **1 (uma) justificativa** para a não realização da reunião. Segue a justificativa: Ribiero de Abreu – período do mês com férias da Gestão Social e dificuldade de marcação nos dias restantes.

Já no mês de Dezembro foram **34 (trinta e quatro) atas** em detrimento de **2 (duas) justificativas**. Seguem as justificativas: Morro das Pedras – em duas agendas pactuadas 17 e 29 de dezembro ocorreram situações referentes a ocorrências de crimes no território em que o Tenente precisou cancelar de maneira tempestiva para atender ao chamado policial. Jardim Teresópolis – férias do tenente e indisponibilidade de agendas nos dias restantes do mês.

Importante sinalizar, conforme já mencionado no 26ª PA a UPC Ribeiro de Abreu deixou de realizar reuniões com a 18ª CIA PMMG do 23ª BPM desde que o território da CBTU foi retirado da área de abrangência. Nesse contexto, o território da CBTU não é mais contabilizado.

Quanto às reuniões preparatórias para o encontro do GIE, e que também é uma ação de Intervenção Estratégica e compõe este indicador, consiste na discussão prévia entre a gerência de intervenção estratégica e a gestão social. Neste momento, esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão apresentadas no encontro do grupo de intervenção estratégica, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território, bem como as ações desenvolvidas pelos programas da política de prevenção à criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidades. Nesse sentido, as reuniões preparatórias tendem a ocorrer no dia que antecede o encontro do GIE. Importante destacar que os encontros do GIE para discussão dos territórios ocorrem bimestralmente, logo, as reuniões preparatórias ocorrem com a mesma periodicidade antecedendo o encontro do GIE.

No período que compreendeu o 28º PA, ocorreram **21 (vinte e uma) Reuniões Preparatórias para o GIE (RPGIE)**, sendo, **17 (dezesete)** realizadas no mês de Outubro, **03 (três)** no mês de Novembro e **0 (zero)** reuniões no mês de Dezembro. Conforme já comunicado os Supervisores de Prevenção são responsáveis junto aos Gestores Sociais na realização da Reunião Preparatória para o Grupo de Intervenção Estratégica. Nos meses de novembro e dezembro os números são notadamente inferiores aos demais meses do ano devido a não realização de GIE nos meses de dezembro e janeiro para discussão dos territórios, retornando apenas no mês de fevereiro do ano consecutivo.

A última ação que compõem este indicador é a presença da gestão no grupo de intervenções estratégicas – GIE. Este é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles: representantes das delegacias de homicídios, comandantes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo “Intervenção Estratégica” do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal “a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa”.

Em Outubro foram realizados **07 (encontros)** encontros previstos para serem realizados em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de **23 (vinte e três)** territórios, não ocorreram ausências. Os territórios com participação da gestão social foram: Bom Jardim e Esperança; Carapina; Citrolândia; Jardim Canaã; Jardim das Alterosas; Jardim Leblon; Jardim Felicidade; Jardim Tersópolis; Justinópolis; Minas Caixa; Morro Alto; Morro das Pedras; Morumbi; PPL; Primeiro de Maio; PTB; Ribeiro de Abreu; Rosaneves; Santa Lúcia; São Raimundo; Serra; Taquaril; Turmalina;

Em Novembro o foram realizados os **06 (seis)** encontros previstos a serem realizados em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de **12 (doze)** territórios, não houveram ausências. Os territórios com participação da gestão social foram: Manoel Pimenta; Palmital; Via Colégio; Estrela Dalva; Ressaca; Nova Contagem; Santos Reis; Olavo Costa; Vila Cemig; Vila Pinho; Cabana; Ventosa.

Já no mês de Dezembro foi realizados apenas **01 (um)** encontro geral de encerramento dos trabalhos do ano em formato de evento geral, não sendo realizado discussões de territórios validas para o presente indicador.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS

Contextualização Geral dos Indicadores:

O 28º período avaliatório marcou a finalização de 2025, um ano de profundas transformações no Programa CEAPA, que merecem destaque antes das análises do desempenho nas metas estabelecidas no bojo do Contrato de Gestão 002/2019.

Primeiramente, é importante ressaltar a continuidade das implantações do Sistema em outras Unidades de Prevenção, totalizando 7 Centrais operando com o novo software até o final do ano. A transformação digital dos dados foi um marco significativo para a política pública e já se mostra eficiente para maior fidedignidade dos dados e superior capacidade de produção e análise dos valores produzidos por diversos atores. Em 2026 a agenda de implantação será retomada até que todas as 20 Centrais acessem o sistema, iniciando pela maior CEAPA do Estado, Belo Horizonte, no mês de janeiro.

Também nesse trimestre, o processo de descentralização da CEAPA Belo Horizonte avançou significativamente, com a definição de dois imóveis - nas regionais Pampulha e Venda Nova - que passaram por ajustes estruturais para receber as equipes no início de 2026. Lembra-se que a CEAPA BH passará a contar com 4 Unidades - nas regionais Centro, Pampulha, Venda Nova e Barreiro - visando maior capilaridade de atendimento ao público, o que também favorecerá fatores internos e externos da execução. No início de 2026 a equipe técnica atualmente alocada no Centro passará por desmembramento e, paulatinamente, cada uma das quatro Unidades iniciará suas atividades.

No que diz respeito ao processo de qualificação do trabalho, novamente chama-se a atenção para os espaços de capacitação do Programa, que se mantiveram consistentes e fundamentais para o aprimoramento do serviço oferecido ao público. Em outubro, houve capacitação integrada entre os Programas CEAPA, PrEsp e Serviço APEC, cuja temática abordada foi "Diversidade sexual e de gênero e suas transversalidades: reflexões a partir das vivências do público atendido pelo PrEsp, Serviço Apec e Ceapa", por meio da explanação do especialista Caio Pedra. Além desse espaço, os gestores sociais também foram devidamente capacitados sobre "Relatório Gerencial de Resultados e Relatório de Monitoramento: a Ceapa em análise e o papel da gestão na produção de reflexão e prática de trabalho", objetivando que este instrumental construído pela OS tenha cada vez mais colaboração desses atores e que o relatório produzido pelo OEP impacte a execução de modo mais eficiente. Em novembro, os Programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade participaram de duas capacitações: "Masculinidades", por Izabela Miranda e "Violência de gênero", por Bruna Camilo. Ambas as temáticas estão diretamente atreladas ao trabalho desenvolvido pelas equipes das Centrais, em especial junto aos homens autores de violências. Por fim, no mês de dezembro, os profissionais do Programa foram capacitados para repercussão prática dos conteúdos emanados nas formações de 2025, com pequena revisão de todos os temas, bem como foram instruídos sobre os novos indicadores pactuados para 2026. Destaca-se que no ano de 2025 as equipes técnicas e gestores sociais trabalhadores da CEAPA experimentaram um total de 34 espaços formativos, somando aqueles direcionados aos profissionais recém contratados, aqueles com temáticas diretas ou transversais às alternativas penais, e aqueles dedicados exclusivamente aos gestores sociais, demonstrando intensa atuação da Supervisão de Prevenção nesse eixo de trabalho.

Outro marco do trimestre - e do Programa, em geral - foi a assinatura simbólica do Termo de Cooperação Técnica entre o OEP e o TJMG, que busca o aprimoramento da parceria nas pautas penais e, no que tange a CEAPA, maior robustez na co-responsabilidade da execução das alternativas penais no Estado. Espera-se que o próximo ano seja positivamente impactado pelo conteúdo disposto no termo, gerando maior fortalecimento político-institucional do Programa.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 92.886 •	• 98.725 •
Descrição do Indicador	
Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, a CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pela CEAPA: 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas com alternativas penais; 2. Atendimentos individuais de acompanhamento das pessoas com alternativas penais; 3. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro do (a) Grupo de Inicialização, (b) Grupo de Acompanhamento, (c) Grupo Introdutório e (d) Grupo de Finalização ao longo do cumprimento da determinação judicial que assinaram lista de presença; 4. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais que assinaram lista de presença; 5. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização para homens autores de violência contra a mulher que assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram realizados cumulativamente • 98.725 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais.

Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 98.725 •, o programa superou a meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 17 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	1952	236	180	140	2508
BARBACENA	3349	425	336	372	4482
BELO HORIZONTE	15832	2228	1786	1710	21556
BETIM	4777	587	453	479	6296
CONTAGEM	7579	753	673	812	9817
CURVELO	1685	194	196	181	2256
DIVINOPOLIS	2066	168	146	123	2503
GOVERNADOR VALADARES	2078	239	193	163	2673
IBIRITE	2453	348	219	209	3229
IPATINGA	2932	429	313	262	3936
JUIZ DE FORA	3930	480	400	288	5098
MONTES CLAROS	2763	326	314	267	3670
POUSO ALEGRE	1121	224	151	189	1685
R. DAS NEVES	3529	454	291	232	4506
SANTA LUZIA	2228	312	234	216	2990
SETE LAGOAS	2478	446	368	378	3670
UBERABA	3028	404	368	336	4136
UBERLÂNDIA	5476	747	579	510	7312
VARGINHA	2980	374	327	300	3981
VESPASIANO	1832	212	178	199	2421

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
TOTAL	74.068	9.586	7.705	7.366	98.725

O desempenho do Programa em seu primeiro indicador superou a meta estipulada para o período de outubro a dezembro, já que os 24.657 atendimentos realizados significam quantitativo 6,3% além da expectativa para o trimestre.

É sabido que o referido indicador é composto por 5 modalidades de atendimento, são elas:

- Atendimentos individuais de inscrição
- Atendimentos individuais de acompanhamento
- Atendimentos grupais na PSC
- Atendimentos grupais de PEAP
- Atendimentos grupais nas Ações de Responsabilização

Ao analisar o desempenho quantitativo de cada uma dessas modalidades, nota-se a predominância dos atendimentos individuais de acompanhamento realizados no período. Nessa modalidade, há valores atrelados ao monitoramento das alternativas penais, ao cumprimento de determinações judiciais de comparecimento periódico e também há quantitativos relativos à atuação técnica em vulnerabilidades sociais e/ou riscos criminais do público - que culminam no expressivo resultado.

Além disso, ressalta-se a execução dos grupos como frente de trabalho consolidada no Programa, especialmente as Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres, que representaram a segunda maior modalidade de atendimentos realizados no trimestre em tela. O alcance de atendimentos grupais - e individuais - robustos nesta modalidade demonstra a forte atuação do Programa nos fenômenos de violência contra a mulher através de intervenções reflexivas e responsabilizadoras com os homens, visando a construção de repertórios de respostas a conflitos e comportamentos mais saudáveis em suas relações.

Cabe frisar, ainda, que a performance neste indicador está fortemente atrelada às inscrições no Programa e o referido resultado demonstra consistência na porta de entrada e confiabilidade dos atores do Sistema de Justiça no trabalho na maioria das Centrais, ainda que se configure como um desafio em alguns municípios - que serão mencionados a seguir.

Posto isso, é essencial ressaltar que o indicador de número acumulado de atendimentos do programa, para além do dado quantitativo que se destaca, demonstra a atuação de equipes profissionais junto ao público por meio de construções em conjunto com cada pessoa atendida. Assim, variações nesta frente de trabalho devem considerar escalas sobre o Programa, sobre o público, sobre a rede de proteção e sobre o Sistema de Justiça.

Por fim, cabe destacar, em detalhes, o desempenho de algumas Centrais que contribuíram positivamente para o quantitativo em questão no referido trimestre.

Uberlândia: O município em análise se consolida como um caso de alta performance institucional, apresentando, ao longo de todo o exercício, um histórico de desempenho consistentemente superior às metas previstas para o Indicador 4.1. Este padrão não apenas se manteve no último trimestre, como atingiu um novo patamar de produtividade, registrando uma execução 143% superior à meta estabelecida para unidades de porte similar. Tal crescimento foi impulsionado pela modalidade de atendimento individual de inscrição, com foco expressivo nas Medidas Protetivas de Urgência, o que gerou um efeito em espiral, elevando o volume das demais modalidades de atendimento.

Para essa questão, a pauta foi levada ao conhecimento da DAL e esta promoveu articulação junto ao judiciário local no mês de outubro/ 2025 a fim de tentar promover um afunilamento dos encaminhamentos junto à magistratura. Com essa movimentação feita recentemente, faremos estudo dos casos inscritos nos meses seguintes para observar possíveis resultados que atendam a necessidade de modular a entrada e cuidar do alto volume de casos em atendimento nesta unidade, assegurando fluxo de público que torne possível a execução de qualidade de todos os preceitos metodológicos.

Sete Lagoas: No último trimestre, a unidade manteve o desempenho positivo observado ao longo de todo o ano e apresentou resultado expressivamente superior à meta pactuada, superando-a em 58%. Esse desempenho não se explica exclusivamente pelo aumento da porta de entrada, ainda que as articulações institucionais conduzidas pela Gestão Social junto à Vara Criminal responsável pelas Medidas Protetivas tenham exercido papel central nesse resultado, vez que como

reflexo direto dessa articulação, a unidade registrou crescimento significativo no número de encaminhamentos de Medidas Protetivas de Urgência, passando de 15 registros no primeiro trimestre para 76 no último trimestre do ano.

Soma-se a esse cenário a implementação e organização, no último trimestre, da metodologia de grupos abertos, o que favoreceu a ampliação da entrada e da circulação de casos nos grupos, a partir de uma gestão de vagas mais ágil. Importa destacar, ainda, que o desempenho do indicador não foi impulsionado exclusivamente pelos grupos temáticos relacionados à violência contra a mulher. Observou-se crescimento expressivo também nos atendimentos individuais, que, ao longo de todo o segundo semestre, ultrapassaram a marca de 200 atendimentos mensais, quantitativo que, por si só, aproxima a unidade do valor global pactuado no contrato de gestão.

Embora os resultados alcançados sejam positivos e mereçam reconhecimento, o aumento progressivo da demanda impõe a necessidade de acompanhamento contínuo, especialmente no que se refere à organização do trabalho da equipe, de modo a assegurar que a ampliação do volume de atendimentos se mantenha compatível com a capacidade pelo porte da equipe técnica e com a qualidade das intervenções realizadas.

Barbacena: no período em tela, o município desenvolveu robusto quantitativo de atendimentos, superando em 50% sua meta particular para o período. A principal justificativa para o desempenho é a realização de grupos abertos de ação de responsabilização para homens autores de violência, chegando ao desenvolvimento de quatro grupos simultâneos para abarcar a demanda de inscritos. Outro destaque importante foram os grupos executados mensalmente no âmbito da Prestação de Serviços à Comunidade, tanto os de Inicialização quanto os de Acompanhamento, que contribuíram para maior vinculação do público com o Programa, gerando impacto de engajamento no cumprimento dessa modalidade de alternativa penal.

Contagem: No período analisado, o município apresentou desempenho significativamente superior ao pactuado, alcançando resultado 48% acima da meta estabelecida para o indicador, consolidando uma trajetória de crescimento contínuo observada ao longo de 2025. Tal resultado permanece diretamente relacionado ao consistente volume de encaminhamentos ao Programa, com especial destaque para os meses de fevereiro e setembro, quando foram registradas aproximadamente 120 novas inscrições em cada um. Os dados evidenciam também a continuidade do forte investimento da Vara de Violência contra a Mulher nas Ações de Responsabilização desenvolvidas pela Central, que se consolidou como o principal juízo encaminhador. Contudo, esse cenário demanda acompanhamento sistemático, sobretudo no que se refere à capacidade técnica instalada para absorção dos casos e à sustentação da qualidade das intervenções, especialmente nas individuais dos casos atípicos e também nos encontros grupais que exigem grande preparação prévia, diante da expressiva demanda. Soma-se a isso o quantitativo relevante de encaminhamentos oriundos do Juizado Especial Criminal, responsável por cerca de 26% das inscrições no ano, o que reforça a necessidade de análise permanente quanto à priorização das alternativas à prisão e à distribuição equilibrada dos fluxos. Como efeito direto desse volume de inscrições, observa-se impacto também nas demais modalidades de atendimento, o que contribui para o desempenho acima da meta, mas impõe desafios relevantes à gestão do trabalho e à manutenção dos parâmetros metodológicos do Programa.

Por outro lado, também cabe elucidar o desempenho insatisfatório de alguns municípios no referido indicador:

Divinópolis e Governador Valadares: as referidas unidades mantiveram o histórico de baixo número de encaminhamentos feitos pelo Poder Judiciário neste trimestre, que culminou no alcance de apenas 58% e 59% das suas próprias metas, respectivamente. Apesar dos investimentos contínuos para fortalecimento de fluxos e construção de pontes para recepção de casos, em especial, os homens autores de violências contra as mulheres, as unidades ainda enfrentam limitações decorrentes da discricionariedade da magistratura local e do consequente baixo volume de pessoas encaminhadas para cumprimento, que impacta não só a modalidade de atendimento de inscrição, mas em outras abordagens que geram volume quantitativo neste indicador. Visando a superação desse cenário, a Supervisão permanecerá pautando a gestão social e a Diretoria do Programa para que intervenções com o peso institucional do Estado sejam realizadas junto aos juízos locais, provocando o aumento de casos enviados para acompanhamento.

Curvelo e Pouso Alegre: Ambas as unidades, oriundas do Projeto FUNEMP, permanecem como objeto recorrente de análise neste relatório e nos espaços permanentes de diálogo entre a OS e o OEP, especialmente em razão dos desafios persistentes relacionados à ampliação da porta de entrada para outras alternativas penais, para além das Medidas Protetivas de Urgência. Atualmente, se observa que os resultados de ambas as unidades ainda decorrem, de forma predominante, do fluxo de Medidas Protetivas instituído em período pregresso no seio do Projeto em parceria com o Ministério Público. No caso de Curvelo, já se identifica, ainda que de maneira incipiente, a entrada de casos oriundos de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) e, mais recentemente, de transações penais encaminhadas pelo Juizado Especial Criminal.

No âmbito das articulações entre os atores responsáveis pelo contrato de gestão, e a partir do diagnóstico encaminhado pela OS em agosto de 2025, o OEP passou a sinalizar positivamente para desenvolver ações conjuntas e diretas com os parceiros do Sistema de Justiça dessas localidades, tendo iniciado esse movimento em Pouso Alegre ao final de novembro. Os desdobramentos dessas ações e reuniões tendem a ser refletidos nos próximos meses do período avaliatório seguinte. Em relação à unidade de Curvelo, a Gestão Social deu início às articulações institucionais com a juíza titular, que retornou recentemente após um período prolongado de afastamento. A expectativa é de que essa interlocução viabilize a mediação dos diálogos necessários com o magistrado responsável pela Audiência de Custódia, cuja atuação se vincula a outra comarca e que mantém presença reduzida no município de abrangência da unidade. Para subsidiar esse processo, a DAL se encontra em articulação permanente com a Supervisão de Prevenção, e a Gestão Social, sendo atualizada quanto aos pontos estratégicos necessários para a entrada qualificada nesse diálogo ainda nos primeiros meses do ano.

Juiz de Fora: durante o ano, em que pese o desempenho aquém da meta em todos os períodos avaliatórios também por força do baixo encaminhamento de casos pelo Poder Judiciário - sobretudo, Medidas Cautelares - o município vinha desenvolvendo comportamento ascendente desse quantitativo, chegando a alcançar 95% de sua meta em outubro. Entretanto, a partir do último bimestre houve declínio dos atendimentos realizados, especialmente no mês de dezembro. Tal queda numérica é justificada diante do cenário de mudança de espaço físico da Unidade, determinado pelo poder público municipal no mês de outubro, que culminou em comunicação via SEI emitido pelo OEP de suspensão dos atendimentos. Assim, desde o dia 15 de dezembro não há atendimentos ao público do Programa, o que impactou significativamente o resultado alcançado no mês. Espera-se que, tão logo seja possível, os atendimentos ao público sejam retomados assim como a mudança para um novo e adequado espaço.

Adicionalmente, é fundamental enfatizar o desempenho anual nesse indicador, que superou o valor esperado para 2025, atingindo 98.725 atendimentos realizados no ano. O comportamento ascendente dos quantitativos obtidos durante os meses demonstra, por mais um ano, a constância dessa importante frente de trabalho que reforça o lugar do Programa na execução das alternativas penais no Estado - e no país.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 3.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 75% •	• 77% •
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 de 01/10/2025 a 31/12/2025 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de • 77% •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 75% •, o Programa deixou de alcançar a meta estabelecida para o indicador, tendo atingido 67% do esperado. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 18 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO	METAS
ARAGUARI	48	62	77%	75%
BARBACENA	80	100	80%	75%
BELO HORIZONTE	616	816	75%	75%
BETIM	105	131	80%	75%
CONTAGEM	205	275	75%	75%
CURVELO	70	75	93%	75%
DIVINOPOLIS	28	37	76%	75%
GOVERNADOR VALADARES	51	61	84%	75%
IBIRITE	90	132	68%	75%
IPATINGA	65	91	71%	75%
JUIZ DE FORA	64	88	73%	75%
MONTES CLAROS	44	75	59%	75%
POUSO ALEGRE	35	47	74%	75%
R. DAS NEVES	112	122	92%	75%
SANTA LUZIA	40	54	74%	75%
SETE LAGOAS	55	71	77%	75%
UBERABA	84	104	81%	75%
UBERLÂNDIA	169	194	87%	75%
VARGINHA	79	104	76%	75%
VESPASIANO	30	40	75%	75%
TOTAL	2070	2679	77%	75%

No que se refere ao desempenho do Indicador 4.2, observa-se, ao final do exercício de 2025, um percentual estimado de 77,27% de baixas efetivadas por meio do cumprimento integral das alternativas penais, resultado que revela sucesso do esforço continuado das equipes para o alcance da meta pactuada para o período.

A análise desse resultado demanda, inicialmente, destacar a centralidade da organização interna dos processos de trabalho para a consolidação do monitoramento mensal, sistemático e sequencial de todas as alternativas penais em execução. Para

que a meta de referência seja continuamente atingida ou superada, não basta a observância das orientações metodológicas gerais do Programa; faz-se imprescindível o fortalecimento cotidiano dos fluxos internos relacionados ao monitoramento dos casos, à protocolização tempestiva de comunicações físicas e digitais ao Judiciário e ao adequado arquivamento dos instrumentais técnicos.

Nesse sentido, permanece relevante registrar que os temas relacionados ao monitoramento, às metas e aos indicadores seguem sendo abordados de forma transversal nos espaços coletivos de capacitação com as equipes, bem como nas supervisões individuais com os gestores, conduzidas pela Supervisão de Prevenção. Adicionalmente, se mantém como prática institucional a análise mensal das planilhas de monitoramento de cada unidade, acompanhada de devolutivas sistemáticas sobre pontos de atenção, com vistas ao aprimoramento das estratégias de condução dos casos e à mitigação de riscos de irregularidade, agora isso sendo feito pela gestão social, com o suporte, quando necessário, da supervisão.

Ao direcionar a análise para as modalidades de alternativas penais com desempenho satisfatório no trimestre, se constata a repetição das três que durante todo ano lograram êxito – Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAPs), Medidas Protetivas de Urgência (MPU) e Penas Pecuniárias (PP), sendo que o primeiro permanece sendo aquele que apresentou os valores mais expressivos de cumprimentos integrais (acima de 80%). É válido afirmar que o sucesso dessa performance se esconde em fatores relevantes, tais como: determinações judiciais curtas nos casos de PEAP, mas também menor lapso temporal entre o ingresso da pessoa no Programa e o início efetivo do cumprimento, sendo este o caso dos grupos abertos no escopo das Ações de Responsabilização com Homens Autores de Violência Contra às Mulheres.

No recorte por modalidade que não alcançaram a meta específica, mesmo que a global tenha se revelado de sucesso, no que toca às medidas cautelares, as equipes técnicas justificam o resultado negativo elencando alguns elementos que contribuem nos descumprimentos desta alternativa penal. As vulnerabilidades agudas do público interferem na sua organização pessoal para frequência de comparecimento na UPC, ainda que haja esforço técnico de contribuição nesse sentido. Diante desse cenário, as equipes trabalham pela ampliação das modalidades de acompanhamento das cautelares apostando na intervenção coletiva, mas ainda se faz necessário qualificar o acompanhamento dessa modalidade de alternativa penal como, por exemplo, usufruir de metodologias desenvolvidas por outros estados que trazem maior plasticidade a este tipo de acompanhamento em consonância com as diretrizes nacionais. Sair da lógica de grupos temáticos com frequência semanal e adentrar em perspectivas grupais mais livres e de comparecimento construído em processos de individualização, poderão favorecer o aumento da execução desta meta. Para tanto, a supervisão, representando a OS, incluiu esta pauta para ser tratada em reunião com a DAL.

A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) se manteve como aquela com menor desempenho relativo no âmbito do Indicador 4.2, repetindo padrão já identificado em exercícios anteriores. Tal cenário decorre de fatores estruturais próprios dessa alternativa penal, que demanda articulações externas contínuas e qualificadas com a rede parceira, além de maior vulnerabilidade a interrupções relacionadas à adesão do público, à dinâmica das instituições conveniadas e às condições territoriais de execução. Diante disso, a supervisão seguirá investindo, junto aos gestores, o fortalecimento de estratégias para que as equipes consigam desenvolver vinculação, acompanhamento e intervenção junto a esse público, bem como no aprimoramento das articulações interinstitucionais, reconhecendo que tais esforços impactam não apenas o Indicador 4.2, mas também em outro indicador correlato do Contrato de Gestão, o 4.3, no qual não obtivemos sucesso, conforme será visto mais abaixo neste relatório.

De forma geral, ainda que o resultado final do indicador em 2026 aponte elementos de sucesso, ainda existem desafios persistentes e a leitura qualitativa do período evidencia a imprescindibilidade na manutenção dos investimentos institucionais na qualificação do monitoramento, na padronização dos fluxos internos e no suporte técnico às equipes, elementos fundamentais para a consolidação progressiva dos resultados nos ciclos avaliativos subsequentes.

Partindo do sucesso na meta dentro deste trimestre, mesmo que o desempenho no ano ainda tenha ficado aquém, a análise subsequente se concentrará justamente nas equipes que apresentaram melhor desempenho, visando identificar os fatores de sucesso para reprodução nas demais centrais.

Curvelo: Esta unidade, responsável pela implementação do primeiro grupo aberto da história do Programa, o qual permanece em funcionamento até o presente, absorvendo parcela significativa do público inscrito com celeridade na oferta de vagas, mantém índices consistentes de cumprimento das alternativas penais acompanhadas.

Destaca-se, nesse contexto, a atuação da equipe com um quantitativo reduzido de casos ativos, em razão de uma porta de entrada que ainda não se encontra plenamente consolidada. Sob o viés positivo, tal configuração tem favorecido a

organização do trabalho técnico, evitando sobreposição de agendas, lapsos temporais nas intervenções diante de situações de irregularidade e permitindo maior investimento reflexivo na construção dos espaços grupais. Esse cenário da UPC possibilita uma leitura mais minuciosa dos perfis individual e coletivo do público atendido, bem como a elaboração de estratégias de intervenção mais inventivas e assertivas, o que se reflete diretamente no histórico de bom desempenho da unidade no cumprimento da meta associada a este indicador. Trata-se, portanto, de um resultado que se alinha ao objetivo central do Programa, qual seja, a promoção do cumprimento efetivo das determinações judiciais, com qualidade técnica e aderência metodológica.

Ribeirão das Neves: O desempenho desta unidade no indicador de cumprimento integral das alternativas penais mantém-se, de forma consistente, em patamares significativamente superiores à meta pactuada, com percentuais reiteradamente acima de 87%, frente ao parâmetro esperado de 75%. Tal resultado não se apresenta como fenômeno pontual, mas como reflexo de um arranjo institucional e metodológico já consolidado ao longo do tempo.

Um dos elementos centrais para esse êxito reside na regularidade e na tempestividade do monitoramento dos casos, realizado de forma sequencial e sistemática pela equipe técnica, o que permite a identificação precoce de sinais de irregularidade e a intervenção oportuna sobre fatores de risco ao descumprimento. Esse acompanhamento contínuo favorece a adoção de estratégias técnicas proporcionais à complexidade de cada caso, reduzindo a incidência de evasões e interrupções abruptas do cumprimento.

Outro fator relevante diz respeito à maturidade institucional desta equipe na execução da metodologia do Programa, observada tanto no manejo dos instrumentais de monitoramento quanto na condução das intervenções diante de situações de irregularidade. A combinação entre domínio técnico, organização interna dos processos de trabalho e cultura de responsabilização compartilhada com o público acompanhado tem se mostrado determinante para a sustentação de índices elevados de cumprimento.

Dessa forma, o desempenho de Ribeirão das Neves evidencia que o alcance de percentuais superiores à meta está diretamente relacionado à consolidação de práticas contínuas de monitoramento, à capacidade de intervenção tempestiva e à articulação eficaz entre equipe e rede parceira e Sistema de Justiça, configurando-se como sucesso na execução metodológica.

Uberlândia: A elevada execução observada no Indicador 4.1 no município de Uberlândia, marcada por um volume expressivo e contínuo de inscrições ao longo do período avaliatório, não se traduziu, de forma paradoxal, em prejuízo ao desempenho do Indicador 4.2, que afere o cumprimento integral das alternativas penais. Ao contrário, os resultados registrados neste indicador se mantiveram acima do patamar esperado, mesmo diante do cenário de alta demanda.

A análise conjunta desses dados permite afirmar que a principal explicação para tal conjuntura reside na estratégia de organização do trabalho técnico adotada pela unidade, com destaque para a execução dos grupos abertos e a gestão mais eficiente das vagas, que ampliaram a capacidade de absorção e circulação dos casos. Soma-se a isso o desenvolvimento de intervenções qualificadas e tempestivas diante das situações de irregularidade, por meio do monitoramento, o que tem contribuído de forma decisiva para a recondução dos acompanhamentos ao fluxo regular e, consequentemente, para o sucesso no cumprimento das determinações judiciais.

Observa-se, no período mais recente, que a equipe tem conseguido sustentar esse padrão de funcionamento, garantindo desfechos satisfatórios dos casos acompanhados, mesmo sob pressão decorrente da elevada porta de entrada. Todavia, se faz necessário reiterar o alerta já sinalizado em análises anteriores acerca do desafio institucional de manutenção de uma equipe em alta performance por tempo prolongado, sobretudo diante dos limites objetivos da capacidade instalada. Ainda que os grupos operem na modalidade aberta, a formação de fila de espera (refletido nos índices do indicador 4.4 no período em estudo) já se apresenta como indicativo concreto de saturação, o que demanda acompanhamento contínuo e planejamento estratégico para preservação da qualidade das intervenções e da sustentabilidade do modelo adotado e por isso, essa tem sido pauta constante da OS com o OEP, na representação da DAL.

Ainda na perspectiva de dar robustez a compreensão dos resultados deste indicador de magnânima importância ao Programa, a seguir a análise se voltará para as equipes que apresentaram pior desempenho, visando identificar os fatores críticos e as oportunidades de aprimoramento.

Montes Claros: O não alcance da meta de cumprimento neste município decorre, principalmente, da instabilidade e da descontinuidade das ações de monitoramento ao longo do período avaliado, o que resultou em intervenções pouco

tempestivas frente aos primeiros sinais de irregularidade. Ademais, se identificam fragilidades na organização interna dos fluxos de encaminhamento, especialmente no que se refere ao gerenciamento de vagas de grupos e juntos aos parceiros de PSC e também na leitura qualificada dos fatores atravessadores do descumprimento, como vulnerabilidades sociais e riscos criminais associados ao público acompanhado.

Como ação corretiva em andamento, a gestão local, em articulação com a supervisão, vem priorizando a reorganização dos fluxos de monitoramento, com foco na atuação mensal, contínua e antecipatória sobre os casos irregulares. Estão sendo fortalecidos os alinhamentos técnicos para qualificação do repertório da equipe para intervenções mais eficientes nos contextos de risco de descumprimento.

Ibirité: No período analisado, o município de Ibirité apresentou desempenho aquém do percentual esperado no que se refere ao indicador de cumprimento integral das alternativas penais, ainda que se observe esforço contínuo da equipe para manutenção das rotinas essenciais do Programa. A leitura desse resultado deve ser realizada de forma articulada ao cenário que segue aqui descrito no indicador 4.3, que evidenciou instabilidade no quadro de profissionais ao longo do ano, com impactos diretos na organização do trabalho cotidiano.

A rotatividade e os afastamentos de profissionais ocorridos comprometeram a regularidade e a tempestividade do monitoramento, elemento central para a prevenção do descumprimento das alternativas penais. A infrequência no acompanhamento sequencial dos casos e as limitações para intervenções oportunas diante de sinais iniciais de irregularidade reduziram a capacidade da equipe de incidir de maneira preventiva sobre os fatores de risco ao descumprimento, especialmente nas modalidades que demandam maior articulação com a rede e acompanhamento continuado.

Nesse sentido, o desempenho observado não decorre de fragilidades metodológicas, mas de um contexto organizacional que dificultou a consolidação de fluxos consistentes de monitoramento mensal e a atuação tempestiva junto aos casos que exigiam maior intensificação de cuidado técnico. A expectativa é que, com a recomposição gradual da equipe e a retomada da estabilidade necessária à execução plena dos cronogramas, o município possa fortalecer o monitoramento contínuo e, consequentemente, elevar os percentuais de cumprimento integral nos próximos períodos avaliatórios.

Ipatinga: o município realizou 95% de sua própria meta, resultado melhor que o período anterior, mas ainda aquém do esperado, que demonstra oscilação aguda no decorrer dos meses. Ao analisar o desempenho por alternativa penal, nota-se que o destaque está no percentual atrelado à prestação de serviços à comunidade, que alcançou no máximo 68% de cumprimento neste período. É importante frisar que dos 19 casos que foram descumpridos nesta modalidade, em sua grande maioria não houve cumprimento da alternativa penal determinada e apresentação da folha de ponto nos últimos meses. Diante disso, a Supervisão de Prevenção permanecerá em diálogo com a gestão social para qualificação de fluxos internos de monitoramento e aprofundamento das intervenções técnicas dos casos irregulares.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 6.636 •	• 6159 •
Descrição do Indicador	
O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio: 1. Visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais para discussão sobre fluxos de encaminhamento, fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 3. Reuniões de articulação com instituições da Rede de Proteção Social para discussão sobre o acompanhamento do público, fluxos de encaminhamento e fluxo de comunicação; 4. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para discussão sobre fluxos de encaminhamento de alternativas penais; fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 5. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados às alternativas penais ou transversais; 6. Visitas para captação de novas parcerias; 7. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram realizadas cumulativamente • 6159 • ações do programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 6.636 •, o objetivo não foi alcançado plenamente, tendo alcançado 93% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 19 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	210	19	5	5	239
BARBACENA	273	27	32	28	360
BELO HORIZONTE	775	77	58	20	930
BETIM	259	30	20	32	341
CONTAGEM	344	38	42	28	452
CURVELO	162	18	18	18	216
DIVINOPOLIS	162	18	18	13	211
GOVAL	221	24	24	24	293
IBIRITE	164	17	19	15	215
IPATINGA	259	36	31	34	360
JUIZ DE FORA	295	45	46	3	389
MONTES CLAROS	219	25	24	25	293
POUSO ALEGRE	92	21	18	24	155
RIBEIRÃO DAS NEVES	275	31	27	13	346
SANTA LUZIA	159	10	4	13	186
SETE LAGOAS	185	18	18	8	229
UBERABA	215	18	23	33	289

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
UBERLÂNDIA	177	26	22	14	239
VARGINHA	159	25	19	18	221
VESPASIANO	142	19	16	18	195
TOTAL	4.747	542	484	386	6.159

No que se refere ao desempenho do Indicador III, ao final do exercício de 2025 se observa a execução estimada de 1.412 ações de articulação junto às redes de apoio no trimestre, o que corresponde a aproximadamente 84% da meta pactuada. Embora o Programa tenha apresentado, ao longo do ano, crescimento expressivo e inclusive superação da meta no trimestre anterior, o fechamento do ciclo evidencia regressão nos valores absolutos e o não atingimento do resultado esperado, interrompendo a trajetória de expansão observada nos dois trimestres imediatamente anteriores.

Tal oscilação negativa não se configura como fenômeno isolado, mas dialoga diretamente com os desafios estruturais já apontados ao longo deste relatório. A execução das articulações de rede, para além de sua relevância estratégica, exige organização interna rigorosa, priorização contínua das agendas externas e capacidade das equipes de sustentar múltiplas frentes de trabalho de forma equilibrada ao longo de todos os meses. Nesse sentido, ainda que os esforços de fomento promovidos pela Supervisão de Prevenção, junto à gestão social e às equipes técnicas, tenham produzido avanços importantes e revertido desafios históricos do Programa nos meses anteriores, persistem entraves operacionais que impactam diretamente a estabilidade do indicador.

Entre os fatores determinantes para o não alcance da meta global, se destaca o desempenho aquém do esperado de unidades de grande porte, Belo Horizonte. Considerando que o município concentra parcela expressiva da meta pactuada, chegando a representar cerca de 25% do total do Programa, qualquer flutuação negativa em sua execução territorial produz efeito desproporcional sobre o resultado consolidado, tornando-se, em determinados períodos, fator impeditivo para o alcance da meta, mesmo diante de desempenhos satisfatórios em outras unidades.

De modo geral, as ações de articulação mantiveram-se concentradas em visitas de monitoramento e reuniões junto às instituições parceiras responsáveis pelo recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP), o que reafirma a centralidade dessa frente para o cumprimento das alternativas penais. Contudo, permanece como gargalo estrutural a captação de novas parcerias capazes de absorver demandas específicas do público, especialmente aquelas relacionadas a restrições de horário para cumprimento (período noturno e finais de semana). Ainda que as equipes tenham investido em diagnósticos e prospecções de novos parceiros (ações estratégicas, porém não computadas neste indicador), tais esforços não se mostraram suficientes para ampliar, no ritmo necessário, a capacidade da rede instalada.

No que tange aos Encontros de Rede, embora 2025 tenha buscado consolidar os avanços qualitativos e a intencionalidade metodológica observados nessa modalidade, o volume total de ações realizadas não sustentou a curva de crescimento previamente alcançada. Persistem desafios relacionados à organização de agendas prioritárias para ações externas e à circulação sistemática das equipes fora das Unidades de Prevenção à Criminalidade, evidenciando a necessidade de fortalecimento dos arranjos internos de trabalho e da gestão do tempo institucional. Esses elementos se mostram centrais para que o indicador recupere estabilidade e retome trajetória consistente de crescimento nos próximos períodos avaliativos.

Isto posto, faz-se necessário aprofundar a análise dos municípios que não contribuíram a contento para o desempenho no referido período.

Belo Horizonte: No presente período avaliativo, a unidade de Belo Horizonte registrou resultados aquém do esperado no que concerne à atuação junto à rede parceira, ao realizar 39% das 396 ações pactuadas, reiterando uma tendência observada em períodos precedentes. Não se trata de um desconhecimento do escopo metodológico que define a articulação em rede como um eixo fundamental das alternativas penais, mas sim da necessidade de integrar estas ações de forma indissociável ao calendário de grupos e atendimentos individuais, conferindo-lhes a mesma prioridade e planejamento sistemático. Esse ponto será trabalhado com a devida importância junto às gestoras sociais que assumirão as Unidades das Centrais de Belo Horizonte a partir de janeiro de 2026, para que os planos de ação orientados pela Supervisão sejam postos em prática. Cabe destacar, ainda, que foram executados diversos Encontros de Rede no referido trimestre que contaram com baixa adesão

dos parceiros, o que também gerou prejuízo ao desempenho - e que permanecerá sendo objeto de aprimoramento em 2026. Somado a isso, ressalta-se que no mês de dezembro a equipe protagonizou frentes de trabalho internas relativas à implantação do sistema, que será efetivado em janeiro.

Araguari: No presente trimestre, a unidade em análise alcançou 54% da meta estabelecida, com desempenho aquém do esperado especialmente no último bimestre. Embora o desempenho quantitativo não tenha correspondido às expectativas para o período, é imperioso considerar que esta unidade não apresenta, em seu histórico, insucesso no alcance das metas de seus indicadores de modo frequente - ao contrário: em todos os períodos anteriores desenvolveu quantitativo significativamente além do esperado. Em novembro e dezembro, observa-se uma baixa capacidade de execução das ações diante da despriorização dessa atividade, especialmente no período sem suporte diário da gestão social, em hiato de substituição, para organizações pertinentes às agendas junto aos parceiros institucionais e à agenda do veículo de Uberlândia, que dá suporte às visitas no município. A ausência desse ator também contribuiu para o baixo valor, já que algumas articulações são praticamente exclusivas dessa função. Diante disso, a OS trabalhará pela retomada da execução plena das articulações de rede em 2026, restabelecendo o comportamento usual da Unidade nesse indicador.

Santa Luzia: contrariando o desempenho registrado nos dois primeiros períodos avaliatórios do ano, também neste trimestre a meta não foi atingida a contento; o quantitativo desenvolvido resultou no alcance de 50% da própria meta do município. Não se trata de um desconhecimento do escopo metodológico que define a articulação em rede como um eixo fundamental das alternativas penais, mas sim da necessidade de integrar estas ações de forma indissociável ao calendário de grupos e atendimentos individuais, conferindo-lhes a mesma prioridade e planejamento sistemático. Diante disso, a OS trabalhará pela retomada da execução plena das articulações de rede em 2026, restabelecendo o comportamento usual da Unidade nesse indicador.

Noutro giro, destaca-se o desempenho dos municípios citados abaixo por contribuírem positivamente para o quase atingimento da meta no referido período.

Barbacena: o desempenho no referido trimestre resultou em um quantitativo 61% superior a sua meta. Tal valor está relacionado com a intensidade de visitas de monitoramento aos parceiros da rede de alternativas penais, visando o constante aprimoramento do acompanhamento da prestação de serviços à comunidade in loco. Somado a isso, verificou-se a imprescindibilidade de desenvolver discussões de casos que apresentaram maiores vulnerabilidades ou riscos criminais junto à rede de proteção social do município, o que contribuiu numericamente e qualitativamente para o acompanhamento ao público.

Vespasiano: o desempenho nas articulações de rede desta Central alcançou valor 47% a mais do que a expectativa pactuada em meta. O município priorizou as visitas nas instituições parceiras que possuem pessoas com alternativa penal realizando prestação de serviços à comunidade, para acompanhamento próximo do cumprimento e compreensão da demanda dos espaços. Também elevou-se as discussões de caso junto a rede de proteção social ligadas ao público do Programa, cujos espaços proporcionaram o estreitamento de vínculos entre parceiros e contribuíram para os encaminhamentos do público nos equipamentos.

Montes Claros: Esta unidade apresenta histórico de execução consistentemente superior ao patamar satisfatório no que se refere à meta deste indicador (37% a mais no PA em análise). As justificativas que sustentam esse desempenho têm sido reiteradamente apresentadas nos relatórios e, inclusive, utilizadas como referência para outras unidades que enfrentam desafios neste quesito.

Entre os fatores centrais que explicam o êxito alcançado, se destaca a consolidação de uma cultura institucional no município, caracterizada pela circulação sistemática da equipe nos espaços das instituições parceiras, bem como pela abertura permanente do espaço da Central para o diálogo qualificado acerca das especificidades dos casos em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade. Soma-se a isso o seguimento rigoroso de um cronograma de atuação referenciada na rede, executado pela equipe sob coordenação direta da gestão social, o que confere previsibilidade à organização e efetividade às ações desenvolvidas.

Nesse contexto, a priorização dos espaços de monitoramento junto às instituições parceiras de PSC assume papel de destaque, especialmente diante do quantitativo expressivo desta alternativa penal na unidade e da complexidade dos casos acompanhados, que demandam intervenções contínuas, alinhadas e tecnicamente qualificadas com os nossos parceiros.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 3.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 12% •	• 18% •
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o percentual de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA que encontram-se aguardando encaminhamento para cumprimento por tempo superior a 120 dias. Entende-se como alternativas penais aguardando encaminhamento aquelas que, conforme determinação judicial, foram inscritas (ou deram reentrada) na CEAPA, mas ainda não foram encaminhadas para o cumprimento da alternativa penal, portanto não iniciaram o cumprimento. Conforme a metodologia da CEAPA, as alternativas penais podem se enquadrar nesse “status” (“aguardando encaminhamento”) por até 120 dias, prazo no qual a equipe técnica do Programa trabalha questões sociais e de vulnerabilidade com o público, realiza atendimentos de intervenção sobre a responsabilização do caso, e articula possibilidades de encaminhamento para cumprimento da alternativa penal. Entende-se que, após esse período (a partir do 121º dia), a alternativa penal que ainda não tiver sido encaminhada para cumprimento está incorrendo em alguma dificuldade ou irregularidade, o que vai ensejar uma intervenção mais direcionada. É preciso ressaltar, entretanto, que é fato que nem todas as alternativas penais serão encaminhadas dentro do prazo estabelecido, a despeito de o programa ter seguido toda a cartilha metodológica e cumprido suas intervenções de forma efetiva. Isso acontece porque o indicador sofre interferências de fatores externos ao programa CEAPA, tais como: necessidade de um tempo para a construção do encaminhamento qualificado objetivando adequar o cumprimento da alternativa penal às possibilidades, condições, interesses, experiências e habilidades do público e com as demandas das instituições da rede parceira do Programa; disponibilidade da rede para recebimento do público iniciar o cumprimento; quórum para formação mínima dos atendimentos grupais; o público-alvo do Programa é composto por pessoas em cumprimento de alternativas penais, portanto existem questões subjetivas, e que mesmo após as intervenções realizadas pela equipe, algumas pessoas não se responsabilizam perante o cumprimento da determinação judicial; vulnerabilidades, riscos sociais ou criminais que não puderam ser minimizados e/ou sanados, mesmo com favorecimento de fatores de proteção, também podem afetar o início do cumprimento; também existem situações em que o princípio da individualização da pena não é cumprido em sua integralidade e a pena ou medida aplicada não é passível de ser cumprida devido à realidade de vida da pessoa. Isto posto, o cálculo da meta do indicador deve considerar que existem fatores externos sobre os quais o programa pode intervir e contribuir para a minimização, mas não necessariamente eliminar por completo, devido à sua complexidade. Unidade de medida: percentual %	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: (número de alternativas penais aguardando encaminhamento para cumprimento fora do prazo de 120 dias após a inscrição ou reentrada / total de alternativas penais acompanhadas no período avaliatório) x 100% Polaridade: quanto menor melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para o ano de 2025, foi incluído um novo indicador no programa Ceapa com o objetivo de mensurar as alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório.

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/10/2025 a 31/12/2025, foram contabilizadas • 18% • alternativas penais ativas aguardando encaminhamento. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 12% •, o objetivo foi alcançado plenamente. Abaixo seguem informações relativas ao indicador em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 20 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório

UPC	ALTERNATIVAS PENAIS AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO FORA DO PRAZO DE 90 DIAS APÓS A INSCRIÇÃO OU REENTRADA	PERCENTUAL DE ALTERNATIVAS PENAIS AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO
BARBACENA	1	4%
BELO HORIZONTE	53	11%
BETIM	1	1%
CONTAGEM	103	16%
CURVELO	0	0%
DIVINOPOLIS	0	0%
GOVAL	31	40%
IBIRITE	187	51%
IPATINGA	0	0%
JUIZ DE FORA	0	0%
MONTES CLAROS	0	0%
POUSO ALEGRE	0	0%
RIBEIRÃO DAS NEVES	11	5%
SANTA LUZIA	160	42%
SETE LAGOAS	0	0%
UBERABA	16	8%
UBERLÂNDIA	71	18%
VARGINHA	53	30%
VESPASIANO	6	5%
TOTAL	702	18%

Esse indicador, inaugurado em 2025, tem por finalidade aferir o intervalo entre a inscrição (ou reentrada) da pessoa no Programa e o início efetivo do cumprimento da alternativa penal imposta, mensurando o percentual de casos ativos que se mantêm na situação de “aguardando encaminhamento” por período, até então, superior a 120 dias. Entretanto, foi pactuado para o X Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 002/2019 a calibragem do referido período para 90 dias, visando uma aferição mais adequada ao que se propõe. Esse ajuste alterou o cenário até então apresentado e, pela primeira vez no ano, não houve atingimento da meta relativa a esse indicador. O mês de dezembro registrou 21% de casos aguardando encaminhamento por tempo superior a 90 dias, discretamente aquém da expectativa pactuada, qual seja, 18%.

Ainda que o desempenho não tenha ocorrido conforme o esperado, ressalta-se que das 20 Centrais, apenas 5 não atingiram a referida meta e outras 7 performaram o excelente registro de 0% de casos nessas circunstâncias. Portanto, os dados evidenciam que a maior parte das pessoas atendidas foi encaminhada ao cumprimento de suas respectivas alternativas penais dentro do prazo pactuado no X Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 002/2019.

Conforme previsto metodologicamente, esse intervalo permanece compreendido como adequado para que as equipes técnicas realizem intervenções prévias de responsabilização, avaliação de riscos criminais, articulações com a rede parceira e construção de estratégias que viabilizem o cumprimento qualificado. Portanto, extrapolar esse prazo, indica a presença de entraves que exigem intervenções mais estruturadas e direcionadas, considerando tanto variáveis de ordem interna quanto fatores externos à governabilidade do Programa, como disponibilidade da rede parceira, perfil do público, questões de vulnerabilidades não superadas, entre outros.

No quarto e último ciclo avaliativo do primeiro ano com o indicador em execução, se observa que as Centrais com desempenho mais distante da expectativa são as mesmas do período avaliatório anterior, ou seja: Ibirité, Santa Luzia e Contagem permanecem com cenário desafiador e, além dessas, Governador Valadares também despontou negativamente no período. O desempenho de cada uma das Centrais será detalhado abaixo e enfatiza-se, de antemão, que as quatro permanecerão recebendo atenção especial neste tópico nos meses subsequentes e seguirão sob monitoramento para superação do cenário atual.

Em síntese, os dados indicam que, mesmo com o ajuste no texto do indicador, a grande maioria das Unidades vêm se organizando adequadamente para garantir a fluidez entre a inscrição e o início do cumprimento da alternativa penal,

assegurando coerência metodológica, aderência aos prazos e qualificação da gestão dos fluxos de trabalho que envolvem esse resultado.

Por fim, cabe elucidar o desempenho insatisfatório dos já citados quatro municípios no referido indicador:

Governador Valadares: no trimestre em tela o município alcançou 47% de casos aguardando encaminhamento por tempo superior a 90 dias e o desafio atrelado ao atingimento dos esperados 18% está diretamente relacionado à execução de grupos reflexivos (PEAP) - e não se registra, portanto, nas demais modalidades de alternativas penais acompanhadas pelo município. Em dezembro, havia o total de 31 casos aguardando encaminhamento para iniciarem os grupos - 24 deles por tempo superior a 90 dias - sendo 11 cumpridores cuja determinação judicial aplica o grupo da temática Drogas, 17 com determinação de participação em grupo de Pessoas em Situação de Conflito e 3 cumpridores que devem cumprir grupo da temática Trânsito. Tais casos estavam represados até o fim do ano por ausência de quórum suficiente para abertura de grupos, o que dialoga diretamente com o desempenho justificado no indicador 4.1, qual seja, de baixo número de casos encaminhados pelo Poder Judiciário. Esse cenário permanecerá sendo acompanhado pela Supervisão junto à gestão social e Diretoria do Programa para que novas estratégias para abertura de fluxos de encaminhamento de novos casos sejam efetivadas e, assim, os grupos sejam iniciados com mais celeridade.

Ibirité: Ao longo dos últimos meses do ano, a equipe enfrentou significativa instabilidade em seu quadro de profissionais, decorrente tanto de pedidos de desligamento quanto de afastamentos por motivos de saúde. Tal cenário impôs desafios relevantes à execução regular dos cronogramas de grupos previstos, impactando a continuidade e a previsibilidade das ações.

Embora as reposições tenham ocorrido de forma relativamente célere, o ingresso de novos profissionais demanda, inevitavelmente, um período de capacitação inicial e de construção gradual de repertório técnico e autonomia, especialmente no que se refere à composição qualificada do quadro de facilitadores de grupos. A recorrência desses processos de recomposição da equipe comprometeu a consolidação da estabilidade necessária para a absorção ágil e consistente dos casos que ingressam no Programa, refletindo-se nos fluxos de atendimento e na capacidade de resposta da unidade. Por isso, esta unidade atingiu valores elevados no indicador que mensura o número de pessoas aguardando iniciar o cumprimento e demanda hoje a construção da gestão de um plano de grupos possível de execução e que responda a essa demanda represada a partir da equipe que está se recompondo.

Santa Luzia: no referido período, a Central finalizou o mês de dezembro com 37% de alternativas penais aguardando encaminhamento por tempo superior a 90 dias. O principal fator que gerou o desempenho insatisfatório em relação aos esperados 18% ou menos, consiste no desafio de encaminhar o público da PSC para as instituições dentro do ritmo esperado, considerando que grandes mudanças foram observadas nas secretarias e nos cargos de gerência no município de Santa Luzia, que culminaram no obstáculo técnico de efetivação dos encaminhamentos nesse trimestre. Além disso, o volume de casos encaminhados para participação nos grupos de responsabilização para homens, se comparado à capacidade técnica de absorção da demanda, gerou menos fluidez no início de cumprimento de algumas pessoas. Diante disso, a OS trabalhará pela retomada da execução plena das articulações junto aos equipamentos da rede e junto ao Poder Judiciário em 2026 para que, consequentemente, os casos sejam encaminhados ao cumprimento com maior celeridade.

Contagem: O desempenho desfavorável observado na meta deste indicador referente ao número de pessoas aguardando encaminhamento deve ser analisado em estreita relação com o cenário de elevada porta de entrada verificado no período (24% dos casos estão há mais de 90 dias aguardando). Conforme já exposto, o município registrou volume expressivo e contínuo de inscrições ao longo de 2025, com picos relevantes em alguns meses, o que tensionou de forma significativa a capacidade operacional da unidade. A elevada demanda impacta diretamente a possibilidade de absorção tempestiva dos casos, uma vez que os grupos reflexivos, mesmo com estratégias de ampliação e gestão ativa de vagas, possuem limite metodológico de participantes, e as instituições parceiras para execução da Prestação de Serviços à Comunidade também apresentam capacidade finita de acolhimento. Soma-se a esse contexto a sobrecarga da equipe técnica, que, diante do volume de casos ingressantes, precisa equilibrar a condução qualificada dos acompanhamentos em curso, o manejo das irregularidades, respostas ao judiciário e a organização de novos encaminhamentos. Como consequência, se observa o aumento do número de pessoas que permanecem em espera, não por ineficiência do fluxo, mas como resultado direto da pressão exercida por uma demanda superior à capacidade instalada do Programa e da rede parceira, exigindo monitoramento contínuo e reflexão sobre estratégias de redistribuição, priorização e fortalecimento da rede de execução. Insta destacar que, esta pauta já foi apresentada pela OS ao OEP no sentido de entrada qualificada na discussão com o Sistema de Justiça em prol de um afunilamento da entrada.

RETORNOS DAS SUGESTÕES EMANADAS PELA OEP NO 27º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO:

Para o encerramento deste relatório, a OS considera oportuno retomar e alinhar as sugestões sinalizadas no último Relatório de Monitoramento, as quais demandam ponderações e construções conjuntas voltadas à qualificação contínua da parceria.

Em relação a sugestão de que no Relatório Gerencial de Resultados haja um item específico sobre as ações tratadas e cumpridas que se referem à auditoria, reitera-se que a OS atua como parceira na execução das ações previstas no Contrato de Gestão, bem como no cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Plano de Ação decorrente da auditoria, como, por exemplo a criação e implantação do Sistema. Contudo, compreende-se que a apresentação formal dos andamentos e das respostas a esse mecanismo de controle deve ocorrer por meio da Secretaria, junto à Controladoria-Geral do Estado, instância competente para a interlocução oficial. Nesse sentido, a OS sugere que seja mantido o canal de comunicação oficial designado especificamente para o compartilhamento das ações pactuadas, ou seja, diretamente entre o OEP e a CGE, e não publicizado no Relatório Gerencial de Resultados.

No que se refere às metodologias de aferição do aprendizado produzido nas capacitações, a Supervisão de Prevenção realiza o acompanhamento do aproveitamento desses momentos a partir da observação de sua incorporação no cotidiano de trabalho das equipes técnicas e das gestões sociais. Esse acompanhamento se dá, especialmente, por meio de diálogos técnicos que permitem identificar o aprofundamento dos temas abordados, a ampliação dos repertórios profissionais e a aplicação dos conteúdos nos instrumentos e fluxos de trabalho utilizados nas Centrais. Ainda assim, se reconhece a importância do aprimoramento contínuo dessas estratégias e, nesse sentido, a OS se mantém integralmente aberta à análise, ao estudo e à qualificação das modalidades de aferição do aproveitamento e da efetividade dos espaços formativos, compreendendo tais processos como dinâmicos e passíveis de constante evolução.

Em relação à sugestão de que seja levantado o perfil de casos inscritos e o comparativo com períodos anteriores a fim de avaliar se as estratégias têm resultados condizentes com o objetivo central do Programa – fomentar o cumprimento de penas em alternativas penais à prisão, informa-se que o protagonismo das alternativas a prisão é temático constante dos espaços de supervisão, capacitação e reuniões, assim como o acompanhamento do sucesso das interlocuções. A OS permanecerá monitorando tais resultados, especialmente considerando a capacidade de produção de informações do novo software.

Também nesse sentido, frisa-se que as equipes técnicas já utilizam de forma sistemática os relatórios qualitativos como instrumento de análise mensal, com recortes territoriais e foco nos municípios, o que subsidia a leitura das vulnerabilidades psicossociais, dos riscos criminais e das dinâmicas locais que atravessam o público acompanhado. Essas análises orientam diretamente as estratégias de atuação junto à rede de proteção social, balizando os encaminhamentos, as articulações intersetoriais e a qualificação das intervenções técnicas desenvolvidas em cada Central. Compreende-se que tais análises cumprem papel fundamental na organização interna e na construção de estratégias individualizadas por unidade, devendo permanecer concentradas no fortalecimento da intervenção direta com o público e na articulação qualificada com a rede, não se configurando como conteúdo a ser explorado no espaço do Relatório Gerencial de Resultados, cuja finalidade se volta à aferição e apresentação dos indicadores pactuados.

No que diz respeito à sugestão de inclusão do conteúdo das reuniões, conversas e e-mails no RGR, a OS considera razoável manter tais informações nos espaços privados e compreende que o OEP tem a faculdade de incluí-las no Relatório de Monitoramento.

Em relação à sugestão de elencar os elementos que inviabilizam a execução dos PEAPs pelo Programa, bem como a recomendação de que seja descrita a estratégia de atuação sobre os fenômenos que tem ensejado o descumprimento de medidas cautelares e de prestação de serviços à comunidade, elucida-se que as informações constam nos campos relativos a esses indicadores.

No que toca a problematização apresentada acerca do Indicador 4.3, esclarece-se que, diante de desempenhos inferiores ao pactuado, têm sido adotadas estratégias de planejamento executório estruturado de forma territorializada e ajustada às especificidades de cada unidade. Para os municípios que apresentaram insucesso no indicador, foram elaborados planos de ação específicos, com definição de cronogramas, priorização de frentes de intervenção e desenho de estratégias compatíveis com o perfil do público atendido, a capacidade técnica instalada e os fluxos locais de cumprimento das alternativas penais. Devido a extensividade dessa construção, a OS sugere que esta pauta seja direcionada nos espaços de reunião junto a OEP, em que se pode apresentar as estratégias feitas para cada localidade.

Por fim, no que se refere às ponderações sobre a implantação do sistema, urge destacar que a transição do modelo predominantemente físico para uma lógica digital foi amplamente discutida, avaliada e planejada como o apoio de especialistas, sendo conduzida com o devido zelo técnico e institucional. Reconhece-se que a consolidação de uma nova cultura de trabalho, especialmente em um Programa de elevada complexidade e caracterizado por demandas operacionais intensas, envolve desafios inerentes ao processo de implementação, tais como a necessidade de ajustes graduais, correções operacionais e adequações contínuas. No âmbito desse processo, registra-se como principal impacto a suspensão temporária do atendimento ao público nas UPCs pelo período de três dias, prazo mínimo necessário para a realização das adequações relativas à digitalização dos documentos físicos e à correção das bases de dados para fins de migração para o sistema informatizado. Ainda assim, o monitoramento realizado até o presente momento não identificou prejuízos significativos à rotina das Unidades, tampouco registros de interrupções prolongadas no atendimento ou de tempos de espera superiores aos parâmetros operacionais usuais. Nesse sentido, os impactos observados devem ser compreendidos como parte natural de um processo de mudança estrutural, ainda que tenham sido adotadas estratégias mitigadoras, como a implementação por unidades piloto e a realização de ajustes com a maior celeridade possível. É preciso enfatizar que as implantações são feitas em ondas e o aprimoramento do processo é contínuo e ocorre a cada passo. A consolidação dessa nova lógica demanda tempo e cooperação entre todos os atores envolvidos, de modo que, somando esforços, seja possível assegurar a estabilização do sistema e alcançar resultados satisfatórios, mesmo diante dos transtornos inerentes a processos dessa natureza.

Retificações de dados de indicadores em relação ao 27º Período Avaliatório

O Departamento de Monitoramento do Instituto Elo identificou algumas retificações a serem feitas em dois dos quatro indicadores do programa Ceapa em relação ao informado no 27º Período Avaliatório.

Essas retificações decorrem, majoritariamente, do processo de consolidação e estabilização do Sistema de Informação da Prevenção – Ceapa, implantado de forma gradual nas unidades do Programa. Ressalta-se que a ferramenta passou a operar a partir de julho de 2025 na unidade de Santa Luzia e, posteriormente, em setembro de 2025 nas unidades de Barbacena, Curvelo, Ibirité, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves e Vespasiano. Esse período foi naturalmente marcado por ajustes operacionais e validações de fluxo de informação.

No indicador “Número Acumulado de Atendimentos”, as alterações observadas correspondem a pequenos ajustes, relacionados principalmente à identificação de registros duplicados, reclassificação pontual de atendimentos e sincronização tardia de informações entre módulos do sistema. Tais ajustes resultaram em variações mínimas nos quantitativos inicialmente informados, sem impacto significativo na análise global do desempenho das unidades.

Retificações no indicador número acumulado de atendimento:

Barbacena: o dado informado no 27º Período Avaliatório, mês de setembro de 2025 foi 320. Após a alteração o dado passa a ser 319.

Curvelo: o dado informado no 27º Período Avaliatório, mês de setembro de 2025 foi 221. Após a alteração o dado passa a ser 220.

Ibirité: o dado informado no 27º Período Avaliatório, mês de setembro de 2025 foi 184. Após a alteração o dado passa a ser 185.

Santa Luzia: o dado informado no 27º Período Avaliatório, mês de julho de 2025 foi 338, passando para 337. No mês de agosto o dado informado havia sido 265, passando para 264. No mês de setembro o dado foi 309, passando após a alteração a ser 308.

De forma semelhante, as retificações nos indicadores “Percentual de Alternativas Penais Cumpridas”, tanto no eixo referente ao número de alternativas penais baixadas por cumprimento integral quanto no eixo número de alternativas penais baixadas, estão associadas à atualização dos critérios de consolidação automática dos dados no novo sistema. Durante os primeiros ciclos de operação, foram identificadas situações em que baixas processadas ao final do período avaliativo foram contabilizadas apenas após a validação definitiva das rotinas de fechamento, o que ocasionou a necessidade de correção dos percentuais inicialmente apresentados.

Retificações no indicador percentual de alternativas penais cumpridas, eixo número de alternativas penais baixadas por cumprimento integral:

Barbacena: o dado informado no 27º Período Avaliatório foi 67. Após a alteração o dado passa a ser 69.

Ibirité: o dado informado no 27º Período Avaliatório foi 90. Após a alteração o dado passa a ser 92.

Santa Luzia: o dado informado no 27º Período Avaliatório foi 60. Após a alteração o dado passa a ser 62.

Retificações no indicador percentual de alternativas penais cumpridas, eixo número de alternativas penais baixadas:

Barbacena: o dado informado no 27º Período Avaliatório foi 78. Após a alteração o dado passa a ser 80.

Ibirité: o dado informado no 27º Período Avaliatório foi 125. Após a alteração o dado passa a ser 127.

Santa Luzia: o dado informado no 27º Período Avaliatório foi 69. Após a alteração o dado passa a ser 71.

Importa destacar que tais ajustes são compatíveis com o contexto de implantação recente da ferramenta, sendo considerados intercorrências comuns em processos de transição tecnológica. As retificações refletem, portanto, o aprimoramento da qualidade da informação, garantindo maior fidedignidade aos dados consolidados e maior aderência à realidade operacional das unidades.

Ressalta-se, por fim, que as equipes técnicas responsáveis pela implantação e acompanhamento da operação seguem acompanhando de forma contínua o desempenho do sistema, com o objetivo de mitigar novas inconsistências e assegurar a estabilidade plena dos indicadores nos próximos períodos avaliativos.

Pede-se, gentilmente, que tais retificações sejam consideradas no Relatório de Monitoramento da OEP.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Contextualização Geral dos Indicadores:

O relatório apresentado propõe analisar o desempenho nas metas estabelecidas no Contrato de Gestão 002/2019 e, diante disso, faz-se necessário o registro do cenário e dos eventos que influenciaram na execução do Programa CEAPA no 27º Período Avaliatório.

O quarto período avaliatório marcou a conclusão do Curso de Formação Inicial e Continuada em Eletricista Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo Projeto Alvorada – Ciclo II e destinado ao público egresso do Sistema Prisional. Ao todo, 57 formandos, entre pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, concluíram a formação, oriundos de Belo Horizonte e Região Metropolitana, Montes Claros e Uberlândia, evidenciando o alcance territorial e a capilaridade da iniciativa.

Esse marco reafirma a responsabilidade do Estado e a efetividade da política pública de inclusão social produtiva, demonstrando o compromisso com a qualificação profissional, a ampliação do acesso ao trabalho e à geração de renda, bem como o fortalecimento dos processos de inclusão social dos egressos. O curso ofertado no âmbito do Projeto Alvorada fortalece as estratégias de atuação do PrEsp, ao contribuir para a prevenção da reincidência criminal, por meio da articulação entre formação profissional, cidadania e oportunidades concretas de inserção no mercado de trabalho.

Como reconhecimento, o Projeto Alvorada foi vencedor, em dezembro de 2025, do Prêmio Espírito Público 2025, na categoria Segurança Pública, que destaca projetos inovadores de serviços públicos com relevante impacto social. Ressalta-se que, por meio da parceria com as instituições federais de educação, responsáveis pela execução das ações formativas, e com o PrEsp, no encaminhamento e acompanhamento do público atendido, bem como em alinhamento ao Plano Pena Justa, foi possível avançar de forma concreta nos processos de reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional, por meio do acesso à educação, da qualificação profissional e da ampliação das oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

No trimestre também, foram formalizados dois fluxos estratégicos de articulação entre o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) e a rede intersetorial, visando maior integração e efetividade do acompanhamento do público. O primeiro fluxo foi estabelecido com a Diretoria de Gestão e Monitoramento Eletrônico (DME), e o segundo com o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), consolidando protocolos de encaminhamento e acompanhamento que fortalecem a articulação interinstitucional e a continuidade das ações do PrEsp.

Houve ainda a concretização dos trabalhos da Comissão de Revisão Metodológica, com significativa consolidação das entregas dos textos metodológicos. Destaca-se a revisão do Portfólio da Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais, das Diretrizes Metodológicas para o Acompanhamento de Egressos do Sistema Prisional e do atendimento ao público não inscrito (egressos residentes em outros municípios, pré-egressos e/ou familiares).

Esses momentos de construção conjunta entre Diretoria, Supervisão de Prevenção, Gestão Social e equipe técnica são de fundamental importância para assegurar a incorporação de diferentes olhares, saberes e atribuições institucionais, qualificando as diretrizes que sustentam a interlocução e o atendimento ao público acompanhado.

Adicionalmente, foi entregue o novo indicador de resultados “Percentual de mitigação de vulnerabilidades sociais dos egressos atendidos no PrEsp por período avaliatório”, que se encontra em fase de ajustes finais para a consolidação de sua metodologia e a materialização de sua mensuração a partir de 2026. Tal indicador representa um avanço relevante no monitoramento e na avaliação dos resultados da política, ao permitir uma análise mais qualificada dos impactos das ações desenvolvidas nos processos de inclusão social do público atendido.

No atual período avaliado, o Projeto “É na Base” foi executado no âmbito do Programa de Reintegração Social dos Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), com ações realizadas nos municípios de abrangência dos Programas, fortalecendo a atuação territorial e a articulação intersetorial.

A execução do projeto foi marcada pela integração com os programas de abrangência territorial – PMC e FVI, com destaque para a atuação conjunta entre PrEsp e CEAPA, favorecendo a construção de estratégias alinhadas aos objetivos institucionais comuns. A atuação foi pautada na compreensão das iniciativas do projeto “É na Base” já em curso ou em planejamento nas UPCs territoriais, possibilitando contribuições que ampliaram o olhar sobre o público egresso e suas especificidades.

Nesse sentido, as ações foram construídas de forma integrada, estratégica e alinhada aos objetivos do PrEsp, reafirmando o compromisso de levar a pauta da pessoa egressa ao ambiente escolar, como espaço privilegiado de diálogo, sensibilização e promoção de direitos.

Os retornos obtidos junto ao corpo docente e discente foram amplamente positivos, evidenciando a relevância da temática e a potência do diálogo para a construção de uma cultura de prevenção, inclusão e respeito às trajetórias de vida. Ao mesmo tempo, os desafios identificados reforçaram a importância da presença do Programa nesses espaços, sobretudo no enfrentamento de estigmas e preconceitos, bem como na ampliação do acesso aos direitos. De modo geral, a execução do projeto possibilitou novas construções coletivas, fortaleceu vínculos institucionais e deixou portas abertas para a continuidade e ampliação das ações em 2026.

Ressalta-se também que, na perspectiva da qualificação do acompanhamento ofertado, do aprimoramento das ações desenvolvidas e do fortalecimento da visibilidade da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade nos municípios, a Gestão Social tem se mantido atenta às possibilidades de captação de recursos por meio dos Editais da Vara de Execução Penal, para destinação de valores oriundos de Penas Pecuniárias.

Assim, foram elaborados projetos no município de Ibirité, com objetivos voltados ao aprimoramento da qualidade do acompanhamento, à ampliação do conforto e das condições de atendimento ao público-alvo dos programas e ao fortalecimento de vínculos. As propostas preveem a aquisição de recursos materiais destinados à melhoria da infraestrutura e ao aperfeiçoamento das atividades individuais e coletivas, configurando-se como estratégias técnicas e humanizadas que potencializam os resultados do trabalho desenvolvido e reafirmam o compromisso institucional com a dignidade, o respeito e a efetividade das políticas públicas de inclusão social e responsabilização em liberdade. Ainda nesse ínterim, foi elaborado um projeto com foco na realização de um Seminário da Política de Prevenção à Criminalidade, com o objetivo de ampliar a visibilidade das ações executadas, fortalecer e consolidar parcerias institucionais, bem como contribuir para o enfrentamento de estereótipos e estigmas relacionados ao público atendido.

No momento, aguarda-se a publicação dos resultados dos projetos contemplados no edital.

Outro importante marco para o período avaliatório em voga, foi a assinatura do termo de cooperação técnica entre o estado de Minas Gerais, representado no ato pela SEJUSP (Secretaria de Justiça e Segurança Pública) e SUPEC (Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade) e o poder judiciário, através de seus representantes institucionais do Tribunal de Justiça, Promotoria de Justiça e Defensoria Pública de Minas Gerais. O ato simbólico, ocorrido em dezembro de 2025, formaliza e dá direcionamentos a ambas as partes, a fim de que se engajem e vinculem na construção de um trabalho cooperativo e orientado para o cumprimento das diretrizes sobre as políticas públicas de segurança preventiva no estado de Minas Gerais.

A atuação do PrEsp no estado está diretamente ligada e dependente de uma boa condução da execução penal, bem como de uma atuação satisfatória e alinhada das partes envolvidas num processo penal, a fim de que possamos ampliar o acesso e as garantias, bem como responsabilizar na medida certa. Sem contar ainda que tais atores se configuram e fortalecem a rede de atuação dos programas de prevenção, e não seria diferente do PrEsp que, contando com o apoio e suporte do judiciário, consegue potencializar o impacto das ações e intervenções construídas com o público egresso, pré-egresso e seus familiares, certamente.

Destaca-se, também no mês de dezembro, a realização de uma importante reunião estratégica do Instituto Elo, envolvendo a Gerência de Monitoramento, a Gerência de Recursos Humanos, a Subgerência de Prevenção e os Supervisores de Prevenção. O encontro configurou-se como um espaço qualificado de alinhamento institucional e pactuação de frentes de trabalho específicas de cada área, culminando na definição de agendas fixas voltadas à manutenção do alinhamento estratégico ao longo do próximo ano. A iniciativa reafirma o compromisso do Instituto com o planejamento estratégico e com a construção de processos mais integrados e contínuos.

A ação teve impacto e avaliação extremamente positivos, sobretudo por promover a aproximação entre a gestão estratégica e a gestão de ponta executora da política, reconhecendo o papel destes atores na efetivação das diretrizes institucionais. O espaço favoreceu trocas consistentes, leitura compartilhada dos desafios vivenciados ao longo do ano e a construção coletiva de caminhos para o aprimoramento da atuação, fortalecendo a corresponsabilização entre os diferentes níveis de gestão.

Além de marcar o encerramento do ciclo anual, a reunião consolidou-se como um momento de escuta qualificada e de valorização das contribuições dos gestores. O encontro reforça a aposta do Instituto Elo em uma gestão pautada pelo diálogo, pela intencionalidade estratégica e pela busca permanente de maior qualidade e assertividade nas entregas realizadas no âmbito da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Outro ponto especialmente importante, foi o avanço na realização de ações itinerantes do PrEsp, como: atendimentos, participação em eventos externos e circulação com o público atendido. A perspectiva é que os atendimentos e ações

itinerantes sejam gradualmente fortalecidos e ampliados para outros municípios, sempre a partir de leituras técnicas do território, análises de demanda e definição estratégica das intervenções.

As ações e atendimentos itinerantes têm se consolidado como estratégia relevante de ampliação do alcance do PrEsp, que para além dos atendimentos já realizados no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, a atuação foi expandida para a Unidade Básica de Saúde (UBS), fortalecendo a articulação intersetorial e diversificando as portas de entrada para o público egresso.

Esse movimento tem como objetivo ampliar o acesso às ações do Programa, favorecer o acompanhamento contínuo e qualificado dos egressos e alcançar públicos que, por diferentes razões, não conseguem acessar as Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs). Parte-se do entendimento de que o PrEsp possui capilaridade e potência institucional para se deslocar até os territórios e públicos mais vulnerabilizados, garantindo o direito ao atendimento e à inclusão social.

Ainda no âmbito das ações itinerantes e de circulação do público egresso, no mês de novembro, foi realizada mais uma edição do projeto “Na Trilha com o PrEsp”, no “Museu de Ciências Naturais da PUC Minas”, com destino definido de forma participativa com egressos acompanhados. Iniciativa que visa promover o direito à cidade, o acesso a espaços culturais, educativos e de lazer historicamente pouco explorados pelo público acompanhado.

A perspectiva é que os atendimentos e ações itinerantes sejam gradualmente fortalecidos e ampliados para outros municípios, sempre a partir de leituras técnicas do território, análises de demanda e definição de estratégias.

Considerações referentes ao RM do 27º Período Avaliatório

Em resposta às considerações referentes ao 27º período avaliatório, a OS permanece fortalecendo as ações nos municípios, por meio de estratégias eficazes, especialmente naqueles que demandaram maior atenção quanto aos indicadores. Destacam-se Contagem e Betim, que, neste período, alcançaram e superaram o indicador 5.1, bem como Governador Valadares, Uberaba e Uberlândia, que, embora não tenham alcançado a meta, apresentaram progressão significativa. Esses resultados são fruto das construções realizadas pela Supervisão de Prevenção, em conjunto com os gestores sociais, visando à melhoria da organização interna e à priorização e direcionamento das frentes de trabalho.

Para a manutenção e qualificação dos registros das informações, a Supervisão de Prevenção intensificou, nos espaços de supervisão individual, as discussões sobre o acompanhamento do preenchimento dos dados e a revisão das informações antes do envio da planilha quantitativa.

No que se refere às boas práticas, em novembro foi enviado, pela Diretoria do Programa, um novo fluxo para o envio dos materiais, com anexo em drive, contemplando: Formulário de Boas Práticas/Ações, Formulário de Boas Práticas/Acompanhamento dos Casos e drive de registro. Com isso, e alinhado ao acompanhamento da gestão social, será possível qualificar a sistematização, o monitoramento e a disseminação das boas práticas desenvolvidas pelos programas, garantindo maior padronização e publicização das ações realizadas.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 25.284 •	• 25.157 •
Descrição do Indicador	
O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do sistema prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos seus familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social. Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa: 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas egressas; 2. Atendimentos individuais de pessoas egressas para fins de acompanhamento; 3. Atendimentos individuais de familiares de pessoas egressas; 4. Atendimentos individuais de pessoas pré-egressas e/ou familiares de pessoas pré-egressas; 5. Participação de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 6. Participação de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas nas unidades prisionais que assinaram a lista de presença; 7. Participação de familiares de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 8. Participação de familiares de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram realizados cumulativamente • 25.157 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 25.284 •, não se alcançou o objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 21 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	2671	197	200	142	3.210
BETIM	871	157	140	140	1.308
CONTAGEM	1347	189	116	119	1.771
DIVINÓPOLIS	1060	127	97	81	1.365
GOVERNADOR VALADARES	585	101	70	78	834
IBIRITÉ	779	116	100	106	1.101
IPATINGA	968	179	91	125	1.363
JUIZ DE FORA	2165	271	246	140	2.822
MONTES CLAROS	1517	157	130	169	1.973
RIBEIRÃO DAS NEVES	1684	169	232	197	2.282
SANTA LUZIA	1177	148	93	76	1.494
SETE LAGOAS	1601	182	186	157	2.126

UBERABA	854	157	82	96	1.189
UBERLÂNDIA	931	133	147	103	1.314
VESPASIANO	791	74	81	59	1.005
TOTAL	19001	2.357	2.011	1.788	25.157

No que se refere ao indicador 5.1, foram realizados 6.156 atendimentos no trimestre, totalizando 25.157 atendimentos dos 25.284 previstos para o ano de 2025, o que corresponde a 99,5% da meta esperada. Esse resultado evidencia a consistência das ações desenvolvidas ao longo do período, bem como a efetividade das estratégias adotadas. Para exemplificar, seguem análises relevantes:

O município de Ribeirão das Neves apresentou um desempenho amplamente satisfatório e consistente ao longo de todo o ano de 2025, destacando-se pela superação contínua das metas pactuadas.

Desde o primeiro trimestre, o município já ultrapassa a meta estabelecida, alcançando 118% de execução, desempenho que se intensifica nos trimestres subsequentes. No 2º trimestre, o percentual de alcance subiu para 136%, evidenciando uma ampliação significativa do volume de atendimentos realizados. Esse movimento se acentuou ainda mais no 3º trimestre, quando Ribeirão das Neves atingiu 171% da meta trimestral, configurando-se como o período de maior expansão na realização dos atendimentos.

No 4º trimestre, o município manteve um patamar elevado de desempenho, com 151% de alcance da meta, o que reforça a leitura de que a superação não se trata de um evento pontual, mas de uma tendência consolidada ao longo do ano. Ao observar o comportamento mensal, nota-se que em diversos meses a equipe do município operou muito acima do esperado, com percentuais que chegam a 198% de alcance, evidenciando elevada capacidade de mobilização e execução das ações do Programa.

O município de Sete Lagoas seguiu como Ribeirão das Neves na apresentação de um desempenho satisfatório, com desempenho consistente e acima das metas estipuladas, tendo alcançado e superado a meta em todos os meses do ano, com variação de superação entre 133% e 154%. No presente período avaliado, foram realizados 525 atendimentos, demonstrando a efetividade das ações desenvolvidas pela equipe.

Durante o trimestre, manteve-se a execução do Projeto Construindo a Liberdade, voltado ao público pré-egresso, com 2 encontros grupais no Presídio Promotor José Costa e 11 atendimentos individuais. Apesar de alguns desafios na execução do cronograma previamente definido junto à unidade prisional, a Supervisão de Prevenção está monitorando a situação e desenvolverá a qualificação das tratativas com a nova gestão, prevista para assumir em janeiro de 2026, visando, assim, garantir a continuidade das atividades planejadas.

No que se refere ao acompanhamento do município, foram registradas 89 inscrições ao longo do ano, sendo 10 no último trimestre. Ressalta-se ainda o expressivo número de atendimentos de retorno, com 349 apenas no trimestre em análise, correspondendo a aproximadamente 66,5% do total de atendimentos realizados no período, evidenciando a potência na manutenção do vínculo com o público e na adesão às ações de acompanhamento.

O desempenho do indicador está diretamente relacionado ao aumento de atividades coletivas, grupos reflexivos e acompanhamentos individualizados, e dos resultados dos casos contrarreferenciados, reforçando a importância da parceria com a rede para a ampliação dos encaminhamentos na perspectiva da garantia de direitos do público atendido. Além disso, a equipe reconhece que o acompanhamento é um processo contínuo, o que implica a necessidade de garantir a entrada de novos egressos, à medida que as demandas em andamento são atendidas, assegurando equilíbrio entre a manutenção do vínculo e a ampliação do público atendido.

Ainda sobre o indicador 5.1, este evidencia um desempenho positivo e progressivo ao longo do ano também nos municípios de Betim e Ibirité, com destaque para o crescimento do número de atendimentos e para a consolidação das estratégias de vinculação do público.

Em Betim, observa-se uma evolução significativa, com o número de atendimentos passando de 261 no primeiro trimestre para 437 no quarto trimestre, o que representa um aumento aproximado de 67%. Esse crescimento contínuo ao longo do ano indica não apenas ampliação da capacidade de atendimento, mas também maior efetividade das ações desenvolvidas pela equipe.

Em Ibirité, embora o volume absoluto seja inferior ao de Betim, também se verifica progressão consistente, com aumento de 227 atendimentos, no primeiro trimestre, para 322, no quarto trimestre, correspondendo a um crescimento de cerca de 42%. Esse resultado demonstra a manutenção e ampliação das portas de entrada.

Em Betim, chama atenção o expressivo crescimento dos atendimentos de retorno, que evoluíram de 163 no primeiro trimestre para 283 no quarto trimestre, representando um aumento de aproximadamente 74%. Esse dado é um indicativo direto de adesão, fidelização e fortalecimento do vínculo com os usuários, evidenciando a eficácia do acompanhamento continuado. Ressalta-se, ainda, que este foi o primeiro período em que a meta de adesão foi alcançada e superada, atingindo 110%, o que sinaliza desempenho acima do esperado.

No que se refere às atividades coletivas em Betim, foram realizadas 14 ações, com um total de 143 participações, resultando em uma média aproximada de 10 participantes por atividade. Dentre essas participações, registra-se a presença de sete mulheres, além da realização de 34 atendimentos de mulheres egressas, dos quais 11 foram de inscrições. Esses dados apontam para avanços na inclusão feminina e na ampliação do alcance das ações para públicos específicos.

Como destaque de atividade coletiva, foi realizada a Oficina de Produção Artesanal de Produtos de Limpeza, no espaço da Unidade de Prevenção à Criminalidade. A atividade teve como objetivos promover a troca de conhecimentos sobre a fabricação artesanal de produtos de limpeza (desinfetante e amaciante); estimular a economia doméstica e o reaproveitamento de materiais; fortalecer os vínculos comunitários por meio do compartilhamento de saberes populares; e proporcionar um espaço de integração e convivência social.

A oficina foi conduzida, de forma voluntária, por um egresso do sistema prisional, inscrito e acompanhado pelo PrEsp no município, mobilizado pelo desejo de compartilhar sua vivência e contribuir positivamente com os demais egressos acompanhados pelo programa.

Ressalta-se, ainda, a parceria da AIEC – Associação Interação Esporte e Cultura, responsável pela doação de todos os insumos e materiais necessários para a confecção dos produtos e para a segurança da atividade.

Os resultados positivos observados em Betim estão diretamente relacionados à manutenção de estratégias de organização interna, como o impulsionamento por meio dos plantões realizados no período de assinatura, o monitoramento contínuo e individualizado dos casos por cada analista, a execução ininterrupta dos projetos propostos e a realização de atividades coletivas internas e externas à UPC. Soma-se a esse conjunto de ações a realização, em 28 de novembro, de uma atividade coletiva com atenção ao “novembro Azul”, voltada à saúde integral do homem, ao autocuidado e ao fortalecimento de vínculos. A participação ativa de egressos e de seus familiares proporcionou à atividade um caráter emocional e simbólico, fortalecendo a partilha de experiências e o sentimento de pertencimento. Na ocasião tivemos 9 participações, entre egressos e familiares.

Em Ibirité, destaca-se a atenção necessária ao número de inscrições, que totalizou 60 ao longo do ano, com forte articulação entre a assistência social e o poder judiciário. No último trimestre, foram realizadas 11 atividades coletivas, com 115 participações, resultando em média semelhante à de Betim.

Ademais, a manutenção dos grupos de apresentação no Ceresp Betim, realizado estrategicamente pela equipe de Ibirité, configura-se como ação importante no encontro com o público pré-egresso, para além de acrescer no número acumulado de atendimentos. A equipe realizou um encontro na UPC, intitulado “Fim de ano com o PrEsp: celebrar caminhos, construir o 2026”, reunindo 10 participantes, entre egressos e familiares, em um momento de avaliação participativa. O espaço possibilitou a escuta e o levantamento de percepções reais acerca do trabalho desenvolvido ao longo de 2025. Os participantes destacaram o valor das atividades externas e em grupo como importantes ferramentas de inclusão social, sendo observado que o vínculo fortalecido com a equipe e com o programa é o principal fator de sustentação da permanência, mesmo diante de abordagens e intervenções técnicas, devidamente respaldadas metodologicamente.

As análises supracitadas, demonstram a efetividade das ações desenvolvidas nos territórios de Betim e Ibirité, evidenciando crescimento consistente dos atendimentos, fortalecimento dos vínculos com o público e ampliação do alcance das estratégias adotadas. Os resultados alcançados refletem a capacidade das equipes em articular ações individuais e coletivas, manter a adesão do público e responder de forma qualificada às demandas apresentadas. Reforça-se a implicação da Supervisão de Prevenção e Gestão Social no acompanhamento próximo dos analistas sociais, com vistas a garantir o aprimoramento metodológico contínuo e a motivação necessária para a execução qualificada das diferentes frentes de trabalho.

Já o município de Uberlândia apresentou, no 28º período avaliatório, uma trajetória de progressão em relação ao desempenho observado no período avaliatório anterior, ainda que o comportamento do indicador ao longo do ano revele oscilações relevantes.

No 26º período avaliatório, o município havia alcançado 80% da meta pactuada, evidenciando um desempenho aquém do esperado para o período. Já no presente período avaliatório, observou-se um movimento gradual de recomposição da capacidade de atendimento da equipe.

Embora o 3º trimestre ainda registre percentual de alcance inferior à meta - 68% - o dado tem de ser interpretado à luz de um processo de reorganização da execução local, que avançou no 4º trimestre, quando o município atingiu 97% da meta trimestral, sinalizando uma retomada mais consistente no ritmo de execução dos atendimentos. Esse avanço torna-se ainda mais relevante quando comparado ao desempenho do trimestre imediatamente anterior e ao próprio histórico recente da unidade.

Assim, a leitura comparativa entre os períodos indica que, apesar de o município ainda não ter alcançado integralmente a meta global do indicador, Uberlândia demonstra uma inflexão positiva ao longo do 28º período avaliatório, com recuperação progressiva da construção das ações com o público e o fortalecimento da capacidade operacional da equipe técnica com recomposição de todos os analistas em atividade.

Parte desse avanço está diretamente relacionada à adoção de estratégias voltadas ao fortalecimento das ações coletivas com o público atendido, implementadas de forma mais sistemática no último trimestre. Nesse contexto, destaca-se a realização de uma ação coletiva de apresentação do Programa na Unidade de Prevenção Social à Criminalidade, que contou com a participação de 30 mulheres egressas do sistema prisional, com o objetivo de ampliar o alcance do PrEsp e potencializar as inscrições no Programa, especialmente entre aquelas interessadas em processos de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Como desdobramento dessa estratégia, foi ofertado um curso de maquiagem profissional, viabilizado por meio de parceria com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no âmbito de um projeto específico da instituição. Essa iniciativa evidencia, para além do impacto direto na ampliação do número de atendimentos, uma importante articulação de rede no território, reforçando a capacidade do município em mobilizar parceiros estratégicos para promover a inclusão social e ampliar as oportunidades de inserção produtiva do público egresso. Tal comportamento aponta para uma tendência de estabilização e potencial ampliação dos resultados nos próximos ciclos.

O município de Belo Horizonte alcançou 51% da meta trimestral para o indicador 5.1, resultado que representa um desvio negativo com relação ao que o município vinha entregando ao longo do ano de 2025. Trata-se de um dos desempenhos mais baixos observados no período, com impacto significativo no resultado acumulado do indicador.

Quando analisado o desempenho ao longo do ano, observa-se que Belo Horizonte, embora apresentasse sinais de fragilidade na sustentação do indicador, alcançou ele no último trimestre, executando 45 atendimentos a mais do que a meta pactuada com a diretoria do programa. A queda acentuada no 4º trimestre, no entanto, evidenciou uma tendência de perda progressiva de capacidade operacional, afetando de forma decisiva o desempenho anual do município.

Entretanto, a leitura desse resultado exige uma contextualização institucional qualificada. Ao longo do período avaliatório, a equipe local vivenciou um contexto específico de inconstância no número de colaboradores disponíveis, em decorrência de adocimentos recorrentes, o que impactou diretamente a condução das frentes de trabalho, a regularidade das ações e a capacidade de manutenção dos indicadores pactuados.

Diante desse cenário, a Gestão Social do Instituto Elo e a Supervisão de Prevenção realizaram acompanhamento sistemático da situação e elaboraram, ainda em setembro, um relatório técnico detalhado, no qual se apontava que a progressão das intercorrências poderia conduzir o município a um ponto crítico nos meses subsequentes. Essa análise foi formalmente discutida com a Diretoria do Programa em outubro, confirmando-se o risco operacional, que de fato se materializou no último trimestre.

O contexto segue sendo objeto de acompanhamento contínuo pelo RH da Organização Social, em articulação com a Gestão e a Supervisão de Prevenção. Importa destacar que, em dezembro, a equipe foi recomposta, criando condições para a retomada das frentes de trabalho. Vale destacar que, embora o cenário tenha sido crítico, a equipe foi uma das protagonistas na entrega, em dezembro, da formatura do projeto Alvorada, conforme enunciado supra, contribuindo ativamente para a formatura de 15 alunos, entre egressos e familiares de pessoas egressas do sistema prisional.

Assim, embora o resultado do trimestre seja expressivamente negativo do ponto de vista quantitativo, a análise institucional aponta que o desempenho observado está associado a fatores excepcionais, já mapeados e monitorados, com perspectiva positiva de recomposição do indicador ao longo de 2026.

O município de Governador Valadares alcançou 63% da meta trimestral para este indicador, mantendo-se abaixo do parâmetro esperado para o período. Quando comparado ao trimestre imediatamente anterior, observa-se que o resultado representa uma ligeira progressão, no qual o município havia alcançado 55% da meta, indicando um avanço de 8 pontos percentuais no desempenho do indicador.

Apesar dessa progressão pontual, a análise do resultado do 4º trimestre, quando confrontada com o comportamento médio do município ao longo do ano, evidencia que o desempenho permanece abaixo da média trimestral anual. Considerando os percentuais alcançados nos trimestres anteriores, a média aproximada de execução ao longo do ano situa-se em torno

de 54%, o que indica que o resultado do período avaliatório atual, embora superior à média histórica, ainda não configura uma mudança estrutural significativa no padrão de desempenho.

Embora tem-se no município um cenário crônico de não alcance do indicador, a equipe local tem demonstrado uma boa capacidade de leitura do perfil do público egresso e qualificado suas ações a fim de atender as necessidades decorrentes das situações de vida do público, tendo identificado, ao longo do período, um aumento expressivo do acesso de pessoas egressas em situação de rua e com uso prejudicial de álcool e outras drogas. Vale ressaltar ainda que esse perfil impõe desafios adicionais à regularidade e ao volume dos atendimentos.

Como resposta a este cenário, a equipe tem buscado qualificar suas estratégias de articulação em rede, aproximando-se de serviços especializados do município para discussão de casos sensíveis e para o favorecimento dos acessos do público egresso. Destacam-se, nesse sentido, as aproximações com o CRAS, o CAPS AD e o Centro POP, que têm se configurado como parceiros estratégicos no acompanhamento do público com maior vulnerabilidade.

Dessa forma, embora o município permaneça como destaque negativo no período avaliatório em termos quantitativos, a análise comparativa e qualitativa indica que há esforços consistentes de reorganização das estratégias de atuação, com avanços graduais no desempenho do indicador e fortalecimento das articulações territoriais. A Gestão Social do município tem monitorado a situação dos indicadores e tem sido provocada pela Supervisão de Prevenção do Elo para a estruturação de um planejamento estratégico que busque contornar tal cenário no próximo ano.

Já o município de Santa Luzia alcançou 80% da meta trimestral do Indicador 5.1 – Número acumulado de atendimentos realizados. Quando comparado ao trimestre anterior, observa-se uma regressão no desempenho do indicador, uma vez que, no 3º trimestre, o município havia alcançado 100% da meta, o que representa uma redução de 20 pontos percentuais no resultado do período avaliatório atual.

O desempenho médio do município ao longo do ano foi acima de 95% para este indicador. Sendo assim, o desempenho do período avaliatório atual encontra-se significativamente abaixo do padrão observado ao longo do ano, caracterizando uma quebra relevante na regularidade do indicador no encerramento do exercício.

A análise qualitativa do período indica que a regressão observada está associada, em grande medida, à descontinuidade das ações coletivas no contexto prisional, em virtude de uma baixa na participação dos indivíduos privados de liberdade em decorrência de concessões de alvará, realização de trabalho externo e saídas temporárias. Esse cenário impactou diretamente o volume de atendimentos realizados por meio de ações coletivas, especialmente no último mês do trimestre. Soma-se a isso a impossibilidade de realização de grupos de apresentação na rede, sobretudo no último mês do período avaliatório, em virtude da indisponibilidade de agenda das instituições parceiras.

Ressalta-se, contudo, que a equipe, sob orientação da Gestão Social do Elo, manteve reuniões sistemáticas de alinhamento, voltadas à readequação de agendas, priorização de demandas e monitoramento dos acompanhamentos, assegurando a continuidade das ações internas e a coerência com os objetivos do programa. Embora os objetivos relacionados às ações coletivas não tenham sido plenamente alcançados em dezembro, não houve prejuízo ao acompanhamento do público, uma vez que as estratégias foram redirecionadas para outras frentes de atuação, garantindo a manutenção do vínculo e do atendimento individualizado, o que resultou na execução de 206 atendimentos de retorno.

Embora o município de Uberaba tenha apresentado avanço no número de atendimentos, passando de 287 no 27º período avaliativo para 335 no 28º período, o que representa um crescimento aproximado de 16,7%, o percentual de alcance da meta pactuada evoluiu de 72% para 85%, ainda sem atingir os 100% esperados.

Mesmo sem o alcance integral da meta, é possível destacar elementos relevantes que contribuíram para esse resultado positivo. O crescimento observado decorre da continuidade do acompanhamento do público já vinculado, somada reaproximação de egressos que há algum tempo não comparecia ao Programa, bem como da realização de grupos de apresentação e de ações sistemáticas de busca ativa junto a inscritos sem retorno recente.

Observa-se, ainda, que o retorno espontâneo do público ao Programa para dar continuidade ao acompanhamento, aliado ao compromisso demonstrado no comparecimento aos atendimentos agendados, tem contribuído de forma significativa para o aumento do número de atendimentos realizados. Esse movimento sinaliza o fortalecimento do vínculo entre o público e a equipe, refletindo a confiança construída ao longo do acompanhamento e a efetividade das ações ofertadas.

Destaca-se que o quantitativo de atendimentos de inscrição foi o maior dentre os períodos avaliados em 2025, totalizando 24 inscrições, resultado diretamente relacionado à aproximação com a Unidade Prisional. As ações iniciadas na Penitenciária Professor Aluizio Ignácio de Oliveira, a partir do mês de outubro, contabilizaram 67 participações, envolvendo pré-egressos e familiares de pré-egressos. Esse resultado é fruto da articulação constante da Gestão Social junto ao Poder Judiciário e à direção da Unidade Prisional, o que materializa a importância da manutenção e do fortalecimento dessas relações

institucionais. Tais parcerias são fundamentais para garantir o acesso da equipe técnica à unidade prisional, bem como para o fortalecimento da porta de entrada do público ao PrEsp, ampliando o alcance e a efetividade das ações desenvolvidas.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 4.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 80% •	• 87% •
Descrição do Indicador	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, minimizando vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para o alcance desse objetivo torna-se necessário a construção de um vínculo do Programa com as pessoas egressas atendidas, já que as intervenções realizadas dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar o percentual de retorno do público atendido ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se o número de retorno para atendimento no PrEsp das pessoas egressas após a realização da sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos feitos a familiares de pessoas egressas ou de pessoas pré-egressas.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 de 01/10/2025 a 31/12/2025 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi • 87% •. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 80% •, a meta foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 22 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	337	406	83%
BETIM	283	332	85%
CONTAGEM	222	281	79%
DIVINOPOLIS	105	145	72%
GOVAL	92	103	89%
IBIRITE	198	211	94%
IPATINGA	196	237	83%
JUIZ DE FORA	425	470	90%
MONTES CLAROS	278	342	81%
RIBEIRÃO DAS NEVES	272	294	93%
SANTA LUZIA	206	220	94%
SETE LAGOAS	349	359	97%
UBERABA	150	174	86%
UBERLÂNDIA	162	210	77%
VESPASIANO	100	108	93%
TOTAL	3375	3892	87%

A análise consolidada dos resultados evidencia que o PrEsp encerrou o ano, para o indicador 5.2 - Percentual de vinculação, acima da meta pactuada em âmbito estadual, alcançando a média geral de 109%. Esse resultado confirma que, de forma agregada, o Programa não apenas cumpriu o objetivo estabelecido, como o superou, demonstrando a capacidade das equipes de sustentar a adesão do público egresso aos acompanhamentos ofertados, mesmo diante de contextos territoriais distintos e desafios operacionais diversos.

O alcance de um percentual médio acima da meta representa, em termos concretos, a consolidação do vínculo entre o serviço e o público atendido, elemento central para a efetividade da Política de Prevenção Social à Criminalidade. A adesão qualificada indica que os usuários permanecem nos acompanhamentos, reconhecem o PrEsp como referência de apoio e encontram sentido nas ofertas e reflexões construídas, o que potencializa os efeitos das intervenções individuais e coletivas desenvolvidas.

Do conjunto de municípios avaliados no trimestre, 12 (doze) apresentaram desempenho acima da meta. Esses municípios não apenas contribuíram de forma significativa para o resultado global, como também demonstraram capacidade de operar em patamares elevados de vinculação, sustentando práticas consistentes de acolhimento, escuta qualificada, planejamento dos acompanhamentos e articulação interna entre os membros das equipes. Ao mesmo tempo, os municípios que se mantiveram abaixo da meta, revelam a heterogeneidade própria de uma política pública de alcance estadual e reforçam a importância do monitoramento contínuo e do apoio à qualificação das práticas.

De forma geral, o desempenho estadual no indicador 5.2 sinaliza maturidade institucional do PrEsp no trabalho com o público egresso, evidenciando que a adesão deixou de ser um desafio pontual para se tornar um ativo do Programa. O resultado alcançado reafirma que investir na qualidade do atendimento, na centralidade da escuta e na organização do trabalho técnico produz efeitos concretos e sustentáveis, fortalecendo o vínculo com os usuários e ampliando as possibilidades de impacto social da política pública.

Partindo para a análise detalhada dos destaques do referido período avaliatório, tem-se que os municípios de Santa Luzia e Ibitiré apresentaram, no referido trimestre, desempenho superior ao esperado, alcançando uma média trimestral de 117% em ambos, resultado que supera a meta pactuada e reafirma a consistência da adesão dos usuários ao serviço. Em Santa Luzia, resta evidente a estabilidade nos percentuais alcançados, outubro e dezembro registraram 116%, enquanto novembro apresentou 119%, configurando o melhor resultado do trimestre.

Ao observar o comportamento do indicador ao longo do ano, verifica-se que Santa Luzia manteve resultados sistematicamente acima da meta, o menor percentual foi observado em junho, com 107%, ainda assim acima do esperado, enquanto os maiores resultados concentraram-se no segundo semestre, especialmente no último trimestre, reforçando uma tendência de fortalecimento progressivo deste indicador.

O desempenho alcançado reflete diretamente a qualidade das práticas desenvolvidas pela equipe e o trabalho de coordenação da Gestão Social do Elo, com destaque para o acolhimento ofertado e a centralidade da escuta qualificada como estratégia fundamental para o fortalecimento do vínculo e da permanência dos usuários no serviço. O planejamento e a execução dos acompanhamentos ocorrem de forma sistemática e articulada, sustentados pela organização das agendas, pela definição de prioridades conforme o grau de vulnerabilidade e pela construção de planos de acompanhamento individualizados.

Soma-se a isso, em Santa Luzia, a realização de reuniões internas regulares, voltadas ao alinhamento das estratégias, ao monitoramento dos casos e à avaliação contínua dos avanços e necessidades dos usuários, bem como o arquivamento criterioso e organizado dos casos, realizado a partir de avaliação técnica e em conformidade com os fluxos institucionais. De forma geral, o resultado obtido por Santa Luzia no indicador 5.2 demonstra maturidade na condução dos acompanhamentos e aderência às diretrizes do PrEsp, consolidando um desempenho acima da meta no período avaliatório.

Já no município de Ibitiré, foram registrados 198 atendimentos de retorno no trimestre, com média de 94% de vinculação do público em acompanhamento. Esta média se manteve estável durante todo o ano, o que evidencia o elevado nível de adesão e consolidação do vínculo entre os egressos e o programa. Esse resultado reforça a efetividade das estratégias de acompanhamento continuado adotadas.

No contexto do acompanhamento, a construção do Plano de Acompanhamento do Egresso (PAE) configura-se como ponto central da intervenção, orientando ações voltadas à superação das vulnerabilidades identificadas. A equipe realiza análise sistemática das demandas apresentadas após os atendimentos, aliada a discussões técnicas permanentes dos casos, o que possibilita melhor compreensão das trajetórias individuais, alinhamento das intervenções e definição de encaminhamentos, seja por meio dos recursos do Programa, seja pela articulação com a rede de proteção. Neste sentido, a abordagem vai além da identificação de vulnerabilidades, buscando reconhecer potencialidades e oportunidades individuais e coletivas. O acompanhamento tem como foco o protagonismo e a autonomia do egresso, por meio da orientação qualificada, associada à escuta ativa, aos encaminhamentos adequados.

Na contramão dos resultados supracitados, Divinópolis apresentou, no presente período avaliatório, média trimestral de 91% para o indicador 5.2, desempenho que ficou aquém da meta pactuada, indicando fragilidades na consolidação da adesão dos usuários ao acompanhamento no referido trimestre. A análise do último trimestre evidencia assimetria nos resultados mensais, com outubro registrando 92%, dezembro 96% e novembro apresentando o menor resultado do trimestre, com 84%, configurando-se como um ponto de distanciamento relevante em relação aos demais meses. Esse comportamento indica instabilidade na capacidade de sustentação da vinculação ao longo do trimestre, especialmente no mês de

Apesar do não alcance do indicador, a leitura do período demanda contextualização a partir das condições objetivas de execução do trabalho no município. Ao longo do último período avaliatório, o município realizou 105 atendimentos de retorno, 8 atendimentos a menos que o trimestre anterior, o que sinaliza à manutenção do esforço da equipe mesmo em cenário adverso.

Destaca-se, ainda, que a equipe atuou durante grande parte do período de forma incompleta, fator que impacta diretamente a capacidade operacional e a regularidade dos acompanhamentos. Paralelamente, a Gestão Social, em articulação com a equipe, priorizou a intensificação das ações junto às unidades prisionais, em consonância com uma das diretrizes estratégicas de 2025, voltada à aproximação com o sistema prisional e à potencialização das atividades coletivas com pré-egressos.

Embora esse investimento não tenha se refletido, no curto prazo, no alcance do indicador de vinculação, ele sinaliza um redirecionamento estratégico do trabalho, cujo impacto tende a se manifestar de forma mais consistente em períodos subsequentes. Nesse sentido, o desafio colocado para o próximo ciclo avaliativo reside na mensuração do retorno desse investimento, especialmente no que se refere à capacidade de conversão das ações no sistema prisional em adesão efetiva e continuidade do acompanhamento na unidade.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 4.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.800 •	• 3.011 •
Descrição do Indicador	
O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de pessoas egressas nos diversos serviços e projetos sociais existentes. Para fins desse indicador, são consideradas atividades de mobilização: 1. Reuniões realizadas para construção de fluxos de encaminhamento do público atendido; 2. Reuniões realizadas com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3. Número de participação em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede parceira em cada município; 4. Reuniões realizadas para o fomento de ações de profissionalização e empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional e/ou seus familiares; 5. Reuniões realizadas em unidades prisionais para fomentar a realização de ações conjuntas e/ou o encaminhamento do público quando este adquire o direito à liberdade; 6. Articulações realizadas em encontros de rede promovidos pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/10/2025 a 31/12/2025 foram realizadas cumulativamente • 3.011 • atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.800 •, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 23 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

UPC	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	208	15	7	8	238
BETIM	135	15	15	18	183
CONTAGEM	141	18	16	16	191
DIVINOPOLIS	142	16	16	9	183
GOVAL	115	15	16	16	162
IBIRITE	185	11	12	8	216
IPATINGA	124	12	28	16	180
JUIZ DE FORA	189	24	22	11	246
MONTES CLAROS	175	13	21	20	229
RIBEIRÃO DAS NEVES	186	19	22	15	242
SANTA LUZIA	171	19	16	12	218
SETE LAGOAS	165	20	15	15	215
UBERABA	125	17	13	16	171
UBERLÂNDIA	131	23	19	15	188
VESPASIANO	108	19	11	11	149
TOTAL	2300	256	249	206	3011

O PrEsp encerrou o ano acima da meta pactuada, para o indicador 5.3 - número acumulado de atividades de mobilização de rede, alcançando a média geral de 101% da meta pactuada. Embora o resultado global se situe de forma mais próxima ao patamar mínimo esperado, ele é particularmente significativo quando considerado o conjunto de diferentes contextos territoriais, desafios operacionais e assimetrias de capacidade entre os municípios para a execução dessa frente de trabalho no último período avaliatório, reafirmando mais uma vez a potência da Política de Prevenção Social no estado, quando sustentada e orientada por estratégias de articulação institucional.

O alcance da meta estadual no indicador de rede reflete o compromisso das equipes com a manutenção e a ampliação das condições de acesso do público egresso a outras políticas públicas, serviços e oportunidades ofertadas em cada um dos municípios de atuação do PrEsp, elemento central para a efetividade do acompanhamento e para a construção de trajetórias menos vulnerabilizadas. A mobilização de rede qualificada amplia o repertório de ofertas, reduz a sobrecarga exclusiva sobre as equipes do PrEsp e fortalece a corresponsabilização entre os diferentes atores institucionais na garantia de direitos e na promoção da inclusão social.

Do total de municípios avaliados no período, 12 superaram a meta pactuada para o indicador, evidenciando que a maior parte das equipes conseguiu sustentar ou ampliar suas ações de articulação de rede ao longo do trimestre. Esse dado demonstra não apenas esforço quantitativo, mas sobretudo investimento estratégico na construção de parcerias, na aproximação com o sistema de justiça, com as políticas setoriais (sociais e da saúde) e com organizações da sociedade civil, mesmo em contextos de restrição de capacidade operacional ou de reordenamento do trabalho interno.

Mais do que um resultado numérico, o desempenho alcançado expressa a consolidação de uma cultura de articulação municipal no PrEsp, fundamental para ampliar o impacto do trabalho junto ao público egresso, fortalecer a sustentabilidade das ações e projetar avanços ainda mais consistentes nos próximos ciclos avaliativos.

Neste contexto, destacou-se positivamente os municípios de Ribeirão das Neves e Ipatinga de Ribeirão das Neves e Ipatinga, que apresentaram, no referido período avaliatório, média de 124% no alcance do indicador. Os dois municípios realizaram o mesmo quantitativo de ações - 56, desempenho que supera a meta estabelecida para a equipe e evidencia capacidade ampliada de articulação e execução de ações de rede no período avaliatório.

Em Ribeirão das Neves, o desempenho alcançado no período está associado a um conjunto de ações estratégicas de base institucional, que demandaram investimento de tempo e articulação da equipe e impactaram positivamente a qualidade das ações desenvolvidas. Com vistas ao alinhamento e à maior fluidez na execução das atividades grupais nas unidades prisionais, a Gestão Social do Elo, em conjunto com a equipe técnica, concentrou esforços nas articulações com equipamentos estratégicos do sistema prisional, como o Presídio Antônio Dutra Ladeira, o Presídio Inspetor José Martinho Drummond e a Penitenciária José Maria Alckmin. Esse movimento fortaleceu a interlocução institucional e criou condições mais favoráveis para a execução das ações junto ao público pré-egresso.

Houve, ainda, investimento na articulação com a Defensoria Pública da execução penal, voltada à discussão de casos e à qualificação dos acompanhamentos e encaminhamentos realizados, ampliando a resolutividade das ações e a integração entre os atores da rede. O desempenho de Ribeirão das Neves no indicador 5.3 no trimestre avaliatório demonstra capacidade de articulação institucional e consolidação de parcerias relevantes, sustentando resultados positivos mesmo em contexto de variação natural do volume de ações.

No município de Ipatinga, destacam-se as articulações realizadas nas áreas de saúde, assistência social, educação, qualificação profissional e Segurança Pública, com a participação da equipe em estudos de caso junto à UBS, à Casa de Acolhimento Parusia e à Rede Pop, além da construção de diálogo de contrarreferência com a UBS, fortalecendo os fluxos de encaminhamento. Na perspectiva da inclusão produtiva, houve reunião com a Fundação Comunitária Educacional Cultural Esportiva e Profissionalizante do Oriente (FUNCEBELO), que oferta cursos profissionalizantes, com foco na compreensão de fluxos e vagas disponíveis, considerando que a qualificação profissional se configura como demanda emergente do público, associada à ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

No âmbito jurídico-institucional, a equipe realizou reunião com a coordenação da Defensoria Pública, visando a apresentação do Programa ao setor administrativo, a atualização dos fluxos de encaminhamento aos defensores da execução e a reaproximação entre os serviços, além da articulação para participação da Defensoria em ação futura do PrEsp, fortalecendo a atuação integrada.

No eixo da educação, foram realizadas reuniões com a Superintendência Regional de Ensino, com o CESEC e com representantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com vistas à apresentação e execução do projeto “É na Base”, à discussão de retorno escolar como fator de proteção social e à construção de fluxos de encaminhamento, incluindo a possibilidade de utilização de espaço físico para as ações. Na área da segurança pública, foram promovidas reuniões com a Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho e com o Presídio Feminino de Timóteo, voltadas ao alinhamento e planejamento dos próximos encontros com o público pré-egresso.

Como culminância dessas articulações, o projeto “É na Base” foi realizado em 27 de novembro de 2025, na Escola Estadual Canuta Rosa, por meio de um Encontro de Rede com a temática “Entre Muros e Pontes: Educação e Egressos”. A ação contou com a participação de instituições de ensino regular, EJA, cursos preparatórios e representantes da Secretaria Municipal de Educação, tendo como objetivo central reafirmar o acesso à educação como estratégia de Prevenção à Criminalidade e de fortalecimento da Segurança Pública por meio do desenvolvimento humano.

Uberlândia, consolidando o movimento dos dois últimos trimestres, alcançou desempenho significativamente superior ao esperado para a equipe, com 127% da meta pactuada. O resultado evidencia não apenas o alcance do indicador, mas sua superação expressiva, apontando para uma execução acima do planejado no período avaliatório.

Esse crescimento consolida uma inflexão positiva no indicador, indicando que o último trimestre não apenas manteve o desempenho, mas ampliou o alcance das atividades de rede em relação ao período anterior.

A média alcançada no trimestre superou o desempenho esperado para a equipe, resultado que está diretamente associado a um conjunto de ações estratégicas conduzidas pela Gestão Social do Elo no município, voltadas à consolidação de uma representação cada vez mais qualificada da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Nesse sentido, observa-se um investimento consistente no fortalecimento das entregas e ofertas da equipe técnica ao público, bem como na ampliação das possibilidades de atuação em parceria com as organizações públicas e privadas no território.

Destacam-se, no período, duas articulações de rede de grande relevância: a oferta de um curso de formação profissional voltado ao público egresso feminino e a articulação com a OAB, subseção de Uberlândia, para a disponibilização de becas aos formandos do Projeto Alvorada – Ciclo II. Trata-se de um recurso significativo e altamente simbólico, que marcou a solenidade de formatura e produziu impacto concreto na trajetória dos formandos e de seus familiares. De forma geral, o desempenho de Uberlândia no indicador 5.3 evidencia capacidade de articulação estratégica, qualificação das parcerias e alinhamento com os objetivos do PrEsp, resultando em um trimestre com desempenho acima da meta estabelecida.

O município de Vespasiano apresentou desempenho expressivo no período avaliado, alcançando 137% da meta trimestral, o maior percentual registrado entre os trimestres analisados. Esse resultado evidencia a efetividade das estratégias adotadas pela equipe no território.

No que se refere à articulação intersetorial, foram realizadas reuniões voltadas à construção e qualificação dos fluxos de encaminhamento do público atendido, bem como encontros com entidades da rede de proteção social para discussão de casos. Apesar dos avanços, essa frente de atuação, discussão de caso, ainda demanda atenção e possibilidade de ampliação, considerando o quantitativo de casos ativos no município. Tal necessidade já foi identificada pela Supervisão de Prevenção e encontra-se em acompanhamento pela Gestão Social, com vistas ao fortalecimento da atuação integrada.

Observou-se, ainda, um aumento significativo das mobilizações de rede, decorrente das articulações e contatos realizados para a organização do Encontro de Rede que aconteceu em outubro com ampla participação de instituições, configurando um espaço de diálogo significativo e produtivo. Essa iniciativa teve como objetivo fortalecer o vínculo entre as instituições parceiras, ampliar a integração dos serviços e favorecer o acesso do público à UPC, contribuindo para a consolidação do Programa no território.

No âmbito dos encaminhamentos, destaca-se a interface com a assistência social, especialmente para fins de cadastramento e atualização do Cadastro Único/Bolsa Família, ação estratégica para ampliação do acesso às políticas públicas e mitigação de vulnerabilidades socioeconômicas.

De modo geral, as ações desenvolvidas em Vespasiano reforçam o objetivo de fortalecer a presença institucional do Programa no município, consolidando-o como uma rede ativa, articulada e participativa, capaz de responder de forma qualificada às demandas do público atendido.

Já o município de Belo Horizonte apresentou, no último trimestre, média de 33%, desempenho significativamente aquém do esperado para a equipe, evidenciando forte restrição na capacidade de execução de ações de rede no período avaliatório. Os resultados revelam acentuada assimetria entre os meses, com outubro registrando 50%, novembro apresentando 23% e dezembro 27%.

Quando comparado ao comportamento do indicador ao longo do ano, o resultado do último trimestre assume caráter claramente atípico negativo. Até então, embora Belo Horizonte já apresentasse oscilações e trimestres aquém da meta, os percentuais se mantinham em patamares superiores aos observados no encerramento do ano.

A queda abrupta representa o decréscimo de 70 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, evidenciando uma regressão expressiva na execução das atividades de rede. Esse movimento não indica apenas oscilação pontual, mas uma redução estrutural da capacidade operacional da equipe no período, com impacto direto no alcance do indicador.

Apesar do não alcance da meta, a análise do trimestre deve ser contextualizada a partir das condições objetivas de funcionamento da unidade. Ao longo do período avaliatório, a equipe chegou a operar com menos de 30% de sua capacidade efetiva, em decorrência de ausências e descontinuidades pontuais e temporárias de analistas, que se sobrepuseram no tempo e impactaram diretamente as saídas externas da Unidade para a execução das atividades de rede.

Considerando que a prioridade institucional nesse cenário foi a manutenção da porta aberta para a realização de atendimentos, tornou-se necessário reorganizar as ações e concentrar esforços naquilo que era possível executar dentro da capacidade operacional disponível. Adicionalmente, no mesmo período, a equipe esteve mobilizada em ações que demandaram entrega prioritária e elevada disponibilidade técnica, como o projeto É na Base, o que contribuiu para restringir ainda mais a capacidade da equipe de mobilização externa de rede.

Assim, embora o resultado do trimestre tenha ficado aquém do esperado, ele reflete um contexto de reorganização forçada do trabalho, o qual a Gestão Social do Elo acompanhou de perto, no qual a estratégia adotada buscou garantir a continuidade do atendimento ao público, ainda que em detrimento da execução das atividades de rede.

Identifica-se a necessidade de atenção prioritária também em relação ao município de Juiz de Fora, decorrente da interrupção das atividades dos Programas PrEsp e CEAPA a partir de 15 de dezembro, em razão da determinação da Prefeitura para desocupação do espaço físico anteriormente cedido, em parceria com a SUPEC, sem planejamento prévio ou definição de alternativa viável para a continuidade das ações. O espaço posteriormente indicado pelo município não apresentou condições técnicas e operacionais adequadas para as necessidades dos funcionários da organização social – IELO, e para o atendimento ao público, inviabilizando a continuidade das atividades.

Como consequência direta, observa-se impacto na capacidade operacional do Programa, refletido no não alcance integral da meta trimestral, com execução de 95% do esperado, fato inédito nos períodos avaliados. A equipe encontra-se temporariamente alocada na UPC de abrangência territorial “Olavo Costa”, sem previsão definida para a retomada das ações no município, o que amplia o risco de descontinuidade do acompanhamento do público, fragilização dos vínculos construídos e redução do acesso aos serviços ofertados.

Todos estes fatores, favorece à descontinuidade da política pública, comprometimento dos indicadores de desempenho, enfraquecimento da articulação com a rede local e possíveis impactos negativos à adesão do público atendido. Trata-se de risco de natureza estrutural e político-institucional, cuja mitigação depende de articulações interinstitucionais para garantia de espaço físico adequado e condições mínimas de funcionamento.

Como medida de enfrentamento, registra-se que a SUPEC/Diretoria, a Supervisão de Prevenção e a Gestão Social encontram-se em diálogo permanente e em processo contínuo de orientação à equipe técnica, com vistas à redução dos impactos imediatos e à construção de alternativas institucionais.

Ainda assim, foi possível desenvolver ações relevantes de articulação em rede ao longo do trimestre, demonstrando a capacidade de mobilização institucional da equipe, mesmo diante do cenário de instabilidade estrutural no município.

Destaca-se a participação na Mesa de Diálogo intitulada “Padrões Alimentares e Direitos Humanos na Execução Penal”, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Juiz de Fora. O espaço configurou-se como momento estratégico para discussão da situação da alimentação das pessoas privadas de liberdade, a partir de relatos recebidos. A atividade contou com a presença de atores-chave da área da segurança pública, como diretores da PJEC e representantes da SEJUSP, além de organismos de direitos humanos, como o CRDH, que dialogaram com representantes da sociedade civil, a exemplo do Conselho da Comunidade e da Associação dos Amigos e Familiares dos Presos. Como encaminhamento relevante, foi informada a aprovação do projeto de construção de cozinhas no interior das Unidades Prisionais, visando à melhoria das condições alimentares.

Registra-se, ainda, a articulação realizada com o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), serviço responsável pelo acolhimento e atendimento humanizado de mulheres em situação de violência. A mobilização dessa rede decorreu da identificação prévia de vulnerabilidades relacionadas à violência doméstica contra mulheres, possibilitando a apresentação do PrEsp, o conhecimento do espaço e das metodologias de trabalho do CIAM, bem como a construção inicial de uma parceria interinstitucional, com potencial para fortalecimento da proteção social e ampliação do acesso a serviços especializados.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

Contextualização Geral dos Indicadores:

Trata-se do quarto período avaliatório de 2025, e o Programa Selo Prevenção Minas alcança a meta pactuada para os três indicadores.

Para este período avaliatório, eram esperadas o alcance de 210 articulações com a rede, 440 participantes nas atividades de formação ministradas pelo programa e 370 pessoas participantes das ações de mobilização social, reuniões da comissão municipal de prevenção à criminalidade e nas reuniões de rede promovidas pelo programa.

Neste trimestre, o Programa Selo Prevenção Minas alcançou 386 articulações de rede, 744 pessoas participantes nas atividades formativas e 459 pessoas participantes nas ações de mobilização social, reuniões da comissão municipal e nas reuniões de rede promovidas pelo programa.

No tocante ao indicador 7.2, diferentemente do 27º período avaliatório, a meta foi alcançada com louvor. Para o quarto período avaliatório de 2025, foi exigida a participação de 440 pessoas nas atividades de formação ministradas pelo Programa. As unidades alcançaram juntas, um total de 744 pessoas, o que corresponde à um resultado 69% além do esperado, tratando-se, portanto, de um excelente resultado obtido pelas equipes. Foram realizadas 19 capacitações em 17 municípios mineiros e integrando 144 instituições municipais e estaduais. Foram abordadas temáticas voltadas para a Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade, Humanização no atendimento às vítimas de violência, Articulação de Rede e enfrentamento à Violência Doméstica, construção de fluxos e protocolos além de ações voltadas para o projeto "É na Base!", onde foram trabalhadas a prevenção e ações de enfrentamento às violências contra meninas na comunidade escolar.

Por fim, assim como no período avaliatório anterior, neste trimestre o indicador 7.3 novamente é alcançado, e da mesma forma como se comportou o indicador no 26º período avaliatório, não houve a superação exacerbada das expectativas, uma vez que as gestoras sociais acolheram e colocaram em prática as intervenções realizadas por esta supervisão no sentido de se priorizar a qualificação das ações transversais. Registrou-se um alcance de 27% para além do pactuado, o que se configura como um comportamento aceitável e dentro das expectativas para o indicador em questão.

Este indicador mensura a quantidade de pessoas presentes nas reuniões da Comissão Municipal, que neste trimestre foram 4 realizadas, sendo duas em Teófilo Otoni e duas em Patos de Minas; Mensura a quantidade de pessoas presentes em ações transversais, como por exemplo, rodas de conversa ou espaços formativos e também, pessoas presentes em reuniões de rede promovidas pelo Programa Selo. Neste sentido, as equipes executaram juntas, 15 rodas de conversa e 1 reunião de rede. Vale ressaltar, que destas ações transversais realizadas, 4 tiveram como foco o projeto "É na Base!", onde foram trabalhadas a prevenção e ações de enfrentamento às violências contra meninas na comunidade escolar.

Ainda sobre o indicador 7.3, foi identificado na planilha de relatório de ações do Programa Selo Prevenção Minas - RISP 10, uma anormalidade que resultou na não contabilização dos convidados nas reuniões da comissão municipal realizadas nos meses de fevereiro, junho, agosto, outubro e dezembro. Devido a este fator, não foram contabilizados neste indicador, um total de 28 convidados referentes às três primeiras reuniões da comissão de 2025 realizadas em Patos de Minas. Esses números não contabilizados, seguirão para apreciação da SUPEC para uma possível contabilização retroativa.

No tocante aos meses citados (fevereiro, junho e agosto) considerando o fechamento e consolidação desses dados, procederemos apenas com a menção no presente relatório gerencial, ou seja, 28 pessoas não contabilizadas, conforme explicitado acima. Com relação aos meses de outubro e dezembro, onde ocorreram as duas últimas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade em Patos de Minas de 2025, foram devidamente contabilizados após as tratativas junto à gestão da informação da SUPEC, portanto, os dados fechados para o indicador 7.3 ficam sendo 459, como já mencionado.

O quarto período avaliatório fica marcado pela consolidação das ações executadas na ponta, pelo aprimoramento metodológico na condução das formações, das ações transversais e no planejamento estratégico de cada ação, fruto do acompanhamento aproximado desta supervisão e das gestoras sociais, além dos direcionamentos efetivos emanados pela Coordenação Estadual do Programa Selo Prevenção Minas e pela Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade na execução prática desta metodologia complexa e desafiadora.

Feitas tais explanações, partiremos agora para a análise de cada indicador do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.015 •	• 932 •
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, a partir da perspectiva da Segurança Cidadã, concebe como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação com a rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas: 1. Número de ações de articulações de rede, com caráter técnico, sobre como atuar em prevenção social à criminalidade; 2. Número de ações de articulações de rede para construção de diagnósticos e planos municipais; 3. Número de ações de articulação de rede para criação ou fortalecimento de fluxos ou protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violências e criminalidade; 4. Número de ações de articulação de rede para fomento da temática de prevenção social à criminalidade.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2025 a 31/12/2025 obteve-se um total acumulado de • 932 • ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.015 • ações, o Programa não atingiu o objetivo estabelecido.

Tabela 24: Indicador 5.1

5.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
RISP 4	0	29	79	11	119
RISP 10	252	54	42	38	286
RISP 15	294	54	56	23	427
Total	546	137	177	72	932

A atuação do Programa Selo Prevenção Minas, como se sabe, é regional. Neste sentido, as Unidades de Prevenção à Criminalidade são implantadas nas sedes das Regiões Integradas de Segurança Pública em que irão atuar. No atual cenário, o programa atua na RISP 4, cuja sede é Juiz de Fora, no entanto, a Unidade de Prevenção à Criminalidade foi implantada em Ubá, na RISP 10, cuja sede é Patos de Minas e em Teófilo Otoni, município sede da RISP 15.

A RISP 4 conta com 86 municípios, a RISP 10 conta com 23 municípios e a RISP 15, por sua vez, com 60 municípios. Neste sentido, em uma análise global, o programa Selo Prevenção Minas, possui sua abrangência estendida para 169 municípios e para analisarmos o indicador 7.1 de forma generalizada, precisamos nos ater a este fator.

Outro ponto que merece destaque, é o início da atuação do Programa Selo no município de Uberlândia, que integra a RISP 9, no entanto, estará sob a gestão da RISP 10. A Analista Social responsável pela execução iniciou os trabalhos neste período avaliatório e a expectativa é que conduza, brilhantemente, os trabalhos neste importante município, sob a égide da gestão social e as orientações emanadas por esta supervisão em parceria com a coordenação estadual do programa. Neste sentido, a abrangência do Programa Selo, em linhas gerais, passa de 169 para 170 municípios.

Eram esperadas para este trimestre o total de 210 articulações de rede, sendo alcançadas 386, o que corresponde a um resultado 84% acima do esperado, o que culminou na realização de ações qualificadas como desdobramentos das

articulações possíveis e que serão destacadas no presente relatório. Conforme dito acima, as três RISPS são compostas por 170 municípios (considerando o início da execução em Uberlândia) e neste trimestre, alcançamos com nossas articulações 115 municípios, sendo 76 na RISP 4, 19 na RISP 10 e 20 na RISP 15, trata-se de um número bastante expressivo. Convém destacar que o alto número de municípios alcançados com as articulações de rede pela RISP 4, se deu pelo procedimento *de check list* realizado junto aos municípios da Região Integrada de Segurança Pública como forma de se obter dados para subsidiar o Diagnóstico de Implantação, bem como para firmar laços junto aos demais municípios para execução de ações de prevenção no futuro. Isso de

monstra o poder de alcance de Unidades de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional.

Para este período avaliatório, assim como nos trimestres anteriores, será mantida a proposta de apresentação dos resultados desenvolvidos ao longo do trimestre. Pretende-se, portanto, iniciarmos com o comportamento global do indicador 7.1, como exposto acima, partindo para a atuação individualizada por RISP, apontando o que carece de desenvolvimento e destacando ações efetivas.

A RISP 4

A Unidade de Prevenção Social à Criminalidade do Programa Selo Prevenção Minas na RISP 4, estava prevista para ser implantada no mês de abril de 2025, desta forma, os indicadores vinham sendo exigidos desde o mês supracitado. O Programa Selo é executado junto ao Proteja Minas, neste sentido, a Gestora Social inicia os trabalhos no mês de agosto de 2025, passando por capacitações iniciais acerca do método do Selo e conciliando a gestão da equipe do Proteja Minas.

A equipe de analistas sociais inicia os trabalhos no mês de setembro de 2025, onde passam também por algumas capacitações iniciais e, logo após este período de capacitações introdutórias, se dirigem para Belo Horizonte para participação no Seminário em comemoração aos 5 anos do Programa Selo e 20 anos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando essa implantação tardia, a equipe RISP 4 concentra os esforços para a construção do Diagnóstico de Implantação. Conforme previsto no relatório anterior, as articulações de rede com os demais municípios que compõem a 4ª Região Integrada de Segurança Pública, ocorreram no decorrer dos meses de outubro e novembro, alcançando um número expressivo de municípios que puderam abrir portas para esta política pública para a realização de ações metodologicamente previstas.

Foram realizadas diversas articulações de rede no município de Ubá, com vistas a indicação e nomeação dos membros titulares e suplentes da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade a ser instaurada no município, cuja primeira reunião da comissão tem previsão para ser realizada já no 1º trimestre de 2026.

Outro fator que merece destaque na RISP 4 foi o evento de lançamento do Programa que ocorreu no dia 23/10/2025 no município de Ubá que recebeu a solenidade de inauguração do Programa Selo Prevenção Minas, uma iniciativa do Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC).

O evento contou com a presença de autoridades estaduais e municipais, representantes de instituições parceiras e membros da sociedade civil. Durante a inauguração, foram apresentados os principais eixos do programa e destacada a importância da cooperação entre os diversos setores para a consolidação de políticas públicas preventivas. Representantes da SEJUSP e da Prefeitura de Ubá reforçaram o compromisso com a implementação das ações no município, visando à construção de um território mais seguro:



Figura 13: Evento de lançamento do Programa Selo Prevenção Minas - Ubá - 23/10/2025

A RISP 10

Conforme já explicitado, a RISP 10 é composta por 23 municípios, tendo como sede, Patos de Minas. A partir de uma análise individualizada, para a RISP 10 eram exigidas 65 articulações de rede, tendo sido alcançadas pela UPC um total de 134 articulações, logo, a meta pactuada para a RISP 10 neste indicador foi alcançada 107% acima do esperado. Este excelente resultado, impactou positivamente no comportamento dos demais indicadores, que serão devidamente explanados.

Neste período avaliatório, podemos visualizar o comportamento dos indicadores na RISP 10 da seguinte forma. No mês de outubro, foram registradas um total de 54 articulações de rede, que consiste majoritariamente no agendamento de ações do eixo em curso, transversais e para a execução e monitoramento das ações do plano municipal vigente no município sede da RISP, além das mobilizações para as reuniões da Comissão Municipal. No relatório anterior, esta supervisão orientou que a RISP 10 deveria se atentar a qualificação das articulações com a rede para que estas pudessem se converter em ações efetivas dos eixos do Programa, o que ocorreu, ao considerarmos o alcance das metas pactuadas para os indicadores 7.2 e 7.3.

No mês de novembro, foram registradas 42 articulações de rede. Para este mês, esperava-se o alcance de 20 articulações de rede. Nota-se que a maioria das articulações tiveram como objetivo a recomposição dos membros da Comissão Municipal e a mobilização da rede patense na formulação de fluxos e protocolos de atendimento às vítimas de violência como entregas do Plano Municipal vigente no município. Nota-se também articulações voltadas para a marcação de ações transversais e atividades de formação tanto em Patos de Minas, quanto nos demais municípios que compõem a RISP 10.

Por fim, no mês de dezembro verifica-se um total de 38 articulações de rede majoritariamente voltadas para a mobilização da rede ou público para ações metodologicamente previstas.

As articulações realizadas ao longo do trimestre, tiveram como foco o convite dos membros para a participação nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, para a realização de atividades formativas e para a apresentação do Programa Selo à rede. Um ponto que chama a atenção e assim como nos trimestres anteriores, é que grande parte das articulações foram realizadas por contato telefônico, representando a maioria das articulações e, portanto, se faz necessário para o próximo período avaliatório, intensificarmos as saídas da UPC para a execução de articulações presenciais, com vistas a restaurarmos os vínculos com a rede patense, e fortalecer ainda mais, com os demais municípios que compõem a RISP 10. Esta orientação já foi dada no relatório anterior e se faz necessário a observância dessa diretriz, por parte da UPC RISP 10.

As articulações de rede realizadas na RISP 10, culminaram na realização da reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade realizada no dia 30/10/2025 e no dia 17/12/2025:



Figura 14: Reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade - Patos de Minas - outubro de 2025

Dando continuidade a proposta das últimas reuniões da comissão realizadas em Patos de Minas, as instituições que restavam a apresentar seus fluxos internos de atendimento de Crianças e Adolescentes Testemunhas ou Vítimas de Violência, o fizeram e a partir daí, foram feitos encaminhamentos para que o protocolo municipal fosse elaborado. Foi reiterado que serão a partir de agora feitas reuniões extra comissão com as instituições que fazem de forma direta ou indireta o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência e reitera o papel do programa Selo Prevenção Minas neste Protocolo que é o auxílio metodológico, acompanhamento e direcionamento, trazendo a responsabilidade e o protagonismo do município na elaboração e execução do referido protocolo.

A reunião realizada no mês de dezembro, teve por objetivo uma apresentação dos trabalhos realizados em Patos de Minas e na RISP 10 como um todo, além da disponibilização do formulário de avaliação da comissão municipal além de tratativas voltadas às ações de participação social em parceria com a superintendência regional de ensino. Foram responsabilizados os equipamentos municipais que possuem atuação direta na pauta da criança e do adolescente para que se impliquem na construção do protocolo como uma das entregas do Plano Municipal.

Os resultados obtidos na RISP 10 relacionados ao indicador 7.1 foram satisfatórios, a equipe logrou êxito no alcance da meta pactuada, no entanto, permanece a necessidade de se investir nas articulações presenciais para que haja a vinculação entre a política de prevenção social à criminalidade por meio do programa Selo Prevenção Minas e as administrações públicas municipais, como forma de se converter as articulações de rede nas demais ações previstas na metodologia do Programa Selo Prevenção Minas.

Para o próximo Período Avaliatório, são esperados alguns desafios no que toca à execução e planejamento das ações, uma vez que o ano de 2026 se inaugura para o Selo Prevenção Minas com novos indicadores que visam a mensuração do impacto da política pública junto ao seu público, qual seja, as administrações públicas municipais.

A RISP 15

Conforme já dito, a RISP 15 é composta por 60 municípios, tendo como sede, Teófilo Otoni. A partir de uma análise individualizada, para a RISP 15 eram exigidas 80 articulações de rede, tendo sido alcançada pela UPC um total de 133 articulações.

Das 133 articulações de rede realizadas, nota-se que foram realizadas 11 em Teófilo Otoni e 122 no restante dos municípios da RISP 15, o que demonstra que a equipe tem buscado, sob os direcionamentos da gestão social e da supervisão de prevenção social à criminalidade uma maior capilaridade na execução das ações, sejam elas as atividades formativas, as ações transversais além do investimento para a consolidação do eixo consultoria.

No decorrer do trimestre, o indicador 7.1 apresentou baixa oscilação, registrando 54 articulações em outubro, 56 em novembro e caindo para 23 no mês de dezembro. Sob uma análise individualizada por mês, todas as metas foram batidas, sendo registrados nos dois primeiros meses do trimestre, uma oscilação para mais, ao passo que no mês de dezembro, o resultado obtido foi alcançado dentro do esperado.

Para o mês de outubro, eram esperadas a realização de 30 articulações de rede, tendo sido alcançadas um total de 54. Nota-se que há uma superação individualizada para este mês. No período analisado, foram realizadas ações sistemáticas de

articulação interinstitucional, alinhamento técnico e mobilização da rede local, com foco na implementação, acompanhamento e fortalecimento do Plano Municipal no âmbito do Programa Selo Prevenção Minas.

As atividades envolveram reuniões presenciais e virtuais, contatos telefônicos e agendas técnicas com representantes das secretarias municipais, sistema de justiça, segurança pública, saúde, assistência social, educação, socioeducação e sociedade civil, visando a organização de capacitações, o lançamento do Plano Municipal, a entrega e discussão das ações previstas, bem como o fortalecimento da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade.

Destacam-se ainda a construção de parcerias estratégicas, a ampliação da participação social, a articulação para execução de projetos territoriais, como o “É na Base”, e o acompanhamento das ações do plano, contribuindo para o aprimoramento da governança local e da capacidade institucional do município na prevenção da violência e da criminalidade.

Para o mês de novembro, eram esperadas a realização de 30 articulações de rede, tendo sido registradas 56 articulações. A esmagadora maioria das articulações realizadas no mês de novembro, tiveram como objetivo principal a implementação das ações do plano municipal, que foi entregue ao município neste período avaliatório, além de diversos alinhamentos institucionais. Neste mês, foram realizadas ações de articulação intersetorial e alinhamento técnico voltadas à implementação do Plano Municipal no âmbito do Programa Selo Prevenção Minas, com foco no enfrentamento à violência contra as mulheres e no fortalecimento da rede de proteção.

As atividades incluíram reuniões, contatos institucionais e mapeamento de ações junto às secretarias, CRAS, CREAS, PSFs, sistema de justiça, segurança pública, conselhos e sociedade civil, visando o planejamento de capacitações, mobilização social, fortalecimento da CMPC e construção de parcerias. As iniciativas visam a integração da rede e para subsidiar o planejamento das ações para 2026.

Para o mês de dezembro, em razão de ser tradicionalmente conhecido pelos recessos e ausências nas administrações públicas municipais, eram exigidas 20 articulações de rede, tendo sido alcançadas 23. Conforme dito alhures, a meta foi alcançada dentro do esperado. As articulações de rede neste mês se diversificaram em contatos telefônicos e reuniões presenciais, tendo como objetivos a mobilização da rede ou público para ações, construção do plano municipal, alinhamentos institucionais e participações em reuniões e ações do programa.

A UPC atinge uma marca importante e que se converte para as ações qualificadas do eixo certifica, em curso e para as ações transversais.

Este período avaliatório fica marcado pela realização do Seminário de lançamento do Plano Municipal de Segurança Pública do município de Teófilo Otoni, fruto do empenho e dedicação da referência do eixo certifica, sob as orientações da gestão social, supervisão de prevenção social à criminalidade e da coordenação estadual do programa, junto à Comissão Municipal que, através da leitura qualificada do diagnóstico de segurança pública de Teófilo Otoni, conseguiram construir ações efetivas a serem executadas pela administração pública teofilotonense, com vistas a obtenção da certificação.

O evento foi realizado no dia 01/10/2025 e contou com a participação de 88 pessoas entre autoridades estaduais e municipais, representantes de instituições parceiras e membros da sociedade civil:



Figura 15: Seminário de lançamento do Plano Municipal de Teófilo Otoni: outubro de 2025

Para além do evento de lançamento, foram realizadas duas reuniões da Comissão Municipal de Teófilo Otoni, sendo uma em 21/10/2025 e outra em 02/11/2025:



Figura 16: 5ª reunião da Comissão Municipal de Teófilo Otoni - outubro de 2025

A reunião realizada em outubro teve por objetivo a contextualização do histórico de construção do Plano Municipal, a apresentação dos novos programas de prevenção em execução no território e alinhar estratégias para a implementação das ações previstas, reforçando a importância do apoio institucional e da corresponsabilização do município.

No encontro, foram apresentados, de forma resumida, a metodologia dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, a gestão social e as equipes técnicas responsáveis pela condução dos trabalhos na base territorial, destacando-se a atuação orientada por dados, a escuta qualificada da população e a necessidade de fortalecimento da rede.

As discussões evidenciaram desafios estruturais relacionados à vulnerabilidade familiar, à insuficiência de políticas públicas para adolescentes e jovens, à violência doméstica e à necessidade de ampliação de ações nas áreas de educação integral, esporte, cultura, lazer, capacitação profissional e geração de renda.

Destacou-se ainda a relevância da articulação com o sistema de justiça, segurança pública, conselhos de direitos e iniciativa privada, bem como a importância do fortalecimento dos mecanismos de governança local, da indicação formal de representantes institucionais e do uso estratégico de fundos públicos para viabilizar as ações do Plano Municipal.

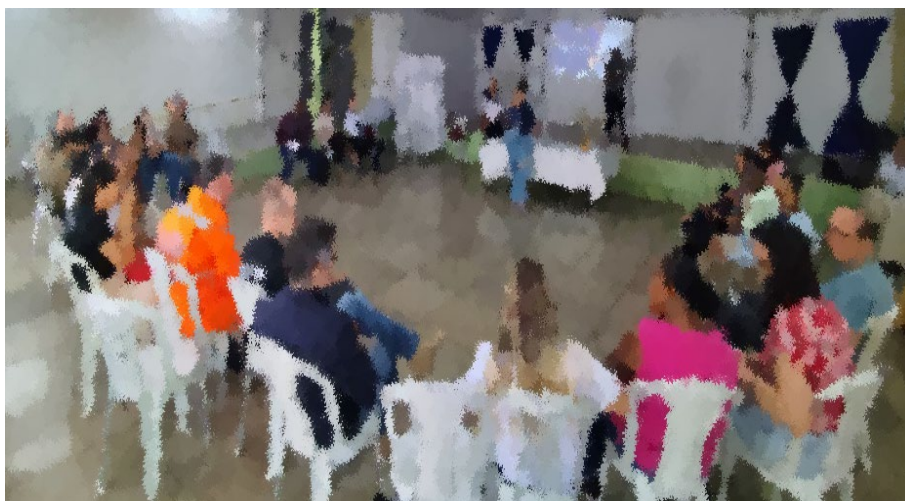


Figura 17: 6ª reunião da Comissão Municipal de Teófilo Otoni - novembro de 2025

A última reunião da Comissão realizada em Teófilo Otoni no mês de novembro, teve como objetivo um balanço das ações realizadas pelo Programa Selo Prevenção Minas até o momento, desde a instauração da Comissão Municipal, perpassando pelo processo de construção do Diagnóstico, pelas entrevistas, fóruns territoriais até a conclusão do plano municipal entregue ao município.

A ideia central da reunião foi traçar os próximos passos para a comissão no que tange o planejamento da execução das ações e das entregas para 2026, além da disponibilização do formulário de feedback para serem preenchidos pelos membros da comissão.

A RISP 15 tem demonstrado maturidade na execução das ações, sobretudo, nas articulações de rede. As articulações têm sido eficientes, uma vez que reverberam na execução de ações qualificadas nos eixos de atuação do Programa Selo Prevenção Minas. Para o próximo período avaliatório, assim como para a RISP 4 e 10, serão esperados desafios no que diz respeito à adaptação aos novos indicadores, que exigirão da gestão social e da equipe planejamento estratégico na condução dos trabalhos.

O trabalho em Políticas Públicas, sobretudo, nas de Prevenção ao crime e violências, requer uma rede articulada. É fundamental trabalharmos este indicador com seriedade, pois é através dele que é possível a realização de potentes ações de prevenção à criminalidade. Para o próximo trimestre, as Unidades de Prevenção à Criminalidade serão acompanhadas pela supervisão, de modo a auxiliar os profissionais na adaptação às novas métricas exigidas no contrato de gestão.

Desafios e obstáculos são inerentes à atuação em políticas públicas e esperamos e temos nos planejado para o ano de 2026. A expectativa se alia ao árduo trabalho para mantermos a qualidade da atuação regionalizada do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 5.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.270 •	• 2.482 •
Descrição do Indicador	
O Programa Selo Prevenção Minas, dentre outros objetivos, visa disseminar conhecimentos adquiridos e técnicas utilizadas pela Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, através da realização de atividades de formação e produção de conteúdo, para as instituições públicas e demais públicos interessados em qualificar sua atuação em prevenção ao crime e às violências. Assim, as atividades são passíveis de formatação personalizada ao contexto local, estruturadas em conjunto com o parceiro, visando atuar de maneira assertiva através da proposição de temas que contribuam para o enfrentamento dos desafios que tocam a segurança pública local. Para fins deste indicador, são consideradas atividades de formação, alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas, os espaços de formação sobre temáticas de prevenção social à criminalidade realizadas nos municípios.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2025 a 31/12/2025 obteve-se um total acumulado de • 2.482 • pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 2.270 • pessoas, o Programa atingiu a meta em 109%.

Tabela 25: Indicador 5.2

5.2- Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Total
RISP 4	0	0	0	0	0
RISP 10	742	101	118	11	954
RISP 15	1014	216	231	67	1528
Total	1738	317	349	78	2482

O eixo Em Curso visa fomentar a atuação em Prevenção à Criminalidade no Estado de Minas Gerais através de atividades de formação e produção de conteúdo direcionadas às instituições públicas e atores estratégicos interessados em qualificar a atuação em prevenção ao crime e às violências nos municípios. O indicador 7.2 tem por objetivo, mensurar a quantidade de pessoas participantes nas capacitações, que podem ser entendidas como um conjunto de atividades de formação que têm por objetivo a aquisição de conhecimentos e habilidades em temáticas específicas, no caso, as temáticas adjacentes à segurança cidadã e à prevenção à criminalidade e às violências.

Neste trimestre foram realizadas 19 atividades de formação em 17 municípios da RISP 10 e RISP 15, que contemplaram 744 pessoas participantes. Para este P.A eram esperadas o alcance de 440 pessoas, alcançamos 744 pessoas, ou seja, a meta pactuada foi atingida 69% acima do esperado, tratando-se, portanto, de um excelente resultado alcançado pelas equipes por meio de uma atuação capilarizada e com temáticas relevantes no tocante à prevenção social à criminalidade e segurança cidadã, primordiais para que as administrações públicas municipais pensem estratégias de atuação perante os fenômenos violentos e criminais.

Para este trimestre, a apresentação de resultados do indicador 7.2 seguirá nos moldes da exposição realizada no relatório anterior. A proposta é apresentar o desempenho por RISP de atuação e ao final, serão realizadas considerações acerca do comportamento do indicador como um todo.

A RISP 4

Os trabalhos na 4ª Região Integrada de Segurança Pública iniciaram-se no mês de setembro de 2025, conforme já explicitado. Quando da implantação do Programa Selo nos municípios de atuação, é construído um diagnóstico de implantação que tem por objetivo, a obtenção e análise de estatísticas criminais, bem como o levantamento do cenário das violências, criminalidades e a mensuração da articulação de rede nas administrações públicas municipais da região.

Por meio de um *chek list*, a equipe técnica colhe tais informações e inicia-se assim, vínculos com as instituições municipais. A partir da conclusão do diagnóstico e das leituras extraídas desses contatos iniciais, a equipe começa a traçar estratégias, sob as orientações da gestão social e da supervisão de prevenção social à criminalidade para alcance desses municípios com as mais variadas ações metodologicamente previstas, no caso em tela, destacamos as atividades formativas.

Até o presente momento, a equipe tem se debruçado sobre os dados obtidos, sejam eles quantitativos ou qualitativos, para iniciar as atividades formativas na RISP 4. A previsão é que já no primeiro trimestre de 2026, as capacitações sejam realizadas, de modo a ampliarmos ainda mais o alcance desse importante indicador para o Programa Selo Prevenção Minas.

A RISP 10

O 4º período avaliatório para a RISP 10 fica marcado pela execução de atividades formativas qualificadas e capilarizadas além da execução de um planejamento prévio iniciado ainda no 3º período avaliatório, onde vínhamos de um cenário de não alcance das metas pactuadas. Tal resultado é fruto das orientações emanadas pela supervisão de prevenção social à criminalidade e da coordenação estadual do programa Selo Prevenção Minas e da adesão da gestão social às propostas de trabalho. A equipe de analistas sociais, confiando no corpo estratégico do Programa, adere às intervenções e como consequência, temos a realização de 10 capacitações, em 9 municípios distintos, integrando 87 instituições e alcançando 230 pessoas participantes. As ações desenvolvidas tiveram como foco o fortalecimento da prevenção social às violências e à criminalidade, a partir do conceito de segurança cidadã e da articulação intersetorial da rede de proteção. Os conteúdos abordaram a qualificação do atendimento humanizado às vítimas, com ênfase na garantia de direitos, na prevenção das violências contra crianças e adolescentes e na atuação integrada dos serviços.

Destacaram-se ainda a construção de fluxos e protocolos internos de atendimento, a organização do trabalho em rede e o desenvolvimento de estratégias preventivas no ambiente escolar, por meio do projeto “É na Base!”, voltado à formação e à atuação diante da violência contra meninas.

Abaixo, alguns registros de capacitações exitosas realizadas na RISP 10.

Foi realizada capacitação em articulação com o CREAS do município de Carmo do Paranaíba, com o objetivo de alinhar procedimentos da rede pública relacionados ao acolhimento, ao atendimento humanizado e às estratégias de prevenção às violências contra crianças e adolescentes, visando qualificar as práticas institucionais e fortalecer a atuação integrada dos serviços:

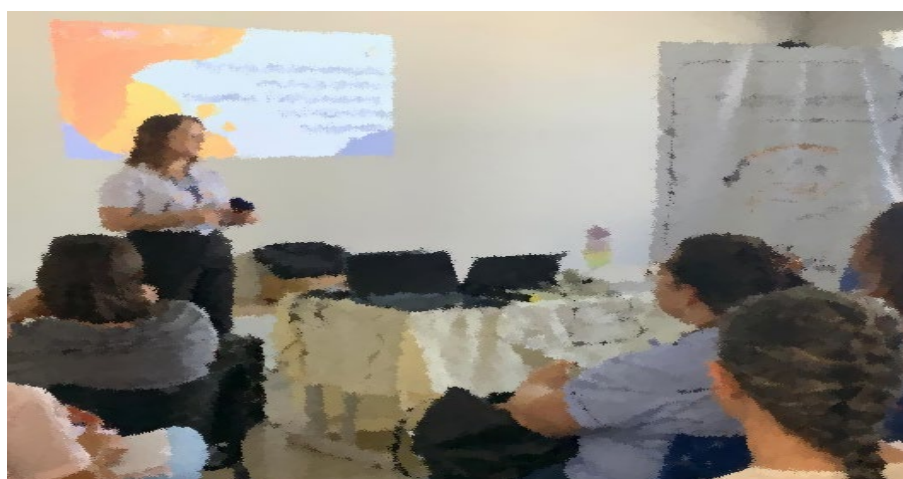


Figura 18: Prevenção às formas de violência contra crianças e adolescentes, e atendimento humanizado - Carmo do Paranaíba - 33 pessoas participantes - outubro de 2025

A capacitação foi requerida pelo município de São Gotardo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, em razão da necessidade de promover o alinhamento técnico entre a gestão e a rede de serviços, diante do processo de reestruturação institucional ocorrido ao longo do ano.

A ação teve como foco fomentar a articulação em rede no campo da prevenção social, considerando a incorporação de novos atores ao serviço público e a necessidade de qualificar fluxos, práticas e responsabilidades, contribuindo para o fortalecimento da atuação integrada e para a melhoria da resposta institucional às demandas do território. Convém mencionar que o município de São Gotardo é um grande parceiro do Programa Selo Prevenção Minas, tendo sido certificado após a conclusão do eixo certifica no ano de 2024:



Figura 19: A Importância da Articulação de Rede na Prevenção às Violências e à Criminalidade - São Gotardo - 26 pessoas participantes - novembro de 2025

A capacitação foi realizada em articulação com o NEPAZ de Rio Paranaíba, a partir do alinhamento com sua representante local, diante da necessidade identificada pelo município de aprofundar a compreensão sobre a elaboração e a operacionalização de fluxos de atendimento às vítimas de violência. Considerando que a rede municipal já realiza discussões periódicas de casos, a atividade teve como objetivo qualificar essa prática por meio do fortalecimento metodológico, ressaltando a importância dos fluxos e protocolos para a organização do trabalho interno, a padronização de procedimentos e a garantia de um atendimento mais integrado, humanizado e eficaz às vítimas de violência:



Figura 20: Construção de fluxos e protocolos - Rio Paranaíba - 11 pessoas participantes - dezembro de 2025

No decorrer do ano de 2025, a RISP 10 foi severamente impactada por diversos atravessamentos como um período de ausência de referências na gestão e no eixo em curso. Muitos desafios foram se apresentando e com planejamento estratégico os obstáculos foram superados.

Chegamos no mês de dezembro com um excelente resultado obtido no eixo em curso para a RISP 10, com uma atuação qualificada, primorosa e capilarizada. As diretrizes têm sido seguidas e a execução das atividades formativas tem atendido as expectativas no tocante às “temáticas raízes” da prevenção social à criminalidade.

Para os próximos períodos avaliatórios, mantém-se a orientação da retomada e execução de temáticas “raízes” da prevenção, a manutenção da capilaridade e principalmente, o alcance pleno e a adaptação dos novos indicadores pactuados.

A RISP 15

Até o presente momento, a RISP 15 é a segunda região com maior extensão territorial e número de municípios de abrangência do Programa Selo Prevenção Minas, contando com 60 cidades. Neste contexto, pensar estratégias de alcance torna-se desafiador. A gestão social tem orientado e conduzido os analistas de referência do eixo em curso para a realização de capacitações, prezando pela capilaridade, diversidade nas temáticas e os orientando para ações transversais e demais eixos do programa, como a consultoria, o que tem proporcionado a criação de vínculos com as administrações públicas municipais e possibilitado o planejamento prévio de outras ações.

Destrinchando o indicador e sua atuação neste trimestre, observa-se que eram exigidas a presença de 170 pessoas participantes nas atividades de formação. A UPC alcançou um total de 235 pessoas, superando assim o indicador em 38%. Trata-se de um excelente resultado obtido, uma vez que a UPC RISP 15 realizou neste trimestre 9 capacitações em 8 municípios distintos, abrangendo, de forma qualificada, a humanização do atendimento e o fortalecimento das estratégias de enfrentamento e prevenção das violências. Os conteúdos abordaram caminhos para a proteção de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade, com foco na qualificação das práticas institucionais, na garantia de direitos e na atuação integrada da rede de proteção, contribuindo para o aprimoramento da resposta dos serviços públicos às diversas formas de violência.

A Secretaria Municipal de Saúde do município de Padre Paraíso, reconhecendo a necessidade de aprimorar e qualificar o acolhimento às vítimas de violência e a toda a população, articulou uma capacitação essencial para seus servidores. A atividade formativa abrange temas cruciais como a Humanização do Atendimento e a Prevenção às Violências. Aproveitando a oportunidade da realização da ação na cidade, a iniciativa foi estendida, por meio de um convite estratégico, às demais instituições do município. Essa abordagem intersetorial visa fortalecer a rede de apoio local e garantir uma resposta mais integrada e eficaz no cuidado às vítimas:



Figura 21: Humanização do Atendimento e Prevenção às Violências. - 104 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 31/10/2025 - Padre Paraíso

Em Nanuque, durante a primeira capacitação realizada no município por iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher, identificou-se a necessidade de ampliar a formação dos profissionais da saúde sobre prevenção às violências. A partir desse encontro inicial, tornou-se evidente que as equipes precisavam de mais preparo para lidar com os tipos de violência que mais ocorrem no território, conforme apontam os dados locais. Essa percepção reforçou a importância de investir continuamente em qualificação, fortalecendo a rede de atendimento e garantindo respostas mais eficazes e humanizadas para a população.:



Figura 22: Caminhos para a proteção: enfrentamento e prevenção das violências. - 78 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 28/11/2025 - Nanuque

A demanda foi identificada a partir de articulação com a coordenação da Atenção Primária de Franciscópolis, diante da necessidade de capacitar os profissionais de saúde para a prevenção das violências no município. Considerando o cenário evidenciado pelos dados locais, que apontam maior recorrência de determinados tipos de violência, a ação teve como objetivo qualificar as equipes para o reconhecimento de sinais, a adoção de encaminhamentos adequados e o fortalecimento das estratégias de proteção no âmbito da rede de serviços:



Figura 23: Caminhos Para a Proteção: enfrentamento e prevenção das violências. - 39 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 05/12/2025 - Franciscópolis

No 4º período avaliatório de 2025, as Unidades de Prevenção à Criminalidade do Programa Selo Prevenção Minas alcançaram um resultado satisfatório, superando as metas pactuadas em 69%. Eram exigidas a presença de 440 pessoas participantes nas atividades formativas, tendo sido registradas um total de 744 pessoas.

As referências do eixo em curso têm demonstrado grande apropriação do método na transmissão dos conteúdos junto às administrações públicas municipais, no entanto, nota-se, em especial na RISP 15, um padrão de temática sendo ministrado nos municípios, neste sentido, urge a necessidade de se diversificar as temáticas abordadas, conforme já trazido nos últimos relatórios gerenciais e portanto, é esperado para o 1º período avaliatório de 2026, a realização de capacitações voltadas às raízes do Prevenção Social à Criminalidade, conforme diretrizes emanadas pela Coordenação Estadual. Espera-se maior apropriação quanto aos indicadores e a execução por parte da equipe, das orientações emanadas pela gestão social e pela supervisão.

O Eixo em curso merece nossa atenção e esforços, pois por meio dele conseguimos diversificar nossa atuação nas Regiões Integradas de Segurança Pública de atuação de maneira qualificada, integrada e continuada.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 5.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 970 •	• 1.457 •
Descrição do Indicador	
Para a efetividade das ações e projetos em prevenção à criminalidade nos municípios em que o Programa Selo Prevenção Minas atua, é importante o alinhamento e engajamento de atores estratégicos, com atuação em rede, bem como da própria população a ser beneficiada. Nesse sentido, o Programa visa criar e/ou fomentar outros espaços formais de participação comunitária na temática da prevenção à criminalidade, promovendo o encontro entre poder público e sociedade civil, de modo a fortalecer a responsabilidade e o compromisso coletivo com a temática no município. Entende-se por espaço formal de participação a organização de momentos em que o poder público se reúne com a sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias, construir ações coletivamente e/ou conscientizar acerca de temáticas específicas. Além disso, o Programa também tem por objetivo criar e/ou fomentar espaços de rede nas temáticas inerentes à prevenção à criminalidade, tendo em vista que a articulação entre os atores da rede é fundamental em se tratando do enfrentamento às violências e à criminalidade. Portanto, entende-se por espaço de rede uma forma de organização de um grupo de atores estratégicos, intersetoriais e interinstitucionais, que se reúnem com uma frequência pré estabelecida, possuindo um objetivo comum. Por fim, a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente nos municípios que aderem ao Selo Certifica, e tem por objetivos promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade e promover a interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. A equipe de Gestores, analistas e estagiários deverão, com apoio dos/as atores municipais e coordenação estadual, planejar e coordenar as reuniões, de modo a cooperar para o fortalecimento da pauta de prevenção à criminalidade e para a construção coletiva do trabalho. Para fins deste indicador, são consideradas participações alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas: 1. Número de pessoas participantes nos espaços formais de participação com o viés de segurança pública promovidos pelo programa. 2. Número de pessoas participantes nos espaços de rede nas temáticas de prevenção social à criminalidade promovidos pelo programa. 3. Número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2025 a 31/12/2025 obteve-se um total acumulado de • 1.457 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 970 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

Tabela 26: Indicador 5.3

5.3- Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Total
RISP 4	0	0	0	0	0
RISP 10	432	105	62	57	656
RISP 15	566	75	41	199	801
Total	998	180	103	176	1457

A participação social em políticas públicas se refere ao envolvimento ativo dos cidadãos na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas que afetam suas vidas. No caso da política de prevenção social à criminalidade e ao público alvo do Programa Selo Prevenção Minas, qual seja, as Administrações Públicas Municipais, é fundamental que a sua atuação regionalizada seja direcionada para o fomento da participação social por meio das ações transversais, seja nos espaços das Comissões Municipais, dos espaços de formação, rodas de conversas e congêneres.

O indicador 7.3 contabiliza três modalidades, sendo o número de pessoas participantes nos espaços de mobilização social (que podem ser ações nas escolas, espaços de formação direcionadas ao público, rodas de conversa e etc.), nas reuniões de rede promovidas pelo programa e nas reuniões da comissão municipal. Para melhor compreendermos o desempenho das Unidades de Prevenção à Criminalidade no que tange a este indicador, é necessário analisá-lo separadamente.

Para o quarto período avaliatório de 2025, tínhamos como meta alcançar nos 3 meses de referência um total de 370 pessoas participantes nos espaços de mobilização social, nas reuniões de rede e das comissões promovidas pelo Programa, sendo 30 para a RISP 4, 170 para a RISP 10 e 170 para a RISP 15.

Foram alcançadas 459 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas, o que corresponde a um resultado alcançado superando as expectativas em 27%, que pode ser considerado aceitável, em termos de avaliação de política pública.

Trata-se de um ótimo resultado, sob o ponto de vista do poder de mobilização das equipes em fomentar a participação social nas RISPS de atuação. Há de se levar em consideração que as gestoras sociais aderiram às orientações emanadas por esta Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade no sentido de se diminuir o quantitativo de pessoas presentes nestes espaços, primando pela qualidade dos conteúdos trabalhados e consequentemente, alinhando a força de trabalho das equipes às métricas exigidas, no entanto, em comparação com o trimestre anterior, nota-se uma ligeira superação da meta pactuada que requer cuidados. Com os novos indicadores previstos para o ano de 2026, as ações transversais deverão ser melhor planejadas e executadas como uma espécie de “integração” junto à outras ações do programa Selo Prevenção Minas, como uma capacitação, por exemplo.

Para este trimestre, a proposta de apresentação dos resultados deste indicador se manterá nos moldes dos trimestres anteriores. Pretende-se “separar” os três campos exigidos neste indicador para melhor visualização e qualificação das leituras. Para cada campo, serão apresentadas as ações por RISP. Inicialmente, abordaremos as comissões municipais realizadas no período, contabilizando 4 reuniões.

A COMISSÃO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

A Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente no município sede, que se reúne bimestralmente e tem por objetivo promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade, bem como apoiar o desenvolvimento do Diagnóstico Municipal, do Plano Municipal e a implementação das ações propostas nele. A Comissão deve promover uma interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. Ademais, a Comissão deve possuir uma leitura estratégica do município e sua atuação é essencial para o cumprimento de cada fase prevista no Programa Selo Prevenção Minas, bem como para a prevenção à criminalidade no município.

Neste período avaliatório, foram realizadas 4 reuniões da Comissão Municipal, sendo duas em Patos de Minas e duas em Teófilo Otoni. Em Patos de Minas, decidiu-se pela continuidade da proposta das últimas reuniões da comissão realizadas, onde as instituições que restavam a apresentar seus fluxos internos de atendimento de Crianças e Adolescentes Testemunhas ou Vítimas de Violência, o fizeram e a partir daí, foram feitos encaminhamentos para que o protocolo municipal fosse elaborado.

Foi reiterado que serão a partir de agora feitas reuniões extra comissão com as instituições que fazem de forma direta ou indireta o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência e reitera o papel do programa Selo Prevenção Minas neste Protocolo que é o apoio metodológico, acompanhamento e direcionamento, trazendo a responsabilidade e o protagonismo do município na elaboração e execução do referido protocolo.

A segunda reunião de Patos de Minas que aconteceu no mês de dezembro teve por objetivo uma apresentação dos trabalhos realizados em Patos de Minas e na RISP 10 como um todo, além da disponibilização do formulário de avaliação da comissão municipal além de tratativas voltadas às ações de participação social em parceria com a superintendência regional de ensino. Foram responsabilizados os equipamentos municipais que possuem atuação direta na pauta da criança e do adolescente para que se impliquem na construção do protocolo como uma das entregas do Plano Municipal.

Em Teófilo Otoni, neste período avaliatório foram realizadas duas reuniões da Comissão, sendo uma em 21/10/2025 e outra 02/11/2025. As reuniões realizadas nos meses de outubro e novembro tiveram como foco a consolidação do processo de construção e implementação do Plano Municipal de Prevenção. Em outubro, foram apresentados o histórico do plano e os programas de prevenção em execução no território, com alinhamento de estratégias e reforço da corresponsabilização institucional, destacando-se a atuação orientada por dados, a escuta qualificada e a necessidade de fortalecimento da rede intersetorial.

As discussões evidenciaram desafios estruturais relacionados à vulnerabilidade social, à violência doméstica e à insuficiência de políticas para adolescentes e jovens, bem como a importância da articulação com o sistema de justiça, segurança pública, conselhos e iniciativa privada, além do fortalecimento da governança local. Em novembro, a Comissão realizou um balanço das ações do Programa Selo Prevenção Minas, desde a constituição da CMPC até a entrega do Plano Municipal, com encaminhamento do planejamento das ações e entregas para 2026 e disponibilização de instrumento de avaliação para subsidiar o aprimoramento das estratégias futuras.

As 4 reuniões da comissão realizadas neste período avaliatório, somam 72 participações, que correspondem à uma média de 18 participantes por reunião. Trata-se de um excelente número e que traduz o nível de engajamento dos membros das comissões com a pauta da prevenção social à criminalidade. Considerando os novos indicadores que passarão a ser exigidos a partir de 2026, sobretudo com a mensuração da participação dos membros na comissão como forma de se medir o vínculo do município com o Programa, se faz necessário a construção de sentido deste tipo de leitura junto à gestão social para que direcione as referências do eixo certifica para a qualificação constante das reuniões da Comissão e como consequência, mantermos uma média alta de participações.

AÇÕES TRANSVERSAIS

No tocante às ações transversais realizadas neste período avaliatório, na RISP 10 foram executadas 8 ações de participação social no formato de rodas de conversa com estudantes, adolescentes e mulheres, em articulação com escolas estaduais, CRAS e serviços de convivência, com foco na prevenção das violências e na promoção da resolução pacífica de conflitos.

As atividades abordaram os eixos do projeto *É na Base!*, contemplando temas como comunicação não violenta, empatia, machismo estrutural, violência de gênero, violência contra crianças e adolescentes, responsabilização e fortalecimento das redes de proteção.

As ações permitiram a escuta qualificada dos participantes, a identificação de percepções, vivências e preconceitos ainda presentes, especialmente entre adolescentes, e a conscientização sobre os riscos das relações violentas e a importância da busca por apoio.

As intervenções foram planejadas em articulação com as redes municipais, respeitando o protagonismo do município e atuando de forma complementar às ações já desenvolvidas, contribuindo para o fortalecimento das estratégias locais de prevenção social às violências.

Merece destaque a ação realizada no município de Matutina que consistiu na condução de uma roda de conversa com os alunos do 7º e 8º ano escolar, conforme articulado com a diretora da Escola Estadual Ana Rocha. Notou-se ao longo da ação que os alunos tinham muito conhecimento, mas também permaneciam com falas machistas e sexistas, urgindo a necessidade de que se trabalhe de forma mais qualificada a temática pelo município:



Figura 24: É na base! Prevenção à violência contra meninas. - 22 pessoas participantes - Ação transversal realizada em 13/11/2025 - Matutina

Foi realizada ação de participação social com mulheres referenciadas pelo CRAS IV de Guimarães, com o objetivo de abordar os diferentes tipos de violência contra a mulher, desmistificar preconceitos e promover a conscientização sobre os riscos das relações violentas. A atividade buscou fortalecer a autonomia das participantes, incentivar a identificação de situações de violência e encorajar, de forma respeitosa, a busca por apoio na rede de proteção, conforme o tempo e as condições de cada mulher:



Figura 25: Roda de Conversa - Prevenção à violência contra a mulher. - 16 pessoas participantes - Ação transversal realizada em 05/12/2025 - Guimarães

Em Patos de Minas, foi realizada roda de conversa com adolescentes atendidos pelo SCFV dos núcleos Praça CEU e Cristavo, com foco na promoção de formas pacíficas de resolução de conflitos. A atividade abordou temas como comunicação não violenta, diferentes tipos de comunicação, violência de gênero, machismo estrutural, violência contra crianças e adolescentes, responsabilização e funcionamento das redes de proteção, contribuindo para a reflexão crítica dos participantes e para o fortalecimento de práticas de convivência respeitosa e preventiva:

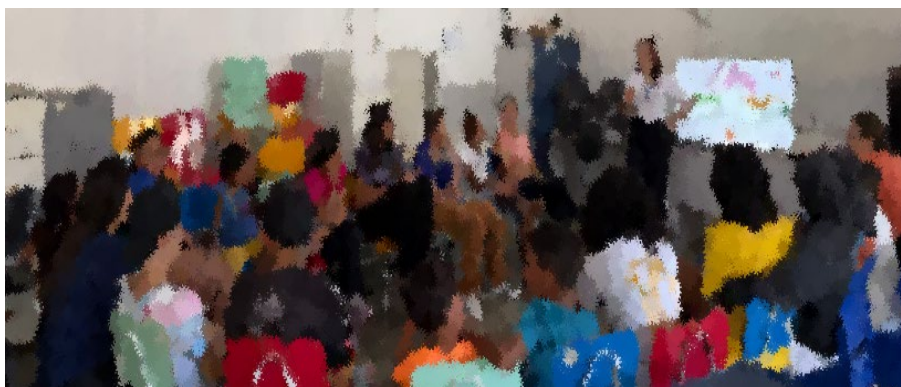


Figura 26: Roda de Conversa - Formas pacíficas de resolução de conflitos - 16 pessoas participantes - Ação transversal realizada em 22/12/2025 - Patos de Minas

Sob uma perspectiva de análise individual de execução por RISP, eram esperadas a contabilização de 170 pessoas nas ações de mobilização social, reuniões de rede e nas comissões municipais na RISP 10, tendo a equipe alcançado 237 pessoas, o que corresponde a 39% acima do esperado. Neste sentido, reforça-se a orientação para que haja um equilíbrio entre a força de trabalho da equipe e à métrica exigida.

Para a RISP 15, também foram exigidas neste trimestre a presença de 170 pessoas nas ações de mobilização social, reuniões de rede e nas comissões municipais, tendo a equipe alcançado um total de 235 pessoas, superando assim, as expectativas em 38%. Foram realizadas no trimestre, 7 rodas de conversa.

No mês de julho, foram realizadas 2 rodas de conversa no município de Teófilo Otoni com a temática do projeto *É na base!*. O projeto *foi* desenvolvido na Escola Estadual Irmã Arcângela e evidenciou a efetividade da atuação em rede por meio da articulação entre a Assistência Social, representada pelo CRAS, e a área da Educação.

As ações promoveram a discussão sobre as tipificações das violências, capacitando os adolescentes para a identificação de situações de abuso, além de apresentar a Lei Maria da Penha como marco legal e instrumento de proteção. Na ocasião, foram também apresentados os serviços ofertados pelo CRAS, orientando os estudantes sobre os fluxos e os caminhos disponíveis no município para o acesso à rede de proteção em situações de vulnerabilidade:



Figura 27: *É na base!* Prevenção à violência contra meninas. - 28 pessoas participantes - Ação transversal realizada em 23/10/2025 - Teófilo Otoni



Figura 28: É na base! Prevenção à violência contra meninas. - 30 pessoas participantes - Ação transversal realizada em 23/10/2025 - Teófilo Otoni

Em Teófilo Otoni, foi realizada uma roda de conversa e teve como objetivo o fortalecimento da compreensão da temática junto aos usuários atendidos pelo PSF sobre a importância do enfrentamento e da prevenção à violência contra a mulher e de gênero, fortalecendo a conscientização comunitária e ampliando os conhecimentos sobre formas de violência e possibilidades de apoio:

]



Figura 29: Roda de Conversa - Prevenção à violência doméstica - 21 pessoas participantes - Ação transversal realizada em 27/11/2025 - Teófilo Otoni

A roda de conversa realizada em Teófilo Otoni no dia 11/12/2025, objetivou promover conscientização e fortalecer a compreensão dos participantes sobre como o diálogo é uma das ferramentas mais poderosas para prevenir e enfrentar a violência contra mulheres e meninas. A ação foi organizada de forma participativa, combinando momentos de exposição teórica, dinâmicas interativas e reflexão coletiva. A ação foi pensada junto à Secretaria Municipal de Saúde de Teófilo Otoni:



Figura 30: Roda de Conversa - Prevenção à violência doméstica - 24 pessoas participantes - Ação transversal realizada em 11/12/2025 - Teófilo Otoni

A participação e mobilização social são essenciais para a execução de políticas públicas de prevenção à criminalidade e o Programa Selo Prevenção Minas prioriza esta frente em todos os eixos de atuação e esta é a razão de existir deste indicador. Neste trimestre, o indicador registrou um comportamento pouco acima do esperado, em consonância com as orientações fornecidas no relatório anterior, onde a supervisão em parceria com a coordenação estadual do Selo, direcionaram as equipes para a diminuição no número de pessoas prezando assim, na qualidade das intervenções propostas.

Há de se levar em consideração que as metas foram alcançadas sob uma perspectiva de análise individualizada por RISP, neste sentido, as orientações direcionadas à RISP 10 no trimestre anterior, foram devidamente acatadas.

O quarto trimestre de 2025 fica marcado pela conclusão do Plano Municipal de Teófilo Otoni, que foi entregue no primeiro mês do trimestre, pela retomada da capilaridade das atividades formativas na RISP 10 e pela apropriação metodológica apresentada pelas equipes.

Encerramos o 4º trimestre do ano alcançando as metas pactuadas para o indicador 7.3. Faz-se necessária a manutenção deste resultado primando pelo equilíbrio entre as execuções e pela qualidade empregada em cada intervenção. Há de se levar em consideração as mudanças dos indicadores para o ano de 2026 e a readequação dos planejamentos para a execução das ações transversais, primando pela criação, fortalecimento e manutenção dos vínculos junto às administrações públicas municipais.

Alcançamos um excelente resultado no quarto período avaliatório de 2025, e, conforme orientações emanadas no trimestre anterior pela supervisão, as equipes conseguiram alcançar o indicador de maneira equilibrada entre as UPCs e após o acompanhamento aproximado das Gestões Sociais propostos no 3º período avaliatório de 2025, de modo que potencializou as ações executadas pela RISP 10 e 15.

Considerações finais

O quarto período avaliatório de 2025 consolida-se como um marco positivo na execução do Programa Selo Prevenção Minas, evidenciando a capacidade das Unidades de Prevenção à Criminalidade de alcançar e superar as metas pactuadas, com destaque para a qualificação metodológica das ações, a ampliação da articulação intersetorial e o fortalecimento da governança local. Os resultados obtidos nos indicadores 7.1, 7.2 e 7.3 demonstram não apenas elevado desempenho quantitativo, mas, sobretudo, avanços qualitativos na condução das articulações de rede, das atividades formativas e das ações de mobilização social, refletindo maior aderência às diretrizes técnicas e às orientações estratégicas da Coordenação Estadual e da Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade.

A atuação regionalizada, especialmente nas RISPs 10 e 15, mostrou-se madura e capilarizada, com impactos concretos na

implementação dos Planos Municipais, no fortalecimento das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade e na qualificação das redes locais de proteção. A RISP 4, apesar de sua implantação tardia, apresentou avanços relevantes na construção do diagnóstico de implantação, na articulação inicial com os municípios e na institucionalização do Programa, sinalizando perspectivas promissoras para os próximos períodos. As atividades formativas, por sua vez, superaram significativamente as metas estabelecidas, reafirmando o papel estratégico do eixo Em Curso na difusão do conceito de segurança cidadã, na prevenção social às violências e na qualificação do atendimento às vítimas.

No tocante à participação social, observa-se um equilíbrio progressivo entre alcance e qualidade das intervenções, em consonância com as orientações de priorização de ações mais qualificadas e integradas aos demais eixos do Programa. As ações transversais, especialmente aquelas vinculadas ao *É na Base!*, reforçaram a importância da atuação preventiva nos territórios e da sensibilização de públicos estratégicos.

Diante dos resultados apresentados, conclui-se que o Programa Selo Prevenção Minas encerra o ano de 2025 com elevado grau de efetividade, apropriação metodológica pelas equipes e fortalecimento dos vínculos institucionais nos municípios atendidos. Para 2026, os desafios se concentram na adaptação aos novos indicadores de impacto, no aprimoramento do planejamento estratégico e na consolidação de ações que aprofundem a corresponsabilização municipal, assegurando a sustentabilidade e a efetividade da política pública de prevenção social à criminalidade no Estado de Minas Gerais, por meio do Programa Selo Prevenção Minas.

ÁREA TEMÁTICA: SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA (APEC)

Contextualização Geral dos Indicadores:

O presente relatório tem por finalidade avaliar o desempenho em relação às metas pactuadas para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), no período compreendido entre outubro e dezembro de 2025. Nesse contexto, torna-se necessário registrar o cenário e os eventos que impactaram a execução do referido Serviço durante o último trimestre, correspondente ao 28º período avaliatório do Contrato de Gestão nº 02/2019.

Durante este período, e conforme já apontado nos períodos avaliatórios anteriores, foram promovidos espaços formativos junto às equipes técnicas e aos Gestores Sociais. Ressalta-se a continuidade das capacitações mensais destinadas aos analistas sociais e gestores, bem como a realização de capacitações introdutórias, que, neste trimestre, foram direcionadas à analista do Serviço APEC de Uberlândia e às gestoras dos Serviços APEC de Belo Horizonte e Uberlândia, recentemente contratadas. Complementam essas ações as supervisões mensais com os Gestores Sociais, realizadas tanto de forma individual quanto conjunta, além da retomada das capacitações mensais com os gestores, considerando a recomposição do quadro de profissionais de Gestão Social nos municípios de Uberlândia e Belo Horizonte. Destaca-se que todo esse trabalho teve como finalidade promover a padronização e o alinhamento de procedimentos e metodologias entre as equipes, assegurar a qualificação permanente das intervenções junto ao público atendido e fortalecer a atualização dos conhecimentos fundamentais para a atuação no Serviço em Minas Gerais.

Nesse contexto, em consonância com as recomendações consignadas no 27º Relatório de Monitoramento, destaca-se a realização de duas capacitações específicas. As temáticas abordadas revestiram-se de caráter essencial e relevância estratégica, com ênfase nas capacitações intituladas “Diálogos sobre o Formulário de Atendimento – Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada”, cujo objetivo consistiu no alinhamento das diretrizes metodológicas relativas ao correto preenchimento do instrumental utilizado no atendimento posterior à realização da audiência de custódia, bem como na orientação quanto às possibilidades de construção de encaminhamentos à rede de proteção social a partir da atuação junto ao público atendido, e “Indicadores APEC”, voltada à apresentação dos novos indicadores que passarão a vigorar a partir do exercício de 2026, bem como reforçar a interlocução com o Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA). Por fim, registra-se que, a partir do próximo período avaliatório, com início previsto para janeiro de 2026, a Supervisão passará a estruturar e organizar os espaços de capacitação mediante a adoção de metodologias avaliativas, tais como quizzes interativos, estudos de caso e outras estratégias que possibilitem a aferição e a mensuração da efetividade de cada ação formativa.

No que se refere às ações de integração do Serviço APEC com os demais Programas da Política de Prevenção, foram promovidos espaços formativos voltados à participação de equipes técnicas e gestores sociais. O primeiro espaço teve como temática “Diversidade sexual e de gênero e suas transversalidades: reflexões a partir das vivências do público atendido pelo PrEsp, Serviço APEC e CEAPA”, por apresentar relação direta com a atuação junto ao público atendido por esses Programas e pelo Serviço APEC. Os demais espaços contemplaram a integração com um número ampliado de Programas, incluindo o Fica Vivo!, Mediação de Conflitos e o Proteja Minas, abordando as temáticas “Políticas de masculinidades e o monopólio da violência” e “Violência de gênero”, fortalecendo a articulação e a qualificação das práticas da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Cumprir enfatizar, ao concluir a descrição das ações de formação destinadas a promover a participação das equipes técnicas e gestores sociais do Serviço APEC, que as equipes participaram de forma contínua, em relação ao trimestre anterior, do Encontro Nacional de Formação realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no contexto do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD/SENAPPEN), com foco na saúde mental e na atenção a pessoas que fazem uso de drogas. O evento reuniu representantes dos APECs das 26 unidades federativas e abordou temas relacionados à saúde mental, à política nacional sobre drogas, às estratégias de redução de danos, à articulação com a Rede de Atenção Psicossocial, bem como ao fortalecimento institucional do Serviço APEC.

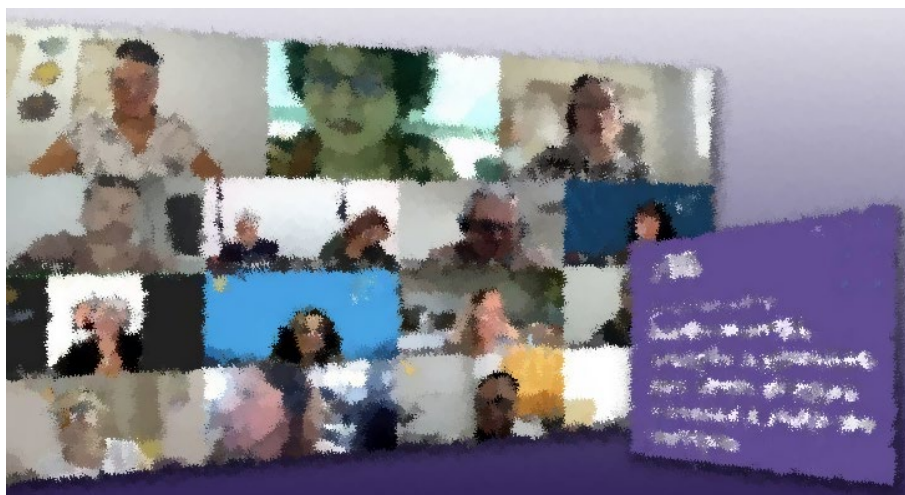


Figura 31: CNJ encerra ciclo de formação sobre saúde mental e atenção a pessoas que usam drogas no sistema penal. Portal CNJ, 10 nov. 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-encerra-ciclo-de-formacao-sobre-saude-mental-e-atencao-a-pessoas-que-usam-drogas-no-sistema-penal/>. Acesso em: 30.12.2025

Registra-se, ademais, a participação do Serviço APEC em duas frentes de atuação no âmbito da Política de Prevenção. A primeira, conforme mencionado no relatório anterior, consistiu na participação dos Gestores Sociais nas reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica – GIE Vida, ao longo de 2025, promovendo a integração interinstitucional e o estreitamento do diálogo sobre o público atendido, tanto nos atendimentos prévios quanto posteriores à audiência de custódia, fortalecendo a articulação com as bases territoriais e proporcionando uma compreensão aprofundada da dinâmica criminal nos respectivos territórios. A segunda frente de atuação envolveu a execução dos projetos *É na Base!* pelos Serviços APEC dos municípios de Contagem e Belo Horizonte, ambos realizados no mês de novembro. Em Contagem, o projeto foi implementado em parceria com a Polícia Penal do Fórum de Contagem, voltado à turma do EJA da Escola Municipal Leonardo Sadra. Em Belo Horizonte, a iniciativa ocorreu em parceria com o programa *Fica Vivo!* da UPC Pedreira Prado Lopes, direcionada a jovens de 15 a 18 anos da Escola Estadual Silviano Brandão.

Por fim, no cenário do período avaliatório em questão, cumpre registrar a celebração do Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), além do Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em 09/12/2025. O referido instrumento, denominado “O Horizonte da Execução Penal”, estabelece diretrizes e define responsabilidades institucionais relativas à atuação articulada e integrada dos órgãos signatários.

Área Temática: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 13.455 •	• 15.391 •
Descrição do Indicador	
O Serviço Apec, conforme apontado pelo “Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia”, visa contribuir para o aprimoramento das referidas audiências por meio da oferta de atenção especializada à pessoa custodiada na identificação de suas condições pessoais e sociais e com recomendações, orientações, encaminhamentos e/ou encaminhamentos a serviços (tanto para a rede de proteção social, quanto para o cumprimento das medidas cautelares). O Serviço é constituído no campo da política de alternativas penais, pois possui o papel de efetivar a excepcionalidade da prisão na porta de entrada. O Serviço tem como público-alvo as pessoas presas e apresentadas em audiência de custódia. Destaca-se que a participação no Serviço Apec é voluntária e, para assegurar o encaminhamento da pessoa custodiada aos atendimentos, é necessário o estabelecimento de fluxos e articulações internas com os demais atores que compõem a logística envolvida nas audiências de custódia. Isto posto, as ações do Serviço Apec são realizadas por meio de atendimentos individuais. E este indicador visa mensurar o quantitativo de atendimentos realizados, alinhados à metodologia estabelecida, que considera os parâmetros nacionais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Serviço Apec: 1. Atendimentos Sociais Prévios às Audiências de Custódia: realizados para as pessoas presas em flagrante ou por mandado judicial, apresentadas em audiência de custódia, atentando-se para as informações relacionadas às condições pessoais e sociais. 2. Atendimentos Sociais Posteriores à Audiências de Custódia: realizados para pessoas a quem se concede liberdade provisória sem ou com medidas cautelares alternativas à prisão ou prisão domiciliar, atentando-se para os encaminhamentos para os serviços. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de atendimentos nas modalidades acima. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, portanto uma mesma pessoa pode passar pelas duas modalidades de atendimento. Bem como pode passar mais de uma vez pela audiência de custódia e consequentemente mais de uma vez pela mesma modalidade de atendimento. Unidade de medida: nº absoluto.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das Apec à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2025 a 31/12/2025 obteve-se um total acumulado de • 15.391 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 13.455 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

Tabela 27: Indicador 6.1

6.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec					
Municípios	27º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Total
BELO HORIZONTE	7.369	905	700	522	9496
CONTAGEM	1.566	201	162	191	2120
UBERLANDIA	2.786	417	316	256	3775
Total	11.721	1523	1178	969	15391

No que concerne ao Indicador 6.1 — número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço APEC —, foram contabilizados 3.670 atendimentos no período avaliatório em análise, valor que, pela primeira vez no exercício, não atingiu a meta trimestral pactuada quando comparado aos períodos anteriores. Ressalta-se, entretanto, que para este período houve incremento da meta, a qual correspondeu ao maior valor entre os períodos anteriores, totalizando 3.765 atendimentos. Observa-se, desse modo, que o resultado obtido apresenta coerência com os quantitativos registrados no primeiro e no segundo trimestres, que contabilizaram 3.771 e 3.531 atendimentos, respectivamente. Em contrapartida, no consolidado anual, verificou-se desempenho superior ao planejado, com a realização de 15.391 atendimentos acumulados, superando a meta estabelecida de 13.455. A manutenção e a superação desses resultados ao longo do exercício de 2025 podem ser atribuídas a diretrizes de gestão e fatores estratégicos que impactaram positivamente o desempenho do Serviço.

Nesse contexto, reitera-se que, nos três Serviços e em consonância com o disposto nos relatórios anteriores, a modalidade de atendimentos sociais realizados previamente às Audiências de Custódia permanece como a principal frente de atuação do Serviço APEC, uma vez que, do total de 15.391 atendimentos, 12.156 corresponderam a essa modalidade. Tais dados evidenciam a ampliação contínua desse tipo de atendimento, bem como o fortalecimento da articulação interinstitucional entre os diversos atores envolvidos no fluxo da Audiência de Custódia.

Em contrapartida, observa-se que a ampliação do quantitativo de atendimentos sociais posteriores à audiência de custódia permanece como desafio a ser enfrentado. Nesse sentido, destaca-se que diretrizes técnicas e orientações de gestão foram apresentadas pela Supervisão de Prevenção na capacitação realizada no mês de dezembro, intitulada “Indicadores APEC”, direcionada exclusivamente aos gestores do Serviço APEC, com vistas à sua implementação e acompanhamento, pela Supervisão, a partir de janeiro de 2026, considerando a vigência do novo Indicador e sua vinculação direta aos atendimentos posteriores à audiência de custódia.

Diante do exposto, verifica-se que, no período em análise, os três municípios tiveram participação positiva no aumento do número de atendimentos:

- **Belo Horizonte:** No trimestre em análise, o Serviço APEC de Belo Horizonte contabilizou 2.127 atendimentos, dos quais 905 foram realizados no mês de outubro, configurando-se como o segundo mês com maior volume de atendimentos ao longo do ano. Observou-se, contudo, redução expressiva do quantitativo de atendimentos nos meses de novembro e dezembro, em ambas as modalidades. Tal cenário pode ser atribuído a dois fatores principais. O primeiro refere-se à diminuição do número de pessoas encaminhadas para a realização de atendimentos sociais posteriores à audiência de custódia, especialmente no período em que o Serviço APEC de Belo Horizonte esteve sem Gestor Social. Reconhece-se que a gestão constitui um elemento central para a condução de diálogos e articulações estratégicas com os atores do Poder Judiciário e da Polícia Penal, capazes de gerar alterações e impactos positivos no referido contexto. O segundo fator relaciona-se ao recesso forense, período no qual as audiências de custódia estão sendo conduzidas por juízes plantonistas e, apesar das articulações cotidianas realizadas pela gestão do Serviço, parte dos custodiados não foi encaminhada para os atendimentos prévios e posteriores ofertados pelo Serviço APEC. Destaca-se, por fim, no âmbito do Serviço APEC de Belo Horizonte, a expectativa de que a efetiva implementação da Central das Garantias e da figura do Juiz das Garantias contribua diretamente para a ampliação e consolidação da atuação do Serviço e para o fortalecimento da capacidade de atendimento ao público — em especial os atendimentos sociais posteriores à audiência de custódia —, bem como para o contínuo alinhamento e o fortalecimento das articulações interinstitucionais com os atores da Secretaria de Audiências de Custódia (SEAC).
- **Uberlândia:** O Serviço APEC de Uberlândia superou a meta estabelecida para o período avaliatório, tendo sido registrados 989 atendimentos acumulados, frente à meta pactuada de 285, evidenciando a continuidade do crescimento expressivo do Serviço desde sua implantação. Assim como observado em Belo Horizonte, o mês de outubro apresentou o segundo maior volume de atendimentos no ano, com 417 registros. No entanto, constatou-se redução significativa do quantitativo de atendimentos nos meses de novembro e dezembro, em ambas as modalidades. Tal cenário pode ser atribuído a dois fatores principais. Primeiramente, houve redução temporária do quadro de profissionais no início de novembro, quando o Serviço passou a contar com uma analista social a menos até que a substituição fosse efetivada e apta a iniciar os atendimentos. O segundo fator relaciona-se também ao recesso forense, período em que as audiências de custódia são conduzidas por juízes plantonistas e, apesar das articulações cotidianas realizadas pela gestão do Serviço, parte dos custodiados não foi encaminhada para os atendimentos prévios e posteriores realizados pelo Serviço APEC. Ademais, assim como no Serviço APEC de Belo Horizonte, espera-se que a implementação da Central das Garantias e do Juiz das Garantias, prevista para iniciar efetivamente em fevereiro de 2026, contribua de forma direta para a ampliação da atuação do

Serviço e para o fortalecimento da capacidade de atendimento ao público, especialmente nos atendimentos sociais posteriores à audiência de custódia.

- **Contagem:** No trimestre em análise, o Serviço APEC de Contagem registrou 554 atendimentos, superando a meta estabelecida de 465 e apresentando desempenho compatível com os observados no primeiro e segundo trimestres. Um desafio recorrente enfrentado pela Gestão Social neste período foi a não realização dos atendimentos prévios e posteriores às audiências de custódia de mulheres custodiadas, especialmente entre os dias 29/10/2025 e 10/11/2025. Tal situação decorreu da transferência de mulheres privadas de liberdade do Presídio de Vespasiano para o Presídio José Abranches Gonçalves, o que resultou na participação das custodiadas nas audiências de custódia no formato de videoconferência, inviabilizando a realização das modalidades de atendimento prévio e posterior pelo Serviço APEC em razão da ausência de condições adequadas para sua execução. Cabe salientar que esse contexto foi comunicado e compartilhado com a SUPEC, com vistas ao alinhamento de orientações a serem repassadas ao gestor responsável. Adicionalmente, a Gestão Social concluiu o diagnóstico junto aos 12 magistrados responsáveis pelas audiências de custódia em Contagem, encaminhando o material à Diretoria de Alternativas Penais e à Gerência ainda no trimestre anterior. Os resultados obtidos têm se revelado estratégicos e produtivos para a rotina operacional do Serviço, promovendo maior aproximação com os magistrados e visibilidade institucional da atuação do Serviço APEC. No que se refere ao recesso forense e aos impactos no quantitativo de atendimentos, a Gestão Social tem mantido articulações diárias com os juízes plantonistas responsáveis pelas audiências de custódia, de forma consistente com as práticas observadas nos Serviços APEC de Belo Horizonte e Uberlândia. Ademais, no que diz respeito à implementação da Central das Garantias, em Contagem ainda permanecem os 12 magistrados, sendo um deles o Juiz das Garantias.

Por fim, em relação ao Indicador 6.1 e em consonância com as recomendações constantes no 27º Relatório de Monitoramento, estão sendo conduzidas análises técnicas e estratégicas referentes às demandas de ampliação das equipes dos Serviços APEC de Belo Horizonte e Uberlândia, em função do aumento significativo no volume de atendimentos, da complexidade e abrangência das atividades desenvolvidas, bem como da necessidade de atendimento nos finais de semana e dos casos de mandado de prisão. No município de Contagem, procede-se ao acompanhamento sistemático e à análise do crescimento da demanda de atendimentos, com vistas à avaliação da viabilidade de ampliação do quadro de pessoal. Salienta-se que essas medidas visam garantir a manutenção da qualidade do atendimento ao público e a efetividade dos encaminhamentos realizados à rede de proteção social.

Área Temática: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	
Indicador nº 6.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3.216 •	• 4.109 •
Descrição do Indicador	
Como sinalizado no “Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia”, o Serviço Apec atua na perspectiva da articulação de rede como algo necessário, tanto para a inclusão e acesso a direitos, quanto para o cumprimento das medidas cautelares. Dessa forma, o Serviço acolhe, identifica demandas e faz mediação com as políticas públicas para realizar encaminhamentos que podem atender às questões apresentadas no âmbito da proteção social, bem como no âmbito do cumprimento da determinação judicial. Nesse sentido, as ações junto às redes de apoio são construídas a partir do mapeamento, reconhecimento dos serviços e políticas públicas, de forma horizontal e intersetorial. Este indicador visa mensurar o quantitativo de ações de rede realizadas pelo Serviço, alinhadas à metodologia estabelecida, que considera os parâmetros nacionais. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio: 1. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira (serviços de proteção social e de acompanhamento de medidas cautelares) para discussão sobre o acompanhamento do público e fluxos (encaminhamento e/ou comunicação); 2. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais atores que compõem a audiência de custódia, para discussão sobre o atendimento do público e fluxos (encaminhamento e/ou comunicação); 3. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados à pessoa custodiada; 4. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Serviço; 5. Encaminhamentos para a rede parceira (serviços de proteção social e de acompanhamento de medidas cautelares). Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações de rede nas modalidades acima. As ações deverão ser contabilizadas de acordo com a quantidade de intervenções realizadas, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes. Ademais, as Apec's devem resguardar na sua sede os comprovantes de cada uma das ações indicadas. Todas essas ações possuem modelos de instrumento que serão fornecidos pela SEJUSP/SUPEC. Unidade de medida: nº absoluto	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das Apec à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: número de ações realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2025 a 31/12/2025 obteve-se um total acumulado de • 4.109 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 3.216 • ações, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

Tabela 28: Indicador 6.2

6.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio					
Municípios	27ºPA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Total
BELO HORIZONTE	1398	357	221	137	2113
CONTAGEM	422	62	68	63	615
UBERLÂNDIA	947	170	155	109	1381

Total	2767	589	444	309	4109
-------	------	-----	-----	-----	------

No que concerne ao Indicador 6.2 — número acumulado de ações do Serviço APEC junto às redes de apoio — verifica-se desempenho superior à meta pactuada, a exemplo do observado no trimestre precedente. No período avaliatório em análise, foram executadas 1.342 ações, em contraste com a meta trimestral estabelecida de 831. No acumulado anual, igualmente constatou-se resultado acima do parâmetro esperado, com a realização de 4.109 ações frente à meta prevista de 3.216. O alcance e a superação dos resultados decorrem de fatores que impactaram positivamente o desempenho do Serviço no período em referência e que serão descritos a seguir.

Inicialmente, é relevante destacar que a manutenção da execução das atividades de rede, tais como as reuniões de articulação com instituições parceiras, realizadas pelas equipes técnicas e pela Gestão Social, com observância à organização interna das demais frentes de trabalho, de modo a não ocasionar prejuízos à dinâmica dos atendimentos, constitui uma das estratégias do Serviço APEC junto às redes de apoio. Tais atividades vêm sendo desenvolvidas e têm contribuído para o alcance do indicador, além de favorecer a ampliação do conhecimento e uma análise mais aprofundada acerca dos diferentes territórios dos municípios, bem como das instituições neles inseridas. Ademais, os gestores continuam promovendo reuniões de articulação com os diversos atores que integram as Audiências de Custódia, com o objetivo de fortalecer a integração, a qualificação e a consolidação do trabalho realizado.

O segundo aspecto a ser considerado é prática da formalização da entrega dos encaminhamentos impressos aos Serviços Penais – CEAPA e PrEsp – durante os atendimentos sociais posteriores às audiências de custódia, destinados às pessoas liberadas mediante alvará de soltura, continua a produzir efeitos positivos tanto para o alcance das metas estabelecidas quanto para aqueles que irão recebê-los. Tal procedimento assegura que os indivíduos saiam em liberdade munidos do documento que indica, no caso da CEAPA, o local de comparecimento obrigatório decorrente da aplicação da medida cautelar, ou, no caso do PrEsp, o local adequado para prosseguir com o acompanhamento das vulnerabilidades previamente identificadas.

Considerando os elementos anteriormente expostos, destaca-se que, no âmbito dos três Serviços, as equipes técnicas desenvolveram de forma contínua e articulada as ações junto às redes de apoio, assegurando o cumprimento das metas previamente pactuadas para o período em análise:

- **Belo Horizonte:** no presente trimestre, a equipe do Serviço APEC BH executou 715 ações de articulação junto às redes de apoio, superando a meta estabelecida de 570 ações para o período. Dentre as principais atividades realizadas pela equipe técnica e pela Gestão Social, destacam-se: reuniões de articulação com instituições parceiras; a realização de um Encontro de Rede no trimestre; a manutenção de diálogos regulares com as bases territoriais; análise e discussão de casos com o PAI-PJ; reuniões estratégicas e periódicas da Gestão Social com os atores integrantes das Audiências de Custódia e da SEAC; bem como a formalização dos instrumentais de encaminhamento aos Programas CEAPA e PrEsp.
- **Uberlândia:** no trimestre analisado, destaca-se que o Serviço APEC de Uberlândia realizou 434 ações de articulação de rede, superando, novamente e de forma expressiva, a meta trimestral pactuada, de 54 ações. Esse desempenho acima do esperado reflete não apenas o comprometimento da equipe com a realização de atendimentos nas modalidades prévias e posteriores à realização da audiência de custódia, conforme já demonstrado em trimestres anteriores, mas o elevado número de encaminhamentos para a rede parceira, decorrente do número de atendimentos sociais posteriores às audiências de custódia — fator que teve impacto direto no alcance e superação do indicador. Vale ressaltar que, das 434 ações do Serviço APEC junto às redes de apoio, 412 corresponderam aos encaminhamentos para a rede parceira, incluindo-se aí a formalização dos instrumentais de encaminhamento para os Programas CEAPA e PrEsp. Além disso, importa dizer que no período avaliatório em análise a equipe também realizou reuniões de articulação com a rede parceira e um Encontro de Rede com o recorte de instituições que atendem o público em situação de rua no município.
- **Contagem:** no município de Contagem, a meta estabelecida para as ações de articulação junto às redes de apoio foi novamente superada, com a execução de 193 ações, frente à expectativa de 99 para o período. Este resultado configura um avanço significativo, em consonância com o trimestre anterior, evidenciando o fortalecimento da atuação da equipe técnica e o incremento das articulações realizadas pela Gestão Social nos diferentes espaços da rede no município. Observa-se, nesse contexto, a manutenção dos diálogos com as bases territoriais, com o objetivo de ampliar a compreensão do Serviço acerca da dinâmica criminal dos territórios. Tais práticas demonstram o comprometimento da equipe com a qualificação dos atendimentos e os esforços pela integração efetiva do Serviço aos equipamentos da rede de proteção social locais. Destaca-se, ainda, a atuação contínua do Gestor Social na articulação com a CEAC, a Polícia Penal, os Magistrados e demais atores do Sistema de Justiça Criminal, em especial os

membros do Ministério Público que atuam nas Audiências de Custódia em Contagem. Esse conjunto de ações tem contribuído para o incremento gradual dos atendimentos sociais posteriores às audiências de custódia e, conseqüentemente, para o aumento nos encaminhamentos à rede parceira. Ademais, desde a realização da reunião com os Magistrados responsáveis pelas Audiências de Custódia, em 26/08/2025, conforme registrado no relatório anterior, tem-se observado, apesar da persistência de desafios, uma atuação mais ampla e consolidada do Serviço APEC nas rotinas operacionais. Por fim, assim como verificado nos municípios de Belo Horizonte e Uberlândia, a formalização dos instrumentais de encaminhamento para os Programas CEAPA e PrEsp constituiu fator relevante para o desempenho favorável observado no período avaliado.

Diante das análises referentes ao trimestre em questão e ao ano de 2025, conclui-se que este período constituiu um ciclo de inovações e desafios para o Serviço APEC. Destacam-se, entre os elementos relevantes: a implementação das metas e indicadores a partir de janeiro; capacitações específicas voltadas para equipes e gestores; supervisão e gestores dedicados exclusivamente ao Serviço APEC; fortalecimento das ações junto às redes de apoio pelas equipes e gestores; crescimento expressivo na execução das modalidades de atendimento previstas; e a entrega da primeira parte do Manual do Serviço APEC, redigida e revisada, entre outros pontos significativos.

No que se refere à análise global dos dados produzidos, observa-se que cada Serviço apresentou resultados compatíveis com a classificação dos delitos atendidos, considerando a realidade e a dinâmica criminal de seu respectivo município. No Serviço APEC de Belo Horizonte, os delitos predominantes nos atendimentos sociais posteriores às Audiências de Custódia foram, sucessivamente, crimes contra o patrimônio, crimes relacionados ao comércio de drogas e crimes relacionados à violência de gênero e intrafamiliar. Quanto ao perfil do público atendido, as principais vulnerabilidades sociais identificadas foram: uso abusivo de drogas, envolvimento criminal e baixa renda/desemprego. No município de Contagem, verificou-se que os delitos mais atendidos foram, nesta ordem: crimes relacionados à violência de gênero e intrafamiliar, crimes contra o patrimônio e crimes relacionados ao comércio de drogas. Entre as vulnerabilidades sociais do público atendido, destacaram-se escolaridade baixa ou inexistente, baixa renda/desemprego e uso abusivo de drogas.

Já no Serviço APEC de Uberlândia, os delitos mais frequentes nos atendimentos sociais posteriores às Audiências de Custódia foram, por ordem de incidência: crimes relacionados ao comércio de drogas, crimes contra o patrimônio e crimes relacionados à violência de gênero e intrafamiliar. Em relação ao perfil do público, as vulnerabilidades sociais mais observadas foram baixa renda/desemprego, escolaridade baixa ou inexistente e uso abusivo de drogas.

Dessa forma, é possível constatar que os tipos de delitos e as vulnerabilidades sociais identificadas nos três Serviços APEC de Minas Gerais apresentam similaridades. No entanto, para a efetiva implementação das ações em cada município, torna-se necessária a realização da escuta atenta e qualificada e do atendimento individualizado, considerando as especificidades de cada custodiado, a fim de garantir o encaminhamento efetivo aos serviços da rede de proteção social, conforme evidenciado pelas análises apresentadas.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (PROTEJA MINAS)

Contextualização Geral dos Indicadores:

Este relatório tem por finalidade apresentar uma análise dos resultados obtidos durante o 28º Período Avaliatório, visando subsidiar, de forma qualificada, os processos permanentes de monitoramento, avaliação de desempenho e aperfeiçoamento da gestão das metas pactuadas. Essa análise busca, sobretudo, fortalecer a capacidade gerencial e promover a melhoria contínua dos serviços públicos, em alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Proteja Minas e com as disposições do Contrato de Gestão.

Em atendimento à recomendação apresentada pela DCM, constante no 27º Relatório Gerencial de Resultados, apresenta-se a análise dos atendimentos individuais realizados no âmbito do 28º período avaliativo. A meta pactuada para o período em análise consiste na realização de 100 atendimentos, distribuídos em 40 no mês de outubro, 40 em novembro e 20 em dezembro. No período analisado, foram realizados 42 atendimentos individuais, o que corresponde a 42% da meta estabelecida, sendo 7 atendimentos em outubro, 15 em novembro e 20 em dezembro. Embora a meta ainda não tenha sido integralmente alcançada, observa-se um crescimento no número de atendimentos ao longo dos meses, em comparação aos períodos anteriores, com destaque para a inclusão de novos atendimentos, sendo 2 em outubro, 1 em novembro e 7 em dezembro, evidenciando a ampliação gradual da adesão aos serviços ofertados no Programa Proteja Minas.

Importante destacar que os atendimentos individuais no âmbito do Programa Proteja Minas têm como objetivo principal oferecer escuta qualificada, acolhimento e acompanhamento às mulheres e meninas em situação de violência, visando à prevenção de novas ocorrências, a superação da situação de violência ao fortalecimento da autonomia, desenvolvimento dos processos de empoderamento e à garantia de acesso à rede de proteção e aos serviços intersetoriais. Os atendimentos possibilitam a identificação de vulnerabilidades, a avaliação de riscos e a construção conjunta de estratégias de proteção, respeitando a singularidade de cada caso.

A equipe técnica tem se apropriado desses atendimentos como um espaço estratégico de intervenção, utilizando uma escuta humanizada e realizando encaminhamentos, bem como articulando ações com a rede socioassistencial, de saúde, educação, segurança pública e justiça. De forma sistemática, a supervisora tem acompanhado a gestão e a equipe, fortalecendo o processo de construção e qualificação do repertório metodológico por meio de supervisões e capacitações. Observa-se que esse acompanhamento tem contribuído para o aprimoramento das práticas profissionais, bem como para a consolidação dos atendimentos como ferramenta de prevenção, cuidado e proteção às mulheres e meninas atendidas pelo programa.

No que se refere à construção de vínculos com o público atendido, especialmente mulheres e meninas acompanhadas pelo programa, embora ainda sejam identificadas algumas dificuldades, observa-se avanço por parte da equipe. Esse aspecto tem sido trabalhado de forma contínua nos momentos de supervisão, com destaque para a capacitação transversal realizada no mês de dezembro, conduzida pela supervisora Mariana Viegas, do Programa Mediação de Conflitos, com o tema “Construção de Vínculos: caminhos para o acolhimento de mulheres e meninas”. Tal ação será abordada de forma mais detalhada na seção de destaques.

Em análise do perfil das mulheres atendidas pelo programa, observa-se que os casos que chegam à unidade por demanda espontânea ainda são minoritários, sendo os serviços e equipamentos da rede os principais responsáveis pelos encaminhamentos. Dentre as instituições que prioritariamente encaminham as mulheres atendidas, destacam-se: a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), a Defensoria Pública, a Delegacia de Polícia Civil, a Universidade UNIFAGOC, o Conselho Tutelar, o CREAS, CAPS IJ e o PROCON.

No âmbito da execução do Programa Proteja Minas no município de Ubá, a análise, desde sua implementação no município, evidencia um conjunto de desafios e potencialidades que impactam diretamente a consolidação e o alcance das ações propostas.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se, inicialmente, o limitado conhecimento do município acerca da Política de Prevenção Social à Criminalidade, ainda percebida como uma temática recente no território. Esse desconhecimento reflete-se tanto na população em geral quanto em parte dos profissionais e gestores públicos, o que impõe a necessidade contínua de ações de sensibilização, divulgação e alinhamento conceitual sobre o papel do programa, seus objetivos e sua interface com as demais políticas públicas. Tal cenário influencia diretamente a baixa procura por demanda espontânea e a

compreensão restrita do caráter preventivo das ações desenvolvidas.

Outro desafio relevante refere-se à articulação intersetorial, especialmente com as áreas da saúde e da educação, cujos fluxos de comunicação, encaminhamento e cooperação ainda se mostram fragilizados. A ausência de fluxos institucionais consolidados com esses setores limita o alcance das ações preventivas e a ampliação da rede de apoio às mulheres e meninas em situação de violência.

Do ponto de vista metodológico, observa-se como desafio a baixa adesão aos atendimentos individualizados e aos grupos reflexivos, fenômeno relacionado a fatores como o ciclo da violência, a dificuldade de deslocamento das atendidas até a unidade e a necessidade de maior inventividade e de estratégias de busca ativa, bem como de articulação com os serviços para viabilizar o atendimento. Tal cenário demanda a adoção de estratégias contínuas de aproximação, fortalecimento de vínculos e flexibilização das abordagens.

Por outro lado, a execução do Programa Proteja Minas no Município também revela importantes potencialidades. Destaca-se o fortalecimento da articulação com a Rede de Proteção à Mulher, envolvendo órgãos do sistema de justiça, segurança pública, assistência social e demais instituições estratégicas, o que tem contribuído para o aprimoramento dos encaminhamentos, do acompanhamento dos casos e da atuação intersetorial. O programa vem sendo reconhecido como um equipamento estratégico do Estado no enfrentamento e na prevenção da violência doméstica contra mulheres e meninas, ampliando sua legitimidade institucional.

Adicionalmente, observa-se abertura da gestão municipal para o diálogo e para a construção de parcerias, o que tem possibilitado avanços na inserção do programa no município, no fortalecimento dos vínculos institucionais e na ampliação gradual de sua visibilidade. Esses elementos configuram-se como fatores centrais para a consolidação do Proteja Minas no município e para a ampliação do acesso das mulheres e meninas às ações de prevenção e superação da situação de violência.

Área Temática: Proteja Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 917 •	• 1551 •
Descrição do Indicador	
O Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher tem por objetivo contribuir para a prevenção e redução da violência doméstica e familiar contra a mulher nos municípios de abrangência do programa, tendo como público-alvo mulheres e meninas em situação ou suscetíveis à violência; homens; e vítimas indiretas da violência doméstica e familiar contra as mulheres do município de atuação do Programa. Para tanto desenvolve ações com foco no âmbito preventivo, buscando alcançar de maneira indiscriminada mulheres e homens, independente da faixa etária, que residam no município de atuação do Programa, desenvolvendo ações que promovam o esclarecimento sobre os direitos e mecanismos de prevenção e proteção voltados para mulheres em situação de violência. As ações serão destinadas a toda e qualquer mulher ou homem, independente se já vivenciaram ou não o fenômeno da violência a partir das seguintes modalidades de atendimentos: a) Projetos de Prevenção: Os projetos de prevenção são um conjunto de estratégias pontuais, desenvolvidas pelas equipes técnicas através da leitura de cenários da dinâmica social e criminal do município de atuação do Programa, podendo ou não se restringir a determinados territórios, isso porque as realidades municipais e territoriais também podem se configurar como importantes fatores de risco e proteção para as mulheres e, portanto, devem ser contempladas nos projetos. Dessa forma, os projetos de prevenção terão como público-alvo mulheres e/ou homens moradores de determinada região que possam ou não se encontrar em situação de violência, e que configuram importantes atores na reestruturação social de uma convivência menos violenta. b) Atendimentos Individuais: O atendimento individual humanizado pode contemplar mulheres e seus dependentes em situação de violência, promovendo a identificação das violências, o perfil das vítimas, seus dependentes e dos agressores, bem como a identificação do risco e das vulnerabilidades existentes; e também mulheres que não necessariamente se encontrem em um ciclo de violência, mas que já podem ter sofrido em algum momento da vida a violência ou estejam vulneráveis a esse fenômeno. Nos atendimentos deverá ser priorizada a construção de vínculo entre a atendida e a equipe técnica, de modo a gerar confiança para o compartilhamento e construção de soluções de situações tão difíceis e delicadas. Os atendimentos poderão acontecer na Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC, na Unidade Móvel* e ainda em espaços da rede parceira de maneira que facilite o acesso da mulher e/ou vítimas indiretas da violência ao serviço prestado. c) Atendimentos Coletivos: Os atendimentos coletivos têm por objetivo atender grupos ou conjunto de pessoas na perspectiva da prevenção à violência contra a mulher através das seguintes intervenções: - Oficinas: As oficinas têm por objetivo proporcionar espaços de escuta coletiva de mulheres em situação de violência, visando o fortalecimento individual e coletivo das mulheres através de trocas de experiências. Essas ações deverão ser desenvolvidas na UPC física, preferencialmente, e terão o foco no desenvolvimento de estratégias que contribuam para a proteção da mulher e o rompimento do ciclo de violência; - Rodas de conversa: As rodas de conversa são metodologias que proporcionam um espaço dialógico que permite a expressão de todas as mulheres e pessoas participantes buscando um aprendizado/crescimento e fortalecimento conjunto. Podem ser realizadas ou não dentro da UPC. - Grupos reflexivos: São intervenções a serem aplicadas necessariamente com mulheres que se encontram em situação de violência, a partir da metodologia de encontros de grupo, no qual as mulheres possam refletir sobre a violência vivida, e juntas se fortalecerem e pensarem estratégias de fortalecimento para o rompimento do ciclo de violência. - Fóruns: Os fóruns se constituem como espaços de diálogo entre instituições e população proporcionando troca e construções coletivas a respeito das políticas públicas. Espaços para construção de diagnóstico e devolutiva de resultados, de planos de ação e priorização de agendas junto à população. Unidade de medida: nº absoluto	
Fonte de comprovação do indicador	
Fontes de Comprovação: Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas da sede do Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher, à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Fórmula de cálculo: Número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.
Polaridade: quanto maior melhor.
Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2025 a 31/12/2025 obteve-se um total acumulado de **1551** atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de **917** atendimentos, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

Indicador Programa Proteja Minas – 28º PA							
Modalidades	25º PA	26º PA	27º PA	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Atendimentos individuais	11	36	40	7	15	20	129
Oficinas	0	0	0	0	0	0	0
Rodas de Conversa	0	63	127	0	0	38	228
Grupos Reflexivos	0	9	15	7	5	3	39
Fóruns	0	0	0	0	45	0	45
Palestras	0	276	481	73	280	0	1.110
Projetos	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	11	384	663	87	345	61	1.551

Tabela 29: Indicador 9.1

1. Atendimentos Individuais

No que se refere aos atendimentos individuais, embora o programa tenha alcançado a meta global estabelecida para o período avaliativo, permanecem os desafios quanto ao cumprimento das metas específicas dessa modalidade. A meta pactuada para os atendimentos individuais ao longo do trimestre foi de 100 atendimentos; contudo, foram realizados 42 atendimentos no período analisado, o que corresponde ao alcance de 42% da meta estipulada.

Embora a meta pactuada para os atendimentos individuais ainda não tenha sido integralmente alcançada, observa-se um aumento no número de atendimentos realizados, evidenciando avanços na execução dessa modalidade. Nesse sentido, a supervisão tem atuado de forma articulada junto à gestão e à equipe técnica na construção de estratégias voltadas à ampliação dos atendimentos individuais no município. Dentre as principais estratégias adotadas, destacam-se a articulação com os equipamentos da rede para o encaminhamento de mulheres e meninas; a realização de atendimentos nos próprios equipamentos, considerando as dificuldades de deslocamento das usuárias até a UPC; o fortalecimento das ações de busca ativa; a pactuação de fluxos de encaminhamento com os serviços da rede, especialmente a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Defensoria Pública; bem como a realização de capacitações voltadas à qualificação técnica da equipe.

Essas ações têm contemplado o acompanhamento sistemático dos casos, o fortalecimento da construção de vínculos com as mulheres atendidas e a captação de usuárias nos espaços ofertados nas modalidades de atendimentos coletivos, como estratégia para potencializar a adesão aos atendimentos individuais. Ademais, tem sido realizado, junto à gestão social, o direcionamento e a orientação para o monitoramento estratégico dos indicadores de forma semanal, visando ao acompanhamento contínuo dos resultados e ao aprimoramento das ações desenvolvidas pelo Programa Proteja Minas no município.

Na análise do panorama dos atendimentos individuais realizados ao longo de 2025, desde a implantação da Unidade de Prevenção, no período de março a dezembro, foram realizados aproximadamente 130 atendimentos, tanto no âmbito da unidade quanto em espaços externos. Embora ainda persistam desafios relacionados à ampliação da adesão aos atendimentos, observa-se o esforço da equipe técnica em ampliar o acesso das mulheres ao serviço e superar obstáculos no contexto municipal, contribuindo para o enfrentamento das situações de violência, o fortalecimento da autonomia e a promoção da proteção às mulheres e meninas no município de Ubá. Os resultados alcançados indicam avanços na consolidação da metodologia do Programa Proteja Minas, reforçando seu papel na prevenção e no enfrentamento das violências contra mulheres e meninas.

2. Atendimentos Coletivos

Conforme a proposta metodológica do Programa Proteja Minas, o eixo atendimentos coletivos contemplam as seguintes modalidades: a) Atendimentos para mulheres e meninas (que se encontram ou estão vulneráveis à situações de violência), sendo eles: Grupos reflexivos e Cursos profissionalizantes; e b) Atendimentos coletivos para o público em geral, que foca na prevenção primária à violência e à conscientização sobre a prevenção, sendo eles: palestras, rodas de conversa e fóruns.

a) Atendimento para mulheres e meninas: Grupos reflexivos:

❖ Grupo Reflexivo outubro

No dia 01/10/2025, aconteceu o 4º encontro do grupo reflexivo, com a participação de 01 atendida, na ocasião foi estruturado a partir da dinâmica "*Pedra e Flores*" uma reflexão sobre a rotina e as responsabilidades cotidianas, compreendidas como elementos constitutivos do movimento da vida. A atividade teve como objetivo estimular a ampliação do repertório interpretativo da atendida diante de situações adversas, favorecendo a identificação de significados positivos e possibilidades de resignificação das experiências vivenciadas. O encontro contribuiu, ainda, para o fortalecimento da autoestima e para o desenvolvimento da capacidade de reconstrução narrativa das trajetórias pessoais, aspectos importantes para a promoção da autonomia e do enfrentamento das situações de violência.

No dia 08/10/2025, a equipe realizou na Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC), o 1º encontro do grupo reflexivo, com a participação de 02 atendidas pelo programa. A atividade teve como objetivo o reconhecimento e a valorização das qualidades individuais das participantes, visando ao fortalecimento dos seus processos de empoderamento. Além disso, o encontro buscou promover reflexões críticas sobre o machismo, contribuindo para o questionamento de padrões naturalizados de desigualdade de gênero e para o fortalecimento da autonomia das participantes.

No dia 15/10/2025, foi realizado o 2º encontro do grupo reflexivo, com a participação de 1 mulher atendida pelo programa. A atividade foi conduzida por meio da dinâmica "*O que me faz forte*", com o objetivo de estimular o autoconhecimento e o reconhecimento das próprias conquistas, bem como favorecer o compartilhamento de experiências positivas. O encontro buscou, ainda, reforçar a compreensão de que cada mulher desenvolve formas singulares de enfrentar os desafios vivenciados, além de promover um ambiente de apoio, acolhimento e encorajamento, contribuindo para o fortalecimento da autonomia e da autoestima da participante.

No dia 29/10/2025, foi realizado o 3º encontro do grupo reflexivo, com a participação de 03 mulheres atendidas pelo programa, tendo como tema "*O que eu herdei e o que eu escolho*". A atividade foi conduzida por meio de uma dinâmica voltada ao reconhecimento da força e do empoderamento das participantes, utilizando frases motivacionais como estratégia de incentivo e valorização pessoal.

O encontro teve como objetivos promover a conscientização acerca dos processos de empoderamento, além de oferecer um espaço qualificado de escuta e reflexão. Ademais, buscou-se fomentar a reflexão de paradigmas impostos pela sociedade machista e patriarcal, fortalecendo a autonomia, a autoestima e a capacidade de tomada de decisão das mulheres atendidas.

❖ Grupo Reflexivo Novembro

No dia 05/11/2025, foi realizado o 1º encontro do grupo reflexivo, com a participação de duas mulheres atendidas pelo programa, tendo como temática *“Mulher que acolhe não agrada”*. A atividade teve como objetivo promover reflexões acerca dos limites entre o cuidado com o outro e o autocuidado, problematizando expectativas socialmente impostas às mulheres relacionadas à agradabilidade, à submissão e à sobrecarga emocional. O encontro favoreceu a ampliação da consciência crítica das participantes, o fortalecimento da autonomia e o reconhecimento da importância do estabelecimento de estratégias de proteção.

No dia 12/11/2025, foi realizado o 2º encontro do grupo reflexivo, com a participação de duas mulheres atendidas pelo programa, tendo como temática *“As mulheres que habitam em mim”*. A atividade teve como objetivo explorar as múltiplas identidades que compõem as mulheres, promovendo o autoconhecimento e a reconciliação consigo mesma. O encontro possibilitou o reconhecimento de partes silenciadas, cansadas ou historicamente negligenciadas, bem como a redescoberta simbólica da força, da autenticidade e dos recursos internos das participantes, contribuindo para o fortalecimento da autoestima e da autonomia.

No dia 17/11/2025, foi realizado o 3º encontro do grupo reflexivo, com a participação de uma usuária atendida pelo programa, tendo como temática *“Limites e Proteção Emocional – A porta e a chave”*. O encontro teve como objetivo promover reflexões acerca da importância do estabelecimento de limites nas relações, possibilitando a identificação dos aspectos que cada mulher busca proteger em sua vida. A atividade favoreceu a compreensão das forças, atitudes e recursos pessoais que funcionam como “chaves” de proteção emocional, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, do autoconhecimento e da percepção de valor pessoal.

❖ Grupo Reflexivo Dezembro

No dia 10/12/2025, foi realizado o 4º encontro do grupo reflexivo, com a participação de uma mulher atendida pelo programa, tendo como temática *“Falar é prevenir: a importância de falar sobre violência”*. O encontro teve como objetivo fomentar a reflexão sobre o diálogo como estratégia de prevenção da violência, promovendo a conscientização acerca da importância de reconhecer, nomear e comunicar situações de violência vivenciadas. A atividade contribuiu para o fortalecimento da autonomia, da percepção de direitos e da capacidade de busca por apoio, além de incentivar a ruptura de silenciamentos historicamente associados às experiências de violência.

No dia 17/12/2025, foi realizado o 5º encontro do grupo reflexivo, com a participação de duas mulheres atendidas pelo programa. O encontro teve como objetivo estimular a aproximação segura entre as participantes, promovendo o reconhecimento do vínculo como elemento de apoio e fortalecimento. A atividade favoreceu, ainda, o fortalecimento para a construção de relações baseadas na confiança, no respeito e no apoio mútuo.

b) Atendimentos para o público em geral (rodas de conversa, palestras e fóruns)

❖ Roda de Conversa Dezembro

No dia 02/12/2025, foi realizada uma roda de conversa na Associação Andorinha, com a participação de 10 mulheres, tendo como temática *“Apresentação do Programa Proteja Minas e Compreensão sobre a Violência Doméstica”*. A atividade teve como objetivo promover a conscientização acerca das múltiplas formas de violência previstas na Lei Maria da Penha e de seus impactos na vida das mulheres, bem como desmistificar concepções acerca de relacionamentos abusivos.

Ademais, a ação contribuiu para a divulgação do Programa Proteja Minas, a captação de demandas para atendimentos individuais e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Destaca-se, ainda, o potencial da atividade para a formação de multiplicadores sociais na prevenção da violência de gênero, ampliando o alcance das ações preventivas no município.



Figura 32: Roda de Conversa na Associação Andorinha.

No dia 03/12/2025, foi realizada uma roda de conversa no Sistema Prisional de Ubá, com a participação de 20 homens em privação de liberdade, tendo como temática *"Violência não é só agressão: onde ela começa, cresce e se normaliza"*. A atividade teve como objetivo promover reflexões sobre as diferentes manifestações da violência, seus processos de naturalização e seus impactos nas relações interpessoais, estimulando a responsabilização individual e a compreensão crítica dos comportamentos violentos. A ação contribuiu para o fortalecimento de práticas educativas voltadas à prevenção da violência e à promoção de relações não abusivas.



Figura 33: Roda de conversa no Sistema Prisional de Ubá - MG.

No dia 04 de dezembro de 2025, foi realizada uma roda de conversa no CRAS Agroceres, com a temática *"Flores que Resistiram"*, contando com a participação de oito pessoas. A atividade teve como objetivo promover um espaço qualificado de escuta, reflexão e diálogo acerca das vivências de resistência, fortalecimento e enfrentamento de situações de vulnerabilidade, contribuindo para a sensibilização do público e para o fortalecimento de estratégias de prevenção e proteção social.

❖ **Palestra Outubro**

No dia 10/10/2025, foi realizada uma palestra na Escola Estadual São José, no âmbito do projeto *"Prevenção é na Base"*, com a participação de 44 pessoas, tendo como temática *"O Poder da Menina"*. A atividade teve como objetivo promover reflexões sobre o fortalecimento da autoestima, do protagonismo e da autonomia de meninas, contribuindo para a prevenção da

violência e para a promoção da igualdade de gênero no ambiente escolar, em consonância com as diretrizes do Programa Proteja Minas.



Figura 34: Palestra na Escola Estadual São José, no âmbito do projeto "Prevenção é na Base".

No dia 27/10/2025, foi realizada uma palestra no Fórum Cultural, com a participação de 10 pessoas, com o objetivo de apresentar o Programa Proteja Minas, bem como divulgar suas ações e promover esclarecimentos sobre os diferentes tipos de violência doméstica. A atividade contribuiu para a ampliação do conhecimento do público acerca da temática, para a sensibilização quanto à prevenção da violência e para o fortalecimento da visibilidade do programa no município.



Figura 35: Palestra no Fórum Cultural - Ubá - MG.

No dia 30/10/2025, foi realizada uma palestra no CRAS Vila Casal, com a participação de 19 pessoas, tendo como temática "*Flores que resistiram*". A atividade, proposta pela equipe técnica, teve como objetivo apresentar e divulgar o Programa Proteja Minas, bem como promover reflexões sobre os diferentes tipos de violência e o papel da rede de proteção no enfrentamento e na prevenção da violência. A ação contribuiu para a sensibilização do público e para o fortalecimento da articulação intersetorial no município.



Figura 36: Palestra no CRAS Vila Casal - Ubá - MG.

❖ Palestra Novembro

No dia 04/11/2025, a equipe realizou uma palestra no Colégio Losango, no âmbito do projeto *"Prevenção é na Base"*, com a participação de 73 meninos e meninas, tendo como temática *"Relacionamento saudável x relacionamento abusivo"*. A atividade teve como objetivo promover a conscientização sobre as diferenças entre relações baseadas no respeito e aquelas marcadas por práticas abusivas, contribuindo para a prevenção da violência e para o fortalecimento de relações saudáveis no contexto escolar.



Figura 37: Palestra no Colégio Losango, Projeto "Prevenção é na Base".

No dia 05/11/2025, a equipe realizou uma palestra no Colégio Losango, no âmbito do projeto *"Prevenção é na Base"*, com a participação de 154 meninos e meninas, tendo como temática *"Relacionamento saudável x relacionamento abusivo"*. A atividade teve como objetivo promover a conscientização sobre as diferenças entre relações baseadas no respeito e aquelas marcadas por práticas abusivas, contribuindo para a prevenção da violência e para o fortalecimento de relações saudáveis no contexto escolar.



Figura 38: Palestra no Colégio Losango, Projeto "Prevenção é na Base".

No dia 14/11/2025, foi realizada a palestra com a temática "Consciência Negra em Foco", em parceria com a Prefeitura, na Praça São Januário, contando com a participação de 53 pessoas. A atividade teve como objetivo promover a reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais, o enfrentamento ao racismo e a valorização da identidade e da cultura negra, contribuindo para a sensibilização da comunidade, o fortalecimento da cidadania e a promoção de práticas sociais pautadas na equidade e no respeito aos direitos humanos.

❖ Fóruns

No dia 26/11/2025, foi realizado o primeiro Fórum do Programa Proteja Minas no município de Ubá, configurando-se como um espaço estratégico de articulação entre a rede de enfrentamento à violência, instituições públicas e representantes da sociedade civil. O evento teve como objetivo fortalecer o diálogo intersetorial e ampliar a integração das políticas públicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra mulheres e meninas.

Com o tema "*Políticas que Protegem, Ações que Transformam*", o Fórum reuniu representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, CREAS, CRAS, Polícias Civil, Militar e Penal, Guarda Municipal, instituições de ensino, setor da saúde, sociedade civil e equipe do Selo Prevenção Minas. A programação foi composta por momentos de apresentação cultural, abertura institucional e uma mesa temática voltada à discussão da Rede de Proteção à Mulher no município de Ubá, proporcionando trocas qualificadas entre os atores envolvidos.

O evento contou com a participação da Diretoria do Programa Proteja Minas, representada por Cristiane Pereira, que apresentou os fundamentos da Política de Prevenção Social à Criminalidade, destacando sua contribuição para a promoção da segurança cidadã e contextualizando a implantação do Programa Proteja Minas no território. A Supervisora do programa também integrou a programação, trazendo contribuições técnicas e práticas sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, fomentando reflexões voltadas ao aprimoramento das estratégias e à qualificação da atuação da rede local.

Ademais, compôs ainda a mesa a gestora social do município de Ubá, que apresentou as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Proteja Minas no território, compartilhando experiências, desafios e avanços alcançados na execução do programa, contribuindo para o fortalecimento do diálogo intersetorial e da atuação em rede.



Figura 39: Fórum do Programa Proteja Minas no município de Ubá-MG.

Ações realizadas - Programa Proteja Minas - Núcleo Estadual de Belo Horizonte

Em 05 de novembro de 2025, o Programa Proteja Minas passou a contar com a atuação da nova gestora do Núcleo Estadual, fortalecendo a condução estratégica das ações do programa. A partir de sua integração, destacam-se, a seguir, as principais ações desenvolvidas no âmbito da gestão durante os meses de novembro e dezembro, as quais têm contribuído para o aprimoramento dos processos de acompanhamento, articulação institucional e qualificação das atividades executadas no âmbito estadual.

Mês: Novembro

❖ Atendimento e rede

Atendimento individual - acompanhamento de mulheres e meninas

GIE-MULHER

Durante o mês de novembro, foram realizados contatos com os equipamentos da rede de enfrentamento, assistência e com as unidades de Prevenção à Criminalidade de diversos territórios, com foco na busca ativa de mulheres em evidência do GIE-MULHER. A iniciativa teve como objetivo compreender e mapear a situação atual dessas mulheres, suas trajetórias, bem como seus vínculos com as instituições.

Nos dias 13 e 14 de dezembro, de forma específica, foram realizadas reuniões de articulação e alinhamento com a equipe técnica do CRAM Santa Luzia e parceiros institucionais, tanto de forma presencial quanto virtual, voltadas à apresentação da gestão e à escuta das demandas do campo. Os encontros tiveram como objetivo fortalecer a articulação institucional e compreender os fluxos de atuação do território, possibilitando o mapeamento inicial de demandas prioritárias no que desrespeito a mulher atendida pelo equipamento, bem como na identificação de parceiros estratégicos para ações futuras de fortalecimento e atendimento às mulheres.

Ademais, no dia 25 de novembro, foi realizada, junto ao Ministério Público e à equipe do CAO-VD, uma reunião de alinhamento acerca do formato da busca ativa, bem como para o estudo e análise dos casos.

❖ Atendimento coletivo: Grupo reflexivo - ProtegiDAS

Durante o mês de novembro, foi realizado um grupo reflexivo em conjunto com a DAS nos dias 6, 14, 19 e 27 de novembro, como medida estratégica para fortalecer a conscientização institucional, promover relações de trabalho mais saudáveis,

consolidar uma cultura de respeito e equidade de gênero no serviço público e, sobretudo, contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres. As temáticas abordadas incluíram a introdução aos conceitos de gênero e violência, o ciclo da violência e o poder das palavras articulados às dinâmicas de coerção social, ferramentas de proteção e redes de apoio, bem como a prevenção e a responsabilização.

O primeiro encontro contou com adesão satisfatória e participação ativa das servidoras presentes. Entretanto, a partir do segundo encontro, não houve quórum mínimo para a continuidade do grupo, o que resultou no cancelamento dos encontros subsequentes. A ausência de participação ao longo do processo configura um sintoma relevante a ser analisado, indicando a necessidade de qualificar a compreensão sobre os fatores que impactaram a adesão das servidoras, tais como estratégias de divulgação, adequação de horários, formatos de convocação e as próprias condições institucionais de participação. Nesse sentido, a experiência aponta para a importância de qualificar a metodologia e os dispositivos de mobilização para futuras ações coletivas, de modo a ampliar o alcance, o engajamento e a sustentabilidade da iniciativa em conjunto com a DAS e DEPEN para o ano de 2026.

❖ Reunião de rede e capacitações

Durante o mês de novembro, houve a participação em diferentes espaços de formação, sensibilização e articulação intersetorial, com o objetivo de qualificar a atuação no campo da prevenção e do enfrentamento à violência de gênero, bem como fortalecer o diálogo com políticas e programas correlatos. No dia 11 de novembro, houve participação em encontro de formação ampliada do Programa Fica Vivo, com a temática das masculinidades, voltado à introdução de conceitos e à ampliação da compreensão sobre as construções sociais do masculino e suas implicações nas dinâmicas de violência. Ainda no âmbito do Programa Fica Vivo, no dia 24 de novembro, foi realizada a participação em novo encontro formativo, desta vez com foco na violência de gênero, promovendo reflexões e aprofundamentos conceituais fundamentais para a atuação preventiva.

Para além das formações, no mesmo período, a gestão participou de reunião presencial da Rede Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com o objetivo de fortalecer vínculos institucionais, ampliar a compreensão das demandas apresentadas pela rede e alinhar estratégias de atuação intersetorial.

Ademais, houve participação na primeira reunião preparatória do movimento Sempre Vivas 2026, espaço voltado à articulação e planejamento das ações relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, possibilitando o acompanhamento inicial das discussões e a inserção do Programa Proteja Minas no processo de construção coletiva da agenda. As participações nesses espaços contribuíram para o fortalecimento da leitura de campo, a atualização conceitual e o alinhamento estratégico da gestão com as agendas de formação, sensibilização e articulação da rede.

❖ Ações gerais - campanhas e ações com a rede

Lançamento da “Campanha Palavras de Acolhem”

A Campanha Palavras que Acolhem, foi lançada no dia 19 de novembro, na Cidade Administrativa, por meio da construção de um mural colaborativo composto por frases selecionadas e produzidas a partir de contribuições recebidas de diversas regiões do estado. A iniciativa integrou a programação dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra meninas e mulheres, reafirmando o compromisso do Estado com ações afirmativas voltadas ao acolhimento, à sensibilização e à ampliação do acesso à informação para mulheres em situação de violência.

A campanha contou com a produção de cartazes e pulseiras com frases motivacionais selecionadas, promovendo a mobilização das pessoas que circulavam pelo espaço durante o período da ação. Concebida como uma campanha itinerante, Palavras que Acolhem seguiu para equipamentos parceiros e locais públicos de grande circulação, ampliando o alcance das mensagens e fortalecendo a visibilidade da pauta. A proposta buscou dar voz às mulheres, reforçando mensagens de serem acolhidas, coragem e pertencimento, e contribuiu para a construção de escuta, compaixão e enfrentamento à violência de gênero.

❖ Ação da OAB Na Vilarinho - Exposição Itinerante Palavras que Acolhem

No dia 28 de novembro, a Campanha Palavras que acolhem foi realizada na Estação Vilarinho, primeiro local público a receber a exposição itinerante após o lançamento na Cidade Administrativa. A ação ocorreu em articulação com evento promovido pela OAB, contando com a participação do Programa Proteja Minas, e da CEAPA. A iniciativa envolveu a exposição de banners da campanha em espaço de grande circulação, bem como a mobilização e sensibilização das pessoas que transitavam pelo local, ampliando o acesso às mensagens de acolhimento e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Os banners permaneceram expostos na estação pelo período de uma semana, potencializando o alcance da campanha e fortalecendo a articulação entre o Proteja Minas, instituições do sistema de justiça e a rede de prevenção. A ação contribuiu para a visibilização da pauta da violência de gênero em espaços públicos estratégicos, promovendo sensibilização e aproximação com a população usuária do transporte público.

❖ Mês: Dezembro

Atendimento coletivo: Participação Debate filme e Campanha Itinerante - COMSIV

No dia 10 de dezembro o Proteja Minas participou de uma sessão especial do “Cineclube TJ” com uma palestra que instigasse o debate sobre o filme apresentado, encerrando a programação dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da

Violência contra as Mulheres. A atividade promoveu a exibição do filme “Histórias Cruzadas” (2011), obra que aborda a violência doméstica, o racismo e as marcas deixadas por relações atravessadas pelo silenciamento e pela desigualdade.

O encontro reforçou a importância de iniciativas que unem cultura, diálogo e reflexão crítica para ampliar a compreensão sobre temas sociais urgentes — entre eles, as diferentes formas de violência que atravessam a vida de meninas e mulheres. Nesse movimento, o Proteja Minas também apresentou a Campanha Palavras que Acolhem, ação itinerante de prevenção e enfrentamento à violência que utiliza frases de afeto e coragem para ampliar o acolhimento e fortalecer redes de proteção.

A sessão contou com a participação de estudantes da Escola Estadual Padre João de Mattos Almeida (Bairro Serrano – BH) e da Escola Estadual Imperatriz Pimenta (Ibirité), além de mulheres em situação de vulnerabilidade atendidas por instituições parceiras, como o Instituto Mulheres Amadas (IMA), no Novo Aarão Reis, e o Abrigo para Mulheres em Situação de Rua, na Pampulha.

A presença do Proteja Minas reforça o compromisso com ações integradas que articulem educação, arte e proteção, fortalecendo caminhos de conscientização e cuidado para a construção de uma vida sem violência para todas.

❖ Reunião de rede MG

No dia 03 de dezembro, foi realizada a Reunião de Rede MG, espaço estratégico de articulação intersetorial e fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. O encontro contou com uma palestra formativa com foco no letramento sobre racismo, abordando as interseções entre raça, gênero e violência. A atividade contribuiu para a ampliação do olhar técnico e político da rede, evidenciando como o racismo estrutural atravessa e intensifica as experiências de violência de gênero, reforçando a importância de práticas e políticas públicas sensíveis às desigualdades raciais.

❖ Webinar: Quando uma MULHER fala, uma REDE se forma

No dia 15 de dezembro, houve a participação em ação formativa promovida pela Prefeitura, por meio do Webinar, com temática voltada à violência contra as mulheres. A atividade abordou conceitos fundamentais de gênero, bem como aspectos legais relacionados às diferentes formas de violência, contribuindo para o fortalecimento técnico e conceitual das equipes envolvidas na rede de proteção. A ação teve como objetivo qualificar as práticas profissionais e promover a atualização sobre marcos normativos e legais no enfrentamento à violência de gênero.

❖ Ações gerais - campanhas e ações com a rede

Mobilização campanha na estação lagoinha, TJ, MP, DEAMS e DP

Durante o mês de dezembro, a campanha Palavras que Acolhem deu continuidade às ações de mobilização e à exibição da exposição itinerante, ampliando o alcance das mensagens de acolhimento, afeto e coragem em espaços públicos e institucionais estratégicos. No dia 01/12, a exposição chegou à Estação Lagoinha, onde permaneceu até o dia 05/12, promovendo o alcance de mulheres e da população em geral em um espaço de grande circulação.

No dia 09/12, foi realizada a montagem dos banners da exposição itinerante em equipamentos parceiros da rede, incluindo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Ministério Público, a Defensoria Pública, a DEAMS RMBH e a Casa da Mulher Mineira. Nesses espaços, a campanha permaneceu em exibição até o dia 18/12, ampliando sua capilaridade institucional e reforçando a articulação intersetorial com os serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O encerramento da campanha ocorreu no dia 19/12, com a retirada dos materiais, concluindo o ciclo de ações previsto para o período. A iniciativa integrou as ações dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e reafirmou a importância de estratégias de comunicação sensíveis e acessíveis, capazes de promover acolhimento, visibilidade e fortalecimento subjetivo das mulheres, ao mesmo tempo em que consolida parcerias institucionais e amplia o diálogo com a rede de proteção.

Considerações Finais:

O 28º Período Avaliatório do Programa Proteja Minas evidencia avanços relevantes, desafios persistentes e importantes aprendizados no processo de implementação, consolidação e qualificação das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, com destaque para o município de Ubá.

No que se refere aos indicadores pactuados, observa-se o cumprimento da meta global de atendimentos prevista no Contrato de Gestão, com expressivo alcance no número acumulado de atendimentos, especialmente por meio das modalidades coletivas. Tal resultado reafirma a potência das ações de prevenção primária, sensibilização e mobilização social como estratégias fundamentais para ampliar o acesso à informação, promover mudanças culturais e fortalecer a rede de proteção. Por outro lado, permanece como desafio central a ampliação dos atendimentos individuais, modalidade estratégica para a escuta qualificada, o acompanhamento contínuo e a prevenção da revitimização, demandando o fortalecimento de ações de busca ativa, flexibilização de estratégias metodológicas e consolidação de fluxos intersetoriais mais efetivos.

A análise do período evidencia que a baixa adesão aos atendimentos individualizados e a dificuldade de continuidade em grupos reflexivos não se configuram como fragilidades isoladas da execução local, mas como expressões de fatores estruturais e contextuais relacionados ao ciclo da violência, às barreiras de acesso aos serviços, às dificuldades de deslocamento e às marcas subjetivas deixadas pelas experiências de violência. Nesse sentido, o acompanhamento sistemático da supervisão, aliado às capacitações metodológicas e transversais realizadas ao longo do período, tem se mostrado estratégias para o fortalecimento do repertório técnico da equipe, para a qualificação das práticas de acolhimento e para o aprimoramento das estratégias de construção de vínculos.

Destaca-se, como aspecto positivo, o fortalecimento progressivo da articulação com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, envolvendo órgãos do sistema de justiça, segurança pública, assistência social, saúde, educação e sociedade civil. A realização do primeiro Fórum do Programa Proteja Minas no município de Ubá configura-se como um marco importante nesse processo, ao promover diálogo intersetorial, ampliar a visibilidade do programa e consolidar sua legitimidade enquanto política pública estratégica de prevenção social à criminalidade. Ademais, as ações formativas, campanhas e atividades de mobilização realizadas no âmbito estadual reforçam o compromisso do programa com práticas integradas, interseccionais e sensíveis às desigualdades de gênero, raça e classe.

No âmbito da supervisão destaca-se a continuidade e importância do acompanhamento contínuo, as visitas in loco, as supervisões e as capacitações contribuem de forma significativa para o alinhamento metodológico, o fortalecimento da gestão social e equipe a qualificação da execução das ações nos municípios. O investimento em processos formativos voltados à avaliação de risco, construção de vínculos, atendimento individual e articulação em rede mostrou-se fundamental para o aprimoramento das práticas profissionais e para a consolidação da metodologia do Programa Proteja Minas.

Por fim, o conjunto de ações desenvolvidas ao longo do período avaliatório, fomenta a continuidade da proposta metodológica do Programa Proteja Minas e na construção de uma política pública estratégica no enfrentamento e na prevenção da violência contra mulheres e meninas. Os avanços observados, aliados à identificação qualificada dos desafios, apontam para a necessidade de continuidade do investimento, do fortalecimento da articulação intersetorial e da ampliação de estratégias que promovam o acesso, à adesão e à permanência das mulheres nos atendimentos. Assim, faz-se necessário o monitoramento dos resultados alcançados, mas também o aprimoramento contínuo das ações, em consonância com os princípios da prevenção social e Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra às Mulheres.

b) Intervenções da supervisão metodológica a partir da análise dos indicadores e metas.

A partir da análise sistemática dos indicadores e metas pactuadas no âmbito do 28º Período Avaliatório do Programa Proteja Minas, a supervisão metodológica realizou um conjunto de intervenções estratégicas voltadas ao fortalecimento da execução das ações, à qualificação técnica das equipes e ao aprimoramento dos processos de gestão e monitoramento dos resultados.

Considerando o desempenho global dos indicadores, com destaque para o alcance da meta acumulada de atendimentos e, simultaneamente, para as dificuldades no cumprimento das metas específicas dos atendimentos individuais, a supervisão passou a direcionar suas intervenções para o enfrentamento dos fatores que impactam diretamente a adesão das mulheres aos acompanhamentos individualizados. Nesse sentido, foram promovidas orientações e supervisões voltadas à intensificação das estratégias de busca ativa, à flexibilização das formas de oferta do atendimento, incluindo a realização de atendimentos em outros equipamentos e ao fortalecimento da pactuação de fluxos de encaminhamento com os equipamentos estratégicos, como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), a Defensoria Pública e os serviços socioassistenciais.

No âmbito da gestão e do acompanhamento das equipes, a supervisão metodológica atuou de forma contínua por meio de supervisões periódicas, visitas in loco e reuniões técnicas, com foco no monitoramento semanal dos indicadores, na análise qualitativa dos dados produzidos e na construção de estratégias corretivas e preventivas, buscando promover maior apropriação da metodologia do programa, fortalecer a leitura crítica dos indicadores contribuindo para o alinhamento entre planejamento, execução e resultados.

Diante das fragilidades identificadas na construção de vínculos com o público atendido, especialmente no que se refere à continuidade dos atendimentos individuais e à adesão aos grupos reflexivos, a supervisão priorizou intervenções formativas voltadas à qualificação das práticas de acolhimento, escuta qualificada e acompanhamento. Destaca-se, nesse contexto, a realização de capacitações metodológicas e transversais, com ênfase nos temas de avaliação de risco, superação da violência, atendimento individual e construção de vínculos, compreendidos como elementos para a efetividade das ações preventivas e para a redução da revitimização.

No que se refere aos atendimentos coletivos, a supervisão continua fomentando a qualificação e potencial dessas ações e para a ampliação da visibilidade do programa no município. Assim, as intervenções concentraram-se no fortalecimento de ações práticas e repertório metodológico dessas ações, orientando a equipe quanto à articulação entre os atendimentos coletivos e a captação qualificada de demandas para o acompanhamento individual, de modo a integrar as diferentes modalidades de atendimento previstas na metodologia do Programa Proteja Minas.

Por fim, as intervenções da supervisão metodológica foram orientadas por uma perspectiva contínua, reconhecendo os desafios estruturais e contextuais que atravessam a execução do programa, sem perder de vista a necessidade de aprimoramento constante das práticas. A análise dos indicadores e metas busca subsidiar a construção de estratégias mais

assertivas à realidade do município, fortalecendo a gestão, qualificando a atuação técnica e contribuindo para a consolidação da metodologia do Programa Proteja Minas.

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Este tópico apresenta, além dos resultados do indicador, as principais ações desenvolvidas no âmbito da Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade, com foco nas capacitações realizadas ao longo do 28º Período Avaliatório. As iniciativas formativas conduzidas pela Supervisão da Prevenção constituem um eixo estratégico para o fortalecimento das competências técnicas, metodológicas e gerenciais dos profissionais que atuam nos diferentes programas da política, contribuindo para a qualificação contínua das práticas e para o alinhamento institucional.

As capacitações realizadas contemplaram todos os programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade, em formatos presenciais, remotos e híbridos, envolvendo gestores, equipes técnicas e demais profissionais. Os espaços formativos tiveram como objetivo promover o nivelamento metodológico, o intercâmbio de experiências, a reflexão crítica sobre os resultados alcançados e o aprimoramento dos processos de gestão e execução das ações de prevenção. A seguir, são apresentadas algumas capacitações de destaque realizadas no período, que ilustram o escopo, a diversidade e a relevância das ações formativas desenvolvidas.

Capacitações de destaque no 28º Período Avaliatório

- PrEsp | Realizada em 17/12/2025

Foi realizado um importante espaço de formação reunindo todas as equipes técnicas e gestores, configurando-se como um momento estratégico de reflexão e alinhamento institucional. O encontro possibilitou a socialização e análise dos principais resultados alcançados ao longo do ano, fortalecendo a compreensão coletiva sobre os avanços, desafios e aprendizados do período. Destaca-se, ainda, a abordagem introdutória do indicador de resultado, marco relevante no aprimoramento da gestão do programa, ao ampliar a leitura sobre os impactos produzidos pela política e qualificar o monitoramento para os próximos ciclos avaliativos.

- Fica Vivo | Realizada em 29/10/2025

Destaca-se a capacitação realizada no município de Teófilo Otoni, com foco no fortalecimento técnico-metodológico das equipes envolvidas na implantação de uma Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC). A atividade teve como objetivo aprofundar a metodologia do programa, promovendo o alinhamento conceitual e operacional com as diretrizes da SUPEC/SEJUSP, além de qualificar os profissionais para a realização do diagnóstico institucional e territorial, etapa fundamental para a implantação da unidade. Foram abordados conteúdos relacionados à leitura do território, análise de dinâmicas de violência, indicadores sociais e criminais, mapeamento de atores estratégicos e redes locais. A ação formativa contribuiu para assegurar uma implantação contextualizada da UPC, orientada pelas especificidades territoriais e pelas demandas das juventudes mais expostas às violências, reforçando o caráter preventivo, intersetorial e baseado em evidências da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

- Selo | Realizada em 03/09/2025

Destaca-se a capacitação realizada no âmbito do Programa Selo Prevenção Minas, ministrada pelo professor Alberto Kopittke em 03/09/2025, que reforçou a importância da formulação de políticas de segurança pública e de prevenção social à criminalidade orientadas por evidências. A atividade evidenciou a centralidade do uso de dados confiáveis, diagnósticos qualificados e avaliação de resultados para a construção de intervenções mais eficazes e alinhadas às dinâmicas territoriais. Nesse contexto, a metodologia do programa foi apresentada como eixo estruturante do planejamento municipal, ao centralizar o diagnóstico de segurança pública na definição e no monitoramento das ações preventivas, contribuindo para qualificar a atuação dos municípios e fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências.

- Serviço Apec | Realizada em 18/12/2025

Destaca-se que diretrizes técnicas e orientações de gestão foram apresentadas pela Supervisão de Prevenção na capacitação realizada no mês de dezembro, intitulada “Indicadores APEC”, direcionada exclusivamente aos gestores do Serviço APEC. A atividade teve como objetivo preparar as equipes para a implementação e o acompanhamento do novo indicador, a serem realizados pela Supervisão a partir de janeiro de 2026, considerando sua vigência e a vinculação direta aos atendimentos posteriores à audiência de custódia.

- Programa Mediação de Conflitos | Realizada em 18/12/2025

Destaca-se a capacitação realizada no mês de dezembro com gestores, voltada à apresentação do novo indicador de resultado e da ficha de atendimento individual reconfigurada, considerando sua utilização a partir do início de 2026. Em consonância, o Encontro de Formação de dezembro, realizado com equipes técnicas e gestores, constituiu-se em um espaço estratégico de alinhamento e qualificação, estruturado em dois momentos. No primeiro momento, foram apresentados os trabalhos das comissões metodológica e de comunicação, com destaque para as discussões e ajustes metodológicos desenvolvidos ao longo do ano e para o lançamento da revista comemorativa dos 20 anos do Programa. No segundo momento, foi aprofundada a apresentação do novo indicador de resultado e da ficha de atendimento individual reconfigurada, reforçando seu papel no monitoramento e na qualificação das ações a serem implementadas.

- Proteja Minas | Realizada em 26/11/2025

Foi realizado, no município de Ubá/MG, o primeiro Fórum do Programa Proteja Minas, modalidade prevista na metodologia do programa no âmbito dos atendimentos coletivos. O evento teve como objetivo reunir a rede parceira do município e representantes da sociedade civil, sendo organizado de forma dinâmica e integrada, com a promoção de momentos de acolhimento, troca de conhecimentos e fortalecimento da rede de enfrentamento do município. Com o tema “Políticas que Protegem, Ações que Transformam”, o Fórum contou com a participação da Rede Parceira, incluindo Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, CREAS, CRAS, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal, Guarda Municipal, instituições de ensino (escolas e faculdades), setor da saúde, sociedade civil e a equipe do Selo Prevenção Minas. A programação contemplou apresentação cultural, abertura institucional e mesa temática intitulada “Rede de Proteção à Mulher no Município de Ubá”. Foi realizada também uma capacitação para a rede com a temática: “Perspectivas técnicas e práticas sobre o enfrentamento à violência contra a mulher”, contribuindo com reflexões qualificadas para o fortalecimento da atuação da rede.

- CEAPA | Realizada em 20/10/2025

Destaca-se a capacitação intitulada “RGR e RM: a CEAPA em análise e o papel da gestão social na produção de reflexão e prática de trabalho”. A capacitação abordou o Relatório Geral de Resultados e o Relatório de Monitoramento teve como foco qualificar a análise dos resultados do Programa CEAPA, evidenciando a articulação entre monitoramento, reflexão crítica e prática de trabalho. A atividade destacou o papel da Gestão Social na interpretação dos dados, no apoio à tomada de decisão e no aprimoramento contínuo das ações, contribuindo para o fortalecimento de uma gestão orientada por evidências.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.1. Número de acumulado de Supervisões de Prevenção realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 98 •	• 157 •
Descrição do Indicador	
Descrição: Uma das principais atividades do Supervisor de Prevenção diz respeito à realização de supervisões junto aos Gestores Sociais. Tal espaço consiste em um acompanhamento regular em um tempo médio de 30 à 45 dias de intervalo, no máximo, ou por demanda. Essa ação visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho da Gestão Social, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem esse grupo. Por intermédio de ações estratégicas, a Supervisão realiza a formação de novas(os) Gestoras(es) Sociais, realizando um acompanhamento qualificado para que se tornem capazes de realizarem a Promoção da Política de Prevenção Social à Criminalidade, Coordenação das Unidades de Prevenção, o Acompanhamento Metodológico dos(as) Analistas Sociais e a Gestão de Pessoas. Em termos objetivos, o trabalho da supervisão perpassa por: (i) apresentar o propósito é buscar engajar a Gestão Social à Missão da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade, que é: Fomentar dinâmicas sociais seguras, alterar trajetórias criminais e romper processos de criminalização a partir da implementação de ações integradas e de intervenções diretas sobre fatores geradores de violência, com a participação da sociedade civil, de modo a prevenir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança; (ii) orientar e acompanhar a construção de um plano de trabalho para Promoção da Política de Prevenção Social à Criminalidade, que tenha como objetivo mapear, identificar e fortalecer os vínculos com a rede de proteção social dos municípios e territórios, com o poder judiciário, referências comunitárias nos territórios; (iii) construir um plano de acompanhamento que contemple o desenvolvimento de liderança da Gestão Social, assim como o aperfeiçoamento metodológico dos programas de prevenção que estão sob sua gestão. Para fins deste indicador serão contabilizadas as supervisões agendadas dentro do período, ou a partir de demandas, nos formatos presenciais, e/ou videochamadas. Fórmula de cálculo: somatório do número total de supervisões realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Lista de presença assinada dos participantes da supervisão e fotografia (ou print da tela)	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2025 a 31/12/2025 o número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade foi de • 157 •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 98 •, a meta foi superada em 160%, evidenciando desempenho superior ao pactuado.

As supervisões abrangeram diferentes programas da política de prevenção que juntos totalizaram 726 participações. Ressalta-se que a supervisão conjunta se refere às situações em que mais de um programa participa simultaneamente da mesma supervisão, promovendo alinhamento metodológico, integração das equipes e fortalecimento das ações interprogramas. Essa modalidade potencializa a articulação da Política de Prevenção Social à Criminalidade e contribui para a qualificação do acompanhamento da Gestão Social.

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese de algumas das supervisões realizadas:

Tabela 30: Indicador 8.1

Programas/ Gestão	Nº de encontros	Nº de participantes
Proteja Minas	5	33
APEC	9	43
Ceapa	14	51
Fica Vivo	54	147
Mediação de Conflitos	41	134
PrEsp	18	294
Selo Prevenção	15	23
Supervisão conjunta	1	1
Total	157	726

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.2. Número acumulado de capacitações realizadas pela Supervisão da Prevenção	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 15 •	• 48 •
Descrição do Indicador	
Descrição: Outra atividade fundamental da Supervisão de Prevenção diz respeito à promoção de espaços individuais (capacitação inicial da Gestão Social), coletivos e periódicos (presenciais e/ou remotos) para o desenvolvimento e qualificação continuada da Gestão Social e das(os) Analistas Sociais que atuam nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Este indicador visa aferir o número total de capacitações realizadas pelos Supervisores de Prevenção junto aos profissionais contratados pela entidade parceira no período avaliatório. Tais capacitações objetivam: 1) Promover para o aprimoramento das competências da Gestão Social e das(os) Analistas Sociais; 2) Realizar treinamentos a respeito dos processos que envolvem as diferentes etapas e modalidades de atendimentos dos Programas da Política de Prevenção à Criminalidade; 3) Promover integração e nivelamento metodológico dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade; Serão consideradas capacitações organizadas pelo Instituto Elo, a partir da provocação da Supervisão de Prevenção e da Subgerência de Prevenção que sejam direcionadas aos Gestores Sociais, Analistas Sociais, Estagiários, Técnicos Administrativos e para formação do grupo de Supervisão de Prevenção. A OS será responsável de viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, a locação de espaços que comportem os funcionários durante todo o evento; honorários e custos com os palestrantes, se houver; hospedagem, transportes e diárias para os profissionais que não residem na região onde houverem as capacitações quando se fizerem necessárias a presença; as capacitações também poderão ocorrer em formato híbrido ou totalmente por videoconferência. Para fins de cálculo e apuração desse indicador, serão contabilizados cumulativamente as capacitações que ocorrem nos períodos avaliatórios. De forma complementar, a título de qualificar a leitura do indicador, a OS deverá apresentar o número de profissionais participantes em cada capacitação realizada no período avaliatório. Fórmula de cálculo: somatório do número total de capacitações realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Lista de presença assinada dos participantes da capacitação e fotografia (ou print da tela).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2025 a 31/12/2025 o número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade foi de • 48 • Considerando que a meta estabelecida foi de • 15 •, a meta foi superada em 320%, evidenciando elevado desempenho.

As capacitações contemplaram diferentes programas da política de prevenção, abrangendo Gestores Sociais, Analistas Sociais, estagiários, técnicos administrativos e a própria equipe de Supervisão de Prevenção, totalizando 688 participações. Destaca-se que as capacitações conjuntas se referem às formações realizadas de maneira integrada, com a participação simultânea de profissionais de mais de um programa, favorecendo o nivelamento metodológico, a troca de experiências e o fortalecimento da atuação interprogramas no âmbito da Política de Prevenção Social à Criminalidade. A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese de algumas das capacitações realizadas:

Tabela 31: Indicador 8.2

Programas/ Gestão	Nº de encontros	Nº de participantes
Proteja Minas	6	8
APEC	7	47
Ceapa	6	38
Fica Vivo	11	361
Mediação de Conflitos	7	147
PrEsp	2	9
Selo Prevenção	3	3
Supervisão conjunta	6	75
Total	48	688

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 8.3. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2,50% •	• 1,87% •

Descrição do Indicador

E Esse indicador objetiva medir a rotatividade de pessoal no Instituto Elo durante o período avaliatório, considerando tanto as admissões quanto as demissões, posto que elevadas taxas de rotatividade afetam diretamente o desenvolvimento do trabalho dos programas. Nesse sentido, essa taxa fornece uma visão quantitativa da frequência com que os funcionários entram e saem da OS parceira, permitindo avaliar a estabilidade da força de trabalho e identificar, em tempo hábil, possíveis áreas de melhoria nas práticas de retenção de talentos. Para efeito do cálculo do indicador, serão considerados tanto os profissionais atuantes nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, quanto os profissionais da sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Os estagiários e as admissões em novas vagas não são considerados no cálculo. Com as informações produzidas por este indicador, espera-se ampliar a visão, tanto no que se refere ao quantitativo de profissionais novos que são admitidos, quanto as perdas relacionadas com os profissionais capacitados que deixam de contribuir para a política pública.

Unidade de medida: Percentual %

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: Planilha com informações sobre o processo de admissão e de rescisão do contrato de trabalho completo enviado pela OS, sendo os devidos processos, obrigatoriamente, analisados no procedimento de checagem amostral pela comissão de monitoramento.

Fórmula de Cálculo: $[(\text{número de admissões no período avaliatório} + \text{número de demissões no período avaliatório} / 2) / \text{número total de funcionários no período avaliatório}] \times 100$.

Polaridade: quanto menor melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): $(\text{resultado} / \text{meta}) \times 10$

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2025 a 31/12/2025, obtém-se a taxa de rotatividade de pessoal de • 1,87% •. Portanto, a meta foi atingida. Abaixo consta a tabela detalhada do indicador.

Indicador nº 8.3. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)			
Outubro			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
12	11	549	2,09
Novembro			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
14	6	559	1,79
Dezembro			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
9	11	579	1,73
28º PERÍODO AVALIATÓRIO			
Total de admitidos	Total de demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
35	28	1687	1,87

O 28º Período Avaliado representou um avanço na consolidação das práticas de gestão de desempenho do Instituto ELO, reafirmando a avaliação como um instrumento relevante para o acompanhamento dos resultados individuais e coletivos, bem como para o estímulo ao desenvolvimento profissional e à qualificação contínua das equipes.

No que se refere ao indicador, a meta estabelecida para o período foi alcançada, com índice de 1,87%, evidenciando maior equilíbrio na composição das equipes e maior aderência aos objetivos estratégicos pactuados no Plano de Trabalho.

Ao todo, foram contabilizados 28 desligamentos no trimestre, dos quais 19 (70%) ocorreram por solicitação do próprio colaborador, 2 (7%) em decorrência do término de contrato por prazo determinado e 7 (23%) por iniciativa do Instituto ELO.

De modo geral, os resultados obtidos refletem a evolução do processo avaliativo e seu impacto positivo na gestão de pessoas, contribuindo para decisões mais conscientes, maior clareza nas trajetórias profissionais e fortalecimento do ambiente organizacional.

ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 35 •	• 33 •
Descrição do Indicador	
O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Territorial consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC. Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e- mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC. Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo. A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

No que se refere ao indicador 9.1 – Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial, no 28º Período Avaliatório foram entregues 33 (trinta e três) relatórios, o que corresponde a 94% do total previsto para as 35 (trinta e cinco) UPCs implantadas. O não alcance da meta no período avaliatório decorre de particularidades relacionadas ao processo de implantação das UPCs Manoel Pimenta (Teófilo Otoni) e São Raimundo (Governador Valadares).

Embora ambas as unidades já contem com Gestão Social e equipe técnica contratada, as UPCs ainda não se encontram em pleno funcionamento, não havendo, até o momento, atendimentos ao público, execução de projetos metodológicos, tampouco implantação de oficinas dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos nos respectivos territórios.

Ressalta-se que, apesar de as Gestoras Sociais terem iniciado o processo de articulação institucional, com diálogo junto aos comandantes do GEPAR e participação em ao menos uma reunião do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE) — realizada em 21/10/2025 na UPC São Raimundo e em 11/11/2025 na UPC Manoel Pimenta —, tais ações ainda não se mostraram suficientes para subsidiar uma leitura territorial qualificada sob a perspectiva da proteção social, condição necessária para a elaboração do Relatório Analítico.

Nesse sentido, observa-se que a inserção das equipes técnicas nos territórios ainda ocorre de forma incipiente e parcial, o que limita a compreensão aprofundada das dinâmicas sociais e criminais locais e, consequentemente, a produção do referido instrumento analítico. Por fim, destaca-se que, em razão da não operacionalização das unidades, os indicadores de atendimentos dos programas também não foram contabilizados no 28º Período Avaliatório, reforçando a impossibilidade de elaboração dos relatórios analíticos correspondentes. Desse modo, a OS solicita que esse indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 28º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que as UPCs se encontrem em pleno funcionamento.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• - •
Descrição do Indicador	
Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do contrato de gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela Seplag, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela Seplag, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com os regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, e se coadunam com o objeto do contrato de gestão. Os Regulamentos próprios devem ser construídos de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da Seplag, e aprovados tanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP quanto pela Seplag. Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a Seplag estruturou um modelo de relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• – •
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº 45.969/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação prevista para a cada ação e documento consolidado pela SCP/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

ÁREA TEMÁTICA: MONITORAMENTO DE HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DE UPCS TERRITORIAIS

Área Temática: Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais		
Indicador nº 11.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos		
Meta do período avaliatório		Resultado do período avaliatório
• 22 •		• 23,67 •
Descrição do Indicador		
O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! tem por objetivo contribuir para a prevenção e controle dos homicídios consumados de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos em territórios com maior concentração de criminalidade violenta. O Programa Mediação de Conflitos tem por objetivo contribuir para a redução da violência letal dos moradores das áreas de atuação deste a partir da resolução pacífica de conflitos e da mediação comunitária. Nesse sentido, faz-se necessário monitorar o número de homicídios dessas áreas, a fim de que os profissionais possam qualificar as ações a serem desenvolvidas e focar na realização de intervenções metodológicas de prevenção mais assertivas. Atualmente os Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos encontram-se em desenvolvimento em 33 macroterritórios de Minas Gerais, podendo chegar aos 35 até o final de 2025. Cada um desses territórios é composto por microrregiões que são previamente definidas e georreferenciadas com os dados do IBGE para que se acompanhe também o quantitativo de população contida em cada área, totalizando uma abrangência de mais de 200 bairros em todo o estado. Abaixo estão listadas as 33 Unidades de Prevenção à Criminalidade mencionadas:		
Nº	Município	Unidade de Prevenção à Criminalidade
1	B. Horizonte	Cabana do Pai Tomas
2	B. Horizonte	Conjunto Esperança/Vila Cemig
3	B. Horizonte	Jardim Felicidade
4	B. Horizonte	Jardim Leblon
5	B. Horizonte	Minas Caixa
6	B. Horizonte	Morro das Pedras/Ventosa
7	B. Horizonte	Pedreira Prado Lopes
8	B. Horizonte	Primeiro de Maio
9	B. Horizonte	Ribeiro de Abreu / CBTU
10	B. Horizonte	Santa Lúcia
11	B. Horizonte	Serra
12	B. Horizonte	Taquaril
13	B. Horizonte	Vila Pinho
14	Betim	Citrolândia
15	Betim	Jardim Alterosas
16	Betim	Jardim Teresópolis
Nº	Município	Unidade de Prevenção à Criminalidade
18	Contagem	Estrela D'alva
19	Contagem	Nova Contagem
20	Contagem	Ressaca
21	Ribeirão das Neves	Justinópolis
22	Ribeirão das Neves	Rosaneves
23	Ribeirão das Neves	Veneza
24	Santa Luzia	Palmital
25	Santa Luzia	Via Colégio
26	Vespasiano	Morro Alto
27	Governador Valadares	Carapina
28	Governador Valadares	Turmalina
29	Ipatinga	Bom Jardim/Esperança
30	Juiz de Fora	Olavo Costa
31	Montes Claros	Santos Reis
32	Uberlândia	Jardim Canaã
33	Uberlândia	Morumbi
Os fatores que influenciam na redução e/ou aumento do índice de violências e homicídios em um determinado território são muitos. O fenômeno da violência é multicausal, multifatorial e, portanto, demandante de respostas multissetoriais no seu enfrentamento, que extrapolam a atuação do Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Estes outros fatores não serão objeto de análise aqui, pois estão sendo tratados em pesquisa específica de avaliação dos Programas. Nesses termos, esse indicador tem como objetivo monitorar a taxa de homicídios nos territórios, pois somente a partir desse acompanhamento é possível compreender se a metodologia dos Programas corresponde às demandas apresentadas nas suas áreas de abrangência. Para cálculo desse indicador será considerado o número total de homicídios consumados, de todas as faixas etárias, ocorridos em todas as áreas de abrangência de atuação dos Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos supracitadas no		

quadro. A partir desse quantitativo, e em posse dos dados populacionais dos territórios, será calculada a taxa mensal de homicídios. Os dados de homicídios são disponibilizados mensalmente pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã da SEJUSP, e o número da população desses mesmos territórios é disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A logística de consolidação dos dados mensais de homicídios pelo Observatório de Segurança Pública faz com que esse indicador tenha uma configuração diferente de apuração dos demais indicadores do Plano de Trabalho.

A apuração para fins de contabilização do Indicador será anual e deverá constar no Relatório Gerencial referente ao último Período Avaliatório do ano. Entretanto, haverá um acompanhamento trimestral de sua evolução apresentada no Relatório Gerencial de cada Período Avaliatório entregue ao longo do ano.

Para definição da meta considerou-se como valor base a ocorrência de homicídios projetada para 2025, a partir do crescimento observado em 2024. Importante ressaltar que o cálculo da taxa é feito com base no quantitativo populacional das áreas de abrangência, e que o valor considerado para o cálculo de 2023 a 2025 é uma estimativa sobre o valor informado pelo IBGE após o Censo 2022. Assim, um novo quantitativo populacional apresentado pelo IBGE ou nova indicação de estimativa pode influenciar o cálculo realizado para projeção da taxa em 2024 e 2025, bem como da meta deste indicador.

Destaca-se que este é um indicador teste que demanda aprimoramento e averiguações futuras, e que será acompanhado de perto pela equipe Supec.

Unidade de medida: Taxa de homicídios por 100.000 hab.

Fonte de comprovação: Documento enviado pela SEJUSP/SUPEC à sede administrativa da entidade parceira para cálculo da taxa de homicídios e posterior encaminhamento do resultado e análise à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: Somatório do número de homicídios cometidos nas áreas dos territórios atendidos pelos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos dividido pela população residente nos mesmos territórios. Multiplica-se por 100 mil para obter a taxa. Homicídios nos territórios / População somada dos territórios x 100.000

Polaridade: quanto menor melhor.

Periodicidade: dez/24 a nov/25.

Cálculo de desempenho (CD):

Taxa de Homicídios de jan a dez 2023: 9,65 hom/100 mil hab

Taxa de Homicídios de Jan a Dez de 2024 (com projeção porque temos consolidado apenas os dados de Jan a Ago de 2024): 12,06 hom/100 mil hab

Taxa de Homicídios de Jan a Dez de 2025 (com projeção): 13,24 hom/100 mil hab.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere à meta do 28º Período Avaliatório (01/10/2025 a 31/12/2025) do Indicador 11.1 – Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, cuja meta pactuada foi de 22 homicídios por 100.000 habitantes, o resultado apurado no período foi de 23,66 homicídios por 100.000 habitantes, representando um desvio de 7,54% acima do valor esperado, considerando que a polaridade do indicador é quanto menor, melhor.

Para o cálculo o indicador, considera-se a seguinte métrica:

$$\text{Taxa de homicídios} = \frac{\text{Total de homicídios nos territórios}}{\text{População total dos territórios}} \times 100.000$$

Foi estimada que a população residente nos territórios abrangidos pelos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos é de 891.579 pessoas, enquanto no período de dezembro de 2024 a novembro de 2025 foram contabilizados 211 homicídios nas áreas de abrangência.

Dessa forma:

$$\text{Taxa de homicídios} = \frac{211}{891.594} \times 100.000$$

Nesses termos, a taxa apurada para o período resultou em 23,66 homicídios a cada 100.000 habitantes.

Ressalta-se, entretanto, que o cálculo do indicador é realizado a partir do Ranking de Homicídios, considerando a comparação dos dados consolidados entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, o que implica a incorporação de dinâmicas criminais acumuladas ao longo de um período ampliado, não restritas exclusivamente ao trimestre avaliado.

Nesse contexto, observa-se que, no recorte anual analisado, houve uma redução expressiva de 38,8% nos homicídios na faixa etária prioritária de atuação do Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos), evidenciando a efetividade das ações de prevenção social à criminalidade direcionadas ao público-alvo do Programa. Em contrapartida, a redução observada no número geral de homicídios, fora da faixa etária do Fica Vivo!, foi significativamente menor, da ordem de -3,6%, tendo sido identificado, inclusive, crescimento dos homicídios em alguns territórios nesse recorte etário, o que impacta diretamente o resultado agregado do indicador.

Dessa forma, o não atingimento da meta no período está associado, sobretudo, ao comportamento dos homicídios fora da faixa etária de atuação prioritária do Fica Vivo!, fenômeno que sofre influência de fatores externos à governabilidade direta do Programa, tais como disputas territoriais, dinâmicas criminais específicas e ações repressivas de outros entes do sistema de segurança pública. Ainda assim, os dados demonstram que o Programa tem apresentado maior efetividade justamente no público de maior risco, reafirmando a pertinência metodológica e a relevância estratégica das ações desenvolvidas.

Análise dos Homicídios até o mês de Novembro de 2025.

Análise dos homicídios nas áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPC) – Novembro de 2025

A análise comparativa dos homicídios consumados nos territórios com Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPC), considerando o mês de novembro de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, evidencia um cenário de redução significativa da letalidade violenta entre jovens, acompanhado de queda mais moderada no total de homicídios.

No agregado dos territórios atendidos pelas UPC, observou-se:

- Redução de 38,8% nos homicídios consumados na faixa etária do Fica Vivo!;
- Redução de 3,6% nos homicídios consumados totais.

Esse resultado sugere que as estratégias de prevenção social focalizadas na juventude apresentam maior sensibilidade a curto e médio prazo, em consonância com evidências nacionais apontadas pelo Atlas da Violência 2025, segundo as quais políticas territoriais integradas tendem a produzir impactos mais evidentes nos grupos etários prioritários.

Entretanto, a análise desagregada por município e território revela heterogeneidade significativa, indicando que a redução da violência letal não ocorre de maneira uniforme, mesmo em áreas com presença institucional consolidada.

Municípios como Belo Horizonte, Betim, Ipatinga, Juiz de Fora e Ribeirão das Neves apresentaram reduções relevantes tanto nos homicídios juvenis quanto no total, apontando para possíveis efeitos combinados de políticas de prevenção, gestão territorial e dinâmicas criminais locais.

Por outro lado, localidades como Uberlândia, Santa Luzia e Vespasiano demandam atenção específica, uma vez que registraram crescimento ou estabilidade preocupante em pelo menos um dos indicadores analisados, especialmente no total de homicídios, o que reforça a necessidade de análises qualificadas e respostas diferenciadas por território.

Por fim, variações percentuais muito elevadas em alguns territórios devem ser interpretadas com cautela, sobretudo quando associadas a números absolutos reduzidos, evitando leituras precipitadas que possam distorcer o diagnóstico.

Tipologia dos territórios com UPC

Tipo 1 – Melhora consistente - Redução nos homicídios da faixa etária FV e no total. Ex.:

- Belo Horizonte (conjunto geral)
- Betim (conjunto geral)
- Ipatinga
- Juiz de Fora
- Ribeirão das Neves

Tipo 2 – Melhora parcial - Redução na faixa FV, mas estabilidade ou aumento no total ou vice-versa. Ex.:

- Santa Luzia
- Vespasiano
- Governador Valadares

Tipo 3 – Alerta - Aumento expressivo em pelo menos um indicador, especialmente FV. Ex.:

- Uberlândia (FV +42,9%)
- Territórios como Bom Jardim (Ipatinga) ou Morumbi (Uberlândia)

Tipo 4 – Crítico / volátil - Oscilações muito altas com base numérica pequena (efeito base). Obs.: evitar uso isolado de percentuais; foco em números absolutos e séries mais longas. Ex.:

- Vila Cemig
- Jardim Canaã
- Ipatinga Bom Jardim

Tipologia dos territórios com UPC

Comparação: novembro/2025 × novembro/2024

● Tipo 1 – Melhora consistente

(Redução na faixa etária FV e no total de homicídios)

Município	Território UPC	FV (%)	Total (%)	Tipologia
Belo Horizonte	Cabana	-100,0	+60,0	● Melhora parcial*
Belo Horizonte	Minas Caixa	-100,0	-50,0	● Melhora consistente
Belo Horizonte	Primeiro de Maio	-100,0	-50,0	● Melhora consistente
Belo Horizonte	Santa Lúcia	-75,0	-37,5	● Melhora consistente
Betim	Citrolândia	-100,0	-72,7	● Melhora consistente
Betim	Jardim Teresópolis	-60,0	-33,3	● Melhora consistente
Betim	PTB	-100,0	-20,0	● Melhora consistente
Contagem	Estrela D’Alva	-75,0	-91,7	● Melhora consistente
Gov. Valadares	Turmalina	-66,7	-44,4	● Melhora consistente

Ipatinga	Bom Jardim e Esperança	-31,3	-50,0	● Melhora consistente
Juiz de Fora	Olavo Costa	-66,7	-30,3	● Melhora consistente
Ribeirão das Neves	Veneza	-100,0	-10,0	● Melhora consistente

* Cabana entra como melhora parcial devido ao aumento no total, apesar do FV zerado.

● Tipo 2 – Melhora parcial

(Redução em apenas um dos indicadores)

Município	Território UPC	FV (%)	Total (%)	Tipologia
Belo Horizonte	Jardim Felicidade	+50,0	-37,5	● Melhora parcial
Belo Horizonte	Jardim Leblon	-100,0	+16,7	● Melhora parcial
Belo Horizonte	Taquaril	+33,3	+16,7	● Melhora parcial
Belo Horizonte	Serra	0,0	+33,3	● Melhora parcial
Ribeirão das Neves	Justinópolis	0,0	+60,0	● Melhora parcial
Santa Luzia	Palmital	-50,0	0,0	● Melhora parcial
Vespasiano	Morro Alto	-40,0	-10,0	● Melhora parcial
Montes Claros	Santos Reis	-25,0	+16,7	● Melhora parcial

● Tipo 3 – Alerta

(Aumento expressivo, especialmente na faixa FV)

Município	Território UPC	FV (%)	Total (%)	Tipologia
Belo Horizonte	Morro das Pedras	+100,0	+30,0	● Alerta
Belo Horizonte	PPL	+100,0	+100,0	● Alerta
Uberlândia	Jardim Canaã	+42,9	-13,4	● Alerta
Uberlândia	Morumbi	-100,0	+80,0	● Alerta

Santa Luzia	Via Colégio	IND	+33,3	● Alerta
Gov. Valadares	Carapina	-100,0	+150,0	● Alerta

● Tipo 4 – Crítico / Volátil (efeito base)

(Variações muito altas com números absolutos baixos)

Município	Território UPC	FV (%)	Total (%)	Tipologia
Belo Horizonte	Vila Cemig	0,0	+200,0	● Crítico / Volátil
Uberlândia	Jardim Canaã	IND	+200,0	● Crítico / Volátil
Ipatinga	Bom Jardim	+400,0	+25,0	● Crítico / Volátil
Betim	Jardim das Alterosas	–	IND	● Crítico / Volátil
Juiz de Fora	Olavo Costa	–	IND	● Crítico / Volátil

Resultado Geral

- Faixa etária do Fica Vivo!: –38,8%
- Total de homicídios: –3,6%

Evidencia-se **queda expressiva da letalidade juvenil**, superior à redução observada no total de homicídios, indicando maior sensibilidade das políticas preventivas focadas na juventude.

Tipologia dos Territórios com UPC

● Tipo 1 – Melhora consistente

Redução simultânea nos homicídios juvenis e no total

Territórios/Municípios em destaque:

- Belo Horizonte (Minas Caixa, Primeiro de Maio, Santa Lúcia)
- Betim (Citrolândia, Jardim Teresópolis, PTB)
- Contagem (Estrela D’Alva)
- Governador Valadares (Turmalina)
- Ipatinga (Bom Jardim e Esperança)
- Juiz de Fora (Olavo Costa)
- Ribeirão das Neves (Veneza)

Leitura gerencial: territórios de referência; foco na consolidação e manutenção das estratégias.

● Tipo 2 – Melhora parcial

Redução em apenas um dos indicadores (FV ou total)

Territórios/Municípios em destaque:

- Belo Horizonte (Jardim Felicidade, Jardim Leblon, Taquaril, Serra)
- Ribeirão das Neves (Justinópolis)
- Santa Luzia (Palmital)
- Vespasiano (Morro Alto)
- Montes Claros (Santos Reis)

Leitura gerencial: necessidade de ajustes finos e reforço da articulação intersetorial.

● Tipo 3 – Alerta

Aumento relevante em pelo menos um indicador, especialmente FV

Territórios/Municípios em destaque:

- Belo Horizonte (Morro das Pedras, PPL)
- Uberlândia (conjunto do município; Morumbi)
- Governador Valadares (Carapina)
- Santa Luzia (Via Colégio)

Leitura gerencial: priorização no monitoramento e aprofundamento do diagnóstico territorial.

● Tipo 4 – Crítico / Volátil (efeito base)

Oscilações percentuais muito elevadas com números absolutos baixos

Territórios em destaque:

- Belo Horizonte (Vila Cemig)
- Uberlândia (Jardim Canaã)
- Ipatinga (Bom Jardim)
- Betim (Jardim das Alterosas)
- Juiz de Fora (Olavo Costa)

Leitura gerencial: evitar análises baseadas apenas em percentuais; foco em séries históricas e números absolutos.

Pontos Prioritários Para Acompanhamento Estratégico

- A política de prevenção apresenta **impacto mais consistente entre jovens**, alinhada ao *Atlas da Violência 2025*.
- A presença de UPC **não produz efeitos homogêneos**, exigindo **respostas territoriais diferenciadas**.
- Territórios Tipo 3 e 4 demandam **atenção prioritária**, sem comprometer a consolidação dos resultados positivos.

Nesse contexto para um maior aprofundamento do estudo e análise dos territórios, é importante incluirmos em uma leitura mais ampliada outros aspectos das dinâmicas que os constituem tais como "tentativas de homicídios e outras formas de violências" que não resultam inicialmente em óbito, mas sinalizam a necessidade de uma intervenção estratégica da equipe técnica e Política de Prevenção à Criminalidade.

ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS

Área Temática: Produtos	
Produto - - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional 4ª RISP	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
Descrição: O produto consiste na elaboração de 1 (um) diagnóstico de implantação de uma nova Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC Regional do Programa Selo Prevenção Minas e do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A implantação é definida por critérios técnicos segundo a lógica das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) em Minas Gerais. Esse diagnóstico deverá subsidiar o planejamento para execução dos eixos metodológicos dos Programas nos municípios atendidos. Após a articulação institucional, contratação e capacitação da equipe, tem-se o início da execução do referido diagnóstico. O Diagnóstico de Implantação, portanto, tem como objetivos: Gerar elementos técnicos para a organização da atuação dos Programas na regional; Contribuir para a definição das metodologias dos Programas que serão aplicadas, bem como as localidades e as prioridades; Mapear e elaborar uma leitura dos municípios situados na RISP, de acordo com suas características sociodemográficas, cenário de segurança pública e político-institucional; Conhecer e mapear a rede formal de serviços presente na região; Conhecer e mapear a rede informal presente na região, tais como associações representativas, grupos culturais, religiosos, movimentos sociais, ONG's; Orientar a elaboração de estratégias de comunicação e divulgação das ações do programa a serem executadas; Apresentar os resultados deste diagnóstico e propor a construção conjunta das ações do programa. Para o alcance dos objetivos propostos, o diagnóstico de implantação deve lançar mão de diversas estratégias e metodologias de pesquisa, observação e investigação. O Diagnóstico deve ser estruturado em 3 dimensões, a saber: Dimensão Sociodemográfica: tem como objetivos identificar as características populacionais da região; identificar e caracterizar os aspectos sociais que impactam na qualidade de vida e no acesso a direitos da população e identificar a dinâmica e a composição geral da economia local; Dimensão de Segurança Pública: tem como objetivos identificar os eventos criminais e de violências na região; qualificar e compreender a dinâmica de ocorrência desses eventos criminais, a partir da compreensão de fatores como localização e públicos envolvidos; identificar fatores de risco que favoreçam a ocorrência dos crimes analisados; Dimensão Política Institucional: tem como objetivos adquirir conhecimento histórico da região; entender as organizações geográficas e sociais da Risp; realizar o levantamento de parcerias, instrumentos e normativas relacionadas à segurança cidadã presentes nos municípios da região e realizar a leitura do cenário político dos municípios da Risp. Ao final, o Diagnóstico deverá subsidiar o Plano de Ação do Programa na regional. O resultado final dessa etapa deverá ser entregue à SEJUSP/SUPEC para validação. Além do diagnóstico enviado em PDF, deverá ser disponibilizado um banco de dados em excel com um retrato de todos os municípios da RISP Anexo II - Programa de Trabalho IX TA (102668071) SEI 1690.01.0021837/2018-08 / pg. 31 contendo os dados apresentados no diagnóstico. Tal banco de dados deverá conter, no mínimo, por município: população; RISP; município-sede; taxa de criminalidade violenta; taxas de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher; taxas de homicídio; demais taxas das naturezas criminais que o diagnóstico apresentar; nome do prefeito/a atual; área territorial; índice de vulnerabilidade social. Critério de aceitação: Diagnóstico e banco de dados aprovados pela SEJUSP/SUPEC. Fonte de Comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico e banco de dados. Duração/Prazo: 4 meses a partir da implantação da UPC prevista no produto 1.1.	
Fonte de comprovação do indicador	
Critério de aceitação: Diagnóstico entregue e aprovado Fonte de comprovação: Aprovação pela SEJUSP Duração/Prazo: Até dezembro de 2025.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Produto Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional 4ª RISP, foi entregue pela OS no dia 15/12/2025 para apreciação da OEP e validado por esse Órgão no dia 22/12/2025, conforme previsto no Programa de Trabalho do IX Termo Aditivo ao CG 02/2019 e que, por erro material, não consta no X Termo Aditivo Vigente.

APRESENTAÇÃO

Este **resumo técnico** apresenta o Produto 2.5 - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional – 4ª RISP, conforme previsto no Programa de Trabalho do IX Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo. Ressalta-se que esse produto estava previsto no IX Termo Aditivo, mas, por erro material, essa entrega não foi incluída no X Termo Aditivo assinado em outubro de 2025. Desse modo, solicita-se esse esclarecimento no âmbito da Comissão de Avaliação do 28º Período Avaliatório.

O Produto tem como finalidade central oferecer subsídios técnicos que orientem a atuação do Programa Selo Prevenção Minas e do Proteja Minas na 4ª RISP. Para tanto, busca-se mapear e analisar os municípios da região a partir de suas características sociodemográficas, do cenário de segurança pública e do contexto político-institucional. Também compõem os objetivos o levantamento e a sistematização das redes de serviços formais existentes, bem como das redes informais, tais como associações comunitárias, grupos culturais, religiosos, movimentos sociais e organizações não governamentais. Além disso, este diagnóstico visa apoiar a definição de metodologias e prioridades de aplicação dos Programas, indicar estratégias de comunicação e divulgação das ações e, por fim, apresentar os resultados produzidos, favorecendo a construção coletiva das iniciativas a serem implementadas.

O diagnóstico contempla informações de três eixos trabalhados de forma articulada, isto é, tais eixos perpassam as análises de cada um dos 86 municípios que compõem a RISP 4. São eles:

Sociodemográfico: visa obter uma leitura da RISP 4, partindo das dimensões social, econômica e demográfica. A partir dos conhecimentos acerca do território, bem como das populações que nele habitam e das dinâmicas sociais nele presentes, o planejamento das intervenções dos programas torna-se mais assertivo.

Segurança Pública: visa contribuir na compreensão de quais são os crimes que ocorrem com maior frequência, bem como suas características, constituindo investigação fundamental na construção de estratégias de atuação mais qualificadas. Tal assertiva está embasada no fato de a implantação do Programa Selo Prevenção Minas ter como um dos seus principais norteadores a dinâmica de crimes e violências de uma determinada região.

Organização política e institucional: diz respeito à forma como os municípios da RISP estão estruturados em termos de divisões geográficas, organização social e marcos regulatórios e legislativos. Além disso, diz respeito também ao cenário político da RISP, de modo a realizar uma leitura das forças políticas presentes na região.

Além dessa introdução e dos eixos listados, o Diagnóstico também contempla uma seção sobre as notas metodológicas, a qual apresenta o detalhamento das fontes de dados e os métodos utilizados na pesquisa, e, ao final, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

O Produto tem como fonte de comprovação o e-mail da SEJUSP/SUPEC com a aprovação do diagnóstico

PERFIL REGIONAL: HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E SEGURANÇA PÚBLICA

No presente tópico, foi apresentado o perfil regional da RISP 4 a partir de informações geográficas, sociodemográficas e de segurança pública.

A análise das características da região revela predominância de população em idade ativa, compreendida entre 15 e 64 anos, o que reflete uma representatividade de adultos. Além disso, a composição racial da região demonstra uma maioria das pessoas se autodeclarando brancas, representando 49,2% da população. Em seguida, encontram-se as pessoas pardas, que correspondem a 35,5%. Contudo, ao agrupar a população preta e parda, tem-se uma maioria de 50,6% de pessoas negras.

Na tabela seguinte, observa-se a distribuição dos delitos por tipos de crimes ocorridos na RISP 4 entre 2020 e 2025 em que se destaca ameaça, lesão corporal e vias de fato como os delitos de maior ocorrência. Observa-se que há 2.482 registros de homicídios para 1.586.529 habitantes desta RISP, resultando em uma taxa de 156 homicídios por 100.000 habitantes no período.

Tabela 32 - RISP 4, jan/2020 a jun/2025: Distribuição do número de ocorrências criminais segundo o tipo de crime

Natureza Principal	N	%
Ameaça	58.202	47%
Lesão corporal	27.914	23%
Vias de fato / agressão	24.432	20%
Roubo	7.610	6%
Homicídio	2.482	2%
Estupro de vulnerável	1.236	1%
Estupro	524	0%
Extorsão	413	0%
Sequestro e cárcere privado	87	0%
Total Geral	122.900	100%
Feminicídio	138	-
Violência doméstica	62155	-

Também foi apresentado gráfico com a distribuição percentual das ocorrências criminais por tipo de crime, no período de janeiro de 2020 a junho de 2025. A visualização permite identificar, em cada localidade, quais delitos apresentam maior incidência. Os municípios foram ordenados conforme o volume populacional, visando otimizar a leitura e a comparação das informações. Ressalta-se que o gráfico expressa a composição relativa dos tipos de crime em cada município, ou seja, evidencia o perfil dos registros criminais a partir da participação percentual de cada natureza no total de ocorrências, não refletindo o nível absoluto ou a taxa de incidência desses crimes.

Observa-se que o crime de ameaça é o mais recorrente na maioria dos municípios, superando 40% das ocorrências em grande parte deles. Em municípios como Piau, Maripá de Minas e Goianá, mais de 55% das notificações correspondem a esse tipo de crime, evidenciando sua predominância regional. Em contraste, cidades como Faria Lemos, Rodeiro e Araponga que registram menor proporção de ameaças, inferior a 37%.

O crime de lesão corporal ocupa o segundo lugar em frequência, com percentuais que variam entre 20% e 30% do total de ocorrências na maior parte dos municípios. Essa natureza se destaca especialmente em Faria Lemos, em que essa natureza representa 37% dos registros, sendo inclusive, maior que ameaça, e em Tombos, que representa 3% dos registros. Já os registros de agressão/vias de fato também se mostram expressivos, compondo em média 20% das ocorrências em diversas cidades, com destaque para Santana do Deserto (32%), Olaria (31%) e Chiador (31%), onde esse tipo de crime representa acima de 30%.

Alguns municípios apresentam percentuais elevados em praticamente todas as categorias criminais, refletindo uma criminalidade mais diversificada. É o caso de Santana do Deserto, Ubá, Volta Grande, entre outros.

Por outro lado, crimes mais graves como homicídio, estupro, extorsão e sequestro/cárcere privado apresentam percentuais menores, geralmente abaixo de 5%, mas estão distribuídos em praticamente todos os municípios. Araponga e Coimbra se destacam por percentuais acima da média em homicídios, sendo este crime responsável por 11% e 8%, respectivamente, dos registros desses municípios. Santo Antônio Do Aventureiro e Silveirânia se destacam em percentuais de estupro, que compõe 7% e 6% dos registros.

Também foi apresentado uma visualização em tabela, em que é possível comparar os municípios segundo a incidência de crimes de determinados tipos. Diferentemente do Gráfico, a Tabela apresenta taxas de ocorrência por 1.000 habitantes, o que controla o efeito do porte populacional e permite avaliar o risco relativo de ocorrência dos crimes em cada município. Assim, enquanto o gráfico evidencia quais crimes são proporcionalmente mais frequentes dentro de cada território, a tabela permite identificar onde esses crimes ocorrem com maior intensidade em relação ao tamanho da população.

Em Juiz de Fora, por exemplo, registram-se 43,7 ameaças e 45,6 casos de violência doméstica a cada mil habitantes, enquanto em Cataguases essas taxas são de 45,1 e 43,9, respectivamente. Em cidades menores, o padrão se mantém: Carangola apresenta 38,7 ameaças e 45,3 violências domésticas por mil habitantes, e em Matias Barbosa, os valores chegam a 48,1 e 43,7. Já os crimes considerados graves, como homicídio, estupro e extorsão, exibem baixas taxas na maioria das localidades — por exemplo, em Ubá, o homicídio tem taxa de 3,1 por mil habitantes, e o estupro, 1,1; em Viçosa, são 2,8 e 1,0, respectivamente.

A RISP 4 é composta por 86 municípios que se formam a partir de profundas disparidades socioespaciais e territoriais como resultado do denso e difuso processo de desenvolvimento¹. Além do município de Juiz de Fora como destaque, a RISP 4 contempla os municípios de Além Paraíba, Antônio Prado de Minas, Araponga, Argirita, Astolfo Dutra, Barão de Monte Alto, Belmiro Braga, Bicas, Brás Pires, Cajuri, Canaã, Carangola, Cataguases, Chácara, Chiador, Coimbra, Coronel Pacheco, Descoberto, Divinésia, Divino, Dona Euzébia, Dolores do Turvo, Ervália, Estrela Dalva, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Goianá, Guarani, Guarará, Guidoal, Guiricema, Itamarati de Minas, Juiz de Fora, Laranjal, Leopoldina, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Mercês, Miradouro, Miraí, Muriaé, Olaria, Orizânia, Palma, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Pedra do Anta, Pedra Dourada, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Pirapetinga, Piraúba, Recreio, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Rochado de Minas, Rodeiro, Rosário da Limeira, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita de Jacutinga, Santana de Cataguases, Santana do Deserto, Santo Antônio do Aventureiro, São Francisco do Glória, São Geraldo, São João Nepomuceno, São Miguel do Anta, São Sebastião da Vargem Alegre, Senador Cortes, Senador Firmino, Silveirânia, Simão Pereira, Tabuleiro, Teixeiras, Tocantins, Tombos, Ubá, Viçosa, Vieiras, Visconde do Rio Branco e Volta Grande.

Ao longo desse estudo revelou-se que a RISP 4 se caracteriza como uma região ocupada por uma população predominante adulta, ou seja, composta majoritariamente por pessoas entre 15 e 64 anos de idade, e de composição racial predominantemente negra 50,6%, mas com quantitativo relevante de pessoas brancas, 49,2%. Apesar de uma história, que é semelhante à muitos municípios, marcada pela ocupação primária de povos indígenas, essa população sofreu um processo de apagamento que é comum na história brasileira, de modo que menos de 0,1% da população dos municípios da RISP 4 é autodeclarada indígena.

Quanto às características de criminalidade e violência na região, observou-se que no período entre 2020 e 2025 os delitos com maior ocorrência foram os de ameaça, lesão corporal e vias de fato, enquanto que os menos frequentes foram os crimes de extorsão e sequestro, os quais apresentaram menores taxas no geral. Já o crime de homicídio compunha uma taxa de 156 ocorrências por 100.000 habitantes no período analisado.

Na maioria dos municípios, entre 40% e 50% das ocorrências registradas correspondiam ao crime de ameaça, sendo o município de Piau aquele com maior ocorrência desse tipo de crime (59%), enquanto que Faria Lemos foi o município com o menor percentual desse tipo de crime (35%). No entanto, a concentração de ocorrências de lesão corporal nesse município superou todos os demais municípios ao longo do período analisado.

O crime de lesão corporal ocupou o segundo lugar em frequência, representando uma parcela significativa das ocorrências em diversos municípios. Em cidades como Faria Lemos, Tombos e Pequeri, a incidência do crime de lesão corporal foi particularmente elevada no período, aproximando-se da frequência de ameaças, com exceção de Faria Lemos, que foi maior.

Já os crimes de agressão e vias de fato em municípios como Santana do Deserto, Olaria e Chiador apresentaram elevada incidência, superando os casos de lesão corporal, embora ainda abaixo do número de ocorrências de ameaça.

Por outro lado, crimes mais graves, como roubos, homicídios, estupros, extorsões e sequestros, apresentaram menor frequência proporcionalmente aos demais.

CHECK LIST MUNICIPAL

Neste tópico, foi apresentado o perfil regional da RISP 4 a partir de informações geográficas, sociodemográficas e de segurança pública, que objetiva listar uma série de quesitos a fim de verificar atividades e informações importantes nos municípios para a atuação da equipe do Programa na delimitação geográfica, nos seguintes temas:

- Existência de estruturas institucionais de Segurança Pública: presença de estruturas formais que dão suporte às políticas e práticas de segurança nos municípios, sendo: tema da Segurança Pública formalmente vinculado a alguma estrutura ou secretaria municipal, existência de Plano Municipal, Guarda Municipal, Conselho Municipal de Segurança Pública e Diagnóstico na área de Segurança Pública;

¹ FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; RODRIGUES, Natália Barbosa. Características sociodemográficas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários em regiões empobrecidas: o caso da zona da mata mineira. **Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, v. 19, n. 2, p. 178-199, abr. 2022.

- Existência de redes específicas de discussão de temáticas: presença de redes dedicadas à troca de informações e debates relacionados aos seguintes temas: mulheres em situação de risco ou violência, juventudes em situação de risco ou violência, moradores residentes de áreas com altas taxas de concentração de violência ou criminalidade, egressos do sistema socioeducativo, egressos do sistema prisional e pessoas em cumprimento de Alternativas Penais e
- Existência de protocolos ou fluxos formais de encaminhamento: existência de procedimentos padronizados para a condução de demandas entre diferentes atores ou serviços institucionais para os seguintes públicos: mulheres em situação de risco ou violência, juventudes em situação de risco ou violência, moradores residentes de áreas com altas taxas de concentração de violência ou criminalidade, egressos do sistema socioeducativo, egressos do sistema prisional e pessoas em cumprimento de Alternativas Penais.

O resultado da coleta dessas informações pode ser consultado no documento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse documento apresentou um **resumo técnico** do Produto 2.5 - Diagnóstico de Implantação de Unidade de Prevenção a Criminalidade (UPC) de abrangência regional para a 4ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP 4), partindo da relevância do contexto histórico e conjuntural da RISP para compreender a atual situação da região estudada. Foram propostas análises abrangendo diferentes aspectos como o perfil sociodemográfico e econômico dos 86 municípios circunscritos; o retrato da segurança pública, incluindo os tipos de crime mais comuns na região, além das principais características dos eventos; e os aspectos estruturais e de articulação institucional nos municípios.

Os resultados encontrados na seção referente ao perfil sociodemográfico dos municípios da RISP 4 delineiam o cenário em questão de modo a auxiliar a compreensão acerca de cada município tanto em aspecto absoluto quanto no que diz respeito ao seu panorama em relação aos demais integrantes da Região enfocada.

A RISP 4 contém uma população de 1.586.529 habitantes, sendo 52% de mulheres e 48% de homens. A maioria das pessoas se encontram em idade ativa, ou seja, tem entre 15 e 64 anos de idade. A composição racial é de 49,2% de pessoas que se autodeclararam brancas e 35,5% que se autodeclararam pardas. Sua área total é de 21.416,733 km², densidade demográfica de 18 hab./km².

Dentre os municípios da RISP 4, pode-se destacar Juiz de Fora, que é o maior em extensão territorial, com 1.435,749 km², seguido de Leopoldina (943,077 km²) e Lima Duarte (848,564 km²). É também o município que abriga maior população na região, com 540.756 habitantes, 34% de toda a RISP. Desses, 53% são mulheres e 47% são homens. Sua composição racial é de 53% que se autodeclararam brancos e 36% pardos. Tem o maior IDH-M da região (0,778) e o sexto maior PIB per capita, R\$35.145,34, atrás dos municípios de Rodeiro, Pirapetinga, Rochedo de Minas, Matias Barbosa e Simão Pereira. Além disso, o município tem a maior proporção de residentes acima de 15 anos alfabetizados, 82%.

A dimensão de segurança pública analisou 8 tipos de crimes cometidos contra a pessoa, a vida e a dignidade sexual ocorridos entre janeiro de 2020 a junho de 2025 na região da RISP 4. Através de dados obtidos do sistema REDS fornecidos pelo Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP-MG), foi possível entender a dinâmica dos crimes de ameaça, estupro, homicídio consumado, homicídio tentado, lesão corporal, vias de fato, feminicídio e violência doméstica registrados na região pesquisada.

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos crimes ocorreram nas cidades de maior porte da região como Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Cataguases e Viçosa que responderam por cerca de 60% das ocorrências em números absolutos.

Os crimes de ameaça (47,4%), lesão corporal (22,7%) e vias de fato/agressão (19,9%) foram delitos de maior ocorrência na RISP 4 no período analisado. Os crimes mais graves como roubo, homicídio, estupro, extorsão e sequestro ocorreram com menor frequência, representando 9,7% do total de ocorrências.

A análise das informações acerca da estrutura e organização das políticas de segurança pública nos 86 municípios que compõem a RISP 4 revela aspectos significativos sobre a presença de estruturas institucionais, redes de discussão e protocolos formais, evidenciando desafios e oportunidades para o aprimoramento da atuação do Programa na região.

Em relação à existência de estruturas institucionais de segurança pública, os dados indicam uma cobertura ainda limitada no que tange à formalização do tema em algumas localidades. Apenas 19 municípios possuem a segurança pública vinculada formalmente a uma estrutura ou secretaria municipal, o que demonstra a necessidade de maior articulação e institucionalização das políticas públicas na área. Além disso, a escassez de Conselhos Municipais e Planos Municipais de Segurança Pública, com apenas 22 municípios apresentando Conselhos e 8 com Planos em andamento ou concluídos, aponta para uma lacuna na construção de estratégias locais de prevenção social e enfrentamento da violência. A presença de Guardas Municipais é igualmente rara, o que limita a capacidade de atuação preventiva e de segurança nas ruas. O Diagnóstico formal da segurança pública, registrado apenas em 7 municípios, também revela uma fragilidade na coleta e análise de dados fundamentais para o planejamento das ações de segurança.

Quanto às redes específicas de discussão de temáticas relacionadas à segurança pública, observa-se que, embora a maioria dos municípios não conte com redes formais, há uma tendência mais forte na criação de redes voltadas para questões de gênero, como a proteção de mulheres em situação de risco ou violência. No entanto, ainda é notável a ausência de redes voltadas para temas críticos como moradores em áreas de alta criminalidade, evidenciando uma lacuna no tratamento de questões que envolvem a violência em sua forma mais abrangente e estrutural.

Por fim, a análise dos protocolos ou fluxos formais de encaminhamento também revela desigualdade na implementação de procedimentos padronizados para lidar com as diversas populações em risco. De uma forma geral, os dados analisados evidenciam um cenário heterogêneo no que se refere à estruturação das políticas de Segurança Pública nos municípios abrangidos pela RISP 4. Embora alguns apresentem iniciativas consolidadas, a maior parte demonstra existência de fragilidades institucionais, marcadas pela ausência de redes temáticas específicas, inexistência de protocolos formais de atendimento e forte dependência das forças estaduais de segurança e do sistema de justiça. Em muitos casos, o tema permanece vinculado a secretarias não especializadas ou é tratado de maneira transversal pela Assistência Social, indicando que a Segurança Cidadã ainda é um campo em construção no nível local.

Apesar dessas limitações, observou-se ampla receptividade dos gestores municipais ao diálogo, à cooperação institucional e ao apoio técnico do Estado. Diversos municípios manifestaram interesse em fortalecer suas estruturas, criar conselhos, aprimorar fluxos de atendimento e desenvolver diagnósticos situacionais. Essa disposição evidencia um terreno fértil para a construção de políticas integradas de prevenção social à violência por meio do Programa Selo Prevenção Minas, sobretudo a partir de ações que ampliem as capacidades institucionais locais e promovam estratégias de cuidado voltadas a mulheres, juventudes, territórios vulnerabilizados e pessoas em cumprimento de alternativas penais. O Programa deve, portanto, considerar esses aspectos como áreas prioritárias para futuras intervenções, buscando promover o fortalecimento das capacidades locais, a integração das redes de apoio e a implementação de medidas mais eficazes e inclusivas no enfrentamento da violência e da criminalidade.

Por fim, entende-se a relevância do empreendimento de uma investigação como a proposta por este produto para a implantação de um programa de base regional na RISP 4. Nesse documento, buscou-se identificar prováveis vulnerabilidades no território, além de sistematizar as informações acerca da organização social e política, de potenciais parceiros do Programa, bem como contextualizar a sua área de abrangência, compreendendo as dimensões socioeconômica e de segurança pública de todo o território. Acredita-se que esse conjunto de informações, ainda que robusto, não seja um produto estanque e acabado, mas um ponto de partida importante para uma atuação efetiva na 4ª Região Integrada de Segurança Pública. Espera-se que o seu uso possa auxiliar na construção de um plano de ação qualificado com os municípios e no desenvolvimento das outras atividades a serem realizadas na região.

Área Temática: Produtos	
Produto 3.1: Desenvolvimento de três módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
Descrição: A Política de Prevenção Social à Criminalidade produz um volume significativo de dados de monitoramento e atendimento dos programas, perfil do público, acompanhamento de violências e dinâmica criminal nos territórios, dentre outros. Atualmente, a gestão e o monitoramento das ações desenvolvidas são realizados via planilhas do software Microsoft Excel, ferramenta que está aquém das tecnologias disponíveis hoje, impossibilitando ou dificultando análises mais complexas de público, inteligência e tomadas de decisões tempestivas, além de ser um formato mais vulnerável para armazenamento das informações do que um sistema devidamente protegido com tecnologias de segurança de dados. O desenvolvimento de um sistema de monitoramento, inteligência e gestão dos dados de execução da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade visa garantir maior efetividade na execução dos programas e intervenções da política pública, uma vez que as informações estarão em uma base integrada e online, possível de ser acessada em qualquer computador que possua internet, desde que o usuário possua as devidas permissões. Assim, será possível a gestão estratégica dos programas para planejamento de intervenções mais assertivas, bem como a tomada de decisões mais tempestivas, o cruzamento e análise dos dados mais refinados e a geração de informações que permitam a avaliação e qualificação das intervenções. Sendo assim, este produto tem como objetivo principal modernizar e qualificar o monitoramento da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Como objetivos específicos, tem-se: • Potencializar as ações de prevenção social à criminalidade através do uso de inteligência e monitoramento tempestivo das intervenções; • Melhorar as condições de trabalho dos profissionais da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, através da implementação de um sistema de monitoramento das ações dos programas; • Reduzir custos com aquisição e licenciamento de softwares proprietários; • Aumentar a segurança e garantir a integridade do banco de dados. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o uso de dados no serviço público tem potencial quase ilimitado para prover políticas públicas mais eficientes, efetivas e confiáveis (OCDE, 2019). Sabendo disso, propõe-se a contratação de empresa para o desenvolvimento de um sistema de processamento de transações (SPT) para coleta, processamento e armazenamento dados, no âmbito dos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, para utilização no monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução da referida Política. A partir do uso do sistema para cadastro de usuários, atendimentos, encaminhamentos e outras intervenções, será possível um monitoramento quase diário dos indicadores de execução dos programas de prevenção. O sistema também deverá ter a funcionalidade de emitir relatórios a partir de filtros de seleção de informações, que poderão ser usados para a tempestiva tomada de decisão e melhoria da entrega do serviço público. Deverá ser garantida a integridade dos dados e critérios/credenciais de acesso para uso, permitindo a confidencialidade dos dados lançados, bem como em estrita observação à legislação pertinente e à sensibilidade dos dados coletados. Propõe-se, ainda, o desenvolvimento do sistema em módulos - um para cada programa da Política de Prevenção - com entregas periódicas e validação, pela OS e SUPEC, sempre que um módulo for finalizado. Estima-se que seja preciso cerca de ano para a entrega completa do sistema, sendo necessária a apresentação de um cronograma para o desenvolvimento, bem como a validação deste cronograma pela SUPEC e OS. O desenvolvimento do sistema deverá observar critérios de economicidade, eficiência, bem como a facilidade de acesso à interface e usabilidade pelos operadores da política pública. Reforça-se a necessidade de desenvolvimento e validação próximos à SUPEC e à OS, considerando a perspectiva dos operadores que farão o uso do sistema tanto no preenchimento das informações, quanto aqueles que farão leitura e uso analítico das mesmas. Espera-se que com a implementação do sistema a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade aprimore sua base de dados, tornando-a acessível, íntegra e segura, possibilitando melhor uso dos dados no monitoramento dos programas e na avaliação dos resultados alcançados. Ainda, espera-se maior agilidade no monitoramento (tempo real) e que as informações estejam facilmente disponíveis para a alta gestão.	

O resultado final deverá ser entregue à SEJUSP/SUPEC para validação, com antecedência de 15 dias ao prazo final estabelecido para o produto. Critério de aceitação: Entrega de 3 módulos do sistema. Fonte de comprovação: Ofício ou e-mail da SUPEC informando aprovação da entrega final do sistema.
Fonte de comprovação do indicador
Critério de aceitação: Diagnóstico entregue e aprovado Fonte de comprovação: Aprovação pela SEJUSP Duração/Prazo: Até dezembro de 2025.

Em 11/11/2025, foi encaminhado à OEP e-mail formalizando a entrega do **Produto 3.1 – Desenvolvimento de três módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade**, referentes aos Programas PrEsp, Selo Prevenção e Proteja Minas. Posteriormente, em 19/12/2025, a OEP validou o cumprimento do referido Produto, por meio de e-mail encaminhado à OS, em conformidade com o disposto no 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

As entregas realizadas materializam o esforço conjunto das equipes do **Instituto Elo**, da **SUPEC** e da **SYDLE** no desenvolvimento de sistemas customizados, voltados ao atendimento das especificidades dos Programas **PrEsp**, **Selo Prevenção** e **Proteja Minas**, especialmente no que se refere ao registro, à análise, ao monitoramento e à gestão dos atendimentos e das ações desenvolvidas.

Em síntese, procedeu-se à entrega dos logins e senhas dando acesso aos seguintes módulos dos Programas, no âmbito da plataforma **SYDLE ONE**:

PRESP

1. Funcionalidades Entregues

- Registrar Atendimento
 - Painel da recepção
 - Formulário da recepção
 - Atendimento individual
 - Atividade coletiva
 - Atendimento de assinatura
- Atendimento
 - Painel de atendimento
 - Fluxo de atendimento
 - Inscrição
 - Fluxo de reabertura
 - Atendimento de retorno
 - Criação do plano de acompanhamento ao egresso
 - Acompanhamento de vulnerabilidades
 - Concessão de cesta básica
 - Painel Estoque de cestas básicas
 - Concessão de vale social
 - Painel Estoque de vales sociais
 - Cadastro de público não inscrito
 - Painel Público não inscrito
- Dados dos egressos
 - Painel dados dos egressos
 - Dados dos egressos
 - Painel Acompanhamentos dos egressos
 - Painel Planos de acompanhamento dos egressos
 - Planos de acompanhamento dos egressos
 - Alterar fase do PAE
- Público não inscrito
 - Painel Público não inscrito
 - Público não inscrito
- Atividades Coletivas

- Painel Atividades Coletivas
 - Atividade coletiva
 - Registro de encontros
- Rede de serviços e mobilização de rede
 - Painel Rede de serviços
 - Rede de serviços
 - Painel Mobilização de rede
 - Mobilização de rede
- Cursos de qualificação
 - Painel cursos de qualificação
 - Curso de qualificação
 - Criar e concluir curso
 - Adicionar participantes
 - Remover participantes

SELO PREVENÇÃO

1. Funcionalidades Entregues

- Em curso
 - Painel Eixo Em Curso
 - Em curso
- Consultoria
 - Painel Eixo Consultoria
 - Consultoria
 - Fluxo da Consultoria
- Certifica
 - Painel Eixo Certifica
 - Certifica
 - Comissão municipal
 - Método de Registrar reunião
 - Painel Comissões Municipais
 - Membro da Comissão Municipal
 - Painel Membros da comissão
 - Alerta para ausência de justificativa
 - Fluxo Certifica
 - Método Alterar membros da comissão
 - Método Registrar ação transversal
 - Método Registrar reunião
- Articulação de Rede
 - Painel Articulação de rede
 - Articulação de rede
- Instituição
 - Painel Instituições
 - Instituição
- RISP
 - RISP
 - Painel Implantação da RISP
 - Fluxo Implantação da RISP
 - Método Registrar novo plano de ação
- Parceria com Município
 - Painel Mapeamento de Rede
 - Fluxo parceria com município
- Mapa de Vínculos
 - Mapa de vínculo
 - Método exibir mapa
- Relatórios
 - Mapa de vínculo

PROTEJA

1. Funcionalidades Entregues

- Cadastro de Fichas
 - Fluxo de cadastro
 - Painel de cadastros de fichas
- Fichas
 - Painel Fichas Cadastradas
 - Pessoa assistida
 - Método de arquivar ficha
 - Método de Gerar documento
- Acompanhamento da atendida
 - Painel Registro de atendimentos individuais, acompanhamentos ou encaminhamentos
 - Histórico de ações da ficha da atendida
 - Método de Registrar atendimento individual
 - Método de Registrar encaminhamento
 - Método de Registrar acompanhamento
 - Método de Gerar documento
- Atendimentos coletivos para mulheres e meninas
 - Painel Registros de encontros dos atendimentos coletivos para mulheres e meninas (Grupos e Cursos)
 - Registro de atendimento coletivo para mulheres e meninas (interno)
 - Método de adicionar participantes
 - Método de registrar encontro
- Atendimentos coletivos para o público geral
 - Painel Ações coletivas para o público geral (Palestras e rodas de conversa)
 - Registro de ação coletiva para o público geral (externo)
- Ações com a rede
 - Painel Ações com a rede
 - Registro de ação com a rede
- Cadastro de instituições
 - Painel Instituições Cadastradas
 - Registro de instituição da rede
- Ofícios enviados
 - Painel Registro de ofícios enviados
 - Registro de ofício enviado
- Planejamento de ações do mês
 - Painel Registros de planejamento de ações do mês
 - Registro de planejamento de ações do mês
- Relatórios Proteja Minas
 - Atendimentos
 - Fichas e mulheres atendidas
 - Farol dos indicadores

Além dos sistemas, foram encaminhados **guias detalhados** contendo orientações para a realização dos testes dos sistemas dos três Programas.

Essa primeira versão dos sistemas passou por processos iniciais de testagem e encontra-se em fase de implantação em unidades selecionadas como **piloto**. O processo de implantação envolve diversas ações, dentre as quais se destacam: ajustes finais na plataforma; capacitação das equipes; viabilização de equipamentos (tablets, teclados, mouses e chips 5G); digitalização dos formulários e dos documentos físicos referentes aos casos ativos; e correção e consolidação das bases de dados em planilhas Excel dos últimos cinco anos, com vistas à migração para o sistema informatizado.

A previsão é que, a partir de **02 de janeiro**, o **Programa Proteja Minas**, no município de **Ubá**, passe a operar efetivamente com o sistema. Por sua vez, o **PrEsp** iniciará os atendimentos por meio do sistema na **UPC Ibirité**, e o **Selo Prevenção** nos municípios de **Teófilo Otoni** e **Patos de Minas**, todos os casos a partir do mês de **fevereiro**.

O planejamento prevê que, uma vez consolidada a experiência piloto, seja iniciado, de forma gradual, o processo de expansão da implantação para as demais UPCs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 28º Período Avaliatório (01 de outubro a 31 de dezembro de 2025), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 27 indicadores, sendo 2 deles produtos, e 1 deles **houve o pedido de desconsideração (9.1)**.

Do conjunto de indicadores analisados, observa-se um desempenho amplamente positivo: a maioria alcançou ou superou integralmente as metas pactuadas, refletindo a consolidação das ações e a continuidade operacional dos Programas de Prevenção à Criminalidade. Alguns indicadores apresentaram resultados ligeiramente abaixo da meta estabelecida, ainda assim com percentuais elevados de cumprimento, indicando desempenho próximo ao esperado e sem prejuízo significativo à execução global do contrato. Dos 20 indicadores de Programas, 15, indicadores atingiram ou superaram as metas pactuadas, enquanto 5 não alcançaram o resultado esperado. Os indicadores que não atingiram a meta foram: 2.2 (média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa Fica Vivo!), 3.3 (número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio), 3.4 (percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento), 4.1 (número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp) e 5.1 (número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas). Dessa forma, o período apresentou um percentual geral de cumprimento de 75% dos indicadores avaliados, evidenciando desempenho majoritariamente satisfatório, sendo a média de cumprimento de 90%.

O gráfico a seguir apresenta a comparação do desempenho dos indicadores entre o 27º e o 28º Períodos Avaliatórios, considerando o percentual de alcance das metas pactuadas. Valores inferiores a 100% indicam indicadores que não atingiram integralmente a meta no período analisado, enquanto percentuais iguais ou superiores a esse patamar demonstram cumprimento ou superação do esperado.

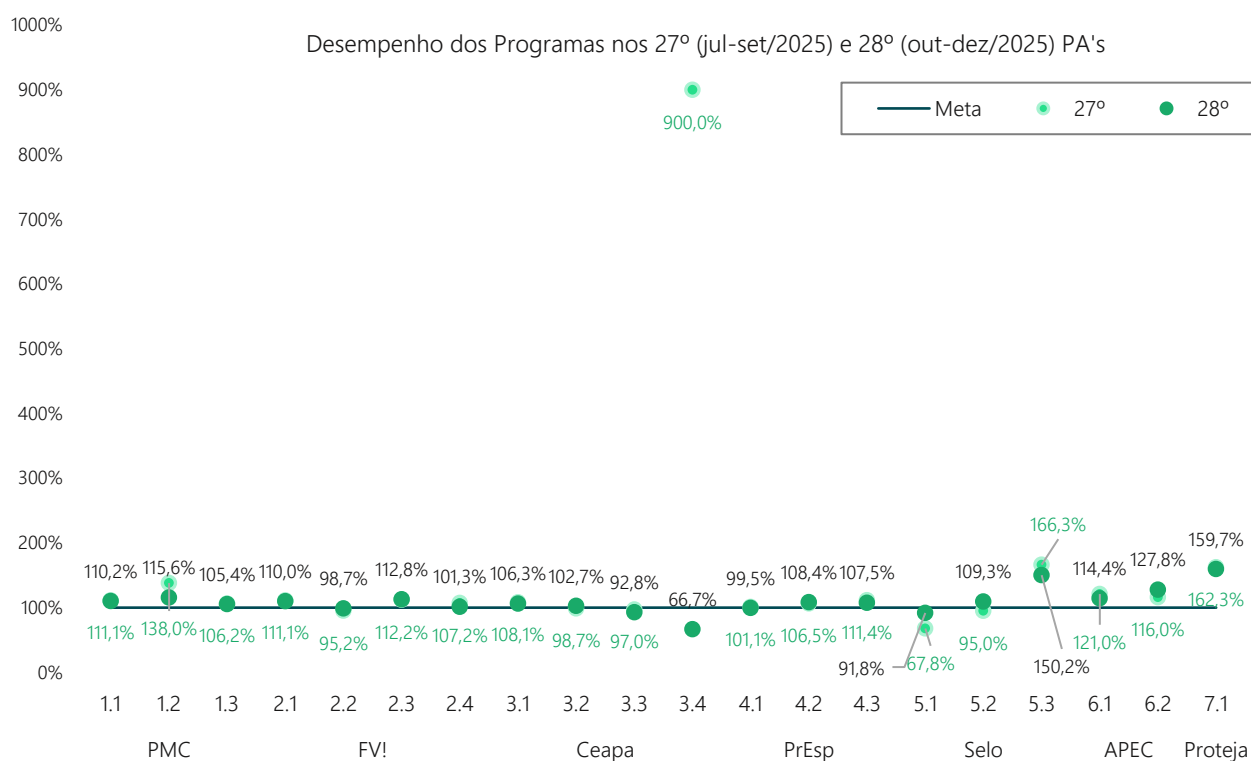


Figura 40: Desempenho dos indicadores

Na análise comparativa entre o 27º e o 28º Períodos Avaliatórios, observa-se a manutenção de um padrão elevado de desempenho, com diversos indicadores ampliando seus percentuais de alcance. Programas como Mediação de Conflitos, Fica Vivo!, CEAPA, PrEsp, Selo Prevenção Minas, Proteja e APEC apresentaram resultados expressivos, com destaque para

indicadores relacionados ao volume de atendimentos, ações junto às redes de apoio, participação social e adesão dos públicos atendidos.

O Programa Mediação de Conflitos (PMC) seguiu apresentando superação da meta em todos os indicadores, com destaque, como no 27º PA, para a média mensal de pessoas atendidas, que obteve 116% de atingimento da meta.

O Programa Fica Vivo! (FV!) manteve resultados expressivos, sobretudo no volume de atendimentos (113%) e de oficinas realizadas (110%). Destaca-se também uma melhora na performance da média de jovens participantes, que foi de 95% de atingimento para 99%.

O Programa CEAPA também apresentou melhora no desempenho global. O indicador de percentual de alternativas penais cumpridas evoluiu de 99% para 103% demonstrando resultado dos esforços coletivos de melhoria no monitoramento das alternativas penais. Além disso, houve atingimento do número de atendimentos em 106%. Já os demais indicadores apresentaram leve queda, com o número acumulado de ações atingindo 93% e o percentual de alternativas penais atingindo 67% da meta.

O Serviço APEC, continuou apresentando melhora expressiva, com 128% dos atendimentos realizados e 160% de ações junto às redes de apoio, demonstrando crescente evolução, sobretudo em relação a períodos anteriores (26º PA), no qual o segundo indicador havia ficado em 68,3%.

Houve também melhoras significativas nos indicadores do Programa Selo Prevenção, que atingiu a meta de dois indicadores: o de participantes nas atividades de formação, com 109%, e o de participantes nos espaços de participação social com 150%. Também houve avanços nas ações de articulação com a rede, de 68% no 27º PA, para 92% neste período avaliatório.

No caso do PrEsp, houve avanços no indicador adesão dos egressos que passou de 106% de atingimento da meta (27º PA) para 108% no período avaliatório atual, demonstrando amadurecimento nas estratégias de acompanhamento, bem como no indicador de atividades de mobilização da rede, que atingiu 107% da meta. Já no indicador de número de atendimentos, houve atingimento de 99% da meta.

Com relação ao Programa Proteja Minas, continuou-se atingimento a meta de atendimentos com superação mesmo que reduzida neste período, passando de 162% (27º PA) para 114%.

O 28º período avaliatório consolida o encerramento de um ano significativo para a Política de Prevenção Social à Criminalidade, no qual foram registrados avanços relevantes na estruturação, ampliação e qualificação das ações desenvolvidas. Em 2025, os programas realizaram 360.220 atendimentos, o que corresponde a uma média mensal de 219.864 atendimentos à população ou aproximadamente 1.386 atendimentos por dia útil. Ao longo do período, destacam-se: o desenvolvimento e o processo de implantação dos sistemas de informação dos programas Ceapa, PrEsp, Proteja Minas e Selo Prevenção; o início do desenvolvimento dos sistemas de informação dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos; o lançamento do Programa Proteja Minas, voltado à prevenção da violência contra mulheres e meninas, no município de Ubá; a inauguração da UPC de base territorial Estrela Dalva, em Contagem; a expansão dos serviços das APECs para os municípios de Contagem e Uberlândia; e o reconhecimento da APEC Belo Horizonte, agraciada com Menção Honrosa no Prêmio CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de Boas Práticas (2024), na categoria Inovação na Prestação de Serviços Judiciais.

Soma-se a esses resultados o fato de que o ano de 2025 contribuiu para o fortalecimento de bases institucionais que sustentam entregas estratégicas previstas para 2026. Dentre as principais perspectivas, destacam-se a inauguração de duas novas Unidades de Prevenção à Criminalidade de base territorial, nos municípios de Governador Valadares e Teófilo Otoni, bem como o desenvolvimento, a consolidação e a universalização da operação dos sistemas de informação dos seis programas, com abrangência nas 56 UPCs em funcionamento no Estado. Nesse sentido, o ano de 2026 se inicia com a perspectiva de ampliação dos atendimentos à população, com a incorporação de novas tecnologias de gestão e informação e com a contínua qualificação dos serviços prestados à sociedade mineira.

COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:49:47 do dia 03/09/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/03/2026.

Código de controle da certidão: 7821.69BF.80C6.9265

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
30/12/2025CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
30/03/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO ELO

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004582069.00-79

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: R DOS GUAJAJARAS

NÚMERO: 1570

COMPLEMENTO: SALA 301,

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180099

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000950519888



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
PLENA PESSOA JURIDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABCFMJPML**

Documento/Certidão nº **34.682.352** Exercício: **2026**

Emissão em: **07/01/2026**

Requerimento em: **18:56:31**

Validade: **06/02/2026**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

RESSALVAS

Existe(m) lançamento(s) a vencer

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 1570 SALA 301 / BARRO PRETO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-099

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/01/2026 a 06/02/2026

Certificação Número: 2026010805311324524941

Informação obtida em 08/01/2026 11:49:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão n°: 48114950/2025

Expedição: 19/08/2025, às 15:29:23

Validade: 15/02/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 07.514.913/0001-75, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2026.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gleiber', enclosed within a large, loopy oval stroke that extends into a long horizontal line to the right.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo

